

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

JULIANA DA SILVA SIQUEIRA

**A formação do Núcleo de Consciência Negra na Universidade de São Paulo:
uma trajetória política apoiada na educação como forma de resistência e luta
antirracista**

São Paulo
2024

A formação do Núcleo de Consciência Negra na Universidade de São Paulo:
uma trajetória política apoiada na educação como forma de resistência e luta antirracista

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Cultura, Filosofia e História da Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Luiza Jesus da Costa

São Paulo
2024

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTES TRABALHOS, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo da Publicação

Ficha elaborada pelo Sistema de Geração Automática a partir de dados fornecidos pelo(a) autor(a)
Bibliotecária da FE/USP: Nicolly Soares Leite - CRB-8/8204

df da Silva Siqueira, Juliana
A formação do Núcleo de Consciência Negra na Universidade de São Paulo: uma trajetória política apoiada na educação como forma de resistência e luta antirracista / Juliana da Silva Siqueira; orientadora Ana Luiza Jesus da Costa. -- São Paulo, 2024.
183 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação Cultura, Filosofia e História da Educação) -- Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2024.

1. Educação. 2. Núcleo de Consciência Negra. 3. Universidade de São Paulo. I. Jesus da Costa, Ana Luiza, orient. II. Título.

JULIANA DA SILVA SIQUEIRA

A formação do Núcleo de Consciência Negra na Universidade de São Paulo:
uma trajetória política apoiada na educação como forma de resistência e luta antirracista

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Agradecimentos

À minha orientadora Prof.^a Dr.^a Ana Luiza Jesus da Costa, por acreditar em mim e no meu trabalho. Agradeço pela paciência, pela atenção, pelo carinho, pelo sorriso doce e acolhedor e pela orientação, indispensável à minha formação e à realização deste trabalho.

Ao professor Paulo Henrique do Santos Silveira e à professora Iracema Santos do Nascimento, pelas contribuições realizadas na banca de qualificação.

À banca de defesa composta pelo Prof. Dr. Henrique Cunha Júnior e pelas Profas. Dras. Simone dos Santos Pereira e Ana Luiza Jesus da Costa, pela leitura e contribuições, bem como por terem aceitado ao meu convite.

Ao meu marido, Rodrigo, por todo amor, apoio e por acreditar em mim e no meu potencial.

Ao meu pequeno príncipe, meu filho Felipe, por ser minha motivação.

À minha mãe, Vanda, por me encorajar todos os dias.

À minha sogra Hadar e ao meu sogro Antenor por ficar com meu filho e cuidar da minha casa para que eu conseguisse escrever.

À minha querida amiga Simone dos Santos Pereira por estar sempre ao meu lado, me ajudando de todas as maneiras possíveis. Obrigada pelo colo, pela escuta e pelas trocas.

À Mariana Machado Rocha pelos conselhos, sugestões e pela grande ajuda prestada neste trabalho.

À minha amiga Grazi Cebotarov pela amizade, carinho, atenção e incentivo.

À Jupiara Castro pela generosidade em compartilhar comigo a história do Núcleo de Consciência Negra e sua trajetória de vida.

Ao Luiz Carlos dos Santos pela alegria e gentileza ao narrar com entusiasmo e, por tantas horas, a história do Núcleo de Consciência Negra e sua trajetória de vida.

À Maria José (Zezé) pela delicadeza e acolhimento em me receber na sede do Núcleo de Consciência Negra na USP e contar um pouco da sua história.

Ao Billy Malachias pela gentileza em compartilhar comigo um pouco da história do Núcleo de Consciência Negra.

À professora Fabiana Jardim pelo carinho, atenção e incentivo.

Aos funcionários da secretaria de pós-graduação, aos funcionários da limpeza e manutenção e todas as áreas que contribuíram para que esse trabalho fosse possível.

Seguir em frente
Enfrente seguir
Sem receio ou temor
REXISTIR, REXISTIR, REXISTIR!!!
Um dia vai dar
Vai ter que dar
Não importando quando
Nem o preço que vai custar
.....
Estamos vivos ainda Bwana!!!

Oui Ione Kibuko, 1982

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo investigar, analisar, interpretar e contar a história da fundação do Núcleo de Consciência Negra (NCN), que se estabeleceu, em 1987, dentro da universidade de maior visibilidade da América Latina, como forma de resistência para promover um grande debate acerca do racismo e da posição de inferioridade da/o negra/o brasileiro. Com o passar do tempo o debate político também se transformou em ações educacionais direcionadas para a comunidade negra e não negra, para promover uma educação crítica, reflexiva e emancipadora. O Núcleo de Consciência Negra, ainda presente e atuando dentro da USP, faz parte da história de lutas contra a discriminação racial e vem promovendo ações afirmativas que visam educar a população negra em atos públicos, cursinho pré-vestibular, cursos de idiomas, alfabetização, cultura e arte e reeducar a sociedade sobre as relações étnico-raciais no Brasil. Foram tomadas como fontes de pesquisa: entrevistas com membros do núcleo, estatuto, publicações do NCN, publicações em outros veículos de informação mais gerais, como periódicos da Universidade e da grande imprensa, dentre outras fontes de pesquisa. Desta forma, foi preciso olhar também para a história da Universidade a partir de outro ponto de vista, o ponto de vista das questões étnico-raciais.

Palavras-chave: Educação. Núcleo de Consciência Negra. Universidade de São Paulo.

ABSTRACT

This research aimed to investigate, analyze, interpret and tell the story of the founding of the Núcleo de Consciência Negra (NCN), which was established in 1987 within the most visible university in Latin America, as a form of resistance to promote a great debate about racism. and the inferior position of black Brazilians. Over time, the political debate also transformed into educational actions aimed at the black and non-black community, to promote critical, reflective and emancipatory education. The Black Consciousness Center, still present and operating within USP, is part of the history of struggles against racial discrimination and has been promoting affirmative actions that aim to educate the black population in public events, pre-university courses, language courses, literacy, culture and art and re-educate society about ethnic-racial relations in Brazil. The following research sources were taken: interviews with core members, statutes, NCN publications, publications in other more general information vehicles, such as University periodicals and the mainstream press, among other research sources. Therefore, it was also necessary to look at the history of the University from another point of view, the point of view of ethnic-racial issues.

Keywords: Education. Black Consciousness Center. University of Sao Paulo.

Lista de Figuras

Figura 1 – Escola mantida pela FNB para educação e profissionalização de negros e negras.....	24
Figura 2 – Integrantes do jornal <i>Clarim da Alvorada</i> com o filho de José Correa Leite.....	26
Figura 3 – Ato inaugural do MNU nas escadarias do Teatro Municipal.....	34
Figura 4 – Ato inaugural do MNU nas escadarias do Teatro Municipal no centro de São Paulo.....	38
Figura 5 – Fragmento do jornal <i>O Dia</i> com o artigo “Os saldos da abolição”	55
Figura 6 – Publicação de evento, com atividades do NCN.....	57
Figura 7 – Imagem de Jupiara Castro, idealizadora e fundadora do NCN.....	59
Figura 8 – Imagem de Henrique Cunha Júnior, fundador do NCN.....	61
Figura 9 – Imagem de Wilson Honório da Silva, fundador do NCN.....	62
Figura 10 – Imagem de Luiz Carlos dos Santos, membro do NCN.....	63
Figura 11 – Imagem de Maria José Menezes, membro do NCN.....	65
Figura 12 – Imagem de Billy Malachias, membro do NCN.....	66
Figura 13 – Fragmento de jornal com fala de Suely Carneiro.....	72
Figura 14 – Fragmento de jornal sobre festividades do Centenário da Abolição.....	73
Figura 15 – Foto de trabalhadora negra servindo café ao Conselho Universitário da USP.....	90
Figura 16 – Foto de trabalhadora negra servindo café ao Conselho Universitário da USP.....	91
Figura 17 – Fragmento de reportagem sobre o evento internacional de cem anos da abolição.....	99
Figura 18 – Jornal com reportagem sobre o evento internacional de cem anos da abolição.....	100
Figura 19 – Ata de fundação do NCN na Universidade de São Paulo.....	104
Figura 20 – Foto de Jupiara ao lado de Maria José Menezes.....	110
Figura 21 – Foto de Henrique Cunha Júnior ministrando curso de férias na sede do NCN.....	111
Figura 22 – Ata de deliberação do membros do NCN, em 1992.....	114
Figura 23 – Foto ilustrando a situação de deterioração do “Barracão” sede do NCN.....	130
Figura 24 – Fragmento do <i>Jornal da Reparações</i> com o cálculo da estimativa das indenizações.....	140
Figura 25 – Fragmento do <i>Jornal das Reparações</i> com o Rap das Reparações.....	141
Figura 26 – Imagem com os integrantes do MPR no almoço no Maksoud Plaza.....	145
Figura 27 – Os participantes do almoço discutindo com os seguranças e gerente do restaurante.....	146
Figura 28 – Os participantes caminhando pela Av. Paulista, após o almoço no Maksoud Plaza.....	147
Figura 29 – Luiz Carlos dos Santos e outros manifestantes discutindo com a polícia.....	148
Figura 30 – Manifestantes discutindo com a polícia.....	148
Figura 31 – Uma das participantes discutindo com um tenente da polícia.....	149
Figura 32 – Notícia sobre a repercussão do ato do MPR no Maksoud Plaza.....	150
Figura 33 – Notícia sobre o retorno dos manifestantes ao Maksoud Plaza no dia 13 de maio.....	151
Figura 34 – Notícia sobre ação judicial para pagamento do valor do almoço.....	153
Figura 35 – Boletim informativo do NCN sobre a inauguração do cursinho pré-vestibular do NCN.....	156
Figura 36 – Fragmento do <i>Jornal das Reparações</i> sobre cursinho pré-vestibular do NCN.....	157
Figura 37 – Fragmento do <i>Jornal das Reparações</i> sobre cursinho pré-vestibular do NCN.....	158
Figura 38 – Fragmento da Revista <i>Raça Brasil</i> abordando a proposta de cursinho do NCN.....	158
Figura 39 – Fragmento da Revista <i>Raça Brasil</i> mostrando os principais cursinhos.....	160
Figura 40 – Fragmento da Revista <i>Raça Brasil</i> mostrando os principais cursinhos.....	161
Figura 41 – Fragmento da Revista <i>Raça Brasil</i> mostrando os principais cursinhos.....	162
Figura 42 – Fragmento da Revista <i>Raça Brasil</i> mostrando os principais cursinhos.....	163

Sumário

Introdução	10
CAPÍTULO 1 - O surgimento do Núcleo de Consciência Negra no marco da redemocratização brasileira.....	18
1.1 Breves considerações sobre ações educacionais e de conscientização política empreendidas por entidades do Movimento Negro organizado, no decorrer do século XX.	18
1.2 Breves considerações sobre o Movimento Negro Unificado e suas demandas para aquisição de direitos, sobretudo no que tange a educação no ensino superior.....	33
1.3 A formação do Núcleo de Consciência Negra na Universidade de São Paulo e seus fundadores.	46
1.3.1 Os fundadores do NCN	58
1.3.1.1 Jupiara Castro (fundadora e integrante do NCN).....	59
1.3.1.2 Henrique Cunha Júnior (fundador do NCN)	61
1.3.1.3 Wilson Honório (fundador do NCN).....	62
1.3.1.4 Luiz Carlos dos Santos (ex-integrante do NCN).....	63
1.3.1.5 Maria José Menezes (integrante do NCN)	65
1.3.1.6 Billy Malachias (ex-integrante do NCN)	66
CAPÍTULO 2 - Um Núcleo de Consciência Negra na USP	68
2.1 Jupiara Castro: a missão da idealizadora de um quilombo na USP	68
2.2 Os enfrentamentos do Núcleo de Consciência Negra para se estabelecer dentro da USP e promover ações educacionais com um olhar político, crítico e social.....	83
2.2.1 Educação: um mecanismo contra o racismo	86
2.2.2 A “Abolição Interrogada” no contexto das comemorações dos cem anos da abolição da escravidão, na Universidade de São Paulo.....	96
2.2.3 Os primeiros anos do NCN, na sede do SINTUSP	105
2.2.4 A primeira sede própria do NCN: o “Barracão”	115
2.2.5 A nova e atual sede do Núcleo de Consciência Negra na USP.....	135
CAPÍTULO 3 - Redimindo o passado e projetando o futuro da população negra: “REPARAÇÕES JÁ” e o lançamento do cursinho pré-vestibular.....	138
3.1 A ação no Maksoud Plaza	138
3.2 Cursinho Pré-vestibular do NCN	154
Considerações Finais.....	170
Referências.....	173

Introdução

Esta pesquisa teve origem no trabalho de Iniciação Científica (IC) “A Consciência Negra da Universidade de São Paulo (1987 a 2016)”¹, orientada pela Profa. Dra. Ana Luiza Jesus da Costa e desenvolvida no período de setembro/2016 a dezembro/2017 que teve como objetivo compreender e analisar a história do Núcleo de Consciência Negra (NCN) e sua ação educacional na Universidade de São Paulo (USP).

Para este estudo o objetivo foi continuar investigando a motivação e a constituição do NCN dentro da Universidade de São Paulo, sua história e trajetória, bem como as suas iniciativas educacionais, idealizadas e/ou colocadas em prática. O Núcleo foi formado desde 1987 em um período de efervescência e de lutas por direitos e permanece estabelecido até hoje dentro dos muros da USP. A pesquisa pretende contribuir para a compreensão e registro historiográfico de sua formação.

Além disso, a pesquisa teve como objetivo compreender as razões do estabelecimento do Núcleo dentro da USP e a importância do seu papel junto à comunidade negra. Para tanto, o trabalho se baseou predominantemente em fontes orais para compreender a motivação, o estabelecimento, a história, as ações políticas e educativas, desde a fundação do NCN até a criação do seu cursinho pré-vestibular, que, desde sua implementação, vem contribuindo para a inserção de muitas/os jovens negros/os nas universidades brasileiras e, com isso, colocando em foco o debate e a importância da instituição de cotas raciais nos vestibulares.

Frisa-se que a investigação também foi importante para a inscrição de um registro historiográfico do trabalho de associações, como o NCN, que buscam meios de inserir jovens, principalmente negros e negras, aos cursos universitários públicos, através de cursinhos pré-vestibulares e outros meios de formação, que tem como base a conscientização política de direitos e do papel de cada um na sociedade. O autor Alexandre do Nascimento (2005) revela como as práticas e atividades educacionais dos pré-vestibulares populares, como o que é mantido pelo NCN, podem contribuir para a formação de seus educandos:

Além do ensino para o vestibular, as práticas dos cursos pré-vestibulares populares apresentam elementos interessantes. Um deles é o desenvolvimento de atividades de fortalecimento de autoestima, de construção de identidade e de formação política. Fala-se muito em conscientização, reflexão crítica sobre a realidade, cultura popular etc. Ou seja, os cursos pré-vestibulares operam

¹ A IC foi apresentada no 25º Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da USP - SIICUSP. A citada IC foi apresentada na sessão 6 “Educação e Militância” em 09/10/2017. O trabalho foi avaliado por banca devidamente constituída e recebeu nota 9. Mais informações sobre a apresentação da IC no aludido evento, acessar a seguinte página: <http://www4.fe.usp.br/eventos/evento?evento=3273&acao=caderno_resumos>. Acesso em 30/12/2023.

também como fontes de informações gerais, de aquisição de conhecimentos políticos, históricos e culturais, como lugar de novas formas de sociabilidade. (NASCIMENTO, 2005, p. 142).

Ademais, a pesquisa é relevante para minha atuação profissional externa à universidade, isto é, o desempenho da função de instrutora junto a jovens aprendizes que, em grande parte, vivem em situação de vulnerabilidade social. Trata-se do programa Jovem Aprendiz, instituído pelo Centro de Integração Empresa Escola (CIEE)², para viabilizar o acesso de jovens, entre 14 e 24 anos, ao mundo do trabalho, atendendo às exigências da Lei de Aprendizagem (10.097/2000). O mencionado programa tem por objetivo oferecer aos jovens a oportunidade de inclusão social, de desenvolver competências e habilidades para o desempenho de atribuições inerentes ao mundo do trabalho, enquanto os empresários têm a oportunidade de cooperar para a formação dos futuros profissionais do país, propagando os valores e cultura de sua empresa.

É importante destacar que os aprendizes com os quais trabalho, em grande parte jovens negras e negros, sonham acessar cursos nas universidades públicas, tendo em vista não conseguirem arcar com os custos de um ensino particular, bem como por entenderem que as instituições públicas possuem qualidade e, portanto, mais valorizadas pela sociedade.

No que tange a pesquisa realizada para a produção da IC “A Consciência Negra da Universidade de São Paulo (1987 a 2016)”, os resultados alcançados foram preciosos para entender as ações do Núcleo dentro da USP. Em 1987, poucos anos após o fim da ditadura civil militar, diante da efervescência dos movimentos sociais e do movimento negro, surge o Núcleo de Consciência Negra que tinha (e ainda tem) como objetivo e missão contribuir para diminuir as desigualdades sociais, oriundas da discriminação racial, seja por meio de denúncias da segregação pela cor da pele das pessoas, seja por ações educativas, seja para realizar manifestações públicas contra a ausência do acesso de estudantes negros aos cursos superiores da USP, seja para debater e reivindicar ações afirmativas que contribuem para a redução das desigualdades raciais.

Como profissional atuante no campo educacional, graduada em Ciências Jurídicas e Sociais e Pedagogia, e estudante de mestrado no Programa de Pós-Graduação da FEUSP, acredito que seja importante a investigação e a compreensão da trajetória do Núcleo de Consciência Negra presente na Universidade de São Paulo, bem como do seu papel na formação política, cultural, educacional de jovens negras e negros pretendentes à conquista de uma

² Informações sobre o programa “Jovem Aprendiz” disponível em <<https://portal.ciee.org.br/quero-uma-vaga/jovem-aprendiz/>>. Acesso em 30/12/2023.

cadeira como estudantes em um dos cursos desta Universidade. Vale ressaltar que o NCN vem driblando as adversidades e lutando contra a discriminação racial no contexto uspiano até hoje.

Assim, o que se pretendeu com esta dissertação, foi compreender as razões do estabelecimento do Núcleo com a sua constituição dentro da USP, sua trajetória e atuação política e o seu movimento pela educação. O recorte privilegiado para a pesquisa foi compreender essa história desde a fundação do NCN até a criação do seu cursinho pré-vestibular. Para tanto, a pesquisa se valeu da análise de produções bibliográficas, teses, dissertações, artigos e notícias impressas ou veiculados na internet, redes sociais, sítios, blogs, dentre outras mídias digitais, documentos do Núcleo de Consciência Negra e entrevistas com os personagens que estiveram na fundação e com os que atuaram e atuam no NCN na USP.

Como já dito anteriormente, esta pesquisa teve origem durante minha graduação no curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, período em que, diante de questionamentos acerca da minoria de estudantes e professores negros, da maioria de trabalhadores afrodescendentes em funções de menor prestígio social, assim como do porquê da existência de um Núcleo de Consciência Negra dentro da USP, iniciou-se uma investigação, de acordo com as orientações da Profa. Dra. Ana Luiza Jesus da Costa, para pesquisa e produção do trabalho de Iniciação Científica (IC), o qual foi desenvolvido com o objetivo de responder às mencionadas indagações, assim como compreender e analisar a história do Núcleo de Consciência Negra (NCN) e de sua atuação política e educacional, a partir de dentro da Universidade de São Paulo.

Tendo em vista que nem todos os fundadores do NCN concederam entrevistas durante a produção da IC e que havia carência de informações e trabalhos escritos e publicados sobre a história do NCN, algumas perguntas ainda precisavam de respostas. Assim, a decisão de continuar investigando a trajetória e história do Núcleo, procurar seus fundadores e outros personagens que estiveram presentes após o seu estabelecimento, analisar e confrontar seus depoimentos, solicitar documentos do Núcleo que seus integrantes possuíam em seus arquivos pessoais e, montar uma linha do tempo analítica e reflexiva acerca do caminho percorrido pelo Núcleo, foi tomada em face da relevância o trabalho que o NCN vem fazendo desde sua criação até os dias atuais.

Ademais, é importante destacar que é necessário estudo e pesquisa sobre a história dos núcleos e suas intervenções no campo da educação que aspiram por universalização de direitos, por justiça e igualdade, bem como pelo respeito à diversidade étnico-racial. Nesse sentido, Jeruse Romão (2005) relata preocupação em relação à insuficiência de estudos e pesquisa sobre a História da Educação de Negros no Brasil.

É muito recente, por parte das instituições de educação e pesquisa, a preocupação com o tema da educação dos negros brasileiros. Parte da ausência desses estudos justifica-se, por um lado, pela carência de fontes, recurso central para a história e os historiadores e, por outro, pelo desconhecimento das abordagens e práticas educativas dos pesquisadores e movimentos sociais negros no país. (ROMÃO, 2005, p. 11).

Desde a denúncia de Romão (2005) e da fundação do Núcleo de Consciência Negra na Universidade de São Paulo houve avanços importantes. No que diz respeito à democratização do acesso é marcante a implantação de cotas raciais, ainda que tardiamente, em instituições paulistas como a USP e a UNICAMP. Quanto à história da educação do negro no Brasil, a historiografia da educação deu um salto significativo em sua produção – vide o estado da arte das pesquisas no campo (BARROS, 2015, FONSECA & BARROS, 2016). Podemos notar, porém, como lacuna na citada historiografia da educação da população negra, pesquisas que se dediquem ao tema no período proposto por este trabalho – as últimas décadas do século XX.

Diante disso, ingressei no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da USP, mais especificamente no mestrado em História da Educação, para continuar realizando a aludida pesquisa. Desde então, um plano de ação foi preparado, orientado pela Profa. Dra. Ana Luiza Jesus da Costa e idealizado através do projeto de pesquisa, que foi um norteador para a escrita e produção desta dissertação.

Primeiramente, foram delimitados os seguintes objetivos específicos:

- a) Investigar a história da formação do Núcleo de Consciência Negra na USP;
- b) Identificar as práticas educacionais do Núcleo ao longo de sua história;
- c) Analisar como as práticas educacionais do Núcleo contribuíram para o acesso de jovens negros e negras às universidades públicas, bem como na formação de indivíduos conscientes e críticos da realidade brasileira;
- d) Compreender a história da mencionada universidade sob a perspectiva do debate étnico-racial, a partir da experiência do Núcleo de Consciência Negra;
- e) Dar visibilidade ao trabalho que o Núcleo vem realizando desde a sua formação até a implantação do seu cursinho pré-vestibular;
- f) Por fim, contribuir com a preservação e divulgação da memória do Núcleo como forma de ampliar visões sobre a história da Universidade de São Paulo e da Universidade no Brasil.

Após os objetivos, foram esboçadas as fontes, materiais e métodos que seriam utilizados para a pesquisa e escrita do texto. Isto é, dado o período recortado pela pesquisa, desde a fundação do Núcleo de Consciência Negra na USP, em 1987, até a criação do cursinho pré-vestibular, a natureza de seu objeto, como organização da sociedade civil com atuação local,

foi compreendido que a metodologia mais adequada seria a investigação a partir de fontes orais, relacionadas à produção documental do Núcleo e sobre o Núcleo, as quais poderíamos localizar na sua sede, em documentos produzidos pela USP, em artigos e notícias impressos ou veiculados na internet, redes sociais, sítios, blogs, dentre outras mídias digitais, e, ainda, relacionadas às pesquisas no âmbito da produção acadêmica, inclusive em relação aos dados alcançados e descritos na produção da IC “A Consciência Negra da Universidade de São Paulo (1987 a 2016)”.

Entre as referidas fontes utilizadas para o desenvolvimento deste trabalho, receberam prioridade as entrevistas dos personagens que estiveram na fundação do núcleo, que atuaram e que atuam nos movimentos e lutas realizadas pela instituição, que participaram de projetos de formação, de informação e de cultura e que puderam contribuir com a pesquisa. No que se refere à carência de fontes documentais é importante frisar que, durante a pesquisa da citada IC, tive conhecimento da precariedade da estrutura física do Núcleo quando ainda estava instalado na sede do “Barracão” (sua primeira sede, instituída em 1993), local em que ocorreu o desabamento de parte do teto por conta da instabilidade da estrutura, da umidade e da proliferação de cupins. Este incidente extinguiu parte significativa dos registros e documentos que o NCN mantinha arquivados. Assim, foi necessário dar centralidade à pesquisa oral com membros do Núcleo, isto é, aqueles que estavam desde o princípio, bem como os que atuaram e acompanharam sua trajetória, para que narrassem suas memórias. Destaca-se que as/os entrevistadas/os foram selecionadas/os visando a pesquisa qualitativa, tendo em vista o objetivo analisado e a subjetividade e experiências delas/es. Segundo Verena Alberti (2004):

A escolha dos entrevistados não deve ser predominantemente orientada por critérios quantitativos, por uma preocupação com amostragens, e sim a partir da posição do entrevistado no grupo, do significado de sua experiência. Assim, em primeiro lugar, convém selecionar os entrevistados entre aqueles que participaram, viveram, presenciaram ou se inteiraram de ocorrências ou situações ligadas ao tema e que possam fornecer depoimentos significativos. O processo de seleção de entrevistados em uma pesquisa de história oral se aproxima, assim, da escolha de "informantes" em antropologia, tomados não como unidades estatísticas, e sim como unidades qualitativas – em função de sua relevância como tema estudado –, seu papel estratégico, sua posição no grupo etc. (ALBERTI, 2004, p. 31)

Tendo em vista o plano de ação, em seguida foi delineada a forma de análise dos resultados que foram apoiados na bibliografia de teóricos que discutem as desigualdades associadas às relações étnico-raciais e a educação no Brasil, bem como nos que se debruçam sobre a história da educação do negro no Brasil, como: Henrique Cunha Júnior (2003, 2005, 2010), Petrônio Domingues (2007, 2018), Abdias do Nascimento (2019), Paulo Freire (2022), Bell Hooks (2017), Kabengele Munanga (2004, 2005), Carlos Hasenbalg e Lélia Gonzalez

(1982, 2022), Luiz Alberto Oliveira Gonçalves e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2000), Nilma Lino Gomes (2012), Alex Ratts (2006, 2011), Natália Neris da Silva Santos (2015), Verena Alberti (2004), Verena Alberti e Amílcar Araújo Pereira (2006), Mariléia dos Santos Cruz (2005), Jeruse Romão (2005), Alexandre do Nascimento (2005), Ivan Costa Lima (2017), dentre outros que foram ponto de apoio para interpretação das fontes mencionadas.

No que tange ao plano de trabalho e ao cronograma de sua execução, inicialmente o mesmo foi planejado e desenvolvido em seis partes. A primeira consistiu em revisão do projeto de pesquisa e pesquisa bibliográfica acerca dos elementos constitutivos do tema de pesquisa, sendo eles história da educação, desigualdade na educação superior, história da fundação do Núcleo de Consciência Negra e suas atividades politizadoras e educacionais para jovens negros e negras acessarem universidades públicas, incluindo análises de produções bibliográficas, artigos e notícias impressos ou veiculados na internet, redes sociais, sítios, blogs, dentre outras mídias digitais, periódicos das universidades e da grande imprensa e publicações do próprio Núcleo. A segunda parte foi a pesquisa de campo realizada mediante entrevistas, depoimentos orais e discussão de registros de memória pessoal tais como fotos, documentos e memórias. A terceira parte foi realizada concomitantemente com as duas primeiras etapas, ou seja, foi o cumprimento dos 32 (trinta e dois) créditos obrigatórios em disciplinas na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. A quarta foi a seleção e análise dos relatos e outros dados coletados na pesquisa à luz da bibliografia escolhida e de contribuições da análise do discurso. A quinta iniciou-se com a redação do primeiro capítulo da dissertação para o exame de qualificação junto à FEUSP diante da banca constituída. A sexta e última parte iniciou-se após as contribuições da banca de qualificação, finalizando com o término da escrita dos capítulos dois e três.

Destaca-se que todas as etapas foram inicialmente estruturadas, porém, adaptadas ao longo do trabalho, em face do início da pandemia de Covid-19, iniciada em março de 2020. Tendo em vista a citada crise sanitária, alguns aspectos do cronograma da pesquisa não foram executados no tempo correspondente, pois no referido contexto emergencial, a Universidade e seus espaços, tais como a biblioteca e a sala dos estudantes da Pós-Graduação foram fechados e, as aulas para cumprimento de créditos por meio de disciplinas e atividades complementares, tiveram que ser reorganizadas para o formato remoto. Ademais, alguns dos envolvidos para contribuição da pesquisa ficaram indisponíveis e/ou doentes, o que impossibilitou parte da execução. Com isso, foi autorizado aos estudantes de pós-graduação pedirem o adiamento dos prazos para qualificação e defesa de seus trabalhos. Dessa forma, diante das consequências advindas da pandemia, o calendário inicial não foi executado a termo. Entretanto, em face do

pedido de adiamento e retomada das atividades, novos prazos foram concedidos e um novo cronograma foi planejado, a partir do que ainda faltava para concluir esta pesquisa.

A dissertação foi elaborada e estruturada em três capítulos. O primeiro deles, denominado “O surgimento do Núcleo de Consciência Negra no marco da redemocratização brasileira” foi organizado em três partes. Na primeira foram feitas breves considerações sobre ações educacionais e de conscientização política empreendidas por entidades do Movimento Negro organizado, durante o século XX, para a compreensão da sua contribuição histórica e transformadora na vida da população negra. A segunda foi destinada a breves considerações sobre as demandas de segmento do Movimento Negro Unificado, suas manifestações e propostas para aquisição de direitos no período da redemocratização após a ditadura militar, sobretudo no que tange a educação no ensino superior. A terceira parte foi dirigida à formação do Núcleo de Consciência Negra dentro da Universidade de São Paulo como forma de resistência, diante do cenário de redemocratização e à apresentação dos seus fundadores e suas biografias. O segundo capítulo, denominado “Um Núcleo de Consciência Negra na USP”, foi organizado em duas partes. A primeira parte abordou a trajetória de vida de Jupiara Castro, que foi a idealizadora e uma das fundadoras do Núcleo de Consciência Negra na USP, bem como suas ações políticas dentro do *campus* da cidade. Na segunda parte foram abordados os enfrentamentos do Núcleo de Consciência Negra para se estabelecer dentro da Universidade de São Paulo e promover ações educacionais com um olhar político, crítico e social. O terceiro, e último capítulo, denominado “REPARAÇÕES JÁ” e o lançamento do cursinho pré-vestibular do NCN”, foi organizado em duas partes. A primeira parte abordou o Movimento pelas Reparações (MPR), instituído pelo NCN, para lançar o projeto “Reparações Já”, que teve como objetivo reivindicar uma compensação histórica aos descendentes dos escravizados no Brasil e colocar em foco o debate sobre cotas raciais, como medida reparatória. A segunda e última parte, abordou a criação do cursinho pré-vestibular do Núcleo como forma de protesto e como estratégia política para empreender ações educacionais e reivindicar cotas na universidade.

Importante destacar que o Núcleo de Consciência Negra está estabelecido há 36 anos dentro da Universidade de São Paulo. Portanto, a dimensão de toda a sua história, ações e atividades não pôde ser investigada nesta dissertação, nem mesmo realizando um recorte. Seriam necessárias outras pesquisas, com outros olhares e outras metodologias para se somar a esta, principalmente no que se refere à outras ações educacionais promovidas pelo Núcleo, que não foram abordadas de forma mais profunda neste trabalho. Ademais, é bom frisar que o NCN teve muitos membros, coordenadores e responsáveis pela sua direção das quais as trajetórias e ações não foram mencionados ou aprofundados, tendo em vista que este trabalho teve outros

objetivos mencionados anteriormente. Entretanto, vale ressaltar que todos tiveram um papel fundamental na história do NCN.

CAPÍTULO 1 - O surgimento do Núcleo de Consciência Negra no marco da redemocratização brasileira

1.1 Breves considerações sobre ações educacionais e de conscientização política empreendidas por entidades do Movimento Negro organizado, no decorrer do século XX.

Para se entender a magnitude do Movimento Negro Unificado, iniciado na década de 70, bem como a força e determinação de entidades negras do final do século XX, como o Núcleo de Consciência Negra na USP, é necessário compreender que, tanto o MNU, quanto o NCN foram influenciados por associações negras do passado, que mostraram inconformismo em relação aos problemas sociais e econômicos enfrentados pela população negra, mobilizando enfrentamentos através de organizações políticas que lutaram para reverter situações desfavoráveis aos negros e negras brasileiros. Segundo Henrique Cunha Junior³:

[...] precisamos de uma compreensão mais profunda das sobrevivências das associações existentes no passado para compreensão de como são gestados os períodos e os grupos mais conhecidos na atualidade. (CUNHA JR, 2003, p. 47)

O período pós-abolição, incluindo o início da República, foi marcado pela existência de diversas associações negras que tinham o intuito de reivindicar direitos, diante do novo sistema político, o qual não proporcionou, após a abolição da escravidão, condições para a ascensão econômica e social da população negra, inclusive os indivíduos que haviam passado pela experiência do trabalho escravo.

Quando saímos do século XIX e adentramos o século XX, deparamo-nos com o abandono a que foi relegada a população negra (GONÇALVES; SILVA, 2000, p. 138).

Foi nesse contexto de mudanças profundas que apareceram movimentos de protestos com o formato de um ator coletivo moderno. Organizações de protesto dos negros surgiam, em diferentes regiões do país (GONÇALVES; SILVA, 2000, p. 138).

Em São Paulo, apareceram o Club 13 de maio dos Homens Pretos (1902), o Centro Literário dos Homens de Cor (1903), a Sociedade Propugnadora 13 de Maio (1906), o Centro Cultural Henrique Dias (1908), a Sociedade União Cívica dos Homens de Cor (1915), a Associação Protetora dos Brasileiros Pretos (1917); no Rio de Janeiro, o Centro da Federação dos Homens de Cor; em Pelotas/ RG, a Sociedade Progresso da Raça Africana (1891); em Lages/SC, o Centro Cívico Cruz e Souza (1918). Em São Paulo, a agremiação negra mais antiga desse período foi o Clube 28 de Setembro, constituído em

³ Artigo “Movimento de consciência negra na década de 70”. Disponível em <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:qCi9rD1zRH0J:www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/15183/3/2003_art_hcunhajunior.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 20/05/2021. O autor deste artigo, Henrique Cunha Júnior, foi um dos fundadores do Núcleo de Consciência Negra na USP.

1897. As maiores delas foram o Grupo Dramático e Recreativo Kosmos e o Centro Cívico Palmares, fundados em 1908 e 1926, respectivamente. (DOMINGUES, 2007, p. 103)

Associações, sociedades, centros, clubes, agremiações, dentre outras organizações político-sociais, foram formados após a abolição com propostas voltadas à educação, cultura, política, saúde, lazer e bem-estar, bem como ao próprio movimento de aglutinação política da comunidade negra do período. Algumas das intenções centrais destes movimentos eram assistir, cooperar e proporcionar serviços e atividades relevantes para facilitar a inserção social e, em alguns casos, por reconhecimento político da população negra nos meios sociais. É importante destacar que o protesto estava incutido na natureza dessas instituições, pois um de seus objetivos era aumentar a capacidade de ação na sociedade para combater a discriminação racial.

Já no início do século XX, o movimento criou suas próprias organizações, conhecidas como entidades ou sociedades negras, cujo objetivo era aumentar sua capacidade de ação na sociedade para combater a discriminação racial e criar mecanismos de valorização da raça negra (GONÇALVES; SILVA, 2000, p. 139).

Foram muitas as ações empreendidas por esses grupos, porém, a educação foi uma instância em que a população negra sempre apostou. Segundo Nunes e Cunha Jr:

A análise da história da educação do negro no contexto brasileiro nos traz informações importantes sobre as trajetórias de escolarização desses sujeitos, o que demonstra a importância que essa população sempre deu ao acesso à educação formal como uma das condições importantes para sua ascensão social. (CUNHA JR; NUNES, 2010, p. 01)

Petronilha Gonçalves e Luiz Alberto Gonçalves também afirmam que dentre as bandeiras de luta, destaca-se o direito à educação, que sempre esteve presente na agenda dos movimentos negros (GONÇALVES; SILVA, 2000, p. 139).

Já Petrônio Domingues destaca que, antes de 1930, o Movimento Negro organizado era desprovido de caráter explicitamente político, com um programa definido e projeto ideológico mais amplo (DOMINGUES, 2007, p. 105). Na verdade, não há nesse momento cunho reivindicativo direto, enfrentamento explícito às instituições públicas e/ou privadas, manifestações de grandes proporções nos espaços públicos. Entretanto, é importante frisar que a organização do movimento negro, em face da sua própria constituição, nos permite admitir que há determinação política. As ações implantadas, como no caso da educação, deixam evidentes as intenções do movimento, isto é, a de não conformismo com a exclusão de negras e negros, sobretudo no sistema educacional.

No artigo “Movimento Negro e Educação” os autores: Petronilha Gonçalves e Luiz Alberto Gonçalves analisam que a exclusão e o abandono no atual⁴ sistema educacional tem origens longínquas em nossa história.

Quando relemos as críticas lançadas à atual situação educacional dos negros brasileiros, encontramos dois eixos sobre os quais elas foram estruturadas: exclusão e abandono. Tanto uma quanto o outro têm origem longínqua em nossa história. (GONÇALVES; SILVA, 2000, p. 135)

A exclusão foi motivo de preocupação durante o século XIX e XX, motivo pelo qual o movimento negro organizado “arregaçou as mangas” e se colocou em atividade contínua à frente das situações que geravam a desigualdade, a fim de minimizar o impacto da exclusão social.

De acordo com Petrônio Domingues (2007), as formas de atuação no cenário social e político brasileiro, pelo movimento negro, se diferenciaram. O autor dividiu a mobilização racial negra em três fases, mas é importante evidenciar que tais ciclos não foram homogêneos, isto é, eles se diferenciaram de acordo com suas especificidades. Houve diversas atuações no cenário social nos três ciclos apontados pelo autor, como por exemplo, houve associações exclusivamente culturais ou educacionais, outras dedicadas à política como a Frente Negra Brasileira que possuía plataforma política com status de partido político⁵, houve clubes puramente dedicados aos esportes, houve centros dedicados ao assistencialismo, houve jornais dedicados à informação e ao protesto.

Segundo o autor, a primeira fase concentra o período entre 1889 e 1937. Nesta fase a atuação do movimento negro organizado se dava por meio de associações e agremiações. O discurso era moderado e a estratégia cultural de inclusão era assimilacionista (DOMINGUES, 2007, p. 117). Os grupos dessa primeira fase viam como forma de solução do racismo, a importância de se alinhar com os preceitos da burguesia capitalista, isto é, a aproximação com a educação e moral dos brancos e o afastamento dos símbolos associados à cultura negra eram, para os grupos desta fase, a saída para superação do racismo e ascensão social. A segunda fase abarca o período entre 1945 e 1964. Para o movimento dessa fase, as principais causas de marginalização foram a escravidão e a falta de acesso à educação. Segundo Domingues (2007, p. 117), na segunda fase o protesto e as lutas se vislumbraram, principalmente, no teatro, na

⁴ Atual quando eles escrevem o artigo, isto é, no final dos anos 1990.

⁵ A Frente Negra Brasileira teve registro concedido pela Justiça Eleitoral em 1936, mas durou pouco, pois, em 1937, foi deflagrado o golpe de estado por Getúlio Vargas, com a imposição do Estado Novo, o qual dissolveu todos os partidos políticos. Artigo “A Frente Negra Brasileira”, disponível em: https://www.geledes.org.br/frente-negra-brasileira/?gclid=CjwKCAiAtouOBhA6EiwA2nLKH700Bf7pN3uy_Msuy_2mw5Ac6ae7u8udeztiZSmbnN8fKL_1KUT5igFRoCKgkQAvD_BwE. Acesso em: 22/12/2021.

imprensa e eventos acadêmicos, em que, mais uma vez, destacou-se, dentre outras formas de solução para a superação da exclusão social, a educação. A terceira fase, entre 1978 e 2000, de acordo com o autor, foi a imprensa, isto é, a comunicação social, com a publicação de jornais, folhetins e artigos. Nesta fase há a denúncia sistemática do mito da democracia racial e a valorização dos símbolos associados à cultura negra. As formas de lutas são por via das manifestações públicas, da imprensa, da formação de comitês e de movimento social de cunho nacional. (DOMINGUES, 2007, p. 118).

Os destaques de cada fase narrados pelo autor são marcos históricos descritos em seu artigo de forma didática, para que possamos compreender a importância da atuação do movimento negro organizado em cada período, mas, como já mencionado acima, não são divisões únicas, pois havia muita movimentação diversificada no decorrer do século XX.

As organizações desempenham vários papéis no interior da população negra. São polos de agregação que podem funcionar como clubes recreativos e associações culturais (grupos que preservam valores afro-brasileiros), ou como entidades de cunho político, ou, mais recentemente, como formas de mobilização de jovens em torno de movimentos artísticos com forte conteúdo étnico (hip-hop, blocos afros, funk e outros). Em muitos casos elas se configuram como instâncias educativas, na medida em que os sujeitos que participam delas as transformam em espaços de educação política. (GONÇALVES; SILVA, 2000, p. 139)

Conforme já mencionado, a educação sempre esteve marcada na convicção dos grupos do movimento negro. Sua importância foi tamanha que, em todas as fases do movimento negro organizado e do MNU, os discursos, as manifestações e estratégias de lutas foram basilares para estimular a criação de leis e ações afirmativas. Segundo Cícera Nunes e Henrique Cunha Júnior (2010):

[...] as lutas dessas organizações ao longo do século XX culminaram em conquistas importantes para a área educacional, em especial a aprovação da Lei nº 10.639/03 que tornou obrigatório no currículo da educação básica o ensino da História e Cultura Africana e Afrodescendente. (CUNHA JR; NUNES, 2010, p. 04)

As bandeiras erguidas para a formalização de leis e políticas públicas para a valorização da história e cultura do negro, de combate ao racismo, assim como as políticas de cotas nas universidades públicas que hoje fazem parte do nosso cotidiano, foram promovidas pelos movimentos que vem desde outrora. Muito embora, as organizações de cunho marcadamente político reivindicativo, tenham surgido a partir da década de 30, não podemos ignorar as contribuições dos movimentos anteriores.

Mas, a respeito das iniciativas educacionais do início do século, é importante ressaltar a interpretação de autores, pesquisadores e estudiosos, isto é, há posições divergentes acerca do comportamento tanto do governo, quanto de negros e negras, no que tange a escolarização.

Alguns autores acreditam na inércia de autoridades públicas no governo republicano na proposição de políticas educacionais para a população negra, constituindo o abandono. Nas palavras de Gonçalves e Silva (2000):

Foram as entidades negras que, na ausência dessas políticas, passaram a oferecer escolas visando alfabetizar os adultos e promover uma formação mais completa para as crianças negras. (GONÇALVES; SILVA, 2000, p. 140)

Já para outros estudiosos, como Clóvis Moura (s/d), os negros não tinham a dimensão pública da educação. Para ele, o movimento via a educação como uma questão de família e não de Estado, isto é, algo que se realizava exclusivamente na esfera privada (GONÇALVES; SILVA, 2000, p. 140), por isso da organização e constituição de diversas associações de ensino por parte do próprio movimento negro.

Se por um lado, verifica-se o debate sobre a presença ou não de uma perspectiva da educação enquanto dever do Estado, por outro nota-se que havia um reconhecimento da importância da educação para a ascensão e mobilidade social, também por meio do acesso ao mundo do trabalho, uma vez que os jornais da imprensa negra do começo do século circulavam artigos de incentivo ao estudo dando relevância à preparação para este mercado.

Nos jornais da imprensa negra paulista do começo do século, no período fecundo de sua divulgação, que vai dos anos 20 ao final dos anos 30, encontram-se artigos que incentivam o estudo, salientam a importância de instrumentar-se para o trabalho, divulgam escolas ligadas a entidades negras, dando-se destaque àquelas mantidas por professores negros. Encontram-se mensagens contendo exortações aos pais para que encaminhem seus filhos à escola e aos adultos para que completem ou iniciem cursos, sobretudo os de alfabetização. O saber ler e escrever é visto como condição para ascensão social, ou seja, para encontrar uma situação econômica estável, e, ainda, para ler e interpretar leis e assim poder fazer valer seus direitos. (GONÇALVES; SILVA, 2000, p. 140)

Em relação às mensagens nos jornais, destaca-se que, embora muitos negros não soubessem ler, eles eram ouvintes de oradores. “Avó, pai sem leitura, comprava o jornal, para que os netos, os filhos lessem para eles” (CUNHA, 2000 apud GONÇALVES; SILVA, 2000, p. 141).

É importante considerar as oposições supramencionadas para ampliar as percepções acerca das medidas adotadas no passado e refletir sobre como a compreensão da história não é única e nem homogênea.

Assim sendo, para não dar a falsa impressão de que havia críticas somente ao governo estabelecido, no que tange a falta de políticas educacionais, é importante mencionar que a própria imprensa negra criticava a população. Atribuíam, às vezes, aos próprios negros a responsabilidade pela precária situação educacional, pelo esmorecimento e incapacidade de frequentar estabelecimentos de ensino existentes para a escolarização. Entretanto, como ressaltam Gonçalves e Silva (2000, p. 141) é importante entender as críticas dentro do contexto da época, isto é, a crítica à população negra também era uma estratégia para aumentar o índice de escolarização, estimulando os indivíduos a se escolarizarem e adquirirem conhecimentos para competir com brancos e estrangeiros no mundo do trabalho.

O mencionado estímulo e trabalho de convencimento pela imprensa, para a escolarização da população negra, adentra a década de 30. Em 1930, Antunes Cunha através dos seus artigos no *Clarim d'Alvorada*, buscava estimular negros e negras para ações que as/os afirmassem enquanto pessoas e cidadãos.

[...] “o negro madrugou nos alicerces da formação brasileira e se acha na vanguarda para as horas de angústia e sacrifícios e é esquecido nas horas de regozijo [...] precisamos trabalhar com astúcia para o complemento de nossa emancipação” [...] (ANTUNES, 1930, p.1 apud GONÇALVES; SILVA, 2000, p. 141).

Sobre a Frente Negra Brasileira (FNB), fundada em 1931, Domingues destaca:

A entidade desenvolveu um considerável nível de organização, mantendo escola, grupo musical e teatral, time de futebol, departamento jurídico, além de oferecer serviço médico e odontológico, cursos de formação política, de artes e ofícios, assim como publicar um jornal, o *A Voz da Raça*. (DOMINGUES, 2007, p.106)

As ações da FNB eram amplas. A Frente se envolveu em protestos de grandes proporções na manifestação pela defesa de direitos. De acordo Clóvis Moura:

Em momentos cruciais da história republicana, podemos encontrar registros dos movimentos de protesto dos negros: o mais emblemático foi o promovido pela Frente Negra Brasileira, em 1931, na cidade de São Paulo, mobilizando em torno de 100.000 militantes (MOURA, 1983 apud GONÇALVES; SILVA, 2000, p. 139).

As desigualdades raciais do pós-abolição ocasionaram o surgimento de uma organização formalmente instituída, voltada à defesa dos direitos dos negros. Assim, a Frente Negra Brasileira, com diversos núcleos espalhados pelo Brasil, além de todas as ações político-reivindicativas, também levantou a bandeira da educação.

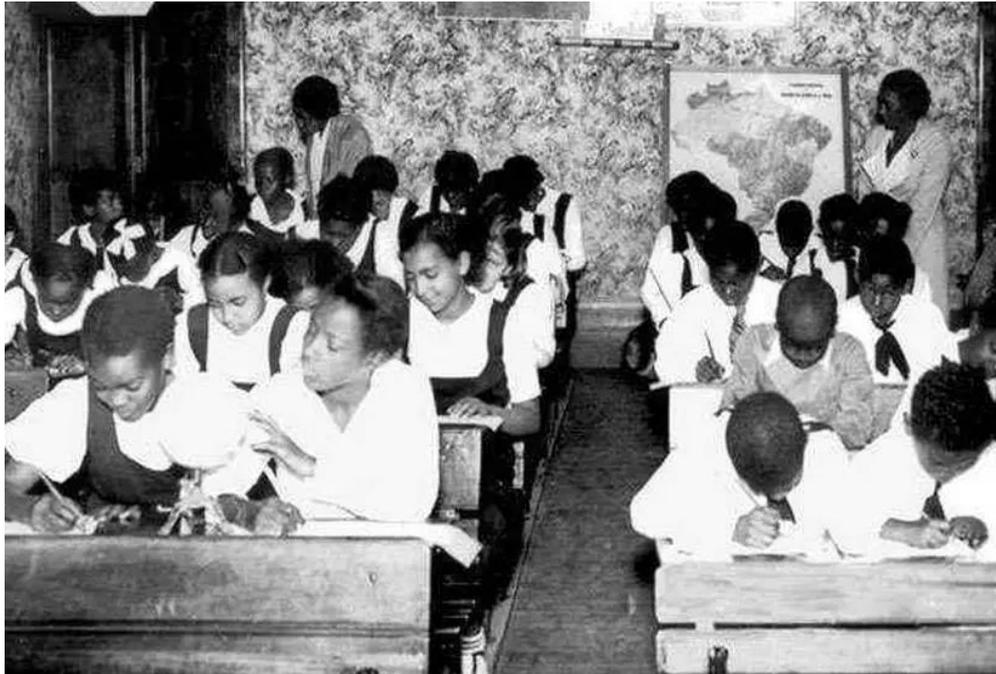


Figura 1

Escola mantida pela FNB para a educação e profissionalização de negros e negras.

Disponível em:

<https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2013/09/01/interna_politica,442856/frente-negra-brasileira-tem-ideais-sufocados.shtml>. Acesso em 10/08/2021.

A Frente tinha como proposta a escolarização formal e acreditava que a condição de subalternização só seria superada pela instrução e orientação da população negra.

[...] a Frente organizou em sua sede uma escola para crianças que contava com professoras nomeadas pelo governo. Oferecia também cursos de alfabetização e cultura geral para adultos. Os professores dos cursos para adultos eram associados da Frente, formados ou fazendo curso superior que davam aula gratuitamente. (NASCIMENTO, 2008, p. 105 apud CUNHA JR; NUNES; 2010, p. 05)

O jornal *A Voz da Raça* era o órgão representativo da FNB, e fez parte da chamada Imprensa Negra. Aliás, o papel da imprensa negra foi imprescindível para a formação de movimentos que pensavam a questão do negro numa perspectiva política no início do século XX.

O protesto da imprensa se dava, entre outros, por meio da denúncia das condições de vida em que a população negra estava imersa. A imprensa fazia circular notícias, informações e denúncias da realidade, dos problemas e condições em que viviam os negros e negras brasileiros e ao mesmo tempo, disseminava a existência de iniciativas associativas negras, como grupos esportivos, clubes dançantes e outras organizações político-sociais.

No que se refere a educação, como já mencionado, a imprensa preocupada principalmente com o acesso ao mundo do trabalho e a tomada de consciência da situação desigual dos negros e negras no país, publicava em suas páginas, além das posições de

enfrentamento, informações dos cursos de instrução e letramento, assim como a agenda cultural promovidas pelas entidades.

A imprensa negra refletia, de certa forma, uma importante dimensão da educação dos negros, a saber: educação e cultura apareciam quase como sinônimos na maioria dos artigos publicados pelos jornais militantes da época. Não só divulgavam cursos como também apresentavam a agenda cultural das entidades. Nesta agenda, incluíam-se atividades do tipo: biblioteca, conferências, representações teatrais, concertos musicais e outros (GONÇALVES; SILVA, 2000, p. 142).

A imprensa negra conseguia reunir um grupo representativo de pessoas para empreender a batalha contra o preconceito racial. (DOMINGUES, 2007, p. 104-105)

O jornal *Clarim da Alvorada* foi um dos principais veículos de informação e politização da população negra entre 1924 e 1937. Destaca-se que o referido jornal e as demais entidades existentes no meio negro, na cidade de São Paulo, nos anos 20 estiveram intimamente ligados à fundação da Frente Negra Brasileira (CUNHA JR, 2003, p.48), isto porque integrantes que formaram a FNB eram egressos do *Clarim da Alvorada* e de outras associações.

Henrique Antunes Cunha Júnior, que foi um dos fundadores do Núcleo de Consciência Negra na USP, conta que seu pai, Henrique Cunha, o militante mais velho do Brasil⁶, participou do jornal *Clarim da Alvorada*, assim como José Correia Leite, um dos maiores líderes do movimento negro ao longo do século. (CUNHA JR, 2003, p.48)

⁶ Henrique Cunha Júnior destaca em seu artigo (escrito em 2003, p.48), que seu pai foi o militante negro mais velho do Brasil. No artigo “SP perde Henrique Cunha” publicado pela Afropress Agência de Notícias, disponível em: <<https://www.afropress.com/sp-perde-henrique-cunha/>> é mencionado que o militante viveu até 98 anos e tendo atravessado o século, ajudou a formar boa parte da militância do movimento negro paulista.

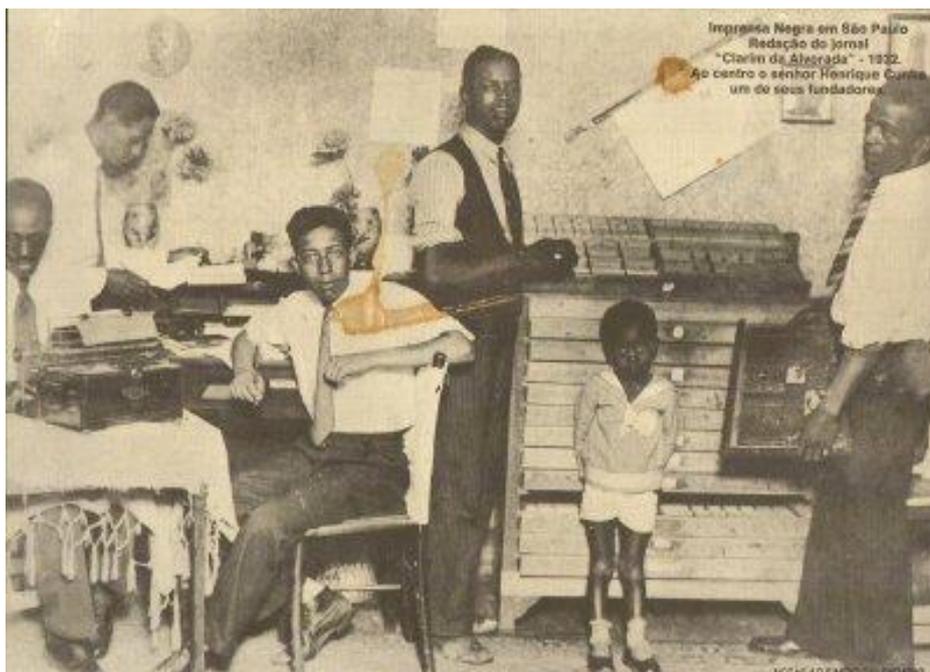


Figura 2

Integrantes do jornal “Clarim da Alvorada” com o filho de José Correia Leite. Ao centro o militante Henrique Cunha (em pé entre a da criança e o homem sentado na cadeira), pai de Henrique Cunha Júnior, um dos fundadores do Núcleo de Consciência Negra. Fonte: Fundação Cultural Palmares⁷.

De acordo com o militante dos anos 20, Cunha Jr., os jornais desempenhavam função importante na conscientização da importância da escolarização. Fazia-se um esforço contínuo para convencer os que acreditavam que “estudo não era para negro, para pobre”, que a estes restaria o trabalho duro (CUNHA, 1991 apud GONÇALVES; SILVA, 2000, p. 142).

O estímulo à educação, presente nos jornais da imprensa negra, e a experiência de escolarização implementada pela FNB e por outras tantas associações negras, ficaram profundamente marcados na história da educação da população negra da cidade de São Paulo, e, por isso, seriam retomados mais à frente, em novos debates e contextos, a despeito do fechamento compulsório desta entidade em 1937, quando o Estado Novo, instituído por Getúlio Vargas proibiu a existência de partidos e associações políticas.

Com a instauração da ditadura do “Estado Novo”, em 1937, a Frente Negra Brasileira, assim como todas as demais organizações políticas, foi extinta. O movimento negro, no bojo dos demais movimentos sociais, foi então esvaziado. (DOMINGUES, 2007, p. 107)

É importante destacar que, apesar da repressão imposta pelo governo ditatorial, o movimento negro continuou atuando.

⁷ Imagem dos integrantes do jornal Clarim da Alvorada, disponível do *site* da Fundação Cultural Palmares <<http://www.palmares.gov.br/?p=52932>>. Acesso em: 10/08/2021.

Essa atuação, por exemplo, aconteceu nos teatros, os quais foram importantes movimentos que tinham como proposta a utilização do palco e da poesia para difundir conhecimento sobre a arte e cultura brasileira de origem africana. O autor Henrique Cunha Júnior cita⁸ alguns grupos existentes nesse período: o Teatro Experimental do Negro⁹ (TEN), projeto idealizado por Abdias do Nascimento, no Rio de Janeiro, e o Teatro Popular Brasileiro¹⁰ (TPB), fundado em São Paulo por Solano Trindade e sua esposa Margarida Trindade, formados em 1944 e 1950, respectivamente. Cunha Júnior e Nunes destacam que a ação educacional, voltada para o povo negro, era prioridade para o TEN.

Em 1941, o Teatro Experimental do Negro surge como uma proposta de se utilizar o palco para lutar pelo reconhecimento do valor civilizatório da herança africana e nesta perspectiva organiza cursos de alfabetização para os negros integrantes desse grupo [...]. O Teatro Experimental do Negro tinha a educação como primeira prioridade de ação para o povo negro. (CUNHA JR; NUNES, 2010, p. 06)

Segundo Abdias do Nascimento (1978), o projeto do TEN reunia educação e cultura, como formas de combate ao sentimento de inferioridade interiorizado nos homens e mulheres negras devido à escravidão e à persistência do racismo na sociedade brasileira.

Além de sua iniciativa na criação do teatro, os organizadores do TEN valorizavam a admissão de estudantes negros e negras, no ensino fundamental, mas também no secundário e no universitário.

No que se refere ao acesso à educação, o TEN tinha proposições relativamente realizáveis: “ensino gratuito para todas as crianças brasileiras, admissão subvencionada de estudantes nas instituições de ensino secundários e universitário, de onde foram excluídos por causa de discriminação e da pobreza resultante de sua condição étnica” (NASCIMENTO, 1978, p. 193 apud GONÇALVES; SILVA, 2000, p. 148).

De fato, são discussões que foram realizadas a partir do final da década de 40 e que fazem sentido atualmente. O acesso à educação contribui para o desenvolvimento de uma consciência crítica e reflexiva acerca de direitos sociais que todos deveriam ter como cidadãos e como humanos, independentemente da sua condição social e/ou cor da pele. A extensão do

⁸ Descrição dos apontamentos a partir do artigo “Movimento de consciência negra na década de 1970”, p. 50. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:qCi9rD1zRH0J:www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/15183/3/2003_art_hcunhajunior.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em 20/05/21.

⁹ Conforme consta no artigo “Teatro Experimental do Negro (TEN)”, 1944 foi o ano de início das atividades da mencionada instituição. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/?p=40416#:~:text=O%20Teatro%20Experimental%20do%20Negro,estilo%20dra mat%C3%BAArgico%2C%20com%20uma%20est%C3%A9tica>>. Acesso em 20/05/21.

¹⁰ Conforme consta no artigo “Solano Trindade”, 1950 foi o ano de início das atividades do citado teatro. Disponível em: <<http://www.museuafrobrasil.org.br/pesquisa/hist%C3%B3ria-e-mem%C3%B3ria/historia-e-memoria/2014/12/30/solano-trindade>>. Acesso em 20/05/21.

ensino, se constitui como uma possibilidade, não só de ascensão social, mas de aquisição de capital cultural e educação política. A formação superior possibilita novas entradas para o campo político e simbólico onde ocorre a proposição de soluções para os problemas da nacionalidade, inclusive as questões envolvendo a desigualdade racial. Em diversas fases de sua existência, a despeito de suas transformações e características, o movimento negro tem como uma de suas principais bandeiras, a educação, pauta que se destaca ainda mais quando esse movimento fortalece o seu caráter nacional e unificado.

Quanto mais nos aproximamos da metade do século XX, mais podemos perceber um movimento negro com características mais nacionais do que regionais. Tudo isto ocorre no mesmo momento em que vai se efetuando a consolidação do próprio Estado nacional (GONÇALVES; SILVA, 2000, p. 146).

Segundo Carvalho (2005) as lutas por ações afirmativas e cotas raciais foram debatidas no Congresso Nacional do Negro Brasileiro, em 1950, e repercutidas pelo jornal *Quilombo* desde 1949, que foi um jornal publicado pelo grupo de Abdias do Nascimento¹¹.

Chamo a atenção para o Congresso de 1950 porque a luta pelas ações afirmativas e as cotas nas universidades começou no Brasil no Jornal Quilombo, que foi um jornal publicado em 1949 e 1950 pelo grupo de Abdias do Nascimento [...]. Ou seja, uma forma de ações afirmativas, parecida com a ideia de uma bolsa de estudos para jovens negros, foi colocada em 1949 pelo jornal Quilombo. (CARVALHO, 2005, p. 03)

Esse Congresso teve grande importância, pois nele foi discutido o acesso à educação e a admissão de negros no ensino secundário e superior. O discurso sobre educação durante o aludido congresso gira, principalmente, em torno da inclusão dos negros no mercado de trabalho, aquisição de direitos e ascensão social.

Cunha Junior também faz referência ao Congresso da Juventude Negra, em 1949, em que, também, se discute o acesso do negro à universidade.

São diversos os marcos históricos da transição entre os movimentos de 1937 e os de 1970. Os historiadores guardaram apenas a existência do teatro experimental do negro do Rio de Janeiro, dirigido pelo professor Abdias do Nascimento. Mas deixaram de registrar o teatro de Solano Trindade, o teatro também experimental do negro de São Paulo e a realização do Congresso da Juventude Negra, de 1949, em que, pela primeira vez, se discute o acesso do negro à universidade. Não é de admirar a preocupação com o ensino universitário, uma vez que a universidade no Brasil já nasce com participação de negros ilustres, como é o caso de Teodoro Sampaio, filho de escrava, engenheiro e geógrafo, fundador da Escola Politécnica da USP, ou Juliano Moreira, médico psiquiatra e um dos símbolos importantes desta área no Brasil. (CUNHA JR, 2003, p.50)

¹¹ Artigo "Inclusão Étnica e Racial no Ensino Superior: um desafio para as universidades brasileiras". Disponível em <<http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie382empdf.pdf>>. Acesso em 23/07/21.

Conforme se verifica das propostas e reivindicações presentes no Congresso da Juventude Negra, a inclusão de negros e negras no sistema educacional, inclusive no ensino superior, era algo imprescindível. Entretanto, segundo Carvalho (2005) esse tema não prosperou, muito embora não tenha se encerrado em definitivo, pois as entidades do movimento negro nunca se deram por vencidas.

Petronilha Gonçalves e Luiz Alberto Gonçalves (2000, p. 147) analisam que, nesse período, havia um enorme movimento em prol da democratização no país. Com isso, a militância negra formou alianças políticas importantes para que suas demandas fossem incluídas nas propostas à Constituinte. Os autores destacam o importante papel do TEN durante a Constituinte de 1946.

Sob a liderança de Abdias do Nascimento, o TEN teve papel importante na Constituinte de 1946. Militantes viajavam pelo Brasil para preparar, com entidades e organizações negras de outros estados, o evento que ficou conhecido como Convenção Nacional do Negro Brasileiro – CNNB (NASCIMENTO, 1981 apud GONÇALVES; SILVA, 2000, p. 147).

Com o lançamento do Manifesto à Nação Brasileira, em 1946, os militantes afirmam suas reivindicações como cidadãos (NASCIMENTO, 1978 apud GONÇALVES; SILVA, 2000), destacando a importância de políticas públicas de caráter nacional, principalmente nos campos do trabalho, da previdência e da educação. Entretanto, não houve apoio parlamentar e nem da União Nacional dos Estudantes - UNE, que no início das discussões, em 1945, chegou a apoiar os militantes negros, mas em momento posterior, 1946, retirou seu apoio com a alegação de “racismo ao inverso”.

Entretanto, não houve apoio parlamentar, sob a famosa alegação de que “as reivindicações restringiam o sentido mais amplo da democracia constitucional” (Nascimento, 1981, p. 190), e, ainda, segundo os ilustres congressistas, que “faltavam, no texto, exemplos concretos de discriminação racial no Brasil” (idem). Para completar, a UNE retirou seu apoio inicial, acusando o trabalho de defesa dos afro-brasileiros de racismo ao inverso (idem, p. 144) (NASCIMENTO, 1981, p. 190 apud GONÇALVES; SILVA, 2000, p. 148).

Os constituintes diziam não haver exemplos concretos de discriminação racial no Brasil. Não enxergavam o problema ou não queriam enxergar. Diante dessa situação, os movimentos negros retomam suas atividades de combate ao racismo (GONÇALVES; SILVA, 2000, p. 148), ação que também pode ser compreendida como luta pela conquista ou efetivação de direitos constitucionais.

Em 1949, durante o Congresso da Juventude Negra, houve uma nova tentativa frustrada de retomada da discussão do acesso ao ensino universitário, que já se havia iniciado entre 1945 e 1946.

Conforme ocorrera nos anos 30, também nos anos cinquenta esse assunto encerrou, não houve um avanço institucional por parte da elite para incorporar a demanda negra por inclusão no sistema educativo (CARVALHO, 2005, p. 03).

O fato é que as entidades que formavam o movimento negro já tinham a percepção das dificuldades em formar alianças com outros atores e da importância de emergir um movimento negro centralizado e nacional, que pudesse impor potência e robustez para a conquista de direitos, além do enfrentamento à discriminação racial.

Se a defesa das pautas do movimento negro já encontravam inúmeras barreiras em nossa sociedade num contexto democrático, como o período entre 1946 e 1964, a situação torna-se muito mais difícil a partir de 1964, com a instauração da ditadura civil-militar no nosso país. A repressão implantada foi um dos momentos mais sombrios para o movimento negro e demais movimentos que lutavam por liberdades constitucionais. As aludidas entidades do movimento negro, mesmo com todas as oposições e dificuldades, não desistiram, nem mesmo com a pior das violências.

Evidentemente, a demanda não parou e nos anos setenta essa reivindicação cresceu muito mais e encontrou outra barreira muito forte, que foi a barreira da ditadura militar. No momento em que o MNU (Movimento Negro Unificado) colocou com mais ênfase e franqueza a crise do racismo brasileiro, a democracia racial tornou-se uma espécie de doutrina de segurança nacional. (CARVALHO, 2005, p. 03)

Antes da fundação do Movimento Negro Unificado (MNU) no fim da década de 70, entidades do movimento negro organizado se mantiveram atuantes no cenário político e social. Esses movimentos não se intimidaram com a repressão violenta da época, isto é, durante a ditadura varguista e, posteriormente, ao longo da ditadura militar em 1964.

Entidades do Movimento Negro, mesmo nos tempos de asfixia de suas lutas e mobilizações, continuaram a denunciar o racismo e a reivindicar melhorias das condições de vida da população negra.

A atuação do Movimento Negro organizado e da imprensa negra foi imprescindível para introduzir, organizar e consolidar ideais e um discurso social e político de reivindicação para ascensão e reconhecimento político dos negros e negras de forma ampla, bem como para desenvolver novas formas de lutas, que foram sendo analisadas, processadas e aperfeiçoadas para fazer sentido aos novos contextos, inclusive ao novo modelo de movimento negro, que passa a ter caráter nacional e de luta pela consciência negra.

Cunha Júnior destaca que, a partir da década de 70, segundo o autor Amauri Mendes Pereira, surge “o período de luta pela consciência negra”. A origem desse novo ciclo está nos movimentos anteriores (CUNHA JR, 2003, p.50), pois as lutas empreendidas no passado

prepararam a força, a organização, as estratégias e os meios para a tomada de consciência dos movimentos posteriores, os quais estavam atentos às atividades, demandas e reivindicações de movimentos negros do exterior. De acordo com o artigo publicado no Portal Estudos do Brasil Republicano (2019)¹²:

[...] as influências externas relacionadas, sobretudo, ao comportamento cultural e à experiência dos negros norte-americanos - expresso, por exemplo, no movimento da *soul music* -, e também à política, originou um sentimento de consciência negra ou de Negritude [...] Outros fatores externos seriam as lutas pelos direitos civis, como as ações políticas de Malcom X e dos Panteras Negras, a performance de Muhammad Ali (Cassius Clay) e a descolonização da África. (PORTAL ESTUDOS DO BRASIL REPUBLICANO, 2019)

Esses movimentos negros internacionais foram importantes para despertar uma nova consciência de pertencimento às lutas do povo africano, sobretudo no contexto da diáspora, aguçando um sentimento de afrodescendência. A consciência negra levou a uma forte valorização de todos os elementos presentes na cultura nacional, principalmente a filosofia e a religião africanas (CUNHA JR, 2003, p.50). Assim, grupos, ao longo do período de ditadura militar, se moviam para combater o racismo estrutural e estabelecer os valores da cultura negra.

O professor Henrique Cunha Júnior, relata em um dos seus artigos¹³ (2003, p. 50) que participou, entre 1968 e 1987, de vários grupos políticos informais durante a ditadura militar. O autor conta que esses grupos se reuniram na Praça da República, no Viaduto do Chá e na Escola de Comunicação e Artes (ECA-USP) para promover encontros artísticos, culturais, políticos e informacionais.

Candomblé e Socialismo eram discutidos em praças públicas, em pequenos grupos [...]. Eu mesmo participei de vários desses grupos informais. Assim chamados, sobretudo porque era a época da repressão da ditadura militar e a formalização levava a uma vigilância maior do Estado. Mas informais também por que esta era uma das características dos movimentos negros. (CUNHA JR, 2003, p. 50)

As ações educacionais e politizadoras, formais e informais, dos mais diversos grupos do movimento negro contribuíram para o processo educativo e a própria politização de negros e negras, ao longo do século XX. A ampliação da consciência racial oriunda desses processos levou à articulação de novas coletividades, com o intuito de fortalecer a luta contra o racismo e o preconceito racial, bem como fazer pressão por meio de manifestações e das mais variadas

¹² Artigo “Movimento Negro no Brasil: resistências e lutas”. Disponível no Portal Estudos do Brasil Republicano, no sítio do Arquivo Nacional. <<http://querepublicaeessa.an.gov.br/temas/186-movimento-negro-no-brasil-resistencia-e-lutas.html>>. Acesso em: 29/06/2021.

¹³ Artigo “Movimento de consciência negra da década de 1970” <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:qCi9rD1zRH0J:www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/15183/3/2003_art_hcunhajunior.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em 24/07/2021.

reivindicações durante o período de abertura democrática, em que precisavam integrar suas propostas concernentes às relações raciais.

De acordo com Gonzalez (1981, p. 42), no ano de 1976, entidades do Rio de Janeiro e São Paulo iniciaram contatos, realizaram encontros e das discussões surgiu “uma questão fundamental: a criação de um movimento negro de caráter nacional” (GONZALEZ, 1981, p. 4 apud SANTOS, 2015, p. 46):

E foi assim que começaram a ser lançadas as bases do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, o MNU. Sua criação efetiva, que se daria em junho de 1978 em São Paulo, resultou de todo um trabalho dos setores mais consequentes das entidades cariocas e paulistas empenhados numa luta política comum. Vale dizer que a fundação do MNU não contou com a participação de nenhuma grande personalidade, mas resultou do esforço de uma negrada anônima, dessas novas lideranças forjadas sob o regime militar. (GONZALES, 1981, p. 42 apud SANTOS, 2015, p. 46)

Essa conexão entre as entidades do movimento negro foi possível, também, graças à criação da FEABESP (Federação das Entidades Afro-Brasileiras do Estado de São Paulo), que reunia diversos grupos do movimento negro. Assim, uma consequência importante deste conjunto de entidades negras foi a realização, em 1978, de um importante ato político no Viaduto do Chá (CUNHA JR; NUNES, 2010, p. 06).

Um imenso grupo se reuniu no centro da cidade de São Paulo, entre o Viaduto do Chá e o Teatro Municipal, para se manifestar contra o assassinato do trabalhador negro, Robson Silveira da Luz, que havia sido torturado e morto pela polícia após ter sido acusado de roubo de frutas numa feira e, também, contra a discriminação que havia sido praticada pelo Clube Tietê, em São Paulo, contra atletas negros (BRAUNS; OLIVEIRA; SANTOS, 2020).

Tais situações repercutiram e, somadas às reivindicações e demandas que as entidades do movimento negro organizado já vinham constituindo há muito tempo, eclodiu o Movimento Negro Unificado (MNU).

O nascimento do MNU significou um marco na história do protesto negro do país, porque entre outros motivos, desenvolveu-se a proposta de unificar a luta de todos os grupos e organizações antirracistas em escala nacional (DOMINGUES, 2007 apud GONZALES, 1982). O objetivo de haver um grupo unificado era chamar a atenção para um movimento de lutas do negro contra o racismo dentro da sociedade brasileira e, combinar essas lutas com propostas de melhorias da condição de vida dos negros, discussões sobre a ordem social estabelecida, denúncias do racismo e das desigualdades raciais.

1.2 Breves considerações sobre o Movimento Negro Unificado e suas demandas para aquisição de direitos, sobretudo no que tange a educação no ensino superior.

O MNU fora a face mais expressiva, o marco do surgimento de uma mobilização de caráter político-reivindicativo no que se refere às questões raciais no Brasil (SANTOS, 2015, p. 46).

A união de forças na década de 70 foi imprescindível para assegurar a continuação da atuação das associações negras nas lutas pela emancipação e pelo direito à cidadania, pois a repressão, a partir de 1964, trouxe consequências severas em suas tentativas de desmobilizar lideranças negras e todo debate sobre a questão racial que já circulava.

Mesmo com a coibição, a articulação do Movimento Negro Unificado era tamanha que o próprio regime militar reconheceu sua potência. De acordo com o Instituto de Estudo da Religião (ISER)¹⁴, num levantamento publicado em 1988, o MNU era formado por 573 grupos e coletivos no período pós 1978. Assim, por mais que houvesse um discurso por parte do agente público, isto é, aqueles que estavam à frente do governo e no controle de instituições públicas, como a polícia, de que não havia solidez e organização entre os grupos do movimento, fica evidente que existia uma política unificada e unidade de luta como expressão da pluralidade das questões pertinentes ao Movimento Negro (PORTAL ESTUDOS DO BRASIL REPUBLICANO, 2019).

Durante o protesto nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, mais precisamente em 07/07/1978, Milton Barbosa¹⁵, eleito presidente do ato público inaugural do MNU, leu uma carta aberta à população em que o movimento deixava evidente novos rumos de atuação no cenário brasileiro, que seriam marcados por protestos ainda maiores, eis que, naquele momento a união de forças estava sendo formada e, portanto, não mais poderiam ser ignoradas as demandas urgentes da população negra.

¹⁴ Dados publicados no artigo “Movimento Negro no Brasil: resistências e lutas. Disponível em <<http://querepublicaessa.an.gov.br/temas/186-movimento-negro-no-brasil-resistencias-e-lutas.html>>. Acesso em 08/07/21.

¹⁵ Milton Barbosa foi militante em oposição à ditadura civil-militar. Foi eleito presidente para o ato público inaugural do MNU e fez a leitura da carta aberta à população (BARBOSA, Milton in ALBERTI e PEREIRA, 2007, p. 156 apud SANTOS, 2015, p. 47).



Figura 3

Foto do ato inaugural do Movimento Negro Unificado nas escadarias do Teatro Municipal, no centro de São Paulo, em 07/07/1978 Fonte: Revista Claudia.¹⁶

Na leitura da carta, dentre toda a exposição dos atos de violência - incluindo o assassinato de cidadãos negros-, da realidade precária e marginalizada em que vivia a população negra, o MNU convocou negros e negras à resistência e reação através do protesto. Assim, convocou a todos para se juntarem ao Movimento Negro Unificado e adensar a união de forças contra a discriminação racial.

Por isso chamamos todos a engrossarem o MOVIMENTO UNIFICADO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL. Portanto, propomos a criação de CENTROS DE LUTA DO MOVIMENTO UNIFICADO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL, nos bairros, nas vilas, nas prisões, nos terreiros de candomblé, nos terreiros de umbanda, nos locais de trabalho, nas escolas de samba, nas igrejas, em todo lugar onde o negro vive; CENTROS DE LUTA que promovam o debate, a informação, a conscientização e organização da comunidade negra, tornando-nos um movimento forte, ativo e combatente, levando o negro a participar em todos os setores da sociedade brasileira. Convidamos os setores democráticos da sociedade (para) que nos apoiem, criando condições necessárias para criar uma verdadeira democracia racial. (HASENBALG e GONZALEZ, 1981, p. 50 apud SANTOS, 2015, p. 47-48)

Destaca-se que o MNU propôs, no ato da leitura da carta, a criação de Centros de Lutas em todos os lugares onde o negro vivia. Porém, percebendo que havia lugares em que o negro não vivia, isto é, em que as pessoas negras não estavam incluídas, como a universidade pública, algumas personalidades se juntaram e decidiram fundar, nove anos depois da leitura da aludida carta, o NCN (Núcleo de Consciência Negra) na USP (Universidade de São Paulo),

¹⁶ Imagem disponível em <<https://claudia.abril.com.br/politica-poder/a-geografa-regina-lucia-dos-santos-relembra-conquistas-do-movimento-negro-unificado/>>. Acesso em 11/07/2021.

considerada, por alguns, a universidade mais racista e elitista do Brasil¹⁷. O surgimento do NCN será abordado mais adiante.

É importante destacar a participação do chamado movimento de base acadêmica na reorganização do movimento negro contemporâneo, a partir de 1970. Tal movimento era composto por militantes que estavam localizados dentro das universidades, sendo eles professores, estudantes, intelectuais e pesquisadores. Segundo o autor Alex Ratts:

Nos anos 1970, podemos dizer que alguns/umas ativistas que participam da reorganização do movimento negro contemporâneo, também se situam no interior de algumas universidades públicas e privadas e chegam a constituir grupos de estudo e de intervenção neste âmbito, o que me leva a afirmar a existência de um movimento negro de base acadêmica ou mais simplesmente um movimento negro acadêmico para o período. (RATTS, 2011 p. 29)

O próprio Henrique Cunha Júnior, um dos fundadores do NCN, era estudante na universidade pública à época da criação do Movimento Negro Unificado¹⁸. O autor vivenciou o surgimento do Movimento Negro Unificado e, posteriormente escreveu sobre esse período. Ele menciona em um dos seus artigos que “ao período da história do movimento negro que vai de 1970 a 1990, vamos denominar de período da luta pela consciência negra” (CUNHA JR, p. 50, 2003). Segundo Verena Alberti e Amílcar Araujo Pereira:

O novo movimento negro, que nasce durante o regime militar e cresce no período de abertura política, tem como tarefa, de acordo com suas lideranças, evidenciar a existência de racismo na sociedade brasileira e desenvolver uma consciência ou identidade negra. (ALBERTI; PEREIRA, 2006, p. 144)

Também nesse período, em face do estabelecimento do movimento negro de base acadêmica, diversos núcleos e centros de estudos e pesquisas foram estabelecidos dentro e fora das universidades, engajando professores, estudantes e intelectuais por meio da pesquisa e escrita para pensar o negro como sujeito e protagonista da sua própria história e da história do Brasil. Ademais, o surgimento dos aludidos núcleos e centros de estudos e pesquisas enfatiza a pluralidade de organizações dentro do Movimento Negro Unificado.

Aquilo que os próprios militantes negros convencionaram chamar de movimento negro, no entanto, são na verdade cerca de 400 entidades, de diversos tipos, frouxamente articuladas entre si – há quem prefira mesmo designá-lo por “movimentos negros”, no plural. Há desde organizações políticas rígidas (como o Movimento Negro Unificado, o MNU, a mais

¹⁷ Segundo artigo publicado em 16/07/2018 pelo sítio “Racismo Ambiental”, uma pesquisa realizada pelo escritório “USP Mulheres”, coordenado pelo professor Gustavo Venturi, mostrou que a maior universidade do país, a USP, é racista e elitista. Mais detalhes do estudo disponível em: <<https://racismoambiental.net.br/2018/07/16/racismo-estrutural-pesquisa-recente-mostrou-que-a-maior-universidade-publica-do-brasil-e-racista-e-elitista/>>. Acesso em: 08/02/2022.

¹⁸ O currículo de Henrique Cunha Júnior encontra-se disponível no portal da literatura Afro-Brasileira, no sítio: <<http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/276-henrique-cunha-jr>>, bem como no sítio do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. Acesso em 23/02/2022.

notória), até instituições semi-acadêmicas (como o Grupo André Rebouças, na Universidade Federal Fluminense), passando por centros autônomos de pesquisa histórica e cultural do negro (como o Centro de Cultura Negra do Maranhão, por exemplo). (SANTOS, 1994, p. 94 apud RATTTS, 2011, p.30).

Outros acadêmicos e ativistas intelectuais que compuseram o MNU, mais conhecidos hoje em face de sua produção acadêmica e legado, foram Milton Barbosa, Abdias do Nascimento e Lélia Gonzalez¹⁹. Milton Barbosa, aos 22 anos, entrou para a USP para cursar Economia, um dos cursos mais disputados do país e ocupado por uma maioria de estudantes brancos. O militante, leitor da carta de estabelecimento do MNU nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, nunca se formou. Dos cinco anos que esteve na Universidade, apenas o primeiro foi dedicado aos estudos. Os demais anos foram dedicados a militância, segundo ele "estava mais interessado em mobilizar os estudantes, dialogar sobre a construção do movimento negro" (ECOIA-UOL, 2021). Lélia Gonzalez, falecida em julho de 1994, foi uma ativista e intelectual negra, que contribuiu com seu olhar e protesto sobre o racismo e o sexismo, denunciando essas formas de violência. A autora deixou seu legado por meio das suas obras acadêmicas e militância, sendo uma das fundadoras do MNU²⁰.

Foi uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado contra Discriminação e o Racismo (MNUCDR), em 1978, atualmente Movimento Negro Unificado (MNU), principal organização na luta do povo negro no Brasil e, integrou a Assessoria Política do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras. (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2019)

Abdias do Nascimento, militante desde a década de 30, também esteve presente no ato inaugural do MNU²¹. Abdias, por meio da sua militância, teve uma intensa participação e colaboração nos protestos, na cultura, na política e na educação voltados para afirmação de negros e negras, como mencionado anteriormente. Segundo artigo Personalidades²² “Abdias Nascimento (1914-2011) já foi descrito como o mais completo intelectual e homem de cultura do mundo africano do século XX” (IPEAFRO, s/d).

Considerado um dos maiores expoentes da cultura negra no Brasil e no mundo, fundou entidades pioneiras como o Teatro Experimental do Negro (TEN), o Museu da Arte Negra (MAN) e o Instituto de Pesquisas e Estudos

19 O artigo “Por um bom combate” relembra a participação de Milton Barbosa na criação do MNU e traz detalhes do ato de inauguração e reorganização do Movimento Negro Unificado em 07/07/1978. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoia/reportagens-especiais/milton-barbosa-por-um-bom-combate/#cover>. Acesso em: 23/02/2022.

20 Informações extraídas do artigo “Lélia Gonzalez: a mulher que revolucionou o movimento negro”. Disponível em: <<https://www.palmars.gov.br/?p=53181>>. Acesso em: 25/02/2022.

21 Informações extraídas do artigo “Abdias do Nascimento”, no sítio da UNIFEI. Disponível em: <<https://unifei.edu.br/personalidades-do-muro/extensao/abdias-do-nascimento/#:~:text=Foi%20idealizador%20do%20Memorial%20Zumbi,e%20a%20Frente%20Negra%20Brasileira.>> Acesso em: 25/02/2022.

22 Informações extraídas do artigo “Personalidades”, no sítio do IPEAFRO. Disponível em: <<https://ipeafro.org.br/personalidades/abdias-nascimento/>>. Acesso em: 25/02/2022.

Afro-Brasileiros (IPEAFRO). Foi idealizador do Memorial Zumbi e do Movimento Negro Unificado (MNU) e atuou em movimentos nacionais e internacionais como a Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Frente Negra Brasileira (FNB). (UNIFEI, s/d)

Abdias foi um dos primeiros militantes a propor admissões de estudantes negros, como pensionistas do Estado, em todos os estabelecimentos educacionais, inclusive nas universidades²³. O jornal Quilombo publicado em dezembro de 1948 destaca que é preciso lutar para que estudantes negros sejam admitidos nos estabelecimentos particulares e oficiais de ensino.

Na mesma direção caminha o item 3 do programa do jornal Quilombo, dirigido por Abdias do Nascimento, publicado em seu primeiro número, em dezembro de 1948: "Lutar para que, enquanto não for tornado gratuito o ensino em todos os graus, sejam admitidos estudantes negros, como pensionistas do Estado, em todos os estabelecimentos particulares e oficiais de ensino secundário e superior do país, inclusive nos estabelecimentos militares" (JORNAL QUILOMBO, 2003, p. 2 apud ALBERTI, PEREIRA, 2006, p. 160).

Entretanto, é importante frisar que as lutas pelo acesso de estudantes negros ao ensino superior ainda são mais antigas, pois há registros de reivindicações nesse âmbito desde 1931.

Se o estabelecimento de reserva de vagas (cotas) para alunos negros nas universidades é assunto recente, o mesmo não se aplica ao pleito por medidas que facilitem o acesso de estudantes negros ao ensino superior. Há registros de reivindicações dos movimentos negros nesse sentido desde 1931, como é o caso de um manifesto da Frente Negra Pelotense citado por Arthur Ramos em *O negro na civilização brasileira* (1956): "(...) pleitear junto aos governos o ingresso gratuito nos ginásios secundários e cursos superiores para os estudantes filhos de negros pobres que pela sua inteligência a isso fizeram jus" (PERIA, 2004, p. 31-32 apud ALBERTI; PEREIRA, 2006, p. 160).

As manifestações e reivindicações por reserva de vagas para a população negra se tornaram realidade anos depois, com a proposição de cotas raciais e estabelecimento desse sistema nas universidades. O fato é que o MNU contemporâneo, em determinado momento da sua jornada, mais especificamente em 2001, quando a questão sobre cotas ganhou dimensão (ALBERTI; PEREIRA, 2006, p. 145), levantou a bandeira de cotas raciais para ingresso de alunos e alunas negros e negras nas universidades²⁴, trazendo para o debate público a importância do citado tema e das ações afirmativas. Essa abordagem, isto é, das cotas raciais e ações afirmativas, será tratada mais adiante, no terceiro capítulo.

²³ É importante destacar que dentro do MNU as opiniões se dividiam, isto é, havia posições contrárias ao estabelecimento de cotas raciais. A questão das cotas adquiriu uma dimensão muito grande para o próprio movimento negro, cujas lideranças passaram por um processo de maturação e se prepararam para o debate que suscitou tanta polêmica. (ALBERTI; PEREIRA, 2006, p. 158)



Figura 4
Foto do ato inaugural do Movimento Negro Unificado nas escadarias do Teatro Municipal, no centro de São Paulo, em 07/07/1978. Fonte: Ecoa, do sítio UOL²⁵.

Tendo em vista o objeto desta pesquisa, é muito importante destacar essa passagem de acadêmicos professores, estudantes e intelectuais no interior do Movimento Negro Unificado para que possamos compreender seu perfil, suas contribuições, suas motivações para integrar o movimento e ainda, suas principais demandas, enquanto intelectuais. Tendo em vista a pluralidade de organizações e de suas demandas voltadas para a erradicação do racismo, oportunidades de trabalho, igualdade, cidadania, educação, valorização da cultura afro-brasileira, o movimento de base acadêmica que adensou o MNU estava em sintonia com um movimento amplo de combate ao racismo, e ansiavam pela oportunidade de pesquisas e produções acadêmicas sobre as questões raciais, em que se incluem a história e as memórias da comunidade negra e de seus movimentos de luta.

O movimento negro de base acadêmica se sintoniza com as outras organizações no enunciado da existência do racismo no Brasil, no repensar a nação em plena ditadura militar, e pela busca de uma narrativa própria, de histórias e memórias negras. (RATTS, 2011, p. 31)

O que eles queriam era, sobretudo, a busca de uma narrativa própria. Para tanto, é necessário que haja mais negros e negras nas universidades, principalmente nas públicas, ocupando posições de pesquisadores, estudantes e professores, ensaístas e intelectuais, na escrita da história do negro, não apenas sobre o estudo da mão de obra escravizada, mas de suas memórias, aventuras, lutas e participação no cenário socioeconômico brasileiro. Fora das universidades essa movimentação já era efetuada, conforme demonstrado até aqui, entretanto

²⁵ Imagem disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/milton-barbosa-por-um-bom-combate/#page7>. Acesso em: 23/02/22.

as instituições de ensino superior proporcionam um status de legitimidade e uma infraestrutura que influenciam o potencial de produção intelectual, o que é de grande importância sobretudo quando esta produção apresenta negros e negras como sujeitos de sua própria história. Para além disso, ao acessar o ensino superior, negros e negras acessam também o direito de pesquisar e escrever sobre temas distintos em áreas diversas, o que não se restringe às ciências humanas e nem mesma às relações raciais

Ratts (2011, p.34) destaca em seu artigo o evento “A quinzena do negro na USP”, realizado em outubro de 1977, organizado pelo mestrando Eduardo Oliveira e Oliveira²⁶ com o propósito de revelar alguns brasileiros negros que vinham contribuindo para a história da nação, mas cuja existência não recebia destaque na historiografia.

Nesse sentido, Eduardo Oliveira e Oliveira sintetiza o propósito maior do evento: “um aspecto que nos parece da maior relevância – revelar o negro como criador e criatura. Numa palavra: Sujeito” (RATTS, 2011, p.34)

Beatriz Nascimento²⁷, pesquisadora e ativista, foi uma das participantes do evento. Ela proferiu a conferência “Historiografia do Quilombo” e expressou seu ponto de vista acerca da historiografia brasileira.

“Quando cheguei na universidade a coisa que mais me chocava era o eterno estudo sobre o escravo. Como se nós só tivéssemos existido dentro da nação como mão de obra escrava, como mão de obra para a fazenda e para mineração” (NASCIMENTO, 1989 apud RATTS, 2011, p.34).

O intuito do evento “A quinzena do negro na USP”, em 1977, foi o de reposicionar negros e negras como sujeitos na ocupação de espaços sociais, inclusive o acadêmico. Uma das falas de Eduardo Oliveira e Oliveira foi: “Nós temos direito a essa instituição. Sobretudo essa aqui [a USP] que é pública.” (RATTS, 2011, p. 34)

“A quinzena do negro na USP” foi de grande importância, pois revelou uma carência de produção sobre a história do negro como sujeito, bem como evidenciou um quadro de ausência

²⁶ Eduardo Oliveira e Oliveira também fez parte do movimento negro de base acadêmica, se dedicando a militância e escrevendo sobre as questões raciais e o negro Brasil e promovendo eventos, como a “Quinzena do negro na USP, em 1977”. Entre a escrita da tese, Oliveira organizou eventos na capital paulista para promover a inserção do movimento negro em meios acadêmicos, como a tradicional Quinzena do Negro da USP em 1977 e a criação do Centro de Estudo da Universidade Federal de São Carlos, em São Carlos. Informações disponíveis em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Eduardo_de_Oliveira_e_Oliveira>. Acesso em: 04/03/2022.

²⁷ Maria Beatriz Nascimento foi historiadora e ativista. Se tornou influente nos estudos das relações raciais no Brasil e teve notoriedade em organizações acadêmicas do movimento negro. Ela também fez parte do movimento negro de base acadêmica. Ajudou a criar o Grupo de Trabalho André Rebouças, em 1974, na Universidade Federal Fluminense (UFF), e o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras, em 1975. Participou como conferencista de diversos encontros, conferências e simpósios, falando sobre seus incômodos quanto ao espaço universitário falar do negro apenas como o escravo, como se as pessoas negras tivessem participado da história apenas como mão-de-obra compulsória e sem direito à escolha. Participou da Quinzena do Negro, em outubro de 1977, na Universidade de São Paulo, apresentando trabalho relacionado à questão étnico-racial, em especial dos quilombos. Informações disponíveis em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Maria_Beatriz_Nascimento>. Acesso em: 04/03/2022.

de negros e negras dentro da universidade como pesquisadores, professores e alunos. Dez anos após a citada conferência, em 1987, surge um grupo composto por uma funcionária, um aluno de graduação, um de pós-graduação e um professor que se uniram para fundar o Núcleo de Consciência Negra dentro da USP, isto é, constituir um território negro dentro de um espaço branco, com a proposta de efetivar ações afirmativas para a população negra e ratificar àquilo que Eduardo Oliveira e Oliveira disse em 1977, isto é, que negros e negras também têm direito à Universidade Pública. Assim, cresciam as reivindicações em prol de projetos educacionais que pudessem incluir a comunidade negra dentro da universidade. Dois desses projetos implantados pelo NCN foram: alfabetização e cursinho pré-vestibular, os quais serão abordados no segundo capítulo.

Assim sendo, é importante frisar que a base acadêmica do MNU contribuiu para um fortalecimento ainda maior das pautas relacionadas à educação e ao acesso ao ensino superior.

No que tange às atividades do MNU, após o ato nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, em julho de 78, a organização passou a se concentrar na elaboração de diversos documentos, assim como a se engajar em diversas atividades. Segundo Santos:

Após o ato, o MNU reuniu-se para a elaboração de documentos básicos como a Carta de Princípios, Estatuto e Programa de Ação e passou a desenvolver atividades “nos mais diferentes níveis”: denúncia dos casos de violência policial, manifestações em praças públicas (enterro da Lei Afonso Arinos, passeatas pelo 20 de novembro – dia da morte de Zumbi dos Palmares) e trabalhos junto à comunidade. (GONZALEZ, 1981, p. 60 apud SANTOS, 2015, p. 48)

Dentre muitas ações e, levando em consideração o período de redemocratização, as demandas urgentes como participação política, criminalização do racismo, acessos à educação, saúde, cultura, trabalho e dignidade da pessoa humana serviram de base para o desenvolvimento de pautas estabelecidas pelo Movimento Negro, na Assembleia Constituinte de 1988.

A folha de papel sulfite abrigava o plano de ação do movimento datilografado, reivindicando os direitos da população negra no âmbito da segurança, participação política, acesso à saúde, educação e cultura. Os desejos urgentes de sobrevivência para esse grupo étnico foram desenhados por Milton Barbosa, José Adão, Lélia Gonzalez, Luiza Barros, entre outros articuladores do movimento, que lançaram o manifesto no dia 7 de julho de 1978 na escadaria do Theatro Municipal, em reunião histórica. As demandas serviram de base para as necessidades definidas pelo movimento negro na Assembleia Constituinte de 1988, que resultou na Constituição Cidadã²⁸. (PINHEIRO, 2020)

²⁸ Artigo “A geógrafa Regina Lúcia relembra conquistas do Movimento Negro Unificado”. Disponível em <<https://claudia.abril.com.br/politica-poder/a-geografa-regina-lucia-dos-santos-relembra-conquistas-do-movimento-negro-unificado/>>. Acesso em 24/07/2021.

As conquistas do MNU foram possíveis, não só pela sua organização, plano de ações e protesto, mas também pela interlocução junto a partidos políticos e outras instituições formais que se mobilizaram na pré-constituente. (SANTOS, 2015, p. 50)

A relação dos ativistas com partidos políticos dividia a opinião no interior do Movimento Negro – temia-se pela partidarização do movimento social ou emparelhamento -, entretanto o acesso a essa esfera possibilitou conquistas importantes no âmbito institucional para a questão racial. (SANTOS, 2015, p. 53)

O MNU criou uma rede de relações importantes e estratégicas, articulando e dialogando, também, com grupos e integrantes da esfera pública, isto é, nos partidos, nos governos e nas instituições públicas.

A partir dos anos 1980 notamos a articulação do Movimento Negro no interior da política partidária e institucional e principalmente a partir de 1985 mobilizado para influenciar no processo Constituinte realizando ou inserindo-se em debates sobre o tema. (SANTOS, 2015, p. 173)

Essa rede de relações, bem como a participação de representantes negros na constituinte, foi fundamental para as conquistas de direitos, que foram inseridas na Constituição Federal de 1988.

Natália Neres da Silva Santos destaca em sua dissertação (2015, p.122) que os textos negros chegaram ao congresso via sugestões e emenda popular²⁹, com uma série de proposições para fazer justiça e melhorar a realidade marginalizada da população negra.

Dentre as demandas urgentes tratadas nas etapas da constituinte, isto é, criminalização da discriminação racial, isonomia, cultura, relações diplomáticas, quilombos, destaca-se aqui a educação, como foco deste trabalho.³⁰

Entretanto, não se pode falar em educação sem isonomia. Esse instituto, tratado na Assembleia Nacional Constituinte, é fundamental para a implementação de ações afirmativas, assim como para transformar a sociedade em justa e igualitária.

As demandas referentes à isonomia foram apresentadas tanto pelos/as ativistas quanto pelos/as constituintes e fundamentavam-se na ideia de que todos deveriam ter igual direito ao acesso a determinados bens ou serviços e de que se deveria dar um tratamento diferenciado a grupos/indivíduos tratados desigualmente na sociedade. (SANTOS, 2015, p. 157)

Este debate é de grande importância para se pensar o acesso à educação em geral e, particularmente, ao ensino superior, tal princípio indica igualdade de direitos para alcance de

²⁹ Frisa-se que a autora menciona em sua dissertação sugestões de diversas entidades. Entretanto, tendo em vista que esse subtítulo trata de breves considerações, serão destacadas apenas algumas sugestões, relacionadas à educação, para fundamentar essa tese.

³⁰ Destaca-se a educação, eis que se trata do foco desta pesquisa. Leitura mais aprofundada e mais informações sobre as outras demandas podem ser analisadas na dissertação de mestrado da autora Natália Neres da Silva Santos, disponível em <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/13699>>. Acesso em 24/07/2021.

determinados bens e serviços, enfatizado pela balança da justiça para equilibrar as distorções em face das desigualdades sociais e do racismo. A isonomia é um estatuto imprescindível na reparação histórica do Estado e da sociedade para com os afro-brasileiros, bem como para com a memória dos escravizados e seus descendentes, que foram privados dos meios mais básicos, que permitiriam ascensão no campo social e econômico.

Destarte, a isonomia intui tratar os iguais como iguais e os desiguais na medida de suas desigualdades para alcançar um equilíbrio e, assim, tornar justo o acesso a bens e serviços públicos, bem como tornar possível a ascensão social e econômica da população negra. Portanto, não há em que se falar em privilégios para os negros e discriminação para com os brancos, apenas em medidas compensatórias com o intuito ressarcimento e equilíbrio.

No que tange à educação, uma das sugestões partiu da Comissão Municipal Pró-Participação Popular na Constituinte (criada por Decreto pela Prefeitura de Medianeiras no Estado do Paraná), que visava somar forças junto ao Movimento Negro Unificado, assim como levar ao processo constituinte suas ideias para a inserção de direitos à população negra na Carta Magna. Nesse sentido, a Comissão destaca “[...] reforma educacional (que pudesse garantir o ensino público e gratuito em todos os níveis, igualdade de tratamento para todos e facilitação do acesso à instrução para as classes menos favorecidas)”. (SANTOS, 2015, p. 123).

Segundo a Comissão, a educação se apresentaria mais justa e igualitária, se houvesse acesso aos mais elevados níveis de instrução. Entretanto, o texto apresentado é genérico, isto é, alude a todos os níveis de educação, não remetendo, especificamente, ao ensino universitário e nem a cotas para negros no ensino superior.

Outra sugestão do Movimento Negro Unificado, a respeito da educação, partiu do CEAB (Centro de Estudos Afro-brasileiros) que propôs o pleno acesso ao processo educacional, além da qualidade no ensino público.

O acesso ao processo educacional é assegurado: - pela gratuidade do ensino público em todos os níveis; - pela adoção de um sistema de admissão nos estabelecimentos de ensino público que, na forma da lei, confira a candidatos economicamente carentes, desde que habilitados, prioridade de acesso, até o limite de 50% das vagas. (SANTOS, 2015, p. 137)

O Centro de Estudos Afro-brasileiros sugere um sistema de admissão nos estabelecimentos de ensino público por meio de reserva de vagas, ao preconizar o acesso prioritário de candidatos carentes, até o limite de 50% das vagas disponíveis em uma instituição. O texto expresso é genérico. Ele denota a adoção de um sistema de cotas, mas não alude cotas raciais para acesso de jovens negros e negras ao ensino superior.

Em relação à proposta de emenda popular, foi apresentado um texto (nº PE00104-7/1P20773-8) proposto pelas seguintes entidades que adensam o MNU: CEAB; Associação Cultural Zumbi; Associação José do Patrocínio, além do constituinte subscritor Carlos Alberto Caó – PDT/RJ (SANTOS, 2015, p. 140). No que tange a esfera educacional, ficou indicada na proposta a seguinte medida didático-pedagógica:

“§3º A educação dará ênfase à igualdade dos setores, afirmará as características multirraciais e pluriétnicas do povo brasileiro e condenará o racismo e todas as formas de discriminação.” (SANTOS, 2015, p. 140)

Verifica-se que a proposta em relação à educação foi ampla, não mencionando medidas específicas de superação das desigualdades, por meio do acesso ao ensino superior, através de cotas raciais.

Santos aponta as demandas sobre a temática racial que foram aprovadas na fase, que tinha por objetivo a discussão na esfera popular (2015, p. 154). No que se refere à educação, a proposta aprovada enfatiza a luta contra o racismo, por meio da correta interpretação da história das populações negras no Brasil. Entretanto, a autora chama atenção para o desaparecimento do foco e da especificidade na própria população negra.

No entanto, assim como no caso da demanda por isonomia, notamos gradativamente a perda da especificidade ou foco na população negra [...] No “Anteprojeto da Comissão” se prevê a ênfase na “condenação do racismo e da discriminação” pela educação, no entanto, tem-se a supressão do enfoque de grupos raciais no que se refere ao ensino da história do Brasil – fala-se na contribuição das “diferentes etnias” – redação que se manterá até a promulgação do texto final. (SANTOS, 2015, p. 163)

Na ocasião, o texto promulgado em 1988, relacionado à educação, se mostrou genérico, não abordando a obrigatoriedade do ensino da disciplina de História e Cultura Afro-Brasileira, nem a adoção do sistema de cotas para negras e negros nas universidades.

Muito embora tenha havido supressões na Carta Magna, conquistas foram alcançadas. O disposto nos artigos 205 e 206 da CF/88 destacam que a Educação é um direito de todos e um dever do Estado e que deve ser fundamentada por meio de princípios que garantam igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Já no artigo 242 consta, expressamente no parágrafo 1º, que o ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro. Tudo expresso de forma significativamente genérica diante das lutas pelo reconhecimento das necessidades específicas oriundas do racismo. Seria necessário haver mais especificidade na legislação para o favorecimento de um sistema mais justo e igualitário. Ainda assim, o passo dado em 1988 foi importante para conquistas posteriores, promulgadas por meio de emendas constitucionais.

Dessa forma, algumas conquistas se deram, pelo menos no plano jurídico, com a promulgação da Carta Maior, e outras foram frutos da permanência das lutas, como é o caso da obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena nas escolas (Leis n. 10.639/2003 e 11.645/2008), e das cotas raciais instituídas em 2012. Esta última, uma política que determina o mínimo de 50% das vagas das instituições de ensino públicas para estudantes de ensino médio cursado em instituições públicas, sendo que, desses 50%, 25% são destinados aos pretos, pardos e indígenas. Ainda que não haja critérios de renda para o direito de acesso a essas vagas, ainda prevalece a vinculação com o ensino público. O sistema de cotas implantado pela Lei nº 12.711/2012, regulada pelo Decreto nº 7.824/12, está fundamentado pelo princípio da igualdade, disposto no artigo 5º da Constituição Federal. De acordo com Roberto Henrique Girão:

No artigo 5º da Constituição, o qual cuida de elencar os direitos e garantias individuais dos cidadãos, expressa a previsão do princípio em comento da seguinte forma: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza(...). O que a atual Constituição fez, portanto, foi consagrar, definitivamente, o princípio da igualdade, porém, não apenas em termos formais, mas também em termos materiais. O que quis dizer o legislador constitucional, de forma sucinta, é fazer com que a igualdade não exista somente perante a Lei, pois se assim fosse nada ou muito pouco valeria. Desta forma, o mencionado princípio tem objetivo de fazer com que o Poder Legislativo edite normas ao ordenamento jurídico brasileiro, de modo que estas corrijam ou amenizem as desigualdades sociais históricas. (GIRÃO, 2018, p. 02)

As conquistas alcançadas pela atuação do Movimento Negro Unificado foram importantes, pois sua voz ecoada se impôs nas discussões e propostas durante a constituinte e, após, afirmando negras e negros como sujeitos políticos.

A promulgação da nova Constituição Federal em 1988 teve no seu texto inserções importantes relacionadas às questões raciais, traduzidas em conquistas e subsídios para que Movimento Negro pudesse continuar a luta por mais justiça social, ou seja, as incorporações no texto constitucional possibilitaram novas lutas tanto para regulamentação de leis, como para suas implementações, como, por exemplo, no campo da educação, em que, mais tarde, foram regulamentadas as supracitadas leis 10.639/2003 e a 11.645/2008, que alteram a lei 9.394/1996 (Diretrizes e bases da Educação) para, finalmente, incluir no currículo oficial das redes de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Africana Afro-Brasileira e Indígena”.

Ainda no campo da Educação ao longo de toda a década de 1990 atores e atrizes do Movimento Negro atuaram de modo a garantir a regulamentação de dispositivo constitucional acerca do ensino da História no Brasil com foco na população negra e indígena tendo conquistado a inserção da especificação de tais grupos por meio das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 que alteraram a Lei

de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (Lei 9.334). (RODRIGUES, 2005 apud SANTOS, 2015, p. 180)

No que tange a implementação de cotas nas universidades, somente 24 anos após a promulgação da Constituição Cidadã, é que foi instituída a supracitada lei 12.711/2012, a qual determina que universidades e institutos federais reservem vagas, no mínimo 50%, para estudantes que concluíram o ensino médio em escolas públicas.

A lei reserva no mínimo 50% das vagas das instituições federais de ensino superior e técnico para estudantes de escolas públicas, que são preenchidas por candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à presença desses grupos na população total da unidade da Federação onde fica a instituição³¹. (PORTAL DO MEC, 2018)

Já na USP (Universidade de São Paulo), uma das últimas instituições a aderir cotas raciais nos seu vestibular, a aprovação ocorreu apenas em 2017, isto é, 29 anos após a promulgação da Constituição Cidadã e 05 anos após a lei de cotas para as Universidades e Institutos Federais.

[...] 37 por cento das vagas do vestibular da Fuvest 2018 foram destinadas aos alunos de escolas públicas. A cada ano a reserva de cotas irá subir, até atingir a meta, em 2021, de 50 por cento das vagas destinadas ao sistema de cotas. As vagas reservadas para Pretos, Pardos e Indígenas (PPIs), termos que são designações do IBGE, serão proporcionais à presença desses segmentos no Estado de São Paulo. Assim, dos 37%, 13,7% serão reservados para Pretos, Pardos e Indígenas³². (JORNAL DA USP, 2018)

Entretanto, essa conquista, como já mencionado, ocorreu 29 anos após a promulgação da Carta Magna, ou seja, uma vez que não foi inserida no texto constitucional a previsão de cotas raciais para ingresso de negras e negros nas universidades públicas, ficou exposta uma lacuna a ser preenchida e uma nova batalha precisou ser travada.

Para se entender a adoção de cotas raciais pela USP em 2017, é preciso conhecer a história do Núcleo de Consciência Negra, fundado em 1987, uma vez que essa entidade foi fundamental para a conquista de cotas raciais dentro da universidade pública mais elitista do país.

³¹ Artigo disponível em <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35544-lei-de-cotas>>. Acesso em 21/07/2021.

³² Artigo disponível em <<https://jornal.usp.br/artigos/o-sistema-de-cotas-etno-raciais-adoptado-pela-usp/>>. Acesso em 21/07/2021.

1.3 A formação do Núcleo de Consciência Negra na Universidade de São Paulo e seus fundadores.

Em 1987, poucos anos após o fim da ditadura civil-militar, no período de redemocratização do país, surge o Núcleo de Consciência Negra na USP. Segundo seus fundadores, esse período de efervescência era oportuno para aflorar discussões sobre a posição que mulheres negras e homens negros ocupavam em nossa sociedade, sobretudo no ensino superior. Assim, o NCN foi criado dentro da Universidade de São Paulo, como forma de protesto e resistência, em face de haver pouquíssimos estudantes e professores negros e negras e muitos funcionários afro-brasileiros em funções de menor prestígio social dentro da universidade, em uma relação de trabalho precária, retratando, dessa forma, a desigualdade de oportunidades e acessos.

O Núcleo levantou a bandeira da educação para a transformação da comunidade negra em pessoas conscientes de seus direitos e de seu papel na sociedade. A contribuição do NCN foi, desde o início, melhorar as condições de trabalho dos funcionários negros da Universidade e estabelecer ações para proporcionar oportunidades para que jovens negros e negras pudessem ser incluídos dentro da universidade, não como funcionários terceirizados contratados para a limpeza e conservação do espaço, mas como estudantes e, futuros professores.

É importante frisar que o cenário de exclusão do negro no ensino superior se evidencia desde quando as primeiras universidades foram instaladas no Brasil. Carvalho (2004) destaca que o projeto de universidade no Brasil foi, desde o início, um projeto eurocêntrico.

As universidades federais mais antigas do país (como vocês sabem a Universidade do Paraná é a mais antiga de todas; depois veio a UFRGS e depois a Universidade de São Paulo), são todas da década de trinta e todas tiveram um perfil completamente branco. (CARVALHO, 2004, p. 03-04)

A inclusão de negros e negras na universidade deveria ter acontecido desde o início de suas atividades no Brasil. A chance de inclusão, no momento do nascimento da universidade no país, não se efetivou. O Brasil, nesse momento, deixou passar a oportunidade de construir uma nação mais justa e igualitária.

E naquele momento inicial teria sido possível integrar negros e índios com muito mais facilidade e com eles teríamos formado os que depois se transformaram em professores das outras universidades. Mas isso não ocorreu. Naquele momento em que teria sido possível gerar uma discussão pública sobre a função social da universidade pública, seu papel social ficou restrito apenas à formação da elite política e econômica do país. (CARVALHO, 2004, p. 04)

Carvalho destaca que houve outros momentos, em 1950, 1960 e 1970, em que ações afirmativas poderiam ter sido implementadas pelas universidades, mas não foram. Segundo o autor, na década de 50, com a instalação da Universidade do Brasil, conhecida hoje como UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), outra oportunidade de inclusão foi desperdiçada, em face de dois importantes intelectuais negros terem sido barrados no concurso para professor. Os mencionados intelectuais são o sociólogo Guerreiro Ramos e o filósofo Edison Carneiro, que foram preteridos por professores brancos.

Um outro momento muito importante, que teria sido também de inclusão, se deu nos anos cinquenta com a formação da Universidade do Brasil, hoje UFRJ, do Rio de Janeiro, que cresceu também dentro de um clima otimista de modernização e expansão de horizontes. Um dos maiores cientistas sociais brasileiros do século XX foi Guerreiro Ramos, sociólogo negro, egresso da primeira turma de filosofia da Universidade do Rio de Janeiro. Contudo, apesar do seu brilho intelectual, ele não se tornou professor da UFRJ, tendo sido barrado no concurso para professor. [...] Na verdade, ele declarou em uma entrevista histórica, ter sido vítima de racismo: os professores brancos da UFRJ não o queriam em seu meio excludente. Vocês podem imaginar as consequências positivas para a comunidade negra caso Guerreiro Ramos tivesse sido professor da UFRJ nos anos cinquenta. Ele teria formado outros alunos que também teriam sido professores, e teríamos hoje um outro panorama da presença negra nas universidades públicas. [...] Edison Carneiro também foi outro intelectual negro que tentou ser professor da UFRJ. Ele já tinha sido presidente da Campanha Nacional de Defesa do Folclore Brasileiro e ia substituir Arthur Ramos, seu professor de Antropologia. Ele também perdeu esse concurso para alguém que nem sequer de longe possuía uma produção científica comparável à de Edison Carneiro. (CARVALHO, 2004, p. 04)

Em 1960 foi fundada a UNB (Universidade de Brasília) e, mais uma vez, a oportunidade de inclusão de negros e indígenas não aconteceu. Lembremos que aquele foi um momento de muita expectativa, de idealismo, de um projeto de nação liderado por Juscelino Kubitschek com a fundação de Brasília (CARVALHO, 2004, p. 04). Havia expectativa para o estabelecimento de ações afirmativas na UNB por parte de Darcy Ribeiro, o qual ajudou a fundar a aludida Universidade e foi seu Reitor. Darcy havia participado do Congresso do Negro Brasileiro, em 1950, momento em que se discutiu a reserva de vagas nas universidades para jovens negros e negras. Entretanto, tais expectativas foram frustradas com a não adoção, nesse período, de ações afirmativas para inclusão de negros na UNB. Segundo Carvalho:

Sempre digo que com uma só canetada Darcy Ribeiro teria colocado os negros e os índios facilmente na UnB e agora estaríamos em uma situação muito melhor como nação multiétnica e multirracial. Por outro lado, visto que ele se esqueceu de exercer o poder de inclusão que certamente teria naquela época na sua condição de Reitor, os negros e os índios continuaram de fora da universidade pública por mais quatro décadas. (CARVALHO, 2004, p. 04)

Nos anos 70, com o aumento do número de universidades no Brasil, ficou evidente que a não inclusão de negros na universidade, desde o princípio, ocasionou a monopolização de uma elite acadêmica branca. Essa discrepância poderia ter sido suficiente para a tomada de decisão por parte das autoridades competentes, no que tange a implementação de ações afirmativas voltadas a jovens negros, negras e indígenas, com o objetivo de corrigir as desconformidades e desigualdades raciais explícitas no país. Entretanto, nenhuma atitude positiva foi tomada.

A partir dos anos setenta cresceu o campo das universidades no Brasil, formado por professores que tinham sido egressos daquelas universidades dos anos trinta, da USP, UFPR, UFRGS, depois da UFRJ, depois da UnB. Assim, a mesma rede branca original simplesmente se duplicou e se expandiu geometricamente. (CARVALHO, 2004, p. 04-05)

No que se refere aos anos 80, conforme já mencionado nesse capítulo, foi uma década de grande efervescência dos movimentos sociais e do movimento negro, em face da redemocratização no país, e, portanto, da oportunidade e esperança de construção de uma nação mais justa e igualitária. Porém, a oportunidade de integrar negras e negros nas universidades, por meio de ações afirmativas, como cotas raciais, também não se concretizou naquela ocasião, mesmo diante de toda a discussão presente sobre a importância de “pôr um fim” ao cenário de exclusão, com a construção de uma nova nação, por meio da promulgação de uma nova Constituição Federal refletida de direitos traduzidos pelos anseios da população brasileira.

Pode-se vislumbrar, portanto, que em várias ocasiões, desde a fundação da Universidade no Brasil na década de 30, diversas oportunidades de estabelecimento de ações afirmativas para inclusão de negras, negros e indígenas nas universidades acabaram não se efetivando, perpetuando assim, as desigualdades raciais no decorrer do século XX.

Diante do aludido cenário de exclusão dentro das universidades, em 1987 começa a missão do NCN e sua árdua jornada dentro da USP. A princípio concentrando-se primordialmente em efetuar denúncias a respeito da situação dos trabalhadores negros dentro da Universidade de São Paulo e, num segundo momento, concentrando-se em realizar ações e projetos educativos voltados à valorização dos negros, culminando na luta pela adoção de cotas raciais, conquistadas em 2017, isto é, 30 anos depois da fundação do Núcleo.

É importante destacar que, embora o NCN esteja atuando há mais de 30 anos dentro da USP, ainda há poucas produções escritas, inclusive de caráter acadêmico sobre a sua história. Mais recentemente, com a internet e a facilidade de comunicação por meio das redes sociais, verifica-se um volume maior de divulgação das atividades do Núcleo, o que é essencial para contar sua história mais recente. Entretanto, no que tange a história mais remota, foi preciso

procurar os integrantes fundadores e outros membros do Núcleo, para que pudessem contar suas memórias e promover o acesso a um conjunto de documentos que apenas eles detinham e que foram relevantes para a composição deste trabalho.

Foi efetuado um levantamento dos nomes dos integrantes fundadores do NCN, em seguida todos eles foram contatados e convidados a participar da pesquisa, relatando suas memórias acerca do surgimento do Núcleo e de suas atividades, porém nem todos concederam entrevistas. Felizmente, uma das principais articuladoras e única mulher fundadora do NCN, Jupiara Castro, relatou suas memórias, concedendo horas de entrevista, assim como o Sr. Luiz Carlos dos Santos, que esteve presente em momento posterior à fundação, o que tornou possível conhecer com mais detalhe a história e atuação do Núcleo de Consciência Negra. Segundo Maria José Menezes, integrante do Núcleo de Consciência Negra em momento posterior e, presente até hoje na entidade, as versões sobre a história do Núcleo contadas por Luiz Carlos e Jupiara possuem qualidade em riqueza de detalhes, pelo fato de estarem desde o início e ficarem por muito tempo durante a trajetória do NCN, bem como por possuírem documentos de tempos mais remotos sobre ações e atividades da aludida entidade. Zezé, assim como é conhecida, conta que Jupiara foi a pessoa fundamental na criação do Núcleo, pois foi a mulher que enxergou o problema do racismo na USP, tendo ido atrás dos principais dirigentes negros, para juntos fundarem o NCN.

A versão do Luís é a correta. Quem tem bagagem para contar a história do núcleo é o Luís Carlos, a Jupiara, o Wilson e o Cunha. A Jupiara tem muito mais, ela que foi a cabeça, que foi atrás das pessoas, foi a pessoa fundamental para a criação do núcleo e esse olhar, quer dizer, essa ausência do negro nesse espaço institucional fez com que esse segmento se mobilizasse para pautar a questão e pensar em políticas. (MENEZES, Maria José, 2016)

Foram realizadas entrevistas com outros integrantes que estiveram no começo das atividades e puderam contribuir com suas memórias. Esses aludidos integrantes são Maria José Menezes, que se encontra até hoje fazendo parte do NCN, Luiz Carlos dos Santos e Antônio Carlos Billy Malachias, ambos ex-integrantes.

Portanto, as entrevistas, os documentos angariados, as produções escritas e as informações disponíveis na internet, foram as fontes utilizadas para a construção e o desenvolvimento deste trabalho, que pretende contar a história e as ações educacionais do Núcleo de Consciência Negra.

Em 1986 e 1987, Jupiara Castro era funcionária do departamento de recursos humanos do Centro de Saúde Escola Samuel Barnsley Pessoa (CSEB) da Faculdade de Medicina da USP (FMUSP) e estava na direção do SINTUSP (Sindicato dos Trabalhadores da Universidade de São Paulo). Em entrevista, a fundadora do NCN relata que no aludido período havia muitos

negros e negras entre os trabalhadores da prefeitura da Cidade Universitária. Esses trabalhadores eram eletricitistas, técnicos de jardinagem, pedreiros, cozinheiros e cozinheiras, técnicos e técnicas de enfermagem do Hospital Universitário, faxineiros e faxineiras. Já no âmbito acadêmico, relata a entrevistada, que não encontrava negros e negras: “Na parte da academia, você não encontrava o negro, nem discentes e nem docentes” (CASTRO, Jupiara, 2020).

Jupiara, como dirigente do SINTUSP, começou a receber uma série de questionamentos, por parte dos trabalhadores, que relataram que as relações de trabalho na USP eram perversas.

Tais condições perversas se tratavam das condições precárias de trabalho, de atos preconceituosos por parte das chefias, de baixa remuneração, de impossibilidade de ascensão como trabalhador, pela falta de oportunidade em ser um estudante ou estar em cargos administrativos, da percepção sobre a cor daqueles que carregavam as vassouras e daqueles que estavam à frente de cargos de maior prestígio social.

Frisa-se que essas relações perversas se baseiam em um sistema de opressão que tem como origem a discriminação e o preconceito racial, relacionado a determinadas “categorias” como cor da pele, etnia, gênero, classe, localização geográfica, dentre outras posições/identidades que são socialmente hierarquizadas. O conceito de interseccionalidade, que será mais amplamente tratado no segundo capítulo, nos ajuda a compreender essas relações perversas narradas por Jupiara, quando passamos a pensar e compreender que os fatores que geram as desigualdades são inseparáveis e se dirigem para a discriminação e exclusão de indivíduos e/ou grupos. No que tange às relações perversas narradas por Jupiara, direcionadas aos trabalhadores negros e negras da USP, a raça funciona como critério de distribuição desses trabalhadores em posições classificadas como trabalho de maior ou menor prestígio social. Segundo Gonzalez e Hasenbalg:

A raça, como atributo social e historicamente elaborado, continua a funcionar como um dos critérios mais importantes na distribuição de pessoas na hierarquia social. Em outras palavras, a raça se relaciona fundamentalmente com um dos aspectos da reprodução das classes sociais, isto é, a distribuição dos indivíduos nas posições da estrutura de classe e dimensões distributivas da estratificação social. (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 89-90)

Percebendo que se tratava de atos altamente racistas e discriminatórios por parte das chefias, isto é, dos que estavam à frente na administração da Universidade, Jupiara tentou discutir o assunto com a direção do Sindicato. Entretanto, segundo a entrevistada, os demais dirigentes a achavam “louca” e diziam que não havia racismo na Universidade de São Paulo.

Eu tentei discutir isso com a direção do sindicato, isso em 1987. Tinha eu, de mulher, e mulher negra, tinha dois dirigentes que não se enxergavam como negros, porque eram mestiços. Então era mais fácil você viver como mulatinho, como qualquer coisinha, menos como negro. E nas discussões, na direção, as pessoas diziam que eu era meio louca porque na USP não tinha racismo. E eu estou falando de um setor extremamente avançado da categoria. (CASTRO, Jupiara, 2020)

Jupiara, aborrecida, por não ter, naquele momento, o apoio dos demais dirigentes do sindicato, procurou a Adusp (Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo) e o DCE (Diretório Central dos Estudantes) para que pudessem, juntos, tomar providências, isto é, denunciar as desigualdades nas relações de trabalho, bem como as condições precárias dos trabalhadores dentro da Universidade.

O momento era ideal para formar uma rede de apoio, uma aliança, pois, havia negros na direção da Adusp e do DCE, eram eles: o professor doutor Henrique Cunha Júnior, docente na USP e o Wilson Honório da Silva, estudante de História na FFLCH-USP (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo).

O contato de Jupiara com Henrique Cunha Júnior e, Wilson Honório da Silva, proporcionou a formação do NCN, que foi o início de um trabalho de investigação e denúncia, em face das reclamações das/os trabalhadoras/es negras/os da Universidade, junto ao SINTUSP. De acordo com Jupiara, em entrevista ao Sista (2016):

Sentamos, discutimos bastante e começamos a pensar a forma de intervir na estrutura da universidade pra ver se conseguia minimizar a questão das perseguições racistas para com os trabalhadores, e por outro lado a gente olhava eram muito poucos estudantes negros. (SISTA, 2016)

Verifica-se que, naquele primeiro momento, de formação do Núcleo, ainda não havia uma proposta relacionada à educação. Projetos educacionais, propostos para comunidade negra, foram apresentados em momento posterior, quando os fundadores perceberam que, somente suas denúncias, não iriam mudar a situação dos trabalhadores negros. Portanto, as ações iniciais do Núcleo se concentraram na situação precária dos trabalhadores negros e negras da USP, e na denúncia dessas relações de trabalho marginalizadas, bem como da ausência do negro na academia.

Jupiara relata que ela, Cunha Júnior e Wilson Honório, juntos, aprimoraram um questionário inicialmente elaborado por ela, que tinha o propósito de ouvir os trabalhadores. A partir das narrativas, os dirigentes conseguiram perceber que havia ações racistas nas relações de trabalho.

Melhoramos meu questionário de escuta do trabalhador e a gente conseguiu perceber, efetivamente, com dados, que as ações eram ações racistas, e começamos a tratar isso com a reitoria. (CASTRO, Jupiara, 2020)

Jupiara conta que ela e os citados dirigentes, ainda em 1987, procuraram a reitoria para tratar do assunto, ou seja, sobre o racismo existente na Universidade e sobre os negros estarem presentes somente em funções de menor prestígio social, sem haver oportunidades de ascensão, trabalhando por horas e horas sem a percepção de remuneração justa e adequada. Porém, naquele momento, não houve uma resposta positiva, mas continuaram, ainda em 1987, com o trabalho de escuta, levantamento de dados e denúncia.

A gente veio em 1987 naquela caminhada e, em 1988, para nossa surpresa a Universidade faz um seminário internacional devido aos 100 anos de abolição, e as mesas eram totalmente branquinhas, branquinhas. (CASTRO, Jupiara, 2020)

Em novembro de 1988, os fundadores do Núcleo decidiram fazer um grande ato o qual nomearam de “Abolição Interrogada”. Esse ato foi em resposta ao evento internacional que aconteceu na USP, em maio de 1988, em que, para discursar sobre o centenário da abolição da escravidão, chamaram para compor as mesas, somente convidados brancos, ignorando os negros presentes na universidade e suas falas.

Em 1988 teve um congresso internacional da escravidão aqui na USP. Não tinha um negro na mesa. (SANTOS, Luiz Carlos, 2016)

Jupiara lembra que tinha um número pequeno de professores negros em 1988.

Em 1988 nós tínhamos, no total da Universidade, pegando os campus do interior e da capital, nós tínhamos cinco professores negros entre cinco mil e poucos docentes. (CASTRO, Jupiara, 2020)

De acordo com Jupiara, ela e os demais integrantes do Núcleo, incluindo os docentes e discentes negros que estavam na primeira fileira³³, ficaram muito incomodados com o menosprezo e desconsideração por parte da USP, pelo fato de não ter havido convite para compor à mesa, a nenhuma negra e a nenhum negro, que ficaram na primeira fileira apenas como expectadores, ouvindo sua própria história sendo contada por integrantes da “mesa branca”³⁴.

Dentre os intelectuais negros presentes na primeira fileira, como expectadores, estavam Milton Santos, Kabengele Munanga, Eunice Prudente, Dilma de Melo e Silva e Sueli Carneiro. Além de docentes, havia mulheres representantes do movimento negro, que inclusive, eram estudantes e, outras, egressas da USP.

Na primeira fileira estava a nata, tanto de docente que atuavam na Universidade, quanto mulheres do movimento negro, que foram alunas da USP, fizeram doutorado na USP, naquele período estavam terminando o doutorado delas na Universidade e, nenhuma dessas pessoas foram convidadas

³³ A primeira fileira corresponde ao evento internacional do centenário da abolição, na USP, em 1988.

³⁴ “Mesas brancas” faz alusão à composição da organização das mesas no evento internacional do centenário da abolição, na USP, em 1988, em que os convidados a discursarem eram todos brancos.

a fazer parte das mesas das discussões que eram tão pertinentes e, até hoje, são tão caras a nós. (CASTRO, Jupiara, 2020)

Luiz Carlos conta que junto com o DCE, a “mesa branca”, organizada pelo professor João Baptista³⁵, que foi professor de Sociologia e Antropologia na FFLCH, foi tomada e denunciada.

Nós, com o DCE, fizemos um abaixo assinado denunciando a mesa branca que foi organizada pelo professor João Baptista, que era da Sociologia e Antropologia, especialista em negro. (SANTOS, Luiz Carlos, 2016)

Jupiara lembra que a imprensa toda estava presente no evento organizado pelo professor João Baptista para registrar o acontecimento e saber o que a USP pensava sobre a abolição da escravidão no país. Segundo a fundadora do Núcleo, além da organização das mesas com a participação apenas de comunicadores brancos, a Universidade convidou um especialista estrangeiro, branco, chamado Thomas Skidmore³⁶, para discorrer sobre as questões dos negros no Brasil.

A imprensa toda estava lá para saber o que a USP pensa. Eles trouxeram o especialista Thomas Skidmore para, no mais, discorrer sobre as nossas questões. Mas o Thomas é um estudioso estrangeiro branco que ocupou a mesa para falar do período escravista e ele estava repleto de autoridade para falar do negro nas mais diversas áreas. (CASTRO, Jupiara, 2020)

Segundo Jupiara, por mais que existam especialistas brancos bem intencionados, que também estudam e possuem conhecimentos sobre o assunto, existem muitas/os negras/os, pesquisadoras/es e estudiosas/os, que têm conhecimento e autoridade para falar sobre as questões étnico-raciais, porém, a Universidade, até hoje, tem dificuldade de reconhecer esse fato.

Assim, diante da ausência de convite para fazer parte das mesas no evento internacional do centenário da abolição em 1988, os membros do Núcleo, os docentes, discentes, egressas e egressos negros da Universidade e integrantes do movimento negro, não puderam falar, trazer seus pontos de vista, que em alguns casos envolvia produção de conhecimento sobre o tema efetuada no interior da própria universidade, e ainda continha o conteúdo de denúncia do racismo presente na sociedade brasileira, inclusive dentro da Universidade de São Paulo. Assim, não puderam expressar que aquela data não se constituía como um dia de comemoração, mas como um dia para discussão, reflexão e denúncias das desigualdades explícitas e ainda existentes em relação à população negra.

³⁵ O professor João Baptista Borges Pereira é um antropólogo e professor emérito da Universidade de São Paulo, conhecido por seus estudos sobre os imigrantes e o negro no Brasil. Mais informações disponíveis em < <http://lattes.cnpq.br/7998288335836364> >. Acesso em 17/12/2023.

³⁶ Thomas Elliot Skidmore foi um historiador norte-americano especializado em História do Brasil. Ficha disponível em < <https://ceb.ufg.br/p/40634-thomas-skidmore> >. Acesso em 17/12/2023.

É importante lembrar que o aludido evento internacional foi realizado em pleno período de redemocratização no país, quando a luta por direitos, reconhecimento, respeito e progresso da população negra estavam em pauta no congresso nacional, sendo discutidos e exigidos por movimentos de todo o país. Ainda que a Universidade de São Paulo, apesar de ter realizado o evento do centenário da abolição com palestrantes e estudiosos brancos, estivesse naquele momento dando um primeiro passo, verifica-se que neste passo não houve escuta dos negros ali presentes, nem reconhecimento do racismo ainda existente no país, nem elaboração de propostas de mudanças estruturais para a inclusão do negro na própria universidade como discente e docente. Devemos retomar sempre ao contexto da época e avaliar os acontecimentos daquele período, a luta por direitos vinha de todos os lados, foi de fato um período de efervescência, de conquistas e de adaptação ao novo cenário democrático. Em relação ao período mencionado (1988), Fachin e Pagliarini destacam:

Embora tenha recebido influência dos mais diversos setores da sociedade (dos excluídos ao grande empresariado nacional e financistas), a Constituição de 1988 traz como marca indelével a atuação insistente dos movimentos sociais, organizados em diversos grupos: clubes de mães, movimentos dos favelados, comunidades eclesiais de base, movimentos do custo de vida, movimentos contra a carestia, movimentos pela saúde, movimentos pelo emprego, movimentos sindicalistas, etc. (FACHIN, PAGLIARINI, 2018, p. 3)

Em 1988, a não ser pelo movimento negro, o pensamento do senso comum ainda não tinha amadurecido a ideia de um dia para reflexão, um dia para expressão da consciência negra, mas sim um dia para comemoração da abolição da escravatura, pela libertação dos escravizados. De acordo com o jornal “O Dia”, no ano do centenário da abolição da escravatura no Brasil havia saldos positivos e negativos na avaliação da trajetória de organização política do Movimento Negro.



Figura 5
Fragmento do jornal “O Dia”, de 30/01/1989, com o artigo “Os saldos da Abolição”, retratando o ano do centenário da abolição da escravidão no Brasil. Fonte: PACC³⁷.

Em relação ao saldo positivo, a atuação política do Movimento Negro aumentou a visibilidade da população negra chamando a atenção para o preconceito latente e o mito da democracia racial. Por outro lado, diante do saldo negativo de todas as ordens, isto é, racismo, preconceito, falta de oportunidades, o movimento negro não permaneceu inerte. Ao contrário, entidades do movimento negro, como o NCN na USP seguiam ativos. Neste caso específico, tendo em vista os mencionados saldos negativos do evento do centenário da abolição realizado na universidade, o NCN impulsionou ações e projetos para minimizar os efeitos do racismo no Brasil.

Em novembro de 1988, mês da Consciência Negra³⁸ e, um mês após a promulgação da Constituição Cidadã, os fundadores do Núcleo, em resposta à ação da Universidade de ignorar e invisibilizar a existência de intelectuais negros capazes de compor as mesas no evento do centenário da abolição e contribuir com o debate público necessário naquele contexto, decidiram fazer um grande ato, denominado “Abolição Interrogada”, com o objetivo de afirmar

37 A imagem faz parte do acervo de cultura contemporânea, do Programa Avançado de Cultura Contemporânea - PACC. Disponível em <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=arq_cultura&pagfis=91>. Acesso em: 15/02/2022.

38 Muito embora o dia da Consciência Negra tenha sido oficializado apenas em 2011, pela lei federal 12.519/2011, as celebrações pelo movimento negro já existiam desde a década de 70. Informação disponível em <<https://www.politize.com.br/dia-da-consciencia-negra/>>. Acesso em: 06/08/2021.

que nenhum branco, acadêmico ou não, poderia tirar o lugar de fala do movimento negro que se desenvolvia na USP e na sociedade como um todo. O evento foi realizado com o objetivo de constituir mesas com negras/os e brancas/os para discutir sobre racismo e sobre o processo de marginalização da população negra.

A gente, então, discute que vamos fazer um grande ato em novembro [1988] e vamos constituir mesas com negros e brancos, porque a questão do racismo não é uma questão da população preta, ela é uma questão que atinge toda a classe trabalhadora seja ela preta, branca, indígena, e que tem que ser tratado, neste contexto, com o olhar de todos nós [...] Foi um ato que nós chamamos de “Abolição Interrogada”, que nós discutimos a questão de todo processo de marginalização da população negra, nós ficamos à margem da sociedade. (CASTRO, Jupiara, 2020)

Em maio de 2013, o NCN publicou em suas redes sociais³⁹ um evento para lembrar o grande ato realizado em novembro de 1988, isto é, a “Abolição Interrogada”. Dada a sua importância histórica, o próprio evento e as questões ali tratadas, continuam repercutindo na atualidade.

³⁹ Publicação realizada através da página do NCN, no facebook. Disponível em <https://web.facebook.com/N%C3%BAcleo-de-Consci%C3%Aancia-Negra-na-USP-434728019932168/?_rdc=1&_rdr>. Acesso em 09/08/2021.

Mês da Abolição Interrogada II

125 anos depois

Em memória à 1ª Atividade
Política organizada pelo NCN,
em Maio de 1988, nos 100
anos da Abolição.

17/05

14h - Oficina de Stencil e Oficina de Capulanas Com Sarau da Remo

18h - Debate:

"Os desafios na superação das desigualdades étnico-raciais"

Allan Santos - Comitê Contra o Genocídio da Juventude Preta

Beatriz Nascimento - Frente Pró-Cotas Raciais do Estado de São Paulo

Prof. Dennis de Oliveira - NEINB/USP

Celso Fontana - SOS Racismo

Vereador Orlando Silva

Jupiara Castro - NCN

20h - Sarau NCN Resiste

Na Voz a Vez - Sarau da Remo

Círculo Palmarino

22h - Festa-Protesto

@migas do samba.com - Roda de samba

Eder Martins - Samba Rock

Coletivo Jufureh - Afrobeat/Afroiunk/ Ritmos Caribenhos

Núcleo Artístico - Dança Afro

Coletivo Dub

25/05 e 08/06 - 9h

Oficina de Comunicação Comunitária (16 horas de duração)

Como jornalista Rapper Pirata, do Fórum Hip Hop

Inscrições pelo email: rapperpirata@gmail.com

Núcleo de Consciência Negra - USP

Av. Professor Lúcio Martins Rodrigues, travessa 4, bloco 3, Cidade Universitária

Telefone: (11) 3091-4291 | <http://www.ncn.org.br/>

Figura 6

Publicação de evento, com atividades do NCN. Fonte: Página do NCN no Facebook.⁴⁰

O ato da “Abolição Interrogada” evidenciou que a entidade mostraria, dali por diante e, ativamente, seu descontentamento com a realidade presente na Universidade de São Paulo, isto

é, com a marginalização de negras e negros, alocados apenas no trabalho braçal, e a falta de estudantes e professores negros na Universidade.

O Núcleo de Consciência Negra, fundado em momento de efervescência dos movimentos sociais e do movimento negro, no período de redemocratização do país e de promulgação da nova Constituição Federal (1988) promoveu a participação de negras e negros em ações concretas de valorização desse grupo étnico-racial na sociedade e, principalmente, dentro da universidade pública.

Dentre as diversas ações concretas, a Educação foi um projeto idealizado e colocado em prática pelos fundadores e, até hoje é priorizada, por outros integrantes que foram compondo o NCN no decorrer de sua trajetória dentro da USP. Assim sendo, alguns projetos educacionais promovidos pelo Núcleo serão tratados com mais detalhes, nos segundo e terceiro capítulos desta dissertação.

1.3.1 Os fundadores do NCN

Em 1987 Jupiara Gonçalves Castro, Henrique Antunes Cunha Júnior e Wilson Honório da Silva foram os responsáveis pela constituição e estabelecimento do Núcleo de Consciência Negra dentro da Universidade de São Paulo.

Jupiara Castro foi a fundadora que concedeu entrevista. Além dela, Maria José Menezes, Luiz Carlos dos Santos e Billy Malachias, integrantes do NCN, em momento posterior à fundação, também contribuíram com suas memórias, o que foi importante para o relato de informações acerca de momentos em que os fundadores não estavam mais presentes.⁴¹ O professor Henrique Cunha Júnior, atendendo a um convite de Jupiara, para discursar aos ingressantes do cursinho pré-vestibular do Núcleo⁴², na aula inaugural de 2021⁴³, falou sobre a fundação e participação no NCN. Ademais, o mencionado professor escreveu um artigo⁴⁴ sobre a entidade que ajudou a fundar. Esse texto se refere à história do Núcleo e ao estabelecimento

41 Jupiara Castro e Luiz Carlos contaram que suas participações no NCN não foram contínuas. Em alguns momentos, durante a trajetória da entidade, se afastaram das atividades, por motivos pessoais, porém, depois de um tempo, voltaram. Luiz Carlos, diferente de Jupiara, hoje não mais se encontra fazendo parte do Núcleo.

42 O cursinho pré-vestibular do NCN é um projeto que foi idealizado e colocado em prática em 1994. O cursinho existe até hoje, dada sua relevância e sucesso em possibilitar a inclusão de jovens negros e negras dentro das universidades públicas, como estudantes. Esse projeto educacional será abordado, com mais detalhes, no terceiro capítulo.

43 Na ocasião (05.04.2021), eu também estava presente como convidada, tendo um momento de fala para discorrer sobre minha pesquisa e, aproveitando o momento, pude colocar algumas questões sobre a fundação do NCN, que foram respondidas pelo professor Henrique Cunha Júnior, no momento de sua fala.

44 O artigo mencionado é “Contexto, antecedente e precedente: o curso pré-vestibular do Núcleo de Consciência Negra na USP, e integra o livro “Aprovados”: cursinho pré-vestibular e população negra.

do seu cursinho pré-vestibular e, somado às demais fontes, possibilitou mais conhecimento sobre a história e ações do Núcleo, na perspectiva de Henrique Cunha Júnior. Quanto à Wilson Honório da Silva, houve a tentativa de comunicação por e-mail e telefone em diversas ocasiões, para dar entrevista, entretanto o mesmo não respondeu a nenhum contato.

É importante destacar que este método de investigação científica se baseou na pesquisa qualitativa, tendo em vista o objetivo analisado, bem como a subjetividade e experiências dos entrevistados. Segundo Verena Alberti:

A escolha dos entrevistados não deve ser predominantemente orientada por critérios quantitativos, por uma preocupação com amostragens, e sim a partir da posição do entrevistado no grupo, do significado de sua experiência. **Assim, em primeiro lugar, convém selecionar os entrevistados entre aqueles que participaram, viveram, presenciaram ou se inteiraram de ocorrências ou situações ligadas ao tema e que possam fornecer depoimentos significativos.** O processo de seleção de entrevistados em uma pesquisa de história oral se aproxima, assim, da escolha de "informantes" em antropologia, tomados não como unidades estatísticas, e sim como unidades qualitativas – em função de sua relevância como tema estudado –, seu papel estratégico, sua posição no grupo etc. (Alberti, 2004, p. 31, grifos meus)

Os relatos dos entrevistados são importantes para alcançar o objetivo deste trabalho, isto é, de conhecer a história e principais atividades educacionais do Núcleo de Consciência Negra na USP. As entrevistas foram realizadas individualmente através de um roteiro estruturado.

1.3.1.1 Jupiara Castro (fundadora e integrante do NCN)



Figura 7
Imagem de Jupiara Castro, fundadora do NCN. Fonte: Sista.⁴⁵

⁴⁵A imagem da fundadora do NCN, Jupiara Castro, foi retirada do *site* Sista (Sindicado dos Trabalhadores em Educação da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e Institutos Federais de Ensino de Mato

Jupiara Gonçalves de Castro, nasceu em 19 de janeiro de 1957 no Rio de Janeiro/RJ. De família de classe média, seu pai era militar das Forças Armadas e militante comunista. Desde pequena aprendeu a se posicionar sobre seus valores. “Costumo dizer que sou militante desde o ventre da minha mãe. Porque a gente nasce em casa, aprendendo, conversando sobre as questões sociais e as questões étnico-raciais”⁴⁶. Fundadora do Núcleo de Consciência Negra da USP, Jupiara é ex-diretora da FASUBRA (Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil) e foi responsável pelo departamento de recursos humanos do Centro de Saúde Escola Samuel Barnsley Pessoa (CSEB) da Faculdade de Medicina da USP, onde trabalhou desde 1985. A história de Jupiara na luta pela igualdade racial começou no movimento estudantil e movimento negro no Rio de Janeiro, onde em 1982 foi fundado o Agbara Dudu (primeiro bloco afro da cidade). Oriunda do Movimento Negro Unificado (MNU) desde a fundação em 1978, Jupiara, no final de 1983, se mudou para São Paulo. Em 1985 se tornou servidora celetista na universidade e em 86 começou a fazer uma discussão étnica e racial na USP, que levou a fundação do Núcleo de Consciência Negra na Universidade de São Paulo, em 1987. Jupiara contou que se mudou para São Paulo com a tarefa específica de levar para a USP a discussão étnica racial, com o olhar dos negros que pertencem à sociedade. Sua missão será abordada no próximo capítulo deste trabalho. Ela relembrou a história de Teodoro Sampaio, um dos elaboradores da Escola Politécnica da USP, que no dia da inauguração da Poli, em 24 de agosto de 1893, foi excluído da festividade e não assinou a ata de fundação porque era preto, filho de escrava. Jupiara fundou, junto de Henrique Cunha Júnior e Wilson Honório, o Núcleo de Consciência Negra. Jupiara Castro encontra-se até hoje, depois de mais de 35 anos, fazendo parte da entidade.

Grosso do Sul), disponível em: <<http://www.sistams.org.br/2016/11/semana-da-consciencia-negra-tecnicos-administrativos-que-se-destacaram-na-fasubra.html>>. Acesso em: 07/08/2021.

⁴⁶ Em 21/11/2016, na semana de comemoração da Consciência Negra, Jupiara contou sua história ao Sista (Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e Institutos Federais de Ensino de Mato Grosso do Sul). A aludida entidade entrevistou a fundadora do NCN para fazer uma homenagem aos técnicos-administrativos que se destacaram na FASUBRA. Ademais, Jupiara foi entrevistada em outubro de 2020, para a produção e desenvolvimento desta tese de mestrado.

1.3.1.2 Henrique Cunha Júnior (fundador do NCN)

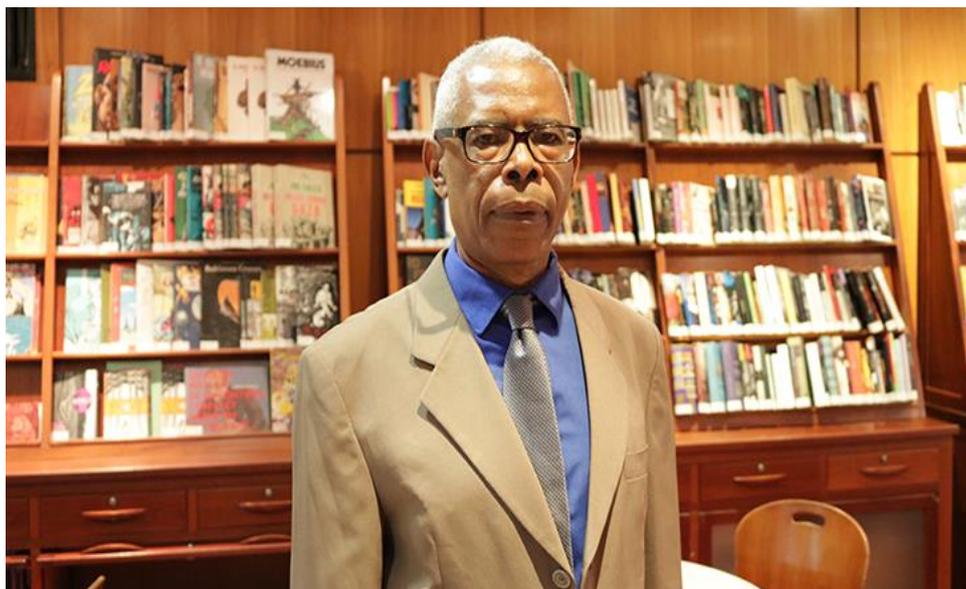


Figura 8
Imagem de Henrique Cunha Júnior, fundador do NCN. Foto: Danny Abensur. Fonte: Sesc⁴⁷.

Henrique Antunes Cunha Júnior, nasceu em 1952, em São Paulo no bairro do Bexiga, neto de militantes do movimento negro, panafricanistas do início do século XX no Brasil, e filho do militante Henrique Cunha. Em meados dos anos 60, seu pai foi presidente da Associação Cultural do Negro, fundada em 1954 em São Paulo. Cunha Júnior possui graduação em Engenharia Elétrica pela Universidade de São Paulo (1975), graduação em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1979), mestrado em História pela Université de Nancy - França (1981) e doutorado em Engenharia Elétrica pelo Instituto Politécnico de Lorraine, Nancy - França, (1983), pós-doutorado pela Universidade Técnica de Berlin (1985). Foi pesquisador Sênior do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo - IPT (1988-1994), onde, também, foi chefe de Departamento da Área de Engenharia Elétrica. Cunha Júnior foi professor da Universidade de São Paulo entre 1976 e 1979 e, depois, entre 1985 e 1994. Em 1987, ajudou a fundar o Núcleo de Consciência Negra, ao lado de Jupiará Castro e Wilson Honório. O aludido fundador foi aprovado no concurso de Professor Livre Docente pela USP em 1993. Foi aprovado no concurso de professor Titular na Universidade Federal do Ceará em 1995, onde, atualmente, é professor titular. Cunha Júnior pesquisa e leciona na área de Educação, com base na teoria da complexidade sistêmica e da

47 A imagem do professor Henrique Cunha Júnior foi retirada do site SESC (Serviço Social do Comércio), disponível em: https://www.sescsp.org.br/online/artigo/13719_PESQUISADOR+JOGA+LUZ+SOBRE+CONTRIBUICOES+TECNOLOGICAS+AFRICANAS>. Acesso em: 07/08/2021.

transdisciplinaridade, ênfase em Bairros Negros e Territórios negros, História e Urbanismo Africano. Orienta doutorados e mestrados em Educação com temas de história e cultura africana, espaço urbano e bairros negros e já orientou mestrados e doutorados em engenharia elétrica⁴⁸.

1.3.1.3 Wilson Honório (fundador do NCN)



Figura 9
Imagem de Wilson Honório, fundador do NCN. Fonte: Esquerda Diário⁴⁹

Wilson Honório da Silva, militante, nascido em São Paulo, é um dos fundadores do Núcleo de Consciência Negra na USP. Honório é professor e integrante do Quilombo Raça e

⁴⁸ A biografia do professor Henrique Cunha Júnior foi retirada dos seguintes sítios: FAPESP, SESC, ESCAVADOR e LITERAFRO e, encontra-se disponível, respectivamente, em: <<https://bv.fapesp.br/pt/pesquisador/4997/henrique-antunes-cunha-junior/>>, <https://www.sescsp.org.br/online/artigo/13719_PESQUISADOR+JOGA+LUZ+SOBRE+CONTRIBUICOES+TECNOLOGICAS+AFRICANAS>, <<https://www.escavador.com/sobre/2407577/henrique-antunes-cunha-junior>>, <<http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/276-henrique-cunha-jr#:~:text=%C3%89%20Livre%2Ddocente%20pela%20Universidade.na%20milit%C3%A2ncia%20dos%20movimentos%20negros>>. Acesso em 09/08/2021.

⁴⁹ A imagem do fundador do NCN, Wilson Honório da Silva, foi retirada do *site* Esquerda Diário, disponível em: <<https://esquerdadiario.com.br/Entrevistamos-Wilson-Quilombo-Raca-e-Classe-e-Regina-Movimento-Negro-Unificado>>. Acesso em: 07/08/2021.

Classe. Ele esteve presente, como convidado, na mesa de abertura do I Seminário de Negros e Negras da USP⁵⁰, que aconteceu nos dias 19, 20 e 21 de junho de 2015 na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, FFLCH. O fundador do NCN estudou História na FFLCH (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo) e realizou o seu mestrado em Cinema na ECA-USP (Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo)⁵¹. Wilson Honório esteve presente no ato de lançamento do MNU, nas escadarias do Teatro Municipal, em 07/07/1978⁵². Em 2016, Wilson lançou seu livro, intitulado “O mito da democracia racial: um debate marxista sobre raça, classe e identidade”⁵³.

1.3.1.4 Luiz Carlos dos Santos (ex-integrante do NCN)



Figura 10
Imagem de Luiz Carlos Santos, fundador do NCN. Fonte: Foto retirada do entrevistado, durante a entrevista.

⁵⁰ O I Seminário de Negros e Negras da USP foi noticiado pelo sítio do “Esquerda Diário”. Mais informações disponíveis em: <<https://www.esquerdadiario.com.br/I-Seminario-de-Negros-e-Negras-da-USP>>. Acesso em: 16/02/2022.

⁵¹ A biografia do fundador do NCN, Wilson Honório, foi retirada da sua página no Facebook <https://www.facebook.com/wilson.h.dasilva.5/about_work_and_education>, assim com da página, na internet, do esquerda diário <<https://esquerdadiario.com.br/Entrevistamos-Wilson-Quilombo-Raca-e-Classe-e-Regina-Movimento-Negro-Unificado>>. Acesso em 09/08/2021.

⁵² O professor Wilson Honório da Silva conta que tinha 14 anos quando presenciou a manifestação e o lançamento do MNU nas escadarias do Teatro Municipal, em 1978. Mais informações disponíveis na página “Catorze de Maio”, no YouTube <<https://www.youtube.com/watch?v=-lw1hPnVcog>>. Acesso em 10/08/2021.

⁵³ Na página da editora Editora Sundermann, no YouTube, Wilson Honório da Silva foi entrevistado para falar sobre seu livro. <<https://www.youtube.com/watch?v=SzhcrRC7gco>>. Acesso em 10/08/2021.

Luiz Carlos Santos é carioca, nascido no Andaraí, se formou no ano de 1977, em Jornalismo, pela Universidade Federal Fluminense⁵⁴. Luiz Carlos iniciou sua carreira como “foca” (jornalista iniciante) na rádio Tupi, na Gazeta Mercantil, na qual também foi revisor. Trabalhou nos Jornais *O Tempo*, *A realidade Brasileira*, entre outros jornais de esquerda, voltados ao combate à ditadura militar. Concomitantemente, Luiz militava em um jornal alternativo denominado *Berro da Baixada*, e ainda, ministrava aula no período noturno, como professor voluntário, em diversos projetos educacionais em Bom Sucesso, Itererê (hoje conhecido como Complexo do Alemão) e Pavuna, voltados à qualificação para o mercado de trabalho.

Em São Paulo, Luiz Carlos ministrou aulas de português e literatura em iniciativas educacionais organizadas por sindicatos, primeiramente, em 1978, na escola CEMETAL – Centro de Educação Metalúrgica, que se situava na cidade de Santos, assim como no centro educacional estruturado pela COSIPA – Companhia Siderúrgica Paulista, na cidade de Cubatão. Em ambos os projetos educacionais, Luiz Carlos permaneceu atuando como professor por cinco anos, o que, segundo ele, foi uma grande experiência no campo da educação popular. Após esse período, em 1980, Luiz Carlos ministrou aulas de redação e língua portuguesa no cursinho popular da Escola Politécnica da USP, localizado em São Bernardo do Campo, onde permaneceu por dois anos. Mais tarde, foi convidado para trabalhar no Colégio Santa Cruz, para ministrar aulas na Educação de Jovens e Adultos, onde permaneceu por oito anos. Em 1985, Luiz foi trabalhar na Praça da Sé, como educador de rua, no projeto escola oficina, projeto da Secretaria Especial de Educação do Governo do Estado de São Paulo, onde atuou por um ano, como professor de alfabetização e leitura.

Luiz Carlos Santos teve uma intensa participação política em diversos segmentos do movimento negro. Ele foi secretário da SINBA – Sociedade Intercâmbio Brasil-África, na década de 70, ajudou na fundação do Museu Afro-Brasil, situado no parque do Ibirapuera, atuou como coordenador executivo, participando de diversas ações políticas e educacionais dentro do NCN. Luiz Carlos é, também, autor de livros e, ainda hoje, atua como professor em uma escola particular.

⁵⁴ Luiz Carlos dos Santos foi entrevistado em outubro de 2016, para a produção e desenvolvimento da minha Iniciação Científica (A Consciência Negra da Universidade de São Paulo (1987 a 2016)), na graduação em Pedagogia da FEUSP (Faculdade de Educação da USP). Luiz Carlos concedeu em torno de 7 horas de entrevista. Luiz Carlos, na ocasião da entrevista, forneceu papéis e documentos sobre o NCN, que havia guardado em seu arquivo pessoal durante muito tempo. Esses documentos são: Boletins informativos sobre atividades realizadas pelo NCN e o Estatuto de constituição do Núcleo de Consciência Negra.

1.3.1.5 Maria José Menezes (integrante do NCN)



Figura 11
Imagem da Maria José Menezes, atual integrante do NCN. Fonte: CJE.⁵⁵

Maria José Menezes nasceu em 1962, na Bahia, e veio morar em São Paulo, em 1970, para acompanhar sua família e estudar. Maria José fez ensino técnico em Patologia Clínica e trabalhou como técnica de laboratório já no início dos anos 80. Zezé, como é conhecida, trabalhou no IAMSPE – Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual, também como técnica de laboratório, e, em 1990, iniciou sua carreira pública na Universidade de São Paulo, no ICB – Instituto de Ciências Biomédicas. Maria José é formada em Ciências Biológicas e possui mestrado em Patologia Experimental na Fundação Oswaldo Cruz. Em 2012, Maria José participou de um treinamento no instituto de saúde pública de Harvard, nos Estados Unidos. A integrante do NCN foi e, ainda é militante do Movimento Negro. Ela participou ativamente atuando em parcerias e fazendo vínculos com alguns segmentos do movimento negro, mais jovens, como: Força Ativa, Mocidade Tiradentes, Quilombagem, Educafro, onde atuou como professora voluntária. Atualmente, Zezé é membro executiva da Marcha Nacional de Mulheres Negras e continua sendo integrante do Núcleo de Consciência Negra⁵⁶.

⁵⁵ A imagem da bióloga e integrante do NCN, Maria José Menezes, foi retirada do site do Departamento de Jornalismo e Editoração (CJE) da ECA/USP (Escola de Comunicação de Artes da Universidade de São Paulo, disponível em: <<http://www.usp.br/cje/index.php/2019/10/31/farofa-critica-maria-jose-de-menezes-critica-banco-de-dados-genetico-para-dententos/>>. Acesso em 07/08/2021.

⁵⁶ Maria José Menezes foi entrevistada em 18/11/2016, para a produção e desenvolvimento da minha Iniciação Científica (A Consciência Negra da Universidade de São Paulo (1987 a 2016)), na graduação em Pedagogia da FEUSP (Faculdade de Educação da USP). Zezé concedeu 02 horas e 44 minutos de entrevista.

1.3.1.6 Billy Malachias (ex-integrante do NCN)



Figura 12

Imagem do professor Billy Malachias, integrante do NCN. Foto: Rosana Barbosa. Fonte: Geledés⁵⁷.

Antônio Carlos Billy Malachias, é ativista do movimento negro e ex-membro do Núcleo de Consciência Negra⁵⁸. Billy contribuiu e participou da gestão do NCN/USP, em 1991 e da criação do cursinho pré-vestibular do Núcleo de Consciência Negra na USP, em 1994, onde foi docente até 2000. O ex-integrante esteve presente nas mobilizações promovidas pelo Núcleo, chamadas: “Reparações Já” e o lançamento de cotas. Ele participou ativamente das discussões e articulações sobre a questão racial dentro da USP, onde, inclusive, se graduou em Geografia, na FFLCH, em 1996, e onde, também, recebeu o título de mestre na área de Geografia Humana, em 2006. Malachias participou dos debates em torno do Estatuto da Igualdade Racial e do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial – SINAPIR, atuou na Comissão Especial de acompanhamento e execução do Programa Estadual de Direitos Humanos do Estado de São Paulo, em 1998; atuou na organização e participação das conferências preparatórias da Conferência de Durban em 2001, participou na coordenação e desenvolvimento de ações de descentralização e integração dos conselhos estaduais e municipais de cidadania, a saber: condição feminina, comunidade negra, idoso, pessoa com necessidades especiais, criança e adolescente.

Foi coordenador do Prêmio Educar, promovido pelo CEERT - Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – para Igualdade Racial e da área de Educação e Políticas

⁵⁷ A imagem do professor Billy Malachias foi retirada do *site* Geledés, disponível em: <<https://www.geledes.org.br/caminho-para-o-pleno-exercicio-da-cidadania/>>. Acesso em: 07/08/2021.

⁵⁸ Antônio Carlos Billy Malachias foi entrevistado em maio de 2016, para a produção e desenvolvimento da minha Iniciação Científica (A Consciência Negra da Universidade de São Paulo (1987 a 2016)), na graduação em Pedagogia da FEUSP (Faculdade de Educação da USP). Billy concedeu 01 hora e 24 minutos de entrevista.

Públicas, de 2006 até 2014. Billy assumiu, em 2007, o GTI (Grupo de Trabalho Interministerial), criado pelo MEC (Ministério da Educação) e pela SEPPIR (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial), para a elaboração do Plano de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais. Neste trabalho, o eixo por ele assumido foi a Produção de Material Didático e Formação Continuada. Entre 2008 e 2009, Malachias ministrou curso sobre projeto político pedagógico para gestores e educadores de escolas quilombolas, no município de Santarém, no Pará. O ex-integrante do NCN prestou consultoria à Secretaria de Educação Continuada e Diversidade do Ministério da Educação, de 2006 até 2009. Prestou assessoria para a Secretaria Municipal da Educação (PMSP) de 2009 a 2012. Assessorou, entre 2016 e 2017, o UNFPA (Fundo de População das Nações Unidas). E, desde 2017, Billy Malachias presta consultoria para FCC (Fundação Carlos Chagas)⁵⁹.

Os fundadores do Núcleo de Consciência Negra na USP já militavam antes da sua criação e, portanto, suas experiências foram fundamentais para o desenvolvimento de um plano sólido de trabalho, com o objetivo de minimizar as desigualdades explícitas na Universidade e, impactar, positivamente, a vida de negras e negros dentro e fora da USP.

⁵⁹ Billy Malachias possui sua biografia detalhada do sítio da organização “Centro de Estudos Periféricos”. Mais informações disponíveis em: <Antônio>. Acesso em: 07/08/2021.

CAPÍTULO 2 - Um Núcleo de Consciência Negra na USP

2.1 Jupiara Castro: a missão da idealizadora de um quilombo na USP

Eu venho para São Paulo depois de um debate do Movimento Negro Unificado (MNU) no Rio de Janeiro [1985]. Minha missão era entrar na USP como estudante ou como trabalhadora, para a gente poder fazer dentro da maior universidade da América Latina um debate étnico-racial, mas com a nossa marca, não com a marca dos brancos acadêmicos. Ao Florestan Fernandes, nós temos muito que agradecer, mas eram esses brancos que discutiam a questão racial com a sua visão da academia. Nós éramos objetos de estudo daquele processo, nós não éramos o sujeito protagonista. Então, nós íamos entrar como sujeitos. (CASTRO, Jupiara, 2020)

A história da comunidade negra, quando apenas apresentada pelo olhar do “*outro branco*”⁶⁰, pode ser reduzida a fatos meramente descritivos sem haver um resgate de memórias de um lugar de enunciação dotado do sentimento de pertencimento em relação à riqueza das culturas afro-brasileiras e africanas, e à luta contra o racismo por meio de uma educação emancipadora. Ademais, corre-se o risco de fixar a(o) negra(o)⁶¹ apenas como objeto de estudo ou, simplesmente, como informante⁶², o que desconsidera esses sujeitos enquanto produtores de uma narrativa própria, ao mesmo tempo em que confere à intelectualidade branca o lugar de pesquisadores e cientistas.

Essa redução de uma história das/os negras/os contada apenas pelos brancos é um grande problema, dificulta a emancipação e perpetua a desvalorização da comunidade negra enquanto produtora de conhecimento na sociedade, e marginaliza a posição da mulher preta e do homem preto ao afirmarem sua negritude e sua identidade. Tais circunstâncias condenam as pessoas e a sociedade ao perigo de uma história única (ADICHIE, 2019)⁶³.

Em 1985, aos 30 anos de idade, Jupiara Castro, militante do Movimento Negro Unificado no Rio de Janeiro desde meados dos anos 70, chega a São Paulo. Sua missão: entrar

⁶⁰ Segundo Steve Biko (1971), os brancos só podem enxergar os negros a partir de fora e, por isso, nunca conseguirão extrair e analisar o ethos da comunidade negra.

⁶¹ Assim como Letícia Patriarca (2015) gostaria de usar “x” ou “@” na marcação de gênero “pela maior possibilidade de autoidentificação que ele enseja” (p. 10). Entretanto, esse uso é ininteligível na leitura e na fala na tecnologia assistiva, produzindo desigualdade para pessoas que dela necessitam. De forma geral, usarei primeiramente o feminino para “sinalizar intenções políticas de valorização do feminino” e, depois, o masculino.

⁶² A pesquisadora Mariana Machado Rocha mencionou na defesa de sua tese de doutorado, no dia 31/07/2023, que brancos acadêmicos, como Florestan Fernandes, mobilizaram as informações, os pensamentos, as manifestações e conhecimentos de intelectuais negros, como José Correia Leite para escrever sobre a questão do negro no Brasil, ao mesmo tempo em que deixaram na sombra, intelectuais negras (os) que colaboraram diretamente com suas pesquisas como Virgínia Bicudo. Assim, a leitura de mundo de Correia Leite fica reduzida ao lugar de conteúdo fornecido por um informante, quando tratava-se de uma interpretação própria que não recebia o status de legitimidade proveniente do aparato institucional de uma universidade.

⁶³ De acordo com Chimamanda Adichie, a consequência da história única é o roubo da dignidade das pessoas, o que torna difícil o reconhecimento da humanidade em comum. (ADICHIE, 2019)

na Universidade de São Paulo como estudante ou trabalhadora e instalar, dentro da universidade de mais prestígio na América Latina, um debate étnico-racial, com o protagonismo da comunidade negra, acerca do lugar da/o negra/o na sociedade. Jupiara foi enviada como representante do Movimento Negro Unificado (MNU) para questionar os privilégios da branquitude dentro da USP e para fazer ecoar as vozes da população preta brasileira sobre o seu lugar de fala no debate das questões étnico-raciais, sobretudo dentro da academia.

A Universidade de São Paulo foi erigida sob o manto da branquitude e, desde sua fundação, manteve posturas racistas privilegiando e beneficiando pessoas brancas e excluindo de forma desumana os grupos não brancos, sobretudo os negros (ROCHA, 2023). Entretanto, em 1985, tempo de efervescência política e anseios por democracia e direitos no Brasil, os movimentos sociais e os movimentos negros estavam atuantes mais do que nunca, em confluência com outros movimentos negros de resistência situados em outros países de herança colonial, como a África do Sul⁶⁴. Era o fim da ditadura no Brasil, período de redemocratização e a hora de exigir o estabelecimento de leis e políticas públicas que reparassem as desigualdades históricas produzidas pelo racismo⁶⁵. Poderia ser uma oportunidade da/o negra/o ser a/o sujeita/o protagonista de uma transformação nacional, dada inclusive dentro da Universidade de maior prestígio no país, onde, os negros foram reduzidos ao papel de trabalhadores de baixo prestígio, que contribuiu massivamente para a existência e funcionamento da instituição, mas que não é reconhecido como parte de seu elevado valor simbólico.

Jupiara entrou na USP como trabalhadora em 14/05/1986. Ela não ingressou como estudante universitária. O fato de estar marcada por diversas categorias de discriminação, como gênero, raça e classe, que se sobrepõem, se cruzam e causam exclusão (CRENSHAW, 2002), pode ter sido a principal razão para não ter alcançado o nível superior, pois para ingressar em uma universidade pública (ou particular) se faz necessário o acesso a recursos materiais, tempo, condições de permanência, etc. Jupiara estava em São Paulo, sozinha. Ela precisava se sustentar e decidiu militar pelas causas do movimento negro. Ela poderia ter optado por trabalhar, estudar e não militar, como muitas mulheres, sobretudo brancas, fazem. Mas é possível, também, que ela não tenha tido outras opções naquele momento. O fato é que ela precisou trabalhar para prover seu próprio sustento e, ao mesmo tempo, militar por si e por outras mulheres pretas socialmente marginalizadas, porque as/os negras/os sofrem uma desvantagem competitiva em

⁶⁴ Revoltas sociais protagonizadas pela comunidade negra contra o regime do Apartheid, na África do Sul.

⁶⁵ É importante mencionar que a exigência para o estabelecimento de direitos e a luta pela equidade sempre estiveram na pauta do movimento negro, conforme foi abordado no primeiro capítulo desta dissertação. Estamos dando ênfase ao período, em face da redemocratização e efervescência política e social, no que tange à esperança de um Brasil mais justo e menos desigual.

todas as etapas do processo de mobilidade social individual e, seu acesso ao sistema educacional, é restringido, particularmente aos níveis de instrução mais elevados (GONZALEZ; HASENBALG, 2022, p. 121-122).

Comecei como atendente de enfermagem e depois fui coordenadora de recursos humanos do Centro Hospitalar Escola do Butantã, que era da Faculdade de Medicina. Mulher, preta e sozinha, que precisa se sustentar militando, não consegue entrar nas faculdades públicas. Então eu não consegui. Não sou graduada. (CASTRO, Jupiara, 2020)

Jupiara exprime na sua fala “*Mulher, preta e sozinha, que precisa se sustentar militando, não consegue entrar nas faculdades públicas*”, que a fragilidade de possibilidades e as desvantagens competitivas que a mulher negra experimenta na sociedade capitalista enfrentando casos de racismo estrutural e institucional (CRENSHAW, 2002) associados, sobretudo, ao seu gênero e classe, foram fatores que influenciaram sua trajetória pessoal, profissional e no campo da militância. Por ser mulher, preta e pobre, ela encontrou muito mais barreiras sócio-econômicas do que mulheres brancas e não pobres.

Os obstáculos causados pela interseccionalidade de opressões e a falta de oportunidades ocasionadas pela inexistência de políticas públicas perpetuam a posição das mulheres negras na realização de trabalho precário, especialmente o doméstico. No que tange a esse aspecto, Kimberle Crenshaw (2002) explica que o racismo opera na interseccionalidade entre gênero, raça, classe e outros marcadores sociais que se sobrepõem e se cruzam causando múltiplas formas de discriminação, opressões, injustiça, desigualdades e exclusões, atingindo de forma estrutural a mulher negra, a qual se encontra no centro dessas intersecções.

A interseccionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos [...] Sobrepomos o grupo das mulheres com o das pessoas negras, o das pessoas pobres e também o das mulheres que sofrem discriminação por conta da sua idade ou por serem portadoras de alguma deficiência, vemos que as que se encontram no centro - e acredito que isso não ocorre por acaso - são as mulheres de pele mais escura e também as que tendem a ser as mais excluídas das práticas tradicionais de direitos civis e humanos. (CRENSHAW, 2002, p. 10)

Ao falar sobre a realidade dos Estados Unidos, Angela Davis (2016) aponta que as mulheres negras, compulsoriamente, ao longo da história, trabalharam mais fora de casa do que as mulheres brancas.

O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório. (DAVIS, 2016, p. 17)

Patrícia Hill Collins em *Aprendendo com a outsider within* reflete sobre a posição de mulheres negras empregadas domésticas nas casas de mulheres e famílias brancas. Ao mesmo tempo essa posição de trabalho subalterno pode contribuir no debate acadêmico, “como outsiders within, estudiosas feministas negras podem pertencer a um dos vários distintos grupos de intelectuais marginais cujos pontos de vista prometem enriquecer o discurso sociológico contemporâneo” (COLLINS, 2016). Jupiara era uma *outsider within* dentro da Universidade, isto é, uma *forasteira de dentro*. Ela era uma funcionária com elevado conhecimento prático e teórico num território acadêmico, mas que era constantemente colocada em uma categoria de inferiorização em face da sua raça e classe.

Suely Carneiro apresenta suas considerações acerca dessa interseccionalidade que causa a marginalização social das mulheres negras, enfatizando a necessidade de se questionar o Centenário da Abolição da Escravidão, que visava datas comemorativas, quando, na verdade, não havia nada em que se comemorar em face das mazelas da escravidão perpetuadas no tempo e no espaço. Ela faz apontamentos a partir de dados do Censo de 1988⁶⁶ que revelam, por exemplo, que menos de 1% das mulheres pretas conseguiam frequentar o nível superior.

⁶⁶ Suely Carneiro, que à época era coordenadora do Programa da Mulher Negra do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, apresenta suas considerações durante o Seminário de 07/05/1988, que instalou o “Tribunal Winnie Mandela”, que tinha por objetivo expor a situação da mulher negra brasileira e os mecanismos que são utilizados pela sociedade para perpetuar os preconceitos raciais. O evento fez parte de uma série de seminários organizados pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. A imagem de jornal foi retirada do Acervo de Cultura Contemporânea, do Programa Avançado de Cultura Contemporânea. Disponível em: <http://docvirt.no-ip.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=arq_cultura&Pesq=Centen%c3%a1rio%20da%20aboli%c3%a7%c3%a3o%20na%20UNICAMP&id=90007431537&pagfis=6862>. Acesso em 15/09/2023.

“

Eu queria dizer apenas, que é com a legitimidade de 48% de nós, Mulheres Negras, sermos analfabetas, conforme informa o Censo de 80;
 que é com a legitimidade de mais de 50% de nós sermos empregadas domésticas;
 que é com a legitimidade de 85% de nós não ganharmos além de dois salários mínimos;
 que é com a legitimidade de não termos "Boa Aparência";
 que é com a legitimidade de menos de 1% de nós conseguirmos chegar às Universidades;
 que é com a legitimidade de sermos a maioria das menores abandonadas;
 que é com a legitimidade de sermos a maioria da população feminina nos presídios;
 que é com a legitimidade de sermos a maioria das faveladas;
 que é, enfim, com a legitimidade que nos dá este estado de miserabilidade e de marginalização social em que vivemos, que nós mulheres negras, adquirimos o direito e o dever de questionar o Centenário da Abolição da Escravidão. E que é este, o sentido último do Tribunal Winnie Mandela".

”

Palavras de Suely Carneiro, coordenadora do Programa da Mulher Negra do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em 7 de maio, na instalação do Tribunal.

Figura 13
 Palavras de Suely Carneiro durante a instalação do Tribunal Winnie Mandela⁶⁷.

“Eu quero dizer apenas, que é com legitimidade de 48% de nós, Mulheres Negras, sermos analfabetas, conforme informa o Censo de 80;

que é com a legitimidade de mais de 50% de nós sermos empregadas domésticas;

que é com a legitimidade de 85% de nós não ganharmos além de dois salários-mínimos;

que é com a legitimidade de não termos “Boa Aparência”;

que é com a legitimidade de menos de 1% de nós conseguirmos chegar às Universidades;

que é com a legitimidade de sermos a maioria das menores abandonadas;

que é com a legitimidade de sermos a maioria da população feminina nos presídios;

que é com a legitimidade de sermos a maioria das faveladas;

que é, enfim, com a legitimidade que nos dá este estado de miserabilidade e de marginalização social em que vivemos, que nós mulheres negras, adquirimos o direito e o dever de questionar o Centenário da Abolição da Escravidão. E que é este, o sentido último do Tribunal Winnie Mandela.”

Palavra de Suely Carneiro, coordenadora do Programa da Mulher Negra do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em 7 de maio, na instalação do Tribunal.

⁶⁷ A figura 13 é um fragmento da reportagem completa, para que a leitura da nota fique mais visível. O artigo completo está na figura 14, logo abaixo, veiculado por jornal desconhecido, não havendo menção no arquivo consultado.



Figura 14 Artigo sobre o ciclo de seminários realizados durante as festividades do Centenário da Abolição.

O efeito perverso da interseccionalidade das opressões de raça, classe e gênero estava presente na vida de Jupiara, bem como na vida de milhares de mulheres pretas da classe baixa. O impacto da violência causada pelo racismo vai ao encontro delas todos os dias, lembrando-as de que vivem numa sociedade opressiva e altamente racista que as colocam à sua margem, excluindo-as dos trabalhos mais bem remunerados, dos bancos da escola, da universidade, do acesso à saúde e outros setores, reprimindo a sua identidade, não valorizando seus múltiplos saberes e conhecimentos e sufocando suas culturas e seu modo de ver e viver a vida.

Ao ter como escopo a implantação de um debate étnico-racial dentro da universidade, a partir do olhar da mulher negra e do homem negro, Jupiara pretendia desvelar o racismo como um dos problemas mais graves existentes na sociedade brasileira, o qual, também, perpassa pelo interior e pelas estruturas da Universidade de São Paulo.

Para além do aludido desvelo, Jupiara planejava, com a realização do debate étnico-racial, promover a educação e a reeducação de toda a comunidade uspiã e a de seu entorno, seja ela branca ou preta, por meio da consciência racial, sobretudo a negra, que é fruto de um processo de compreensão sobre ser negro, se orgulhar de ser negro e estar comprometido com

a luta contra todas as forças que procuram usar a negritude como um rótulo que determina subserviência (BIKO, 1971)⁶⁸.

Numa breve definição, a Consciência Negra é, em essência, a percepção pelo homem negro⁶⁹ da necessidade de juntar forças com seus irmãos em torno da causa de sua atuação – a negritude de sua pele – e de agir como um grupo, a fim de se libertarem das correntes que os prendem em uma servidão perpétua. Procura provar que é mentira considerar o negro uma aberração do “normal”, que é ser branco. É a manifestação de uma nova percepção de que, ao procurar fugir de si mesmos e imitar o branco, os negros estão insultando a inteligência de quem os criou negros. [...] Procura infundir na comunidade negra um novo orgulho de si mesma, de seus esforços, seus sistemas de valores, sua cultura, religião e maneira de ver a vida. (BIKO, 1971)

Jupiara tinha compreensão de que precisava unir forças com suas irmãs e seus irmãos, em prol da sua causa de atuação, isto é, submeter a branquitude a repensar e a se reeducar para mudanças que são necessárias nos espaços de poder, como a universidade pública. Para isso, não basta somente fixar os negros como sujeitos protagonistas da história, sujeitos sociais, sujeitos acadêmicos, sujeitos trabalhadores, é preciso promover um projeto político que vise,

⁶⁸ Steve Biko nasceu a 18 de dezembro de 1946 em King William's Town, cidade da Província do Cabo, no extremo sul da África do Sul, e morreu no dia 12 de setembro de 1977, após ser preso e torturado pela polícia política sul-africana. Seu pai, Mzimkhayi Biko, morreu quando ele tinha apenas 4 anos de idade. Desde cedo, Biko demonstrou ter uma mente aguçada que se combinava com personalidade carismática. Biko começou os estudos na Brownlee Primary, onde ficou dois anos, passando em seguida para a Charles Morgan High Primary, onde permaneceu 4 anos. Depois foi para Lovedale, uma escola para meninos na parte oriental da Província do Cabo. Em 1966, depois de concluir com sucesso os estudos em uma escola católica, Biko matriculou-se na Universidade de Natal para estudar medicina, curso que seria obrigado a abandonar para se dedicar à atividade política. Já em 1967, ao participar do congresso de uma organização estudantil liderada por brancos, na Universidade de Rhodes, Biko chamava a atenção dos meios de comunicação, conquistando a liderança sobre os delegados negros. Biko voltou suas energias para a implantação dos Programas da Comunidade Negra (BCP). Esses programas eram centralizados na igreja da Leopold Street em King William's Town e incluíam vários projetos de ajuda mútua entre os negros, como cursos de alfabetização, corte e costura e educação sanitária. No ano de 1973, ele estava entre dezesseis ativistas, brancos e negros, que foram banidos pelo governo. No total, foi proscrito e detido quatro vezes. Essa pena de proscricção, que era imposta pelo governo racista aos ativistas anti-apartheid, consistia no confinamento em determinada área ou cidade e, conseqüentemente, na proibição de se movimentar pelo país. Ela incluía também a proibição de estar com mais de uma pessoa ao mesmo tempo, de publicar textos e outras formas de articulação. Por força disso, ele foi obrigado a abandonar Durban, onde vivia, e transferir-se para King William's Town. A cidade tornou-se então um ponto de referência para onde se dirigia um interminável fluxo de visitantes para ouvi-lo. A morte de Biko foi também uma consequência indireta dessa pena de banimento, uma vez que, apesar da proibição, Biko continuou se movimentando pela África do Sul, exercendo o seu papel de dirigente e organizador do Movimento Consciência Negra. E foi no dia 18 de agosto de 1977, durante uma dessas viagens, que Steve Biko e seu amigo Peter Jones foram detidos em um bloqueio rodoviário da polícia de segurança, perto de Grahamstown, na província do Cabo Oriental. No dia 6 de setembro, ele foi submetido a 22 horas de interrogatório, durante as quais foi torturado e espancado, vindo a falecer no dia 12. A partir daí, a estrutura organizativa do Consciência Negra foi violentamente reprimida e seus líderes sistematicamente perseguidos. Biko foi provavelmente o primeiro dirigente político negro da África do Sul a questionar publicamente o papel dos liberais brancos na luta contra o regime racista do africâner, apontando a necessidade dos negros construírem suas próprias organizações. Ele acreditava na viabilidade de uma estratégia de libertação sem violência, propondo-se a atuar dentro dos limites da legislação vigente do país. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/steve-biko/>>. Acesso: 30/08/2023.

⁶⁹ O uso de “homem negro” é uma marca temporal e histórica de utilizar as palavras no masculino como forma genérica para se referir a seres humanos. Nesse sentido, quando não em citação utilizaremos pessoa negra ou mulher e homem negros.

por meio da educação, extinguir, ou pelo menos diminuir, a discriminação racial dentro da universidade.

Para enxergar a/o negra/o como sujeito social e não como objeto de pesquisa é necessário que haja uma transformação profunda na estrutura mental dos seres humanos (MUNANGA, 2005). É necessário repensar a posição das pessoas negras na história do passado e do presente. O eterno estudo sobre o escravo como objeto pode destruir as individualidades históricas e culturais das populações que formaram a matriz plural do povo e da sociedade brasileira. (MUNANGA, 2005).

O estudo exclusivo sobre o escravo, o período colonial e o período pós escravidão foi largamente produzido e publicado a partir de pesquisas das universidades. A redução do lugar do negro na história e sua objetificação foi alvo de críticas pela intelectualidade negra desde as últimas décadas do século XX. “A memória dos afro-brasileiros, muito ao contrário do que afirmam aqueles historiadores convencionais de visão curta e superficial entendimento, não se inicia com o tráfico escravo” (NASCIMENTO, 2019, p. 273).

Beatriz Nascimento e Eduardo Oliveira e Oliveira denunciaram no evento “A quinzena do negro na USP”, em outubro de 1977, a triste realidade do eterno estudo sobre o escravo, como se a existência do negro estivesse reduzida apenas à mão de obra escrava, sem considerar negros e negras como sujeitos na ocupação de espaços sociais, inclusive o acadêmico (RATTS, 2011).

Jupiara tinha a missão de mudar essa realidade, provocando uma grande discussão acerca do papel da comunidade negra na formação da nação brasileira e do lugar que ela ocupava na sociedade, evidenciando o racismo institucional e promovendo uma luta contra a discriminação racial dentro da Universidade, por meio da educação.

Segundo Kabengele Munanga (2005), nenhuma lei, por si só, será suficiente para aniquilar as atitudes preconceituosas existentes nas cabeças das pessoas⁷⁰. Porém, a educação é capaz de oferecer subsídios para provocar questionamentos que visam a desconstrução de mitos sobre a superioridade e a inferioridade de grupos humanos (MUNANGA, 2005).

As leis são fundamentais para reivindicar garantias constituídas, as quais, geralmente, são alcançadas através de um longo processo de lutas e protestos. Porém elas não atingirão seu maior potencial transformativo se a mentalidade das pessoas não sofrer um processo de desconstrução sobre hierarquia racial e sobre as estruturas mentais herdadas do mito da

70 No Brasil as leis “pegam ou não pegam”. Em outros países isso pode ser diferente.

democracia racial. Assim, a educação para relações étnico-raciais tem grande importância juntamente às leis no processo de promoção da igualdade racial.

Propor um debate étnico-racial dentro de uma universidade como a USP é oferecer uma oportunidade, um caminho para o resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra na construção da nação brasileira, e, com isso, olhar para a/o negro/a como protagonista social. Além disso, é uma forma de questionar as desigualdades escancaradas por toda a estrutura da sociedade, inclusive dentro da Universidade e uma maneira de ensinar, ou de lembrar, que as barreiras sociais fundadas no racismo impedem o progresso dos povos e a construção de um mundo menos desigual.

Posto isso, dentre muitos caminhos que Jupiara poderia escolher para adicionar à luta realizada no contexto uspiano, ela optou pelo da educação. E o caminho da educação é importante, porém não é fácil. A educação é uma disputa de poder e escolher esse percurso é seguir por uma estrada espinhosa e cheia de obstáculos. Por isso, é preciso união, conhecimento e luta para infundir um programa de emancipação, com o fim de se libertar das correntes que, conforme mostrou Biko, perpetuam a posição das pessoas negras em uma posição de servidão (BIKO, 1971).

Jupiara tinha sua missão. “*Quem falará e representará a nossa história seremos nós mesmos*” (Jupiara, 2020). Conforme já mencionado, ela tinha como objetivo estabelecer um debate étnico-racial na Universidade de São Paulo, com o olhar da comunidade negra, para promover uma luta contra a discriminação racial, questionar a branquitude e a exclusão de negros na maior Universidade da América Latina. Mas como ela faria isso? Ela sabia que havia precariedade de negros nas cadeiras de poder dentro da Universidade. Ela sabia da invisibilidade dos negros que trabalhavam na USP nas funções de menor prestígio social. Isso era um padrão, algo tido como normal e aceitável. Então por onde começar se o racismo está enraizado, estruturado, internalizado e institucionalizado na e pela Universidade?

É importante destacar que, embora existam níveis de compreensão e expressão do racismo individual e institucional, a dimensão da estrutura é que torna possível tais efeitos do racismo (ALMEIDA, 2018, apud OLIVEIRA, 2021, p. 61). De acordo com Silvio de Almeida (2016), o racismo estrutural não é uma questão patológica porque concebe as relações no seu padrão de normalidade. É, outrossim, uma forma de racionalidade que abrange ações sistemáticas conscientes e inconscientes.

Jupiara carregava consigo, o tempo todo, o que seu pai a ensinara: “todas as regras foram feitas para serem quebradas, você só precisa justificar a ruptura com essas regras”.

Eu costumo dizer que eu nasci militante, porque eu sou filha de um velho comunista negro, carioca, que nos ensinou o tempo inteiro que todas as regras foram feitas para serem quebradas, você só precisa justificar a ruptura com essas regras. O jogo na minha casa era mais duro do que na casa dos nossos amigos. Eles [os pais] não diziam de cara para não fazermos algo, mas precisávamos argumentar o porquê faríamos ou não faríamos. Então argumentávamos. E ele se convenciamos ou não. Era difícil. Mas hoje eu tenho clareza. Eles deixavam a gente quebrar as regras em tudo que não feria os princípios deles. (CASTRO, Jupiará, 2020)

Para algumas entidades quebrar regras é transgredir, mesmo argumentando sobre a irracionalidade de tais regras, mesmo expondo a inumanidade delas. São instituições que foram fundadas por ideologias tradicionais do patriarcado. Elas estão fixadas na e pela ideologia do colonizador. Portanto, qualquer manifestação, levante ou protesto será encarado como uma violação. Mas, isso não amedrontava Jupiará, porque ela havia sido preparada desde pequena. Seu pai, Claudionor Esteves de Castro, realizava jogos argumentativos com a finalidade de discutir e debater assuntos contestáveis a partir da elaboração e confronto de argumentos, tudo com a finalidade de estimular a capacidade de questionamento e debate de sua filha, Jupiará.

As atitudes e ações do pai de Jupiará podem ser compreendidas a partir da ideia de hooks, de que educar é uma ação fundamentalmente política quando situada nas raízes na luta antirracista (HOOKS, 2017). Assim como o fazer pedagógico promovido pelo pai de Jupiará, as professoras negras apresentadas por bell hooks⁷¹ promoviam uma pedagogia revolucionária de resistência profundamente anticolonial.

Aprendemos desde cedo que nossa devoção ao estudo, à vida do intelecto, era um ato contra-hegemônico, um modo fundamental de resistir a todas as estratégias brancas de colonização racista (HOOKS, 2017, p. 10-11).

Tanto o pai, quanto a mãe de Jupiará a prepararam para enfrentamentos difíceis. Ela foi formada por uma pedagogia revolucionária adquirida dentro da experiência familiar. A escola, espaço formal de educação, complementou a formação de Jupiará.

Essa bagagem instrutiva e pedagógica, Jupiará levou consigo e dela se apoderou na sua militância. Mais tarde, ela integrou e experienciou importantes processos complexos participando da fundação do Movimento Negro Unificado (MNU) e do Agbara Dudu, ambos no Rio de Janeiro.

Eu tive dois processos no movimento negro que eu acho muito interessantes. Participei da fundação do MNU no Rio de Janeiro⁷² e da fundação do Agbara Dudu⁷³, situado em Osvaldo Cruz, também no Rio de Janeiro. O Agbara Dudu,

⁷¹ O nome da pesquisadora e feminista negra bell hooks será grafado com iniciais minúsculas, respeitando a problematização feita pela autora acerca do nome que ela adotou.

⁷² Jupiará não deixa claro em sua entrevista sobre o ano em que participou da fundação do MNU no Rio de Janeiro.

⁷³ Agbara Dudu significa, em yorubá, “força negra”. O espaço foi fundado em 04/04/1982 e é voltado para a comunidade. O grupo passou a desenvolver cursos, oficinas de dança e capoeira, além de debates, encontros e

na periferia do Rio, também era um espaço político-socialista ligado às lutas gerais, mas com um viés muito forte na questão cultural. Música, teatro. Na década de 80 a gente disputava a juventude com o teatro não deixando o tráfico levar nossas crianças. Até hoje ele está situado em Oswaldo Cruz, com altos e baixos, porque não se consegue financiamento. (CASTRO, Jupiara, 2020)

Jupiara se dedicou a uma luta que não era só dela, mas de toda a comunidade e juventude preta marginalizada e silenciada. Ela participou da fundação e integrou o MNU e o Agbara Dudu, que são organizações revolucionárias que lutam por direitos e se fortalecem no debate e nas práticas das suas ações de cunho político, cultural e social. Ambas foram iniciadas no contexto da ditadura militar, portanto a resistência e a luta fazem parte do projeto de vida de Jupiara, bem como fazem parte do seu objetivo na USP.

A prática da resistência e da luta traz conhecimento. Jupiara têm muitos saberes: o da escola, o da família, o político, o da experiência como militante no movimento negro e, ainda, o acadêmico. O potencial de conhecimento e análise somados à sua experiência e atividade fazem dela uma acadêmica “outsider within”, ou “estrangeira de dentro”, nos termos de Collins (COLLINS, 2016), e que faz uso criativo de sua marginalidade para promover um pensamento feminista negro e divulgá-lo por meio de debates e ações educacionais.

A missão de promover um grande debate étnico-racial na USP foi encampada por uma mulher que tinha conhecimento histórico-político-cultural-social, que tinha experiência como militante no movimento negro, que sabia argumentar e se posicionar, que sabia quebrar regras e transgredir. O seu ato de transgressão seria entrar em um espaço tradicional que resiste às transformações da sociedade, assim como contestar todas as normas e costumes racistas praticados naquele espaço, lutando para mudá-las.

Portanto, assim que Jupiara ingressou como trabalhadora na função de atendente de enfermagem I, no Hospital Universitário, ela foi liderança de uma greve que tinha como objetivo expor os problemas nas condições de trabalho, no plano de carreira e nos pisos salariais.

Não tinha acabado meu período de experiência. Eu entrei e dirigi uma greve no Hospital Universitário. Foi uma greve importante porque conseguimos melhorar todos os pisos da carreira e incluir as melhorias nas carreiras dos aposentados. (CASTRO, Jupiara, 2020)

Dirigir uma greve envolve expor e debater as relações injustas que se dão no âmbito do trabalho e exigir mudanças e reparações nessa esfera. Jupiara conta que em razão de ter conduzido uma greve, acabou se tornando diretora de base do Sindicato dos Trabalhadores da

seminários sobre temas negros e afins. Disponível em: <<https://grupoafroagbaradudu.com.br/>>. Acesso em: 21/08/2023.

Universidade de São Paulo (SINTUSP), em 1987, e que, durante um longo período, ela foi a única mulher negra na direção do SINTUSP (Jupiara, 2020).

Ao tomar posse do cargo de direção no SINTUSP, Jupiara começa a receber queixas sobre as violências, injustiças e abusos presentes nas relações de trabalho na Universidade, principalmente para trabalhadores os negros. Ela conta que na prefeitura da Universidade tinham muitos negros como trabalhadores em serviços, manutenção, cozinha e conservação enquanto havia poucos negros como alunos, professores e funcionários com cargos de maior prestígio social.

Em 1986 e 1987 tinha muito negro na Universidade de São Paulo. Muito. [...] tinha eletricista, técnicos de jardinagem, tinha pedreiro, o pessoal da construção civil [...] quem estava nos restaurantes, na cozinha, eram as mulheres negras cozinhando e os homens negros no suporte da cozinha. A Universidade tinha muito negro, todos eles como trabalhadores em funções que para mim são extremamente óbvias. Então, quer dizer, quando você anda pela Universidade, quando você chega na parte da academia, você não encontra um negro, nem discente nem docente. (CASTRO, Jupiara, 2020)

Segundo Jupiara, as queixas recebidas relacionadas ao trabalho denunciavam atitudes altamente racistas e discriminatórias por parte da chefia. “Não há dúvidas de que a discriminação contra o negro em todo o planeta tem origem na atitude de exploração, por parte do homem branco” (BIKO, 1971). Tais queixas tratavam das condições precárias de trabalho, de baixa remuneração, da impossibilidade de ascender profissionalmente (e socialmente) e, principalmente, das atitudes que revelavam a concepção de que aqueles que carregavam as vassouras eram inferiores aos que estavam à frente de cargos de maior prestígio social.

Vi casos de assédio dos professores e até de menosprezo por parte deles. Eles diziam, claramente, que negros não deveriam estar na Universidade de São Paulo porque esta Universidade era para pensar o Brasil e pensar as categorias formais da sociedade brasileira (CUNHA JÚNIOR, Henrique, 2021⁷⁴).

O professor Henrique Cunha Júnior⁷⁵, um dos fundadores do NCN, lembra que as denúncias vinham de vários setores. Ele relata que os funcionários se queixavam de assédio sexual, racismo por parte dos professores e barreiras no ingresso nos programas da Universidade (CUNHA JR, 2021).

⁷⁴ Henrique Cunha Júnior foi um dos fundadores do NCN que não foi entrevistado para esta pesquisa. As falas do eminente professor, acerca da fundação do NCN na USP e citadas algumas vezes nesta dissertação, foram retiradas da *live* da calourada do cursinho pré-vestibular do NCN, em 2021, evento do qual participei. O áudio do evento foi acessado como parte dos documentos fornecidos pela entrevistada Jupiara. Além disso, Cunha Júnior publicou um artigo, o qual está inserido como capítulo no livro “Aprovados! cursinho pré-vestibular e população negra”, onde descreve passagens da história do NCN e aborda questões do cursinho pré-vestibular criado em 1994, pelo Núcleo.

⁷⁵ O professor Henrique Cunha Júnior era um dos poucos professores negros da Universidade de São Paulo, à época da fundação do NCN.

Como forma de encontrar meios para enfrentar a questão, Jupiara reuniu a diretoria do SINTUSP para discutir os atos racistas contra os trabalhadores, porém, se deparou com uma outra esfera do racismo: a negação, já que segundo os outros dirigentes do Sindicato, não havia racismo dentro da USP.

Nas discussões da direção, as pessoas disseram que eu era meio louca. Diziam que na USP não tinha racismo. E isso me aborreceu muito, por isso procurei a Dulce do Diretório Central dos Estudantes (DCE)⁷⁶ para ver o que poderíamos fazer juntas. Mas naquele momento, para a minha felicidade, tínhamos um negro na direção da ADUSP, que era o professor Cunha Júnior, tínhamos um negro no DCE, que era o Wilson Honório e eu no SINTUSP. (CASTRO, Jupiara, 2020)

Na visão de seus colegas dirigentes do Sindicato, Jupiara era tida “como louca” por querer discutir o racismo que acometia as/os trabalhadoras/es dentro da Universidade. Para ela o preconceito e a discriminação eram explícitos e todos estavam sendo oprimidos pelo mesmo sistema e, por isso, era necessário unir força para atacar essa injustiça. Vale ressaltar que a negação da existência de racismo por parte dos demais membros do sindicato dos trabalhadores da USP evidencia a ausência de integração da luta dos trabalhadores brancos em relação às dificuldades adicionais especificamente enfrentadas por trabalhadores negros e revela que a perspectiva de luta assentada exclusivamente na questão de classe pode estar imbuída de elementos perpetuadores do racismo, tal como a negação de sua existência.

O fato de não conseguir apoio dentro do Sindicato, por parte dos seus colegas, fez com que Jupiara buscasse ajuda em outros espaços dentro da Universidade. Ao procurar o DCE, soube que poderia unir forças com mais dois representantes negros de entidades potentes dentro da Universidade⁷⁷. Tais espaços de luta política se constituíram, ao mesmo tempo, como espaços de mobilização política, resistência e combate contra o racismo, sem deixar de serem parte constituinte da própria manifestação dele. Ou seja, esses espaços coletivos são essenciais para a discussão e o posicionamento na construção de uma sociedade mais justa, desde que estejam abertos para as pautas oriundas das pessoas negras que nele se encontram. Trata-se de uma complexidade que não pode ser lida de forma simplista.

É justamente na esfera das questões não contempladas por essas três importantes entidades que surge o espaço e a necessidade de criação de uma organização especificamente voltada à questão racial. O NCN, portanto, desde o seu nascimento, articula pautas de

⁷⁶ Jupiara menciona Dulce, como integrante do Diretório Central dos Estudantes - DCE, porém não dedica mais informações sobre a mencionada pessoa.

⁷⁷ Henrique Cunha Junior era representante da Associação de docentes da Universidade de São Paulo - Adusp, Wilson Honório estava na direção do Diretório Central dos Estudantes - DCE e Jupiara estava na direção do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade de São Paulo - SINTUSP.

estudantes, funcionários e professores, aglutinando ainda questões de gênero, raça e trabalho. Esses elementos conferem ao Núcleo uma posição que pode ser lida, conforme nomeia Collins (2016), como situada no bojo da interseccionalidade.

Jupiara Castro, Henrique Cunha Júnior e Wilson Honório da Silva, juntos, fundaram o Núcleo de Consciência Negra (NCN) na USP, em 1987.

O Núcleo surge para a disputa de um projeto com uma concepção clara sobre o país que nós queremos. Quanto mais gente da classe trabalhadora, pretos, periféricos pudermos trazer para unir força dentro da Universidade, obrigaremos, necessariamente, a comunidade uspiana a se reeducar e a classe operária e média, a conviverem. Esse é o debate e ele é profundo. É uma disputa de poder para transformar a sociedade pela educação. (CASTRO, Jupiara, 2020)

O NCN foi fundado como uma unidade na luta pela disputa de poder e na luta por direitos, posicionada contra os privilégios da branquitude. O objetivo era promover um debate étnico-racial categórico, com objetivo de denunciar o racismo na sociedade e, principalmente, dentro da universidade, bem como contribuir para mudanças e transformações capazes de diminuir as desigualdades sociais e as atitudes preconceituosas.

De acordo com o seu papel, finalidade e origem, o Núcleo foi fundado dentro do campus da USP, no Butantã, a despeito da resistência da administração da universidade. Essa ação deixou claro suas aspirações em mobilizar a comunidade uspiana para combater o racismo, assim como o quanto as suas transgressões repercutiriam a partir daquela união que defenderia e aplicaria a educação que não trabalha para reforçar a dominação, mas a que é uma prática da liberdade, conforme discute bell hooks (2017).

Na memória do professor Henrique Cunha Júnior (2021) o período em que o Núcleo foi fundado era um momento de muitos enfrentamentos em razão do racismo explícito dentro da Universidade e, o encontro das três categorias, funcionários, estudantes e professores, foi uma conjunção boa porque na composição vigente daquele período os dirigentes eram negros.

Se não me engano, encontrei com a Jupiara na esquina da Escola de Comunicação da USP, e disse: “precisamos conversar”, e ela disse: “sim, precisamos conversar, professor”. Então, fomos atrás, também, do representante do DCE (Wilson Honório) [...] E, assim, começou o Núcleo, fazendo denúncias e articulando seminários, coisas que levavam a ter uma presença da população negra dentro da Universidade de São Paulo - uma presença qualificada, uma presença construída na discussão do racismo brasileiro. Foi dessa forma que começamos. (CUNHA JÚNIOR, Henrique, 2021).

É interessante observar que, com a criação do Núcleo, surgiram ações educacionais importantes. Seminários e rodas de conversa que foram propostas sobre o racismo brasileiro, trouxeram mais pessoas da comunidade negra, além dos trabalhadores, para dentro da

Universidade. Portanto, mais mulheres negras e homens negros passaram a frequentar e a circular pelo território uspiano e impor suas presenças.

É inegável a participação e contribuição de Henrique Cunha Júnior e Wilson Honório na fundação do NCN. Segundo Steve Biko (1971), sem unidade não há força. Entretanto, é preciso destacar a pujança e a eloquência de Jupiara ao idealizar um Núcleo de Consciência Negra na Universidade de São Paulo. Essa proposta vai além do que a sua missão previa. O cenário que Jupiara encontrou, de racismo e exclusão dos trabalhadores negros da USP e da precariedade de alunos e professores negros, exigiu a formação de um quilombo como um espaço de luta e de resistência, que chega para disputar poder e implementar, por meio da concepção de conscientização, uma luta político-social.

De acordo com Abdias do Nascimento (2019) os quilombos resultaram da exigência vital dos africanos escravizados de resgatar sua liberdade e dignidade através da fuga do cativeiro e da organização de uma sociedade livre. Esse conceito pode e deve ser reatualizado de acordo com o contexto em que vivemos.

A continuidade dessa consciência de luta político-social se estende por todos os Estados onde existe significativa população de origem africana. O modelo quilombista vem atuando como ideia-força, energia que inspira modelos de organização dinâmica desde o século XV. Nessa dinâmica quase sempre heroica, o quilombismo está em constante reatualização, atendendo às exigências do tempo histórico e situações do meio geográfico. (NASCIMENTO, 2019, p. 282)

Assim, é patente a analogia da constituição do Núcleo de Consciência Negra como um quilombo porque foi erigido como um espaço de união, de debate, de denúncia, de proposta, de acolhimento, de refúgio, de liberdade e de manifestação da cultura e dos valores afro-brasileiros e africanos, dentro de um território de exclusão, silenciamento e perseguição do povo negro. Para Abdias de Nascimento (2019), independentemente da aparência e dos objetivos declarados, as organizações, entidades, associações, dentre outras nomenclaturas, fundadas e integradas por mulheres e homens pretos, preenchem uma importante função social, desempenhando um papel relevante na sustentação da comunidade negra.

O medo da opressão, que estava fora do quilombo (NCN), existia, porém ele não foi capaz de frear o ímpeto de seus fundadores e, principalmente, da sua idealizadora. “*Quem não tem medo é burro! Eu tenho medo, mas não me escondo*” (CASTRO, Jupiara, 2020). Era preciso força e coragem para levar adiante o projeto emancipador, o qual deu origem a sua missão dentro da USP.

Jupiara conseguiu entrar como trabalhadora na Universidade de São Paulo, dirigiu uma greve, ousou contestar as relações perversas que estavam postas aos funcionários, se tornou

uma das dirigentes do sindicato (SINTUSP), promoveu debates, estabeleceu embates junto de autoridades dentro da Universidade, idealizou e fundou o Núcleo de Consciência Negra, em 1987.

Um futuro de melhor qualidade para a população afro-brasileira só poderá ocorrer pelo esforço enérgico de organização e mobilização coletiva, tanto da população negra como das suas inteligências e capacidades escolarizadas, para a enorme batalha no front da criação teórico-científica (NASCIMENTO, 2019, p. 290).

Junto dos seus companheiros, Jupiara fundou o NCN para ir ao front batalhar, quebrar regras, transgredir e expor o tratamento que a USP dava para a comunidade negra: invisibilidade, posições de inferioridade em relação a supremacia branca, exploração e exclusão da comunidade negra, se valendo de um mecanismo cruel e desumano: o racismo⁷⁸. Desse momento em diante, muitas batalhas foram iniciadas, todas foram combatidas e algumas delas seguem em curso, o próximo tópico versa sobre isso.

2.2 Os enfrentamentos do Núcleo de Consciência Negra para se estabelecer dentro da USP e promover ações educacionais com um olhar político, crítico e social

O Núcleo começou por causa das relações de trabalho, mas logo se tornou um projeto educacional para disputar direitos dos quais somos aliados (CASTRO, Jupiara, 2020).

Fica entendido, pelos depoimentos das/os fundadoras/es e membros que deram entrevista, que a principal motivação para a fundação do Núcleo de Consciência Negra (NCN) na Universidade de São Paulo (USP) foi a situação de racismo dentro da Universidade contra os trabalhadores, a branquitude e a exclusão de negras e negros das salas de aula.

O principal motivo para a criação do Núcleo foi a discriminação e a ausência da visibilidade dos negros no interior da Universidade. Ainda que se verifique que a maior presença de negros está entre os funcionários, eles também são invisíveis em relação a sua real capacidade no interior das funções administrativas que exercem. (MALACHIAS, Billy, 2016)

Portanto, no início, o NCN foi criado para denunciar, expor e atacar essas situações. Ainda que o trabalho seja entendido como centro das preocupações iniciais do Núcleo, a reunião entre uma dirigente do sindicato dos trabalhadores, com uma autoridade da associação de docentes e com uma liderança do movimento estudantil, todos negros, indica uma relação entre as questões trabalhistas com as demais possibilidades de acesso aos espaços de poder na Universidade. O mesmo racismo estrutural atingia com intensidade as diferentes esferas da

⁷⁸ Sobre o racismo, será abordado mais adiante o seu conceito, bem como episódios de racismo suportados e combatidos pelo NCN.

Universidade, de forma que as posições de trabalho, que eram então o único espaço onde havia grande presença de negras/os, eram onde as manifestações explícitas do racismo se verificavam. Havia, portanto, uma configuração em que as/os negras/os não eram bem-vindas/os na USP como docentes, nem como estudantes e quando presentes como trabalhadoras/es, sofreriam abusos e violências adicionais além daquelas enfrentadas pelas/os seus/suas colegas brancas/os. Wilson Honório da Silva, um dos fundadores do NCN, relata o desconforto que sentia ao ser, em muitas vezes, o único estudante negro nas salas que frequentou durante sua graduação na USP.

Posso citar o desconforto sentido em vários anos de minha vida acadêmica ao ver-me como o único negro na grande maioria das salas que frequentei ou mesmo circulando por uma universidade povoada por cerca de 50 mil alunos, dentre os quais cerca de 500 eram negros. Como posso falar da ainda presente indignação por nunca, absolutamente nunca, ter tido o prazer e assistir a aulas com professores ou professoras negros. (SILVA, 2002, p. 58-59)

A mensagem de que a USP não era para as/os negras/os era bastante concreta. Quando presentes, mesmo que nos espaços mais desvalorizados, elas/es seriam abertamente discriminadas/os. As formas que o Núcleo encontrou para combater o racismo e a manifesta falta de negras/os nas posições de acesso aos bens simbólicos da Universidade de São Paulo foram ações políticas, culturais e educacionais, as quais foram planejadas e colocadas em prática no decorrer dos anos da sua existência.

A primeira geração do Núcleo, isto é, as/os fundadoras/es, promoveram debates e seminários como estratégia para apresentar e discutir com o público temas relevantes sobre o racismo e os meios possíveis de combatê-lo. “*Esses seminários atraíam uma presença negra para dentro da Universidade*” (CUNHA JÚNIOR, Henrique, 2021). O Núcleo se tornou, rapidamente, uma entidade que representava o povo negro, uma associação em que as pessoas podiam frequentar, conviver, ouvir, falar, aprender e denunciar.

O quilombo erigido dentro da Universidade de São Paulo pretendeu lutar contra a opressão e o racismo, tão presentes na sociedade de ontem e de hoje, por meio de estratégias não violentas, isto é, através de caminhos que contemplavam o diálogo e a negociação. As estratégias escolhidas pelo Núcleo foram desenvolvidas para disputar poder com o estabelecimento de ações coordenadas e coletivas que tinham como objetivo o debate sobre justiça social e igualdade de direitos, tendo como horizonte a equidade. Com isso, buscava-se a mobilização de parte da sociedade para o aprendizado e o estabelecimento de uma educação antirracista. No futuro haveria outros enfrentamentos, voltados para a conquista de ações afirmativas para o acesso à posição de estudantes que reparassem as desigualdades históricas.

Os trabalhadores negros da USP e outras pessoas da comunidade uspiana procuraram a recém-criada instituição, também, para fazer denúncias. Essa afirmativa vai ao encontro das análises realizadas nas fontes orais e escritas⁷⁹, como será percebido mais adiante.

Henrique Cunha Júnior revelou que alguns casos de trabalhadores que sofriam racismo dentro da USP chegavam até o Núcleo de Consciência Negra por meio de denúncia de terceiros e, em outros casos, a própria pessoa que sofria discriminação ia pessoalmente denunciar na sede do Sindicato dos Trabalhadores da USP (SINTUSP), que foi o primeiro espaço em que o Núcleo se assentou para realizar suas atividades⁸⁰.

Tivemos, por exemplo, casos em que havia suspeita, denúncia ou reclamação de racismo. Ficávamos sabendo que havia possibilidade de alguém estar sendo discriminado. Então conversávamos com essa pessoa, mas ela não tinha coragem de denunciar. Ela tinha medo de que representássemos a denúncia às autoridades. (CUNHA JÚNIOR, Henrique, 2021)

O receio de denunciar o racismo acometia alguns trabalhadores da Universidade naquela época, e acomete hoje, nos mais diversos segmentos profissionais. Esse é um problema social que viola a dignidade da pessoa humana e prejudica uma imensa parcela da sociedade que se vê vulnerável diante dessa perversidade enraizada na sociedade. Além disso, para fins de produção de conhecimento, a ausência de registros ocasiona uma redução da possibilidade de compreensão das dimensões das manifestações de racismo, bem como da maneira como ele se manifestava naquele período.

⁷⁹ O Arquivo Geral da Universidade de São Paulo apresentou oito processos com informações sobre a relação do Núcleo de Consciência Negra na USP com a Universidade, no decorrer dos anos em que ele se estabeleceu na Cidade Universitária. Alguns processos foram demandados pelo Núcleo e outros foram demandados pela Universidade. Os processos são: 86.1.23120.1.8 arquivado na caixa 217, Interessado: Jupiara Gonçalves de Castro, abertura 22/04/1987, doc. base: 86/HU, assunto: Contrato CLT; 87.1.73803.1.2 arquivado na caixa 9131, Interessado: Assessoria Técnico-Legislativa, abertura: 04/11/87, título: ATL/87/SG=, assunto: Projeto de Lei 699/87 apresentado pelo deputado Tonca Falseti, que institui comissão especial para as comemorações do Centenário da Abolição da Escravatura; 92.1.81.35.7 arquivado na caixa 10551, Interessado: Coordenadoria de Assistência Social (COSEAS), abertura: 14/02/1992, título: GC/9192/COSEAS, assunto: encaminha expediente oriundo do Núcleo de Consciência Negra da USP referente a denúncia de racismo praticado pelos concessionários da “Lanchonete e Restaurante da antiga Reitoria; 93.1.471.51.2 arquivado na caixa 01, Interessado: Fundo de Construção da USP (FUNDUSP), abertura: 19/05/1993, título: C/FUNDUSP/93, assunto: Solicitando autorização para transferir ao Núcleo de Consciência Negra da USP materiais relacionados; 94.1.30019.5 arquivado na caixa 14832, Interessado: Núcleo de Consciência Negra na USP, abertura: 19/08/1994, doc. base: NCN/94/PRCEU, assunto: Sociedade Civil que ocupa próprio da Universidade. Regularização; 2003.1.521.1.3 caixa de arquivamento não informada, Interessado: Núcleo de Consciência Negra (NCN), abertura: 15/01/2003, doc. base: OF/072003, assunto: obra e serviço: execução de reparos em parte do telhado que desabou devido às chuvas da primeira semana de janeiro/2003; 2004.5.524.82.7 caixa de arquivamento não informada, Interessado: Núcleo de Consciência Negra, abertura: 11/05/2004, doc. base: C/2004/NCN, assunto: Infra estrutura administrativa de apoio: reitera documento declarando autorização de funcionamento de que possui sede; 2006.1.29225.1.6 caixa de arquivamento não informada, Interessado: Prefeitura do Campus da Capital do Estado de São Paulo, abertura: 09/10/2006, doc. base: GAB/11242006/PCO, assunto: Consulta a CJ: sobre a legalidade de utilização do logotipo da USP, pelo Núcleo de Consciência Negra, órgão que não pertence a universidade, para divulgação de atividades.

⁸⁰ O NCN utilizava salas dentro do SINTUSP para realizar suas reuniões. Essas salas eram usadas de acordo com sua disponibilidade. Muitas vezes, os membros do Núcleo as utilizavam na parte da noite e madrugada adentro, momentos em que não estavam sendo ocupadas pelos dirigentes e demais colaboradores do SINTUSP.

Há mecanismos particulares de discriminação racial na sociedade brasileira. São mecanismos institucionais informais, que criam barreiras para negros e privilégios para brancos, bem como uma rede de mecanismos individuais, inclusive a indiferença, agressões e várias outras práticas informais, originadas de uma cultura que naturaliza a hierarquia racial. (SANTOS, 2013, p. 118)

Um recente levantamento realizado pela *InfoJobs* mostrou que 61% das/os profissionais negras/os vítimas de racismo tiveram medo de denunciar a discriminação e o preconceito racial que sofreram. Ainda, de acordo com a pesquisa, os que mais cometem práticas de racismo são os superiores, como gerentes e supervisores⁸¹. O medo ou receio de denunciar tem diversas causas, tais como retaliação, demissão, exclusão de grupos, vergonha, etc. Muito embora existam leis⁸² que tratam o racismo como crime, há notícias frequentes, veiculadas pelos mais diversos canais de informação e comunicação do país, sobre casos de racismo contra mulheres, homens e crianças pretas e pretos, sofridos na rua, no trabalho, dentro da escola, nas universidades e em outras instituições sociais, que são tratados como mero incidente ou invisibilizados. Em muitos casos ninguém é responsabilizado. Mas, e a lei? Se ela existe, por que não funciona? Na verdade, a legislação, sozinha, não é capaz de mudar a mentalidade das pessoas. Assim sendo, a lei atua como um respaldo para que seja possível reivindicar ações por parte do poder público no intuito de punir e educar pessoas que cometem crimes raciais (SOUSA, 2017).

2.2.1 Educação: um mecanismo contra o racismo

Para a superação do racismo a educação é fundamental. A mentalidade geral precisa sofrer mudanças no sentido de desconstruir os preconceitos constituídos social e historicamente por meio, entre outros, da compreensão das causas do racismo na sua origem e nas formas em que ele se estrutura na sociedade, tendo em vista que o objetivo da construção da ideia de diferença e hierarquia racial no contexto de colonização teve como finalidade justificar a exploração dos seres humanos que foram socialmente construídos como “o outro” para que

⁸¹ A pesquisa foi publicada pelo portal “Notícia Preta”, disponível em: <<https://noticiapreta.com.br/61-das-vitimas-de-racismo-no-trabalho-nao-denunciam-por-medo/>>, no portal “Terra”, disponível em <<https://www.terra.com.br/nos/61-das-vitimas-de-racismo-no-trabalho-nao-denunciam-por-medo.c1d2380fc97e59bc95b9dc8125190ed428w1fqnl.html>> e pelo portal “Administradores”, disponível em: <<https://administradores.com.br/noticias/medo-de-denunciar-racismo-ainda-e-uma-realidade-no-trabalho>>. Acesso em: 12/09/2023.

⁸² As principais leis no âmbito criminal são: Constituição Federal de 1988, que considera o crime de racismo inafiançável. Lei nº 7.716/1989 que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Lei nº 14.532/2023 que tipifica como crime de racismo a injúria racial, prevê pena de suspensão de direito em caso de racismo praticado no contexto de atividade esportiva ou artística e prevê pena para o racismo religioso e recreativo e para o praticado por funcionário público.

fosse possível lucrar, entre outras coisas, com seu trabalho escravizado. Munanga (2005) reflete que o processo de transformação das nossas estruturas mentais, que foram herdadas através do mito da democracia racial, é longo, mas que devemos depositar na educação, por meio de um trabalho sólido e contínuo, a força necessária para combater o racismo.

O aspecto punitivo é um dos instrumentos necessários na luta contra o racismo. A meu ver, a educação e as ações afirmativas são, entretanto, os principais recursos para se obter êxito, pois, a educação possibilita a transformação das estruturas mentais racistas e as ações afirmativas promovem, na prática, a participação política das minorias nas estruturas de poder, permitindo reparações históricas e diminuindo as desigualdades raciais. O NCN defende a promoção da educação e o estabelecimento de políticas afirmativas, isto é, são essas ideias que estabelecem sua existência e luta até hoje. Não podemos deixar de mencionar as históricas associações e entidades de luta e personagens importantes, como Abdias do Nascimento, que, com engajamento e formulação de propostas, contribuíram para a criação e implementação de leis imprescindíveis que visam contribuir para a combater e diminuir o racismo.

Nos manifestos das lideranças, como o da Frente Negra Brasileira, do Quilombismo de Abdias do Nascimento e do Movimento Negro Unificado, há um denominador que perpassou estas gerações: a cumplicidade na formulação de estratégias políticas, acompanhada pelo esforço de que a educação dos brancos sobre a história dos negros era importante para a superação do racismo no Brasil. Isto acabou transformando-se na Lei no 10.639, de 2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, incluindo a história do negro nas escolas. (SANTOS, 2013, 114)

Defendo, assim como Simone Pereira (2023), que a educação antirracista deve começar desde cedo, dentro da escola, na educação infantil. A educação tem o potencial de mudar concepções, por isso, a escola precisa apresentar, diariamente, centralidade e comprometimento para que as crianças possam ressignificar seus saberes, introduzindo uma pedagogia que desperta e sensibiliza as/os estudantes, a comunidade e todo o corpo docente. As ações afirmativas devem ser estabelecidas em todas as esferas do poder público, independentemente do governo atuante, até que não se precise mais delas. As cotas, por exemplo, devem ser instituídas como uma medida transitória para acelerar o processo e aumentar o contingente negro no ensino superior de qualidade (MUNANGA, 2004). Entretanto, ao mesmo tempo, é importante o estabelecimento de políticas educacionais que garantam investimentos para a construção de um país com uma educação sólida alicerçada efetivamente em uma cultura que respeite as diversidades étnicas (CASTRO, Jupiara, 2020).

Cabe, rapidamente, mencionar que há diferenças na implementação de ações afirmativas pelo Estado. Existem as políticas afirmativas, que são relativas à implantação de cotas nas

universidades e em concursos públicos, as ações punitivas, que dizem respeito à aquisição de uma postura antirracista (criminalização do racismo, leis de discriminação racial, cursos, serviço comunitário) e as valorizadoras, que visam a reconhecer e dignificar a história e cultura negra na sociedade, como a lei 10.639, de 2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira (MENEZES, 2017).

Jupiara corrobora os relatos do professor Henrique Cunha, isto é, que as denúncias recebidas pelo Núcleo eram de racismo sofrido por trabalhadores da Universidade em serviços de menor prestígio social: *“Comecei a receber uma série de questionamentos sobre a perversidade nas relações de trabalho dentro da Universidade”* (CASTRO, Jupiara, 2020).

Os membros do Núcleo, diante das denúncias que recebiam, realizavam uma averiguação sobre os acontecimentos com a finalidade de constatar se havia indícios de racismo nas situações relatadas. Jupiara conta que enriqueceu um questionário, que já existia, para colher informações sobre os casos de discriminação racial contra os trabalhadores negros da Universidade. *“Melhoramos o meu questionário de escuta do trabalhador e, com isso, conseguimos perceber, efetivamente com dados, que as ações eram racistas”* (CASTRO, Jupiara, 2020). Segundo Jupiara, os dados apresentados através do formulário de escuta mostraram que os trabalhadores estavam sendo discriminados e, por isso, a apuração dos fatos era imprescindível para denunciar os opressores.

O Núcleo realizava um trabalho de investigação, atuando ao mesmo tempo como um espaço de recepção e encaminhamento de denúncias e como um polo de produção de conhecimento a respeito das questões raciais na universidade. As pessoas se sentiam confortáveis em procurá-lo porque sabiam que seriam ouvidas e haveria um esforço coletivo para solucionar tais perturbações, ou seja, tratava-se ainda de um espaço de acolhimento para as pessoas que experienciassem situações de racismo. Conforme citado, o Núcleo ocupava salas no SINTUSP para realizar suas atividades, portanto, é possível que esses trabalhadores se sentissem mais seguros ao se dirigirem às duas entidades. Apesar da ausência de reconhecimento do racismo por parte do Sindicato, a existência e presença do Núcleo junto à prática de questionamento do SINTUSP originavam uma nova força voltada a cobrar ações por parte da Universidade na defesa do (a) trabalhador (a) negro (a).

Henrique Cunha conta que, após a realização de verificação de racismo contra o trabalhador, o NCN divulgava os atos criminosos publicamente para que a reitoria tomasse alguma providência, o que, segundo ele, nunca aconteceu.

Fazíamos sempre uma verificação dos fatos, para sabermos como eles realmente se apresentaram. Com isso, passamos a informar e colocar nos

jornais e nas instituições universitárias. O fato era anunciado publicamente e isso dava algum tempo para a reitoria tomar providência - que nunca tomou. Depois a gente marcava uma reunião específica com a reitoria da Universidade e insistíamos para que as denúncias fossem feitas oficialmente lá. Os reitores apresentavam uma cara de espanto, mostravam que estavam impressionados - “imagina se isso estava acontecendo na universidade deles”. Eram casos esdrúxulos de racismo, perseguições e outras mazelas que esse sistema induz. (CUNHA JÚNIOR, Henrique, 2021)

O fato de a reitoria não tomar nenhuma providência, mostra claramente a sua política de condescendência com as atitudes racistas, bem como a falta de interesse político em discutir o racismo estrutural. O silêncio histórico da reitoria diante dos casos apresentados indica uma tolerância cúmplice em relação às ações que visavam submeter os negros à posição de maior desprestígio na universidade. O racismo estrutural tão incrustado nos nossos padrões de poder, de classe, gênero, de trabalho, acrescenta radicalidades antiéticas aos processos sociais, políticos, econômicos, culturais e até pedagógicos de ameaçar vidas (ARROYO, 2019). Rocha (2023) utiliza os estudos críticos da branquitude para demonstrar como o silêncio da branquitude atua como forma de manutenção de seu poder desde a constituição da Universidade de São Paulo. Aqui, a cumplicidade da reitoria com os casos de racismo contra trabalhadores indica que esse silêncio cúmplice permanece presente na USP dos dias atuais.

Jupiara e Henrique Cunha Júnior lembraram, nitidamente, de situações difíceis, em que o racismo ocorria cotidianamente e continuamente nos espaços da Universidade.

Descobrimos que as trabalhadoras terceirizadas da limpeza, que eram da Limpadora União, usavam o banheiro para fazer suas refeições. No dia em que descobrimos decidimos fotografar a situação dessas mulheres e ir denunciar na reitoria. Entramos na Reitoria sem pedir licença e eu disse “Nós vamos denunciar esse caso, estamos mandando para o jornal na segunda-feira”. Ninguém se sensibilizava que as mulheres estavam sentadas no chão, comendo a marmita pelo banheiro. Não havia espaço para que elas aquecessem a comida. Isso envolveu o Sindicato e o NCN. Decidimos questionar porque a maioria esmagadora eram mulheres negras e o tratamento sempre foi dado dessa forma. (CASTRO, Jupiara, 2020)

A situação relatada por Jupiara retrata a interseccionalidade da opressão entre gênero, raça e classe. Mulheres, negras e trabalhadoras. Esses marcadores sociais geram preconceito, discriminação e produzem desigualdades e evidenciam a hierarquia social. Como a pobreza tem cor no Brasil, a fronteira entre classe e raça é muito tênue. Quanto ao gênero, impera na sociedade que as mulheres não têm o mesmo valor que os homens, principalmente quando ele é branco. As mulheres negras figuram na base da pirâmide, ou seja, são as mais desvalorizadas da hierarquia social. Essas trabalhadoras mencionadas por Jupiara foram discriminadas e colocadas à margem. O lugar que a Universidade destinava para elas era o banheiro, isto é, elas o limpavam e lá se alimentavam das suas marmitas frias. Essas mulheres sofreram a

discriminação associada à falta de recursos econômicos, à sua posição subalterna ligada ao trabalho manual e por serem negras (AGUIAR, 2007, p.87).

Para Jupiara a situação era uma vergonha porque, por muito tempo, as mulheres da limpeza comeram junto aos vasos sanitários. Segundo ela, o intuito de denunciar a situação à reitoria também visava conseguir um espaço digno para as trabalhadoras se alimentarem, o que foi providenciado logo após a aludida denúncia e ameaça de publicização do fato. “Certas práticas, realizadas por instituições, não têm atitudes, mas podem certamente discriminar, criar obstáculos e prejudicar os interesses de um grupo por causa de sua raça, de sua cor” (SANTOS, 2013, p. 23). Tendo em vista as demais situações diante das quais a reitoria não tomou providências, a presença de uma ameaça de publicização que exporia a imagem da instituição, permite pensar que a atitude de providenciar um espaço para que essas trabalhadoras se alimentassem estivesse mais ligada ao desejo de preservar a imagem da instituição do que de fato em garantir um tratamento humanizado para elas.

É importante destacar que mulheres negras que estão na Universidade de São Paulo como trabalhadoras, estudantes ou professoras ainda aparecem como coadjuvantes.

A apropriação do poder pelos homens brancos tem sido uma constante em nossa história política. 54% da população brasileira são negros, mas ausentes nas estruturas do Poder - legislativo, judiciário, executivo, empresarial, financeiro, agrário, ausentes até do poder no sistema educacional, nas universidades. (ARROYO, 2019, p. 60⁸³)



Figura 15
Trabalhadora negra servindo água e café para os professores majoritariamente brancos durante reunião do Conselho Universitário da USP.

⁸³ Dados do 2º trimestre de 2022 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do IBGE, revelam que a população negra corresponde a 55,8% dos brasileiros. Informações disponíveis em: <<https://www.dieese.org.br/infografico/2022/populacaoNegra2022/index.html?page=1>>. Acesso em 31/10/2023.



Figura 16
Trabalhadora negra servindo água e café durante o Conselho Universitário da USP⁸⁴.

“A USP é uma universidade branca. [...] Uma ida ao Conselho Universitário da USP significa se deparar com dezenas de diretores homens e brancos e algumas mulheres brancas, um retrato bastante distinto da sociedade brasileira, que é predominantemente feminina e negra”. (BAPTISTA; CHAGAS; FRANÇA; KENZO; SOARES, 2023). As imagens acima exibem, no plano recortado, uma única pessoa negra. Uma mulher negra servindo homens brancos durante uma reunião do Conselho Universitário da USP. Essa funcionária acompanha a reunião e atende pedidos por água e café. Assim como a situação das trabalhadoras negras se alimentando no banheiro, essa imagem remete ao tempo colonial escravista e à condição de trabalhadoras/es domésticas/os no Brasil, servindo aos senhores e senhoras brancas e brancos.

Esta não é uma imagem rara na sociedade brasileira, já que muitas empregadas domésticas são negras, o que indica que a gritante opressão de gênero, raça e classe é um elemento social em relação ao qual a USP não se encontra isenta nem alheia.

A mulher negra, elemento que expressa mais radicalmente a cristalização dessa estrutura de dominação, vem ocupando os mesmos espaços e papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. Dessa maneira, a “herança escravocrata” sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, *grosso modo*, não mudou muito. As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos [...] a estas sobrevivências ou resíduos do escravagismo se superpõem os mecanismos atuais de manutenção de privilégios por parte do grupo dominante. Mecanismos que são essencialmente ideológicos e que, ao se debruçarem sobre as condições objetivas da sociedade, têm efeitos discriminatórios. Se a mulher negra hoje permanece ocupando empregos similares aos que ocupava na sociedade colonial, é tanto devido ao fato de ser

⁸⁴ Reunião do Conselho Universitário. Acervo pessoal da Representante Discente, jul, 2016.

uma mulher de raça negra como por seus antepassados terem sido escravos. (NASCIMENTO, 1976 p. 261)

Uma imagem vale mais do que mil palavras. Muito embora a implantação das cotas raciais no vestibular da USP esteja mudando a cara da Universidade, a USP segue sendo dirigida por pessoas brancas e as pessoas negras continuam ocupando as posições de pouco ou nenhum prestígio. Além disso, parte da estrutura de poder da Universidade de São Paulo continua conservadora e isso se nota em seus discursos, como por exemplo, a fala da Vice-Reitora Maria Arminda do Nascimento Arruda, durante a cerimônia da entrega de título de professor emérito da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas (FFLCH) à Kabengele Munanga. Kabengele teceu uma crítica quanto à postura conservadora da Universidade em relação à implantação de políticas afirmativas. A citada Vice-Reitora quebrou o protocolo ao desrespeitar o momento de honra do homenageado para responder às críticas e defender a atuação conservadora da Universidade.⁸⁵

Henrique Cunha Júnior também relata que presenciou atitude e discursos racistas por parte de professores, em relação aos alunos e acadêmicos negros e negras da Universidade.

Vi casos de assédio dos professores e até de menosprezo deles, dizendo claramente que negros não deveriam estar na Universidade de São Paulo, porque a USP era para pensar o Brasil e pensar as categorias formais da sociedade brasileira. Essas são algumas das pesadas sutilezas que compõem esse universo [USP]. (CUNHA JÚNIOR, Henrique, 2021).

De acordo com a historiografia a USP foi arquitetada para ocupar posição de superioridade, promover a elevação da cultura com a formação superior da elite paulistana com o objetivo de conduzir o país e para superação de um suposto atraso do desenvolvimento da nação, interpretado pela elite branca paulista como resultante da quantidade de negros do país (ROCHA, 2023). Esse discurso racista remete à fundação da Universidade de São Paulo, mas, hoje, ainda é observável, em diversas ocasiões, as posturas retrógradas e conservadoras das pessoas, homens e mulheres brancos e brancas que ocupam espaço na sua estrutura de poder. A USP ainda está presa ao discurso da defesa do mérito, da qualidade e da excelência, diante da exclusão do universo universitário de milhões de jovens negros (MUNANGA, 2023).

Além das informações, obtidas pela entrevista de Jupiara e a fala de Henrique Cunha Júnior no evento do NCN, acerca de episódios de racismo na Universidade de São Paulo, há um caso documentado sobre discriminação racial, constante do processo nº 92.1.81.35.7, no

⁸⁵ O episódio foi noticiado por diversos sites de comunicação e informação na internet. As informações sobre o acontecimento podem ser lidas através do site da Adusp, disponível em: <<https://adusp.org.br/universidade/kabengele-emerito/>> e do portal Geledés, disponível em: <<https://www.geledes.org.br/ao-receber-titulo-de-emerito-kabengele-diz-que-usp-dobrou-se-ao-darwinismo-social-em-agressiva-fala-do-trono-maria-arminda-polemiza-com-homenageado/>>. Acessados em 19/10/2023.

qual o Núcleo de Consciência Negra na USP foi procurado por Antônio Pereira de Almeida, um trabalhador negro da lanchonete da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (FAU), e seu amigo Dilson Pinto de Oliveira, para denunciar um caso de racismo, cometido por proprietários e funcionários da “Lanchonete da ECA” também conhecida por “Lanchonete e Restaurante da antiga Reitoria” e por seguranças do *Campus*. O incidente, informado pelo NCN ao Reitor Roberto Leal Lobo e Silva Filho, ocorreu em 05/02/1992.

Na noite do dia 5 de fevereiro, o funcionário da FAU/USP, Antônio Pereira de Almeida, juntamente com um amigo, Dilson Pinto de Oliveira, foram abordados por cerca de dez seguranças da Divisão de Operações de Vigilância da USP, dentro daquela lanchonete. Antônio e Dilson, que são negros, ali estavam tomando um chope quando, por volta das 20 horas, viram os proprietários fecharem a lanchonete. Além deles, havia um outro cliente, de cor branca. Os seguranças foram então chamados pela proprietária da lanchonete e, entrando no local, interpelaram Antônio e Dilson, exigindo seus documentos e ordenando que ficassem de pé. O cliente branco não foi molestado. Após a violenta abordagem ao funcionário da FAU e seu amigo, estes, tendo se identificado, perguntaram aos proprietários da lanchonete qual a razão daquela atitude. A proprietária não se negou a afirmar que chamou a segurança “por causa da cor de vocês, que por serem negros podiam ser ladrões”. (NCN, 1992⁸⁶)

O Núcleo, na pessoa do coordenador executivo Fernando Conceição, informou ao Reitor que, além do crime de racismo cometido por parte do pessoal da lanchonete, os seguranças do *campus* haviam extrapolado as suas atribuições ao agirem de forma truculenta. Ocorre que os aludidos seguranças vasculharam os documentos de Antônio e Dilson e os atiraram no chão, ordenando, em seguida, que eles os recolhessem. Essa situação ocorreu sem nenhuma formalidade, isto é, os seguranças agiram em conveniência com o comportamento da proprietária da lanchonete (NCN, 1992, p. 5).

Diante daquele cenário, o diretor do SINTUSP Magno de Carvalho, que estava passando em frente a lanchonete e presenciou uma movimentação, adentrou o local e pediu esclarecimentos sobre a ocorrência. Ele foi informado pelos proprietários do estabelecimento que a lanchonete já tinha sido assaltada duas vezes e que, por isso, ficaram desconfiados quando viram dois rapazes negros.

O Núcleo de Consciência Negra descreve que o caso é de racismo e pede ao Reitor que averigue a circunstância e puna com severidade e rigor os proprietários da lanchonete.

Os números indicam que a grande maioria dos funcionários da USP é negra. Embora raro, aqui também existem alguns alunos e docentes negros. Portanto, todos são suspeitos aos olhos racistas e de intolerância daqueles dois comerciantes. [...] A comunidade uspiana não pode aceitar nem tolerar fatos

86 As citações colocadas no corpo do texto para relatar o caso de racismo sofrido por Antônio Pereira de Almeida e seu amigo Dilson Pinto de Oliveira foram retiradas do processo n.º 92.1.81.35.7, o qual foi disponibilizado pelo Arquivo Geral da USP, para leitura e cópia.

desse gênero. A perda da concessão da exploração da referida lanchonete é medida punitiva que certamente merecerá aplausos de todos nós. (NCN, 1992, p. 5)

Ao exigir punição para os proprietários da lanchonete pelos atos racistas, o Núcleo não deixou de “cutucar” a Reitoria ao evidenciar que eram raros os negros e as negras dentro de uma sala de aula, mas que havia muitos deles/delas como funcionárias/os desempenhando funções de menor prestígio social.

Em relação aos seguros da Divisão de Operações de Vigilância da USP (DOV), o Núcleo solicitou à Reitoria que todos fossem repreendidos pela ação de abordagem cometida contra a dignidade dos cidadãos que estavam na lanchonete sem causar mal a ninguém.

Além da representação do caso ao Reitor, o NCN recomendou ao funcionário Antônio Pereira de Almeida e seu amigo Dilson Oliveira, registrarem boletim de ocorrência na delegacia da área para dar início a um processo criminal e enquadrar todos os envolvidos como réus pela prática de discriminação racial.

Em resposta ao pedido do Núcleo, a Reitoria, em 24/02/1992, por meio da portaria 324/92, instituiu uma comissão de sindicância para apurar os fatos ocorridos na Lanchonete, bem como informou que a comissão teria o prazo de trinta dias para conclusão e apresentação dos seus trabalhos.

A comissão instituída notificou os envolvidos no caso para prestar depoimentos. Durante os testemunhos em 16/03/1992, os proprietários da lanchonete informaram que não estavam no local da ocorrência, mas sim um sócio e uma funcionária do estabelecimento. A proprietária comunicou, mesmo alegando não estar no local, que não houve discriminação racial em nenhum momento e que ela tinha funcionários negros a serviço da lanchonete.

Interessante observar que o discurso é sempre o mesmo, isto é, as pessoas negam que são racistas ou porque empregam negros, ou porque têm amigos e parentes negros ou, até mesmo, porque gostam de frequentar o carnaval e comer feijoada. A ignorância dos racistas só pode ser combatida com uma educação que promova a desconstrução das suas visões eurocêntricas e uma educação voltada para o respeito à diversidade e para as relações étnico-raciais.

Da mesma forma, em 13/03/1992, o prefeito do campus Prof. Dr. José Geraldo Massucato, representando os funcionários da segurança na apuração dos fatos da sindicância, informou que grande parte dos quadros de servidores eram constituídos por negros e que, por isso, não havia em que se falar em racismo. Nota-se que o próprio prefeito do *Campus*

reconhece que a maior parte dos funcionários negros estão em atividades de menor prestígio social.

Quanto a Antônio Pereira de Almeida e Dilson Oliveira, vítimas de racismo, não houve comparecimento deles no dia em que estava marcado os seus depoimentos. Pelo fato de as vítimas não terem comparecido, o representante do Núcleo, Fernando Conceição, foi notificado para depor. Em 26/03/1992, o citado coordenador informou à comissão que as vítimas procuraram o Núcleo, por livre e espontânea vontade, para informar e representar o caso de racismo sofrido dentro da Universidade e que, na ocasião da representação, Antônio Pereira de Almeida, funcionário da lanchonete da FAU, demonstrou medo em perder o emprego, sendo que esse receio, foi motivo para não comparecer mais no Núcleo e nem nos depoimentos marcados pela Comissão instaurada. Fernando Conceição também comunicou que tinha a impressão de que a vítima estava sendo pressionada e que, por isso, ele poderia negar todos os fatos.

O prefeito informou à Comissão em 13/03/1992, que os seguranças haviam tratado os cidadãos de forma civilizada e que a abordagem havia sido respeitosa. Informou ainda, que o diretor do DOV, Paulo Roberto Amaral Barbosa, conversou com Antônio Pereira de Almeida, no dia 11/02/1992, para melhor esclarecer o ocorrido. Segundo ele, Antônio Pereira negou qualquer tipo de violência por parte dos seguranças e os elogiou pelo procedimento adotado. Além disso, Antônio informou que, em nenhum momento foi discriminado na lanchonete e que, por isso, não iria registrar ocorrência na Delegacia de Polícia.

O que levou Antônio Pereira a negar as violências e o racismo sofrido dentro da Universidade? Medo ou receio de ser demitido? Medo ou receio de sofrer perseguição? Medo de ser preso? Antônio é vítima de uma sociedade em que, por ser preto e pobre, sua vida é ameaçada interminavelmente, na qual a cor branca do poder e da justiça persistem (ARROYO, 2019). Foi negado a Antônio o direito de ir e vir sem ser molestado, o direito de sentar-se em uma lanchonete com um amigo sem ser confundido com um bandido, o de apresentar denúncia ao sofrer violação e o de ter paz e tranquilidade para usufruir da sua vida. Como diz Ayres, (Revista Cult, 2014) “Há vidas e corpos que são escolhidos e marcados para morrer”.

Em 08/04/1992 a Comissão emitiu o relatório com as principais informações e com um resumo sobre a ocorrência. Na conclusão, a comissão alertou o NCN que “Punir-se alguém por fatos narrados por terceiros é atitude que repugna a melhor forma do Direito”. A comissão propôs o arquivamento do processo, o que foi consentido pelo Reitor em 12/05/1992.

O Núcleo de Consciência Negra não é um terceiro qualquer, é uma entidade que foi constituída para lutar contra o racismo dentro e fora da Universidade de São Paulo. O seu papel

no espaço acadêmico inclui receber denúncias de racismo, averiguar e representar às autoridades, exigindo que elas abram procedimento e investiguem os casos de discriminação racial. O Núcleo espera que a USP cumpra o seu papel social e tome atitude que vise obstar comportamentos racistas.

Tendo em vista os episódios de discriminação racial descritos, praticados pelas pessoas que ocupam posições nas estruturas de poder da Universidade, a criação de um Núcleo de Consciência Negra para combater o racismo por meio de movimentos educacionais mostra-se altamente importante, pois, segundo Henrique Cunha Júnior, as ações, por parte da reitoria, realmente efetivas, foram muito poucas⁸⁷. Diante de manifesta inércia, os membros do Núcleo decidiram planejar ações que visassem evidenciar os problemas gerados pelo racismo institucional. "Fazíamos a nossa parte, não só de articular os grupos, mas como mostrar qual era a realidade da Universidade" (Henrique Cunha Jr, 2021).

2.2.2 A “Abolição Interrogada” no contexto das comemorações dos cem anos da abolição da escravatura, na Universidade de São Paulo.

Uma das primeiras ações de impacto do NCN, que visava mostrar qual era a realidade da Universidade de São Paulo, isto é, que pretendia expor o racismo insistente da aludida instituição, foi a “Abolição Interrogada”⁸⁸. Esse evento promovido pelo Núcleo foi uma resposta dada à reitoria e aos organizadores do seminário internacional em comemoração aos 100 anos da abolição, em 1988. Todos os membros que deram entrevista mencionaram que não havia nenhum representante negro ocupando as mesas durante todo o evento.

Henrique Cunha Júnior, docente negro da USP, com grande competência intelectual, não foi convidado para integrar às mesas do seminário, tendo que participar do evento como mero expectador. “Cem anos depois, nada tinha mudado no nosso país. A representação da população negra naquele evento foi zero” (CUNHA JÚNIOR, Henrique, 2021).

Em 1988 a Universidade faz um Seminário internacional devido aos cem anos da abolição. As mesas do evento eram todas branquinhas. Ficamos muito bravos porque, na primeira fileira do evento, estavam os professores Milton Santos e Henrique Cunha Júnior, as professoras Eunice Prudente e Dilma de Melo e Silva e estava a Sueli Carneiro. Eu não tenho o tempo acadêmico que essas pessoas têm, mas na primeira fileira estava a nata, tanto de docentes que atuavam na Universidade, quanto de mulheres do Movimento Negro que

⁸⁷ Algumas dessas ações serão relatadas no decorrer do texto, de acordo com as entrevistas dos membros do Núcleo de Consciência Negra, que prestaram depoimentos, bem como de acordo com outras fontes escritas.

⁸⁸ O evento da “Abolição Interrogada” também foi tratado no capítulo anterior.

foram alunas da USP. Nenhuma dessas pessoas foram convidadas a fazer parte das mesas e das discussões. (CASTRO, Jupiara, 2020)

Jupiara lembra que havia pessoas competentes, dentro e fora da Universidade, professoras/es e mulheres do movimento negro para representar a academia e a população negra nas questões sobre o negro, sobre os desafios que estavam enfrentando, sobre as perspectivas e anseios presentes, principalmente naquele contexto de discussão da nova Constituição Federal (1988), e sobre as expectativas para o futuro, no que tange a inclusão da população negra, por meio de ações afirmativas que tanto se discutiam, dada a sua importância para a mudança e transformação da realidade social desses sujeitos.

Diante do relato de Jupiara é patente afirmar o estabelecimento de racismo acadêmico, “que é compreendido como uma tecnologia de poder cujas práticas de discriminação racial acontecem de forma velada ou explícita em instituições acadêmicas” (ALMEIDA, 2021, p. 96), pois houve a exclusão de professoras/es negras/os, mulheres e homens do Movimento Negro, pessoas competentes em diversas áreas do conhecimento, que poderiam palestrar no evento internacional promovido pela USP, mas que foram reduzidas à meros expectadores.

A USP foi alicerçada no pensamento eurocêntrico. Segundo Mariana Machado Rocha (2023), ao analisar o pensamento de Fernando de Azevedo, um dos fundadores da Universidade de São Paulo, concluiu que seu ideal de nação era o progresso a partir da concepção europeia e da colonialidade⁸⁹, estabelecendo a noção de nacionalidade homogênea, calcada em uma noção de raça superior que inferioriza povos e países de passado colonial apontando-os como incultos e destituídos de qualquer conhecimento válido.

O eurocentrismo é uma perspectiva que coloca a Europa no centro do mundo como superior, e é imposta e se encontra presente na mentalidade de diversas sociedades, inclusive nos países da América do Sul. “Essa característica, engendrada desde a chegada dos europeus no período da colonização, fez com que a América fosse sempre constituída como o Outro do ego hegemônico” (MAIA; FARIAS, 2020, p.578).

Ao estar fundada e estruturada dessa forma, a Universidade tende a inferiorizar os saberes e narrativas de outros povos, como os tradicionais e os africanos, cometendo epistemicídio⁹⁰. “Os sinais do racismo epistêmico aparecem não apenas nas limitações ao

⁸⁹ ‘A colonialidade, então, se refere à ideia de que, mesmo com o fim do colonialismo, uma lógica de relação colonial permanece entre os saberes, entre os diferentes modos de vida, entre os Estados-Nação, entre os diferentes grupos humanos e assim por diante.’ Artigo “A resistência à colonialidade: definições e fronteiras”, disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/revpsico/v16n1/v16n1a02.pdf>>. Acesso em 30/10/2023.

⁹⁰ Para o português Boaventura de Sousa Santos, o epistemicídio é a destruição dos conhecimentos e das tradições de povos que foram alvos da exploração colonial, que é uma das formas de genocídios aplicados pelos colonizadores europeus. Artigo “Racismo no mundo acadêmico: um tema para se discutir na universidade”,

acesso de negras e negros nas universidades, mas também quando o conhecimento produzido por eles é desconsiderado.” (MATEUS, Felipe, Jornal da Unicamp, 2019)

No dia 09/06/1988 o “Lux Jornal” - Jornal da Tarde de São Paulo⁹¹ - publicou a reportagem “A USP discute os escravos que o Brasil teve. Negros e Chineses”, trazendo informações sobre as discussões que seriam feitas naquela tarde no Congresso Internacional da Escravidão na USP. Dentre as informações, o Jornalista Marcos Faerman publica, no último parágrafo do artigo, uma nota sobre a indignação dos Fundadores do Núcleo de Consciência Negra, no que tange ao desrespeito dos organizadores do evento em restringir a presença negra nas conferências e debates, tanto como palestrantes, como expectadores. “Eles acusam os organizadores de não terem informado de maneira adequada a comunidade negra a respeito do congresso” (FAERMAN, 1988). A imagem abaixo é um fragmento do artigo sobre o evento internacional de 100 anos da abolição. A reportagem completa segue abaixo do mencionado fragmento.

disponível em <<https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2019/11/19/racismo-no-mundo-academico-um-tema-para-se-discutir-na-universidade>>. Acesso em: 30/10/2023.

⁹¹ A referida notícia foi extraída da página do “Programa Avançado de Cultura Contemporânea” do Acervo de Cultura Contemporânea. Disponível em: <http://docvirt.no-ip.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=arq_cultura&Pesq=N%c3%bacleo%20de%20Consci%c3%aancia%20Negra&id=3140206661798&pagfis=4634>. Acesso em 13/09/2023.

No meio do ambiente de estudo e de festa, alguns jovens da comunidade negra procuravam demonstrar, de alguma maneira, que não estavam satisfeitos com a forma com que tinha sido organizado o congresso na USP. Era o caso de Henrique Cunha Jr., professor da USP, do professor Luís Carlos Santos e Jupiará Gonçalves de Castro. Eles acusam os organizadores de não terem informado de maneira adequada a comunidade negra a respeito do congresso. Reclamam também de a própria presença negra nas conferências e debates estar muito restrita. Eles acham que é muito estranho que, num episódio dessa natureza, e com os objetivos supostos, tenha acontecido um episódio análogo ao da abertura do congresso, quando se formou uma mesa "branca" que deu voz a intelectuais brancos para falar a todos, inclusive aos negros. Eles se imaginam, enquanto negros, relegados a segundo plano num congresso em que tudo deveria ser absolutamente diverso.

Marcos Faerman

Figura 17

Fragmento da reportagem completa sobre o evento internacional de 100 da abolição⁹².

⁹² A figura 17 é um fragmento da reportagem completa, para que a leitura da nota fique mais visível. A reportagem completa está na figura 18, logo abaixo.

Credi-Sem VASP. Ligou, viajou.

1235 evento no 038
CENTRO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS



USP: um cenário abrigando objetos da cultura...

...e da arte dos negros.

CONGRESSO

A USP discute os escravos que o Brasil teve. Negros e chineses.

Revelação no congresso: a escravidão de chineses no século passado.

É começando do século dezenove, e um dos episódios mais desconhecidos da história do trabalho no Brasil está por acontecer. É a chegada, em 1812, de centenas de chineses que vão ser ocupados em plantações, no Brasil. E, assim, em nossa terra, se estratifica, por algum tempo, uma forma de trabalho que caracteriza a presença de chineses semi-escravos, denominados os "coolies", no Brasil, à maneira do que havia ocorrido com esses africanos nas lavouras de arroz da Malásia, de açúcar, no Havai, ou nas minas de Sumatra.

Esse é o tema da conferência que o professor Alexander Yuan Yang vai apresentar, na tarde de hoje, no Congresso Internacional da Escravidão, que está se realizando na USP. O professor Yang explica que os "coolies" para cá vieram por sugestão do Conde de Linhares, acolhido por Dom João VI, para tocar as lavouras de chá. Deveriam ter vindo dois mil chineses, mas só chegaram 400. "Eram lavradores do governo estrangeiro ou de organização comercial — e esta última tinha como responsabilidade o pagamento do salário e a determinação do período de duração dos trabalhos." Para o professor Yang, é notável a semelhança dessa forma de transação com a escravidão.

A professora Vera Ferlini destacou (apesar da ausência, ontem, do notável professor inglês Eric Hobsbawm) a importância da contribuição estrangeira nesse encontro. "Eles apresentam trabalhos minuciosos propiciados tanto pelas possibilidades enormes do financiamento de suas pesquisas como, também, porque dispõem, por exemplo, no Caribe, de um tipo de documentação que nós não temos. E isso se deve, no caso das "plantations" antilhanas, porque nelas, já nos séculos dezessete e dezoito, eles tinham uma visão empresarial diferente, e muito maior, com papéis, documentos. E isso leva a pensar num escravismo mais empresarial, enquanto Gilberto Freyre aludiu a um escravismo mais paternal... O que nos leva, ainda, a pensar não em "escravidão" mas em "escravidões"."

A professora Ferlini disse, ainda, que "o material africano vai ser a grande surpresa. Isso apesar de alguns países como Moçambique e Angola ainda estarem orga-

nizando os seus arquivos. Mesmo assim, nessa fase, se verá o imenso saber de um José Capela, moçambicano, e uma das maiores autoridades sobre o tráfico negreiro. Afinal, os africanos nos oferecem uma outra visão, que é a dinâmica da escravidão a partir da própria África. Inclusive o outro lado da escravidão — ou seja, o que a escravidão provocou na África do ponto de vista de seus aspectos demográfico, social e político. Porque, ainda, se é verdade que já havia a escravidão na África, podemos imaginar que os acontecimentos externos sedimentaram estruturas tribais e perpetuaram certos tipos de atividade..."

As atividades do congresso transformaram algumas partes da Cidade Universitária numa grande feira de cultura e arte negra (e também de religião, com terreiros armados de umbanda e candomblé). No fim da noite, começaram a se ouvir os sons fortes de muitos atabaques. Sem se falar de um cheirinho de incenso que saía do templo de umbanda e perfumava outras partes do prédio da Ciências Sociais — em que está instalado —, por exemplo, a sala em que Mestre Didi, um dos gênios da cultura negra no Brasil expõe esculturas, que são vendidas por quantias que vão de 400 a 450 dólares (Mestre Didi, por dois mil cruzados, está vendendo, ainda, um disco muito raro que gravou com cantos religiosos negros na Bahia).

Para os estudiosos em cultura negra, nesse congresso é possível se ver (ainda no prédio das Ciências Sociais) uma verdadeira intimidade da vida religiosa afro-americana, ou seja o "peji", ou "quarto-de-santo", como também é chamado. Segundo Rita de Cássia Amaral, "é nesse espaço que residem as representações dos orixás ou o próprio orixá fixado em seu fetiche. É um espaço reservado para a manipulação dos objetos (axés) que nele se encontram. As pessoas que zelam por este espaço são pessoas incluídas conhecedoras dos fundamentos, matrizes que dão identidade ao candomblé. Entrar no peji é sinônimo de poder e conhecimento, e é pouco provável que um não-adepto tenha ateso a ele."

Armando Vallado é um dos iniciados do culto do candomblé que trabalhou muitos meses — ao lado do professor Reginal-

do Prandi, da USP — para que fosse possível a instalação do terreiro no recinto acadêmico (o que vem sendo considerado até por mestres estrangeiros como uma das coisas mais encantadoras e fortes do encontro). E ele que vai responder a essas perguntas.

— O que é candomblé?

— A palavra quer dizer festa, movimento, alegria. Um culto dos escravos que se transformou em uma de nossas religiões...

— E tem muitos brancos no candomblé... como você?

— Muitos... E veja... É a primeira vez que um espaço simbólico como esse vem para dentro de uma universidade, onde as pessoas são tão céticas... Isso está ajudando a quebrar um pouco o gelo que há entre os estudiosos e os religiosos. Porque eles olham para tudo isso (e aponta os personagens coloridos do terreiro... os objetos do culto... as indumentárias que cobrem manequins como objetos... como quem faz ciência... e para nós é religião! E, para nós, tudo isso é cumprir um mandamento. Para nós, afinal de contas, tudo começa com o primeiro mandamento... E o nosso é crer nos deuses desse pantão iorubá.

No meio do ambiente de estudo e de festa, alguns jovens da comunidade negra procuravam demonstrar, de alguma maneira, que não estavam satisfeitos com a forma com que tinha sido organizado o congresso na USP. Era o caso de Henrique Cunha Jr., professor da USP, do professor Luís Carlos Santos e Jupitara Gonçalves de Castro. Eles acusam os organizadores de não terem informado de maneira adequada a comunidade negra a respeito do congresso. Reclamam também de a própria presença negra nas conferências e debates estar muito restrita. Eles acham que é muito estranho que, num episódio dessa natureza, e com os objetivos supostos, tenha acontecido um episódio análogo ao da abertura do congresso, quando se formou uma mesa "branca" que deu voz a intelectuais brancos para falar a todos, inclusive aos negros. Eles se imaginam, enquanto negros, relegados a segundo plano num congresso em que tudo deveria ser absolutamente diverso.

Marcelo Faerman

Figura 18
Reportagem completa sobre o evento internacional de 100 da abolição.

O evento se chamou “Seminário/Congresso⁹³ Internacional da Escravidão”⁹⁴ para comemorar os “Cem anos da abolição da Escravatura”. Destaca-se que todas as unidades da Universidade de São Paulo estavam engajadas na participação do mencionado evento. Havia muitas palestras, simpósios, congressos, seminários, exposições etc., acontecendo nos mais diversos espaços da Universidade, com diversos temas e abordagens. Porém, o maior evento, que ocorreu no Anfiteatro da USP entre os dias 07 e 11 de junho de 1988, com maior participação de palestrantes internacionais e do público, teve o nome de “Congresso Internacional da Escravidão”⁹⁵.

Compreendo que nomear um evento internacional com um termo que designa o violento sistema de exploração da população negra assume dimensão pejorativa e reforça uma visão paternalista por parte da elite, ignorando outros papéis que a mulher negra e o homem negro tiveram na história do Brasil e da própria USP, isto é, sujeitos protagonistas em outras circunstâncias, como o NCN. A USP é uma entidade racista desde sua origem (ROCHA, 2023), produziu e reproduziu, por muito tempo, uma visão colonizadora da pessoa negra, que foi veiculada pela historiografia tradicional, como podemos ver a seguir:

[Apresentada como] Vítima passiva do sistema de relações escravistas, cuja única alternativa de resistência é a fuga para o quilombo, o negro escravo revelou-se incapaz para o trabalho livre, disciplinado e racional, pela própria introjeção da coerção como elemento necessário para o trabalho. Esta foi a imagem difundida pela produção historiográfica dos anos 60, particularmente através da chamada “Escola de São Paulo”, composta por nomes como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni”. (BATALHA, 1988)

Ademais, cumpre ressaltar que comemorar os “Cem anos da abolição da escravidão” é ignorar as manifestações do movimento negro acerca desta data. Isto é, não se trata de uma data comemorativa, entre outros motivos, pelo fato de que não houve equidade entre pessoas negras e brancas após a abolição. A comunidade negra foi largada à sua própria sorte sem amparo ou reparações por parte do governo. Portanto, o dia 13 de maio, há muito tempo, inclusive antes

⁹³ No artigo publicado pelo Lux Jornal, o termo mencionado é Congresso, porém, os fundadores do NCN mencionam o termo Seminário.

⁹⁴ Artigo disponível em http://docvirt.no-ip.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=arg_cultura&Pesq=Centen%3%a1rio%20da%20aboli%3%a7%3%a3o%20na%20UNICAMP&id=90007431537&pagfis=251>. Acesso em 13/09/2023.

⁹⁵ O Congresso Internacional da Escravidão ocorreu no Anfiteatro da USP, entre os dias 07 e 11 de Junho de 1988. Segundo o artigo “A USP e os 100 anos da Abolição”, estava previsto a participação de 63 convidados internacionais e mais de mil participantes. Artigo publicado no Jornal da USP em 19/05/1988. Disponível em: http://docvirt.no-ip.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=arg_cultura&Pesq=Centen%3%a1rio%20da%20aboli%3%a7%3%a3o%20na%20UNICAMP&id=90007431537&pagfis=4922>. Acesso em 18/09/2023.

do citado evento na USP, se tornou uma data de luta, resistência e protesto em face das mazelas da escravidão, tão presentes até hoje.

É preciso que se repita: o 13 de maio não representa a liberdade para os/as escravizados/as/es. Hoje, entende-se que o fim da escravidão foi na verdade (está sendo), um processo longo e complexo, com a participação de múltiplos sujeitos, negros/as e pessoas envolvidas na luta antirracista. A assinatura da Lei Áurea não trouxe a condição de igualdade entre libertos e pessoas brancas. (FILICE; LOPES FILHO, UNB notícias, 2023)

Enquanto a USP nomeava de forma pejorativa o citado evento internacional, a Universidade de Campinas (UNICAMP), nomeou o seu como “Histórias da Liberdade: cidadãos e escravos no mundo moderno”⁹⁶. Nesta comemoração, que teve Sidney Chalhoub como um dos principais convidados, foram discutidos os múltiplos aspectos da resistência, através de ações individuais e coletivas que visavam a melhoria da condição de vida e trabalho da negra e do negro brasileiro (BATALHA, 1988). O objetivo era refletir sobre as diferentes concepções de liberdade, cidadania e escravidão (ARRUDA, 1988).

Apesar do notável racismo institucional uspiano durante as comemorações do Centenário da Abolição, é preciso mencionar que havia especialistas e pesquisadores, uma parte deles, dentro da Universidade, com opiniões concretas acerca do combate ao racismo na sociedade brasileira. Um artigo publicado pelo Jornal da USP em 19/05/1988, chamado “O preconceito racial sutil do brasileiro”⁹⁷, menciona que especialistas concordavam que, para superar o racismo, seria necessário um trabalho educativo de ressocialização e reeducação da sociedade. Entretanto, o mencionado artigo não abordou as propostas e projetos necessários para erradicar ou diminuir o preconceito racial. Tendo em vista que não compunham o núcleo da hegemonia presente na USP, trabalhos como esse, eram, muitas vezes, esquecidos. É preciso dar visibilidade aos trabalhos e pesquisas científicas e articulá-los com propostas e projetos de coletivos para ganharem vigor. A constituição de unidades de força que possuem um trabalho sério e rígido sobre antirracismo, emancipação e inclusão da comunidade negra nos espaços públicos pode ser o caminho mais operativo para transformações e instituição de uma nova fase naqueles espaços, que deve ser para todos, indiscriminadamente.

96 “Histórias da Liberdade: cidadãos e escravos no mundo moderno” - Simpósio Internacional realizado de 23/05/1988 a 08/06/1988, pelo Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Disponível em <http://docvirt.no-ip.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=arq_cultura&Pesq=Centen%c3%a1rio%20da%20aboli%c3%a7%c3%a3o%20na%20UNICAMP&id=90007431537&pagfis=4927>. Acesso em: 13/09/2023.

97 Artigo disponível em <http://docvirt.no-ip.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=arq_cultura&Pesq=Aboli%c3%a7%c3%a3o%20Interrogada&id=90007431537&pagfis=4922>. Acesso em 18/09/2023.

Apesar de não ter havido presença negra, ou ter havido pouca participação no aludido evento internacional em 1988, as/os fundadoras/es do Núcleo não enfraqueceram. Ao contrário, aquele cenário se tornou um combustível para eles trabalharem fortes e unidos com o objetivo de expor o racismo e combatê-lo. Assim sendo, naquele mesmo período das “comemorações” do Centenário organizado pela Universidade, a Associação dos Servidores da USP (ASUSP)⁹⁸, que tinha como dirigente Jupiara Castro, promoveu a Semana da Abolição Interrogada, a qual foi dedicada à discussão de temas sobre a participação da/o negra/o nos meios de comunicação, cultura e religião afro-brasileira e mulher negra na sociedade. A citada semana foi encerrada no anfiteatro da Geografia da Universidade de São Paulo, no dia 12/06/1988.

Em novembro do mesmo ano, mês em que se celebra e relembra a luta dos negros contra a opressão no Brasil⁹⁹, o Núcleo de Consciência Negra promoveu o evento “Abolição Interrogada”. Esse enfrentamento, conforme abordado no primeiro capítulo, foi uma resposta ao evento internacional que a USP realizou sobre os Cem anos da Abolição, em que não houve representatividade negra nas mesas compostas e nas discussões promovidas. Ainda, o encontro da Abolição Interrogada teve como escopo constituir mesas com negras/os e brancas/os para discutir sobre racismo e marginalização da população negra, bem como sobre lutas, resistências e projetos emancipadores. Além disso, o evento serviu para deixar claro para toda a comunidade uspiana, e fora dela, que, “dali por diante, nenhum branco, acadêmico ou não, falaria em nome de negras e negros brasileiros” (Jupiara, 2020).

A “Abolição Interrogada” foi realizada em dois momentos no ano de 1988, isto é, em junho pela ASUSP e, em novembro, pelo Núcleo de Consciência Negra. Ambos os eventos tiveram a participação de Jupiara que era dirigente do Sindicato e fundadora do NCN. Jupiara há pouco tinha ingressado na Universidade como trabalhadora e já estava promovendo discussões significativas e poderosas acerca do papel da/o negra/o na sociedade e do racismo

⁹⁸ Antes do surgimento do SINTUSP havia o ASUSP para representação dos funcionários da USP. “Em 28 de outubro de 1988, em meio a nossa mais longa Greve, 57 dias, em Assembléia com cerca de 1000 funcionários, fundamos nosso sindicato a partir da transformação da ASUSP em SINTUSP. Foi o primeiro sindicato de servidores públicos do Brasil, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, que permitiu a sindicalização dos funcionários públicos.” Artigo disponível em <<https://www.sintusp.org.br/sobre/historia/>>. Acesso em 18/09/2023.

⁹⁹ O 20 de novembro tornou-se a data para celebrar e relembra a luta dos negros contra a opressão no Brasil. A escolha do 20 de novembro aconteceu no contexto de declínio da Ditadura Militar (final da década de 1970 em diante) e de redemocratização do país. O enfraquecimento da ditadura deu força aos movimentos de oposição e aos movimentos sociais, como o movimento negro. Artigo disponível em: <<https://brasilescola.uol.com.br/datas-comemorativas/dia-nacional-da-consciencia-negra.htm>>. Acesso em 18/09/2023.

estrutural. Sua missão estava ganhando cada vez mais força ao ampliar o debate naquela conjuntura de invisibilidade e exclusão da comunidade negra na academia.

A semana da abolição interrogada teve um impacto tão grande no início das atividades do NCN que ficou registrada na formalização da sua Ata de Constituição, conforme se verifica na imagem abaixo.

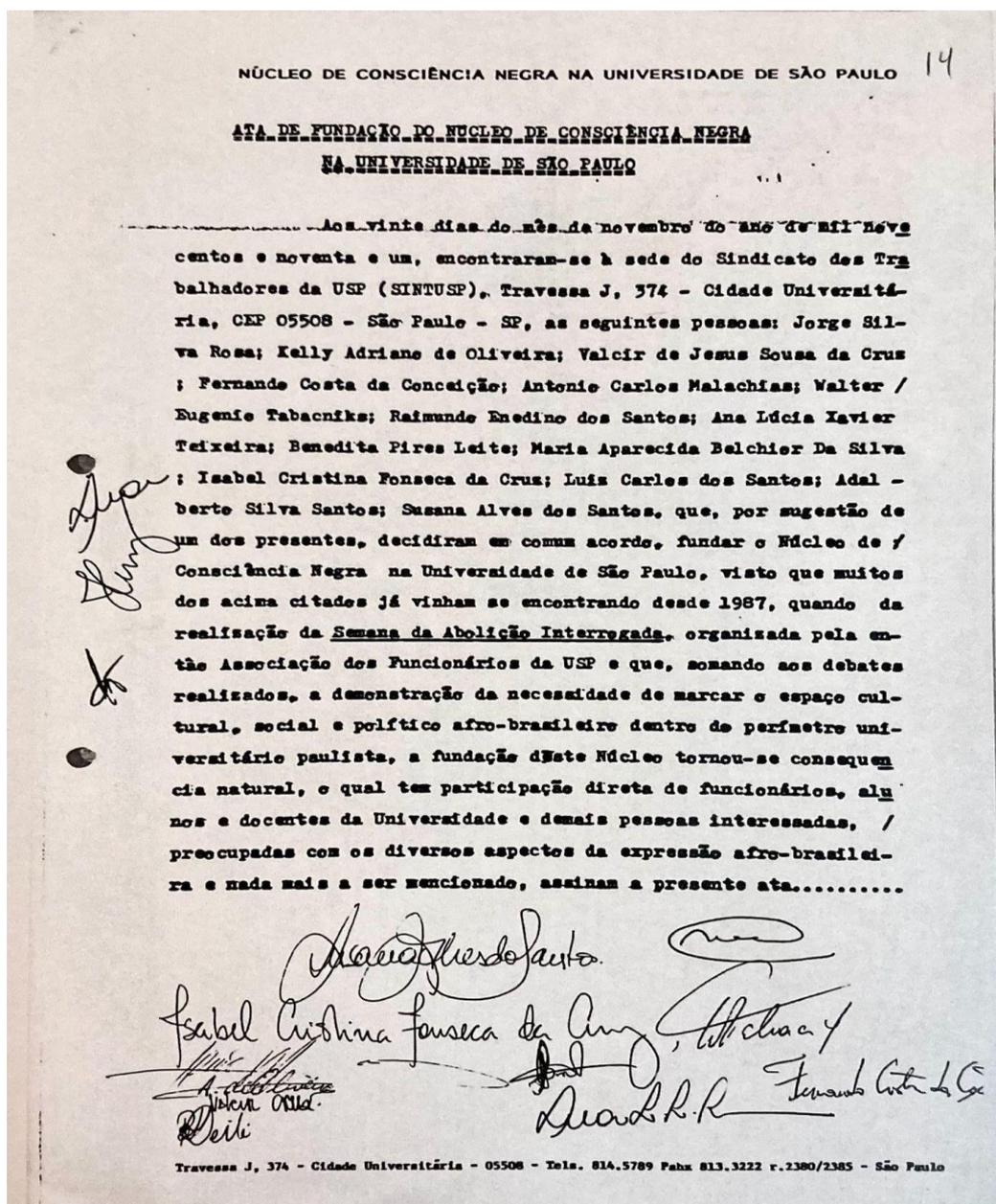


Figura 19
Ata de Fundação do Núcleo de Consciência Negra na Universidade de São Paulo¹⁰⁰.

¹⁰⁰ O documento foi copiado do processo nº 94.1.30019.1.5, aberto em 19/08/1994 pelo Núcleo de Consciência Negra, interessado na sua regularização dentro da Universidade de São Paulo, como uma Sociedade Civil que ocupa próprio da Universidade. O mencionado processo foi consultado no Arquivo Geral da USP, em 23/05/2023. Conforme consta na fls. 15 do citado processo, a Ata de fundação do NCN foi registrada no 2º Ofício de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, em 21/07/1992.

No documento, que data 20/11/1991, consta que as atividades do Núcleo foram iniciadas em 1987 e que, a Semana da “Abolição Interrogada”, foi organizada para realizar debates e demonstrar a necessidade de marcar o espaço cultural, social e político afro-brasileiro, dentro dos muros da universidade. O NCN passou a aflorar essas discussões e a se preparar para pautar as desigualdades raciais e sociais, dentro e fora da Universidade, e buscar resolvê-las por meio de ações coletivas.

2.2.3 Os primeiros anos do NCN, na sede do SINTUSP

Nós somos um núcleo de consciência negra “na USP”. Buscamos por autoria pedagógica e autonomia política e financeira. Não poderíamos usar o nome “USP” enquanto não realizássemos um convênio com a Universidade. Se aceitássemos um convênio seríamos um Núcleo de Consciência Negra “da USP”, isto é, um órgão da Universidade, coordenado por um professor da Academia, seguindo todas as normativas dela.” (CASTRO, Jupiara, 2020)

O Núcleo, na Universidade de São Paulo, não poderia se submeter a ser da Universidade de São Paulo. Ele não podia ser cooptado, pois era preciso manter autonomia nas decisões e realizações planejadas (CUNHA JÚNIOR, Henrique, 2021).

O fato de o Núcleo não ser uma entidade da USP e não ter realizado convênio para sua legalização dentro dos muros da academia, lhe trouxe inúmeros “nãos”. Esses “nãos” expressados pela Universidade não obstaram o NCN de realizar seu trabalho social, político educacional e cultural na Universidade, mas dificultou sua estadia dentro dela, e ainda, impossibilitou apoio financeiro e recursos materiais imprescindíveis para um funcionamento pleno.

Por que o Núcleo de Consciência Negra não queria se vincular à USP? Se tivessem assinado um convênio não teriam à sua disposição recursos materiais e apoio financeiro? Não poderiam ampliar seu atendimento, principalmente às/aos jovens pretas/os? Essa busca por autoria pedagógica e autonomia política e financeira foi pensando lá na ponta, isto é, naquela/e jovem que frequenta o cursinho, por exemplo? O NCN poderia ser um projeto de extensão da Universidade e, portanto, teria financiamento. Mas qual seriam as consequências disso?

Para Jupiara, se o Núcleo de Consciência Negra realizasse convênio com a Universidade de São Paulo, teria mais recursos estruturais e financeiros, porém deixaria de ter liberdade e, ainda, não teria mais sentido dentro daquilo que seus membros almejavam, isto é, “Seria um núcleo com a visão acadêmica da USP e dentro das suas políticas” (CASTRO, Jupiara, 2020), e não um projeto de disputa de poder e emancipação. Essas características também fazem parte

do que possibilita pensar o Núcleo como um quilombo no contexto contemporâneo, conforme mencionado anteriormente.

A realização de convênio com a Universidade poderia ter possibilitado ao Núcleo uma oportunidade de financiamento, maior estrutura e mais recursos. Entretanto, pensando na formação que pretendiam ministrar, isto é, uma formação para a disputa de poder, e, portanto, uma educação crítica, uma aliança seria inviável, tendo em vista a discrepância das visões e dos projetos que ambas as entidades possuem. Assim sendo, os “nãos” também foram expressados por parte do NCN. A Universidade, de um lado, diz “não” ao Núcleo porque é uma estrutura elitizada, colonialista e branca (ROCHA, 2023) e o Núcleo, do outro lado, diz “não” à USP porque é uma estrutura política independente, que, com a sua visão, quer ocupar seus espaços de direito, incluir a comunidade negra e pobre nesse espaço de poder e realizar mudanças sociais por meio de ações educativas e emancipadoras.

Não! Nós vamos passar fome, vamos andar pelados, vamos sentir frio, mas a nossa independência é primordial. Não seremos capacho de um projeto político que não interessa aos nossos jovens. Mas, a cada passo que damos, somos ameaçados de sermos expulsos desse espaço [USP]. (CASTRO, Jupiara, 2020)

Era preciso agitar. A luta pela libertação e pela igualdade exigia vigorosa, persistente e inflexível agitação (DOUGLASS, 1994). À princípio, os membros fundadores do Núcleo fizeram uma escolha, isto é, não se tornar uma entidade pertencente à USP para ter liberdade e autonomia para organizar, planejar e executar suas ações e, com isso, fazer transformações. Entretanto, as consequências dessa autonomia e agitação chegaram depressa. A escolha pela liberdade de atuação pautada pelo Núcleo dificultou a sua presença e permanência dentro da universidade. Falta de apoio financeiro, inconsistência de ações de inclusão e pertencimento de jovens pretas e pretos na Universidade, regularização de um espaço de qualidade onde o Núcleo pudesse ter a sua sede e realizar seu trabalho junto à comunidade com mais comodidade, foram algumas das implicações que precisaram suportar e enfrentar.

Um dos enfrentamentos foi em relação a sua sede. Uma das consequências que o Núcleo enfrentou, desde quando iniciou suas atividades dentro da USP, foi permanecer estabelecido em locais emprestados e precários.

A gente ocupou os barracões no início da década de 90, eu não tenho a data precisa aqui. Ficamos usando a sede do SINTUSP durante muito tempo. Era preciso aguardar uma reunião se encerrar para os negros conseguirem entrar e realizar suas atividades. (CASTRO, Jupiara, 2020)

O primeiro espaço em que o Núcleo, não necessariamente esteve instalado, mas utilizava como recurso “emprestado”, foi o SINTUSP. Ocorre que no início dos seus trabalhos o NCN

não possuía uma sede fixa. Mas, pelo fato de Jupiara ter sido uma das dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores da USP, ela e os demais membros do Núcleo realizavam as discussões, pautas, reuniões e atividades nas salas que estavam disponíveis. Era muito difícil para os membros do NCN realizarem suas tarefas sem local físico próprio, eis que havia muitas reuniões do SINTUSP e, portanto, se fazia necessário esperar o encerramento das atividades do Sindicato, com o escopo de, finalmente, ocupar algum espaço livre para a realização das reuniões do Núcleo que, muitas vezes, eram concluídas na madrugada (MENEZES, Maria José, 2016).

O Núcleo permaneceu sem sede própria até o início da década de 90. Para Luiz Carlos dos Santos (2016)¹⁰¹, por não ter seu próprio espaço e possuir poucos membros associados, as atividades do NCN iam, aos poucos, se diluindo.

O Núcleo fica meio parado porque, uma vez não tendo sede e poucos associados, depois de muito tempo isso tudo vai se diluindo. Essas coisas vão até certo ponto e depois cansam. Era preciso uma estrutura diferente. (SANTOS, Luiz Carlos, 2016)

Utilizar salas emprestadas pelo SINTUSP e ocupá-las em horários não comerciais (até a madrugada), foi a estratégia de sobrevivência e a forma de movimentação do Núcleo naquele momento. As reuniões, a política e as atividades que faziam junto aos associados e em torno do debate étnico-racial foram importantes bases para consolidar o pensamento que possibilitaria movimentações mais visíveis e estruturadas algum tempo depois. É preciso ressaltar ainda que as/os membras/os realizavam as atividades do NCN e, ao mesmo tempo, tinham suas ocupações pessoais, no trabalho e diante de outros grupos políticos de que parte delas/es também eram membros.

Jupiara conta que teve dois momentos importantes que marcaram o início do Núcleo de Consciência Negra, ainda quando não tinham sede própria. Ambos os momentos ocorreram em 1989 e traziam nas suas discussões, debates e apresentações a natureza daquilo que o Núcleo pretendia buscar. O primeiro momento relatado foi a parceria do Núcleo com o SINTUSP na realização, dentro da Universidade de São Paulo, de um encontro sul e sudeste da população negra, em que se discutiu a luta por “reparações já”¹⁰² e a luta por emprego digno para a população preta. “Foi um evento que teve a presença de mais de 800 pessoas” (Jupiara, 2020).

¹⁰¹ Luiz Carlos dos Santos, um dos membros entrevistados, foi coordenador executivo do NCN, fazendo parte da segunda geração do Núcleo, a partir de meados de 1991.

¹⁰² A luta por “Reparações já” empreendida pelo Núcleo em articulação com outros grupos do Movimento Negro diz respeito a um programa que tinha como escopo exigir do Estado e da sociedade uma indenização pelo crime cometido contra os descendentes das/os africanas/os que foram, forçadamente, trazidos para o país. Além disso, o programa tinha outros objetivos, tais como, reserva de vagas nas Universidades; educação básica de qualidade;

O outro momento foi a presença do artista Chico César e outros grupos artísticos, que participaram de debates organizados pelo NCN e apresentaram suas performances culturais. Essa participação dos artistas tinha como objetivo realizar um “arte-protesto” em relação à Universidade de São Paulo, por ela ser um espaço acadêmico elitista e não cumprir com o papel social que deveria ter. “Esses dois momentos para mim foram muito emblemáticos porque eram os primeiros do Núcleo de Consciência Negra” (CASTRO, Jupiara, 2020). Os debates relatados por Jupiara, ocorridos em 1989, são ações artísticas de protesto, mas também são educativas, isto é, elas desafiaram a administração universitária e a provocaram chamando a sua atenção para aquilo que se pretendia: transformação. Um espaço acadêmico que é público e que deve ser para todos.

Mesmo sem sede própria, o Núcleo vai conquistando seu campo, divulgando seu nome e apresentando sua luta pelos mais diversos espaços de dentro e de fora da Universidade. “Eu rodei nove meses pelo país, de universidade em universidade para promover um debate de transformação” (Jupiara, 2020). Jupiara não menciona em sua entrevista o período exato em que visitou universidades no Brasil. Entretanto, ela destacou que se afastou das atividades do NCN para dar atenção aos compromissos de trabalho: “Não dá para abraçar tudo de uma vez, por isso dei um tempo do Núcleo” (Jupiara, 2020), e informou que, em 1991, se tornou dirigente da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA). Segundo ela, como dirigente da Federação, precisava viajar e assumir diversos compromissos.

Ganhei o debate dentro da Federação [FASUBRA] e implementamos a questão racial. Íamos para todos os espaços discutir que não dava mais para pensar ciência se não pensasse a questão étnico-racial. Não dava para pensar educação com uma educação feita, escrita e pensada pelos opressores. A gente fez um debate amplo na sociedade brasileira e, com isso, o Núcleo de Consciência Negra foi ganhando respeito. (CASTRO, Jupiara, 2020)

E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos - libertar-se a si e aos opressores (FREIRE, 2022, p. 41). Jupiara tornou-se dirigente da Fasubra e o seu empenho foi além de questões trabalhistas. Promover um debate com um olhar étnico-racial dentro das universidades denota sua ambição pela transformação daquela realidade social. Suas ações e reações orientadas para o combate ao racismo e à marginalização, promovem a visibilização da história da população negra contada pelas próprias pessoas negras. A partir disso, conforme já demonstrado, a luta pelo estabelecimento de ações afirmativas se torna primordial para diminuir a defasagem da presença da comunidade negra nos campos da educação e do trabalho.

vagas no mercado de trabalho com remuneração digna; organização do território levando em consideração os povos e suas culturas; dentre outros objetivos. O programa “Reparações já” será abordado no próximo tópico.

Jupiara, estrategicamente mobilizou sua inteligência e articulação para aproveitar a posição que conseguiu alcançar como dirigente da Federação de Sindicatos para disseminar o debate e angariar mais apoiadores (pessoas e entidades) para a luta política contra o racismo. A sua voz chegou mais longe, dada a sua potência e firmeza. Ela e o projeto emancipador que representava, de luta pela educação e contra o racismo (NCN), passaram a ser conhecidos em outros cantos do país, em outras universidades. Jupiara, em 1991, não estava atuando diretamente no Núcleo ao qual deu vida, mas circulava pelas universidades do país falando dele e do quanto era importante o estabelecimento de núcleos negros dentro das academias brasileiras.

Eu estive afastada do Núcleo durante um período da vida. Eu aparecia quando começava a “pegar fogo”. Os garotos me ligavam e diziam: “Jupiara, corre aqui porque precisamos de você”. Isso aconteceu em todas as direções que o Núcleo teve. Eles me chamavam porque, comigo, o tratamento dispensado pela administração universitária era diferente. Eles me respeitavam”. (CASTRO, Jupiara, 2020)

Mesmo realizando outras atividades, Jupiara nunca se distanciou completamente do Núcleo. Ela era chamada para dar conselhos para aqueles que permaneceram, bem como para os que vieram depois. Além disso, era requisitada para ser representante do Núcleo nas negociações junto à administração da Universidade, tendo em vista o respeito que todos tinham por ela. Frisa-se que, o respeito que Jupiara conquistou não foi de uma hora para outra. Seu posicionamento firme, sua posição dentro do sindicato, sua eloquência, seu conhecimento, sua postura, sua inteligência emocional e o seu poder de negociação a transformaram em uma representante altamente capacitada para definir e negociar ações com a Universidade.

“Eu voltei [ao Núcleo] em 2009, mas nesse interstício, não parei de falar em nome do Núcleo e da importância dos trabalhadores [terceirizados] se juntarem com os funcionários, estudantes e trabalhadores [professores] para constituir, efetivamente, um organismo para além do sindicato”. (CASTRO, Jupiara, 2020)

O debate de transformação mencionado por Jupiara, é a discussão que ela promoveu em diversos espaços acadêmicos do país, acerca da constituição de núcleos dentro das universidades para implantação de cursos pré-vestibulares e para a discussão, com todas as categorias de professoras/es, estudantes e funcionárias/os, sobre a transformação da universidade pública em um espaço mais inclusivo, democrático e igualitário.

Tanto Jupiara, quanto o professor Henrique Cunha Júnior, se afastaram do Núcleo de Consciência Negra, no início da década de 1990. Ambos tinham outros projetos pessoais, profissionais e políticos para dar atenção. Entretanto, nenhum deles se desvinculou em definitivo do Núcleo. Conforme já mencionado acima, Jupiara sempre esteve apoiando o NCN

e retornou a ele em 2009, estando presente até hoje. E o professor Henrique Cunha Júnior sempre participa ministrando palestras e cursos. As fotos abaixo, retiradas da página do NCN no *Facebook*, mostram os mencionados fundadores em atividade.



Figura 20
Jupiara ao lado de Maria José (Zezé), ambas de camiseta amarela¹⁰³.

¹⁰³ Imagem de 10/08/2018, retirada da página do Núcleo de Consciência Negra, no *Facebook*. Disponível em: <<https://www.facebook.com/nucleodeconsciencianegra/photos/pb.100071827135489.-2207520000/1223705964438764/?type=3>>. Acesso em 26/09/23.



Figura 21
Henrique Cunha Júnior ministrando curso de férias, sobre “Bairros Negros”, na sede do NCN¹⁰⁴.

O professor Henrique Cunha Júnior disse ter participado da primeira geração do Núcleo de Consciência Negra. Ele relatou que em face do tempo, das transformações sociais, das mudanças dentro da Universidade e da participação de novas/os membras/os, o Núcleo foi amadurecendo suas ideias e, com isso, pensando no futuro das novas gerações de jovens pretas e pretos. “O tempo vai passando e as concepções vão amadurecendo. A segunda geração do Núcleo teve a ideia de instituir uma coisa bem prática: o cursinho pré-vestibular” (Henrique Cunha, 2021).

Conforme já mencionado, as/os membras/os do Núcleo deliberavam nas salas que eram emprestadas pelo SINTUSP. Na imagem abaixo, é possível verificar o registro de um desses encontros, datilografado e datado de 20/03/1992. Na ata, consta que a pauta de reunião dos associados foi para discutir assuntos gerais e a eleição de um novo colegiado dinâmico provisório para o Núcleo. Assim sendo, após a saída de Jupiara, Henrique Cunha Júnior e

¹⁰⁴ Imagem de 21/01/2020, retirada da página do Núcleo de Consciência Negra, no Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/nucleodeconsciencianegra/photos/pb.100071827135489.-2207520000/1661980400611316/?type=3>>. Acesso em 26/09/2023.

Wilson Honório da Silva, houve uma nova estruturação na composição do NCN, com funções mais bem estabelecidas para aqueles que dela participariam.

NÚCLEO DE CONSCIÊNCIA NEGRA NA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A T A

Aos vinte dias do mês de março de mil novecentos e noventa e dois, reuniram-se em uma das salas do Sindicato dos Trabalhadores da USP, os associados do Núcleo de Consciência Negra na USP, para deliberar a pauta desta reunião que tratou sobre informes gerais e eleição do colegiado dinâmico provisório.

No que se refere ao primeiro item de pauta (informes) observou-se que: a) a pesquisa sobre a militância negra no Brasil deverá ser levada por Kelly e o professor Reginaldo Prandi; b) quanto ao registro do Núcleo, ficou apurado que o custo está em torno de Cr\$ 800.000,00; c) a semana de vídeo está programada para os dias 23 a 27/03/92 e material informativo sobre o evento já se encontra distribuído, convidando a comunidade a comparecer à Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas; d) foi realizado um empréstimo no valor de Cr\$ 300.000,00 para o diretor do SINTUSP Magno Carvalho que deverá ressarcir o Núcleo no dia 07/04/92 com juros de poupança; e) a reitoria ficou de apurar o caso de discriminação denunciado pelo Núcleo, abrirá sindicância. Com relação a esse item foi levantado duas propostas - levar o caso ao SOS Racismo e realizar trabalho de base revelando o Núcleo à comunidade.

Abre-se a partir desta data o processo eleitoral definitivo, tendo sido aprovados, por unanimidade, para exercer o colegiado dinâmico em caráter provisório os seguintes nomes:

COORDENAÇÃO EXECUTIVA - Ana Lúcia Xavier Teixeira

Secretaria
R.G. 21.274.380
CIC 089.559.298-38
Endereço - R. Camanducaia, 136/52A
Nascimento - São Paulo, 16.7.70
Solteira

Isabel Cristina Fonseca da Cruz

Enfermeira
R.G. 04.358.140-4 IFP/RJ
CIC 574.116.547-87
Endereço - R. Ol, 163 - Niterói/RJ
Nascimento - Campos/RJ - 30.05.59
Solteira

NÚCLEO DE CONSCIÊNCIA NEGRA NA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

16

COORDENAÇÃO EXECUTIVA - Luiz Carlos dos Santos

Professor
R.G. 2.743.636
CIC 319.241.827-34
Endereço - R. Monte Caseros, 29-São Paulo/SP
Nascimento - Rio de Janeiro/RJ-23.09.52
Solteiro

COORDENAÇÃO TÉCNICA - Kelly Adriano de Oliveira

Estudante
R.G. 23.068.624-2
CIC 17.482.251.898
Endereço - R. Constantino Fusco, 360
Vila Formosa - São Paulo/SP
Nascimento - São Paulo/SP - 23.02.73
Solteira

Maria Aparecida Belchior da Silva

Educadora
R.G. 13.301.476
CIC 050.051.958-74
Endereço - R. Dr. Antonio Roberto Neto,
27-Rio Pequeno-São Paulo/SP
Nascimento - São Paulo/SP - 04.12.58
Viúva

Susana Alves dos Santos

Estudante
R.G. 20.432.525
CIC 152.159.938-66
Endereço - Av. Ainará, 322 - Parque Pirajuçara - Embú/SP
Nascimento - São Paulo/SP - 20.02.71
Solteira

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA - Benedita Pires Leite

Funcionária pública
R.G. 2.352.173
CIC 051.039.759-15
Endereço-Av. Prof. Francisco Morato,
1.195/22 - São Paulo/SP
Nascimento
Solteira - Ouro Fino/MG - 13.09.34

Fernando Costa da Conceição

Jornalista
R.G. 957.484-07 - SSP/Ba.
CIC 142.009.455-68
Endereço - R. Dr. Villa Nova, 225/62
Nascimento - Salvador/Ba - 08.08.58
Solteiro

Walter Eugênio Tabacniks

Professor - Solteiro
R.G. 7.651.819
CIC 858.864.598-04
Endereço - R. Eugênio de Medeiros, 21
Nascimento- Pelotas/RG : 16.09.56

NÚCLEO DE CONSCIÊNCIA NEGRA NA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Jorge Silva Rosa.....
Kelly Adriano de Oliveira.....
Valcír de Jesus Sousa da Cruz.....
Fernando Costa da Conceição.....
Antonio Carlos Malachias.....
Walter Eugênio Tabacniks.....
Raimundo Enedino dos Santos.....
Ana Lúcia Xavier Teixeira.....
Benedita Oires Leite.....
Maria Aparecida Belchior da Silva.....
Isabel Cristina Fonseca da Cruz.....
Luiz Carlos dos Santos.....
Adalberto Silva Santos.....
Susana Alves dos Santos.....
Alcides de Lima.....
João Batista de Cruz Filho.....

Handwritten notes on the left margin:
Rosa
Fonseca

Handwritten mark:
K

Figura 22:
Ata de deliberação dos membros do NCN, em 1992¹⁰⁵.

¹⁰⁵ A ata de deliberação do Núcleo datada de 20/03/1992 foi copiada do processo nº 94.1.30019.1.5. O mencionado processo foi consultado no Arquivo Geral da USP, em 04/05/2023.

Conforme se verifica da ata acima, Antônio Carlos Malachias, também conhecido como Billy Malachias, e Luiz Carlos dos Santos compuseram a nova estrutura do Núcleo de Consciência Negra na USP ou, segundo Henrique Cunha Júnior, ambos estiveram presentes e atuaram na segunda geração do NCN. Os dois membros concederam entrevista acerca de suas memórias na passagem pelo Núcleo e, Luiz Carlos dos Santos apresentou alguns arquivos do seu acervo pessoal, para contribuir com esta pesquisa.

2.2.4 A primeira sede própria do NCN: o “Barracão”

Em 1993 o Núcleo ocupa a sua primeira sede, situada em uma parte do campus Butantã onde havia um conjunto de construções simples, porém bastante amplas, algumas das quais se encontravam sem uso. Denominada como área dos barracões, o território incluía o local que seria então ocupado pelo NCN e denominado “Barracão do Núcleo de Consciência Negra”. O Núcleo precisava de um espaço próprio e, isso, significava estar em um espaço com condições para receber pessoas, planejar, implantar e executar projetos, assim foi possível e ao mesmo tempo necessário realizar programas educacionais, além dos objetivos e motivações previamente mencionados, com o intuito de ocupação do espaço físico disponível e abandonado no campus. Ocupar tal espaço se constitui de forma material e simbólica numa ocupação das estruturas de poder da academia, pela comunidade negra.

Os “Barracões” na USP foram construídos na década de 60, com o objetivo de trazer para dentro do campus, unidades que se situavam fora da Universidade. A medida era provisória e de baixo custo. Com o tempo, as novas estruturas foram sendo entregues às unidades e os barracões foram sendo abandonados e/ou ocupados por outras entidades, tais como: o Núcleo de Consciência Negra, o Núcleo de Artes Afro-brasileiras, o Núcleo de Estudo da Violência, o Núcleo de Estudo da Mulher, a Escola do Futuro, o Centro de Descarte e Reuso de Resíduos de Informática, o Laboratório de Sustentabilidade, dentre outras associações¹⁰⁶. O programa de extensão universitária denominado Avizinhar, situado na Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária de Atividades Especiais (CECAE) e destinado ao atendimento de crianças e adolescentes moradores da favela São Remo, também foi uma das iniciativas que ocuparam os barracões (ROCHA, 2016).

¹⁰⁶ Informações retiradas do sítio do Jornal do Campus. Disponível em: <<http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2011/08/desculpem-nos-o-transtorno-usp-em-obras/>>. Acesso em: 26/09/2023.

É interessante observar a perversidade das estruturas de poder. As minorias, isto é, comunidade negra, os moradores de favela e as mulheres estão à margem da sociedade. Estão sempre no final da fila. Como se não fossem importantes para a sociedade, estão sempre ocupando espaços de descarte inadequados, precários e excludentes. Assim são, também, as organizações e associações representantes desses segmentos da sociedade. Mas se por um lado a universidade não reservou um espaço próprio e adequado para esses grupos, por outro, as estratégias de ocupação dos espaços por eles mobilizadas mostra a persistência e a força de seus movimentos para existir e resistir. Mais uma vez, esse paralelo remete à concepção de quilombos apresentada anteriormente.

Tais grupos permaneceram situados em locais precários, recebendo verba mínima ou sequer recebendo verba e permanecendo constantemente ameaçadas/os e/ou perseguidas/os. Dentro da Universidade de São Paulo, estiveram, e alguns ainda permanecem situados na “Barracolândia”¹⁰⁷, assim denominado um complexo de barracões que funcionou por mais de 50 anos, com estrutura metálicas, paredes internas de gesso e telhas de amianto. Esse endereço foi onde o Núcleo de Consciência Negra esteve estabelecido por mais de 20 anos. Eles ocuparam o espaço em um dos “Barracões” em 1993¹⁰⁸, isto é, mais de 30 anos após a sua construção, portanto, já desde o início, precarizado. Eles ocuparam o espaço do Barracão porque ele estava sem uso. A estrutura não era o ideal, porém tinha grande potencial para se tornar uma sede para o Núcleo de Consciência Negra promover suas atividades, principalmente se passasse por uma reforma, com o apoio da Universidade, o que nunca aconteceu. Durante a permanência do Núcleo no Barracão, a Universidade nunca subsidiou reformas, mesmo com pedido de ajuda, como será abordado mais adiante, e mesmo com diversos perigos estruturais e sanitários, com risco para os alunos, professores e colaboradores do NCN.

Apesar de todos os obstáculos, a primeira sede do Núcleo no “Barracão” foi uma conquista. Com bastante espaço em um endereço próprio, podiam colocar em prática as primeiras ações educacionais, culturais e políticas que já vinham discutindo anteriormente.

O Núcleo, em si, foi instituído para fazermos uma luta contra a discriminação racial dentro da Universidade. Mas ele toma outro corpo porque a gente começa a falar que é necessário disputar vagas. Então ele passa a ter um recorte político-educacional. Nós vamos para a educação com todas as forças que temos. (CASTRO, Jupiara, 2020)

¹⁰⁷ Artigo “Esclarecimento sobre a mudança dos setores no campus de São Paulo” que faz menção à “Barracolândia”, disponível no sítio do Jornal da USP <<https://jornal.usp.br/institucional/press-release/esclarecimento-sobre-a-mudanca-dos-setores-da-universidade/>>. Acesso em 27/09/2023.

¹⁰⁸ O endereço da sede do Núcleo no “Barracão” era: Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, Travessa 4, Bloco 03, Cidade Universitária, São Paulo/SP, CEP 05508-900.

Uma das primeiras ações de caráter político-educacional foi o curso de alfabetização lançado pelo Núcleo. Jupiara conta que ele iniciou em 1989 e se estendeu até meados de 1993, isto é, ele foi instituído quando o Núcleo ainda ocupava espaço emprestado no SINTUSP.

Nós montamos um cursinho de alfabetização para os trabalhadores da USP porque, naquele momento [1989], a Universidade começou a contratar as terceirizadas. Era desumano porque as funcionárias, na sua maioria mulheres pretas, não possuíam nenhum grau de instrução. (CASTRO, Jupiara, 2020)

A procura pelo curso de Alfabetização foi muito grande e, por isso, chamou a atenção da Faculdade de Educação da USP. Segundo Jupiara, era gritante o número de funcionários terceirizados não alfabetizados. A professora Myriam Krasilchik¹⁰⁹, que era docente na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP) considerou importante o projeto de alfabetização proposto pelo Núcleo e tomou para si a responsabilidade de implantar o projeto na Educação e ministrar o mencionado curso no espaço da Escola de Aplicação, dando continuidade ao projeto no curso de educação fundamental e médio¹¹⁰. “Eu nunca falo isso para ninguém, mas a Universidade, de uma maneira muito legal, gostou e aceitou o nosso projeto” (CASTRO, Jupiara, 2020).

O curso de alfabetização, portanto, passou a ser ministrado tanto pela escola de aplicação da USP quanto pelo Núcleo de Consciência Negra. Seus frequentadores eram trabalhadores da USP e outras pessoas do entorno. “A maioria era da [comunidade] São Remo” (CASTRO, Jupiara, 2020). Destaca-se que, conforme informado por Jupiara, muitos trabalhadores terceirizados moravam nas comunidades do entorno¹¹¹.

O Núcleo de Consciência Negra não podia aferir diplomas, porque não era uma instituição de educação reconhecida pelo Ministério da Educação, por isso, segundo Jupiara, depois de alguns anos do curso de alfabetização ministrado pelo NCN, as pessoas iam direto na Escola de Aplicação para se matricularem. “A gente avisava que ia ensinar tudo que elas/es precisavam para se alfabetizar, mas não podíamos dar diploma” (CASTRO, Jupiara, 2020).

¹⁰⁹ Myriam Krasilchik nasceu em 24 de fevereiro de 1932 na cidade de Piracicaba, São Paulo. Em 1953 formou-se em História Natural pela então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (atual FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP). Prosseguindo sua formação acadêmica, em 1973 Doutourou-se em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP). Trabalhou no curso colegial de escolas públicas em Piracicaba, São Pedro, Jundiá e na capital de São Paulo. Iniciou sua atuação docente na Faculdade de Educação (FEUSP) em 1968, onde integrou o EDM – Departamento de Metodologia do Ensino e Educação Comparada, ministrando a disciplina Prática de Ensino de Ciências Biológicas e cursos na Pós-Graduação. Foi Diretora da FEUSP, por dois mandatos (1990 a 1994 e 1998 a 2002) e exerceu mandato de Vice-Reitora da USP (1994 a 1998). Aposentou-se compulsoriamente em 2002, por ter atingido a idade limite de 75 anos. Destacou que trabalhar na FEUSP foi e continua sendo uma grande experiência. Informações disponíveis em <<https://www4.fe.usp.br/memoria-do-corpo-docente-myriam-krasilchik>>. Acesso em 25/10/2023.

¹¹⁰ Vale ressaltar que o acesso às vagas de ensino fundamental e médio da Escola de Aplicação da USP contém um terço de suas vagas destinadas a filhos de docentes, um terço destinada a filhos de funcionários e apenas um terço destinado à comunidade externa à USP.

¹¹¹ O trabalho de Rocha (2016) apresenta aspectos da relação entre a USP e a favela São Remo.

Vamos ensinar tudo para enfrentar a chefia de vocês e, para isso, vocês têm que saber falar, escrever e ler porque, se mandarem vocês assinarem algo, vocês não irão sair assinando qualquer coisa, vocês vão ler primeiro e se não entenderem, vão trazer para o sindicato. Aqui nós temos advogados. “Eu falava desse jeitinho para eles” (CASTRO, Jupiara, 2020).

Jupiara informava aos trabalhadores que procuravam o Núcleo que eles eram bem-vindos e que se frequentassem o curso de alfabetização do NCN não teriam diploma, mas teriam um aprendizado diferenciado, isto é, eles aprenderiam a ler, escrever e a confrontar a chefia, quando fosse necessário. Essa ideia vai ao encontro da teoria e pensamento de Paulo Freire (2022), eis que, segundo o aludido autor, é preciso propor ao povo situações concretas e presentes nas suas vidas, como problema que os desafia e lhes exigem resposta no nível da intelectualidade e da ação, jamais propondo-lhes conteúdos que nada tenham a ver com seus anseios e esperanças.

A ação educativa e política não pode prescindir do conhecimento crítico dessa situação, sob pena de se fazer “bancária” ou de pregar no deserto. (FREIRE, 2022, p. 120)

Com a criação do curso de alfabetização, o Núcleo se comprometeu a não realizar uma mera transmissão de conhecimento formal. Seu compromisso foi a formação de sujeitos para a vida. “*Ensinaamos Português, Matemática, História, Geografia, Física, sim! Mas abordamos também todo o processo escravista do país e o quanto a nação está estruturada na conformação dos trabalhadores.*” (CASTRO, Jupiara, 2020)

Além das aulas de alfabetização ministradas por professores voluntários, que eram alunos da Universidade e membros do NCN, Jupiara realizava rodas de conversas, isto é, *uma pedagogia que elimina pela raiz as relações autoritárias, na qual não há “escola” nem “professor”, mas círculos de cultura e um coordenador cuja tarefa essencial é o diálogo* (WEFFORT, 2022, p. 38), para tratar de assuntos históricos-políticos-sociais, com a finalidade de apresentar aos trabalhadores direitos trabalhistas e constitucionais, bem como discorrer sobre as lutas históricas que foram travadas para a conquista desses direitos e a guerra que é cotidianamente travada contra os privilégios da branquitude.

No início [do curso de alfabetização] foi bem difícil. Não vou dizer que foi fácil porque eles ficavam me olhando e pensando “essa mulher é maluca”, mas isso é por causa da formação deles. Eles foram ensinados a agradecer pelo que tem. A educação de dentro de casa é uma formação subserviente e a nossa é: “vamos nos rebelar contra tudo isso”. Esse processo leva um tempo. (CASTRO, Jupiara, 2020)

Evidencia-se um processo de transformação desses trabalhadores, que antes viam com desconfiança os temas e abordagens elaborados por Jupiara, mas que depois foram desconstruindo e ressignificando seus conhecimentos e saberes.

O educador estabeleceu, a partir de sua convivência com o povo, as bases de uma pedagogia em que tanto o educador como o educando, homens igualmente livres e críticos, aprendem no trabalho comum de uma tomada de consciência da situação que vivem. (WEFFORT, 2022, p. 38)

Essa metodologia de ensino colocada em prática pelo Núcleo teve como objetivo preparar pessoas críticas que pudessem estar qualificadas para a luta cotidiana. *Expulsar a sombra da opressão pela conscientização é uma das fundamentais tarefas de uma educação realmente libertadora e por isso respeitadora do homem (e mulher) como pessoa.* (FREIRE, 1967, p. 37)

Dentro do programa de alfabetização o Núcleo promoveu vivências organizando debates e trocas de experiências junto a moradores do entorno. Algumas pessoas foram convidadas para falar sobre seus projetos. “*Convidamos Moisés da Rocha para falar de música e convidamos uma senhora que tinha uma luta por qualidade de vida na São Remo*” (CASTRO, Jupiara, 2020)

Jupiara mobilizava plenamente a essência da educação, isto é, se conectar a outras pessoas, com outros saberes, para promover uma educação crítica e significativa. Uma educação não só para o mundo do trabalho, mas para a vida e para a política. Assim sendo, não é necessário ser um acadêmico para difundir conhecimentos. A relevância de trocar e dividir experiências têm o poder de construir uma forma libertadora de educação.

Conforme já mencionado, o curso de alfabetização do Núcleo, instituído na gestão dos fundadores, foi até meados de 1993. Nesse mesmo ano, após a conquista da sua sede no Barracão, o NCN seguiu participando ativamente no combate à discriminação racial, através de acolhimento e representação de denúncias de racismo, atividades educativas e culturais, além de publicações em veículos de informação (jornais e boletins) e atos políticos.

O boletim informativo do NCN foi criado em 1993. Ele trazia novidades sobre as atividades, informações culturais, estudos e estatísticas sobre a situação do negro no Brasil (SANTOS, Luiz Carlos, 2016). Ainda no mesmo ano, o Núcleo lançou o projeto “Reparações Já”, que já estava em pauta e já era discutido desde 1989 (CASTRO, Jupiara, 2020). Esse projeto tinha por objetivo reivindicar uma compensação histórica, bem como exigir reparações por meio de políticas afirmativas, como a reserva de cotas raciais nas universidades.

Também em 1993, o Núcleo estando na sua sede própria no “Barracão” solicitou à Fundação de Construção da USP (FUNDUSP), por meio da Coordenadora Executiva Regina Nascimento, materiais que não estavam sendo usados e que serviriam para estruturar o espaço

do Núcleo e contribuir com o trabalho que realizavam junto à comunidade¹¹². A USP cedeu os equipamentos e os materiais foram transferidos para o Núcleo, inclusive de forma permanente, depois de ultrapassado o prazo de transferência provisória. Esses equipamentos foram: um armário de madeira; uma mesa de madeira; duas mesas revestidas em fórmica branca; uma mesa de madeira para máquina de escrever; três cadeiras tipo conchas; sete cadeiras de madeira; uma cadeira estofada; um quadro de avisos; uma máquina de escrever elétrica e um arquivo de madeira para fichas.

Entretanto, os mencionados materiais eram insuficientes. Era preciso mais doações. Jupiara, por ser conhecida e respeitada, conseguiu, em diversas ocasiões, apoio financeiro por parte de associações e professores de dentro da Universidade e de amigos.

Uma vez tivemos uma ajuda importante. O professor Jacques Marcovitch tirou dois mil reais do bolso e nos deu. Na época ele era Pró-Reitor de Cultura e Extensão¹¹³. Tivemos, em algumas ocasiões, ajuda da Adusp. Temos alguns amigos que de vez em quando mandam um dinheirinho. A Sâmia Bomfim, que na época era vereadora, quando aumentaram o salário dos vereadores, mandou o excedente do aumento para o Núcleo, foram três mil reais. Essas doações garantiram a compra de papel higiênico e de outros materiais. (CASTRO, Jupiara, 2020)

Os professores voluntários do Núcleo e alguns alunos da faculdade sempre ajudaram como podiam. “Tinha um professor voluntário que o apelido dele era André “Vaqueiro” porque ele fazia vaquinhas entre os alunos na Bio [Biologia] e com os amigos dele para ajudar no funcionamento do Núcleo” (CASTRO, Jupiara, 2020). “O SINTUSP também foi um colaborador, porém as doações não eram suficientes para cobrir os gastos e, por isso, o Núcleo sempre funcionou de forma precária” (SANTOS, Luiz Carlos, 2016).

Em 1994, com a instituição do cursinho pré-vestibular¹¹⁴, o Núcleo também passou a contar com a contribuição mensal de valores pagos pelos alunos que passaram a frequentá-lo, o que foi contestado pela Universidade, como será tratado mais adiante.

A gente cobrava um valor irrisório para, minimamente, garantir nossa sobrevivência, mas, se o aluno não conseguia pagar, então ele não pagava. (CASTRO, Jupiara, 2020)

O Núcleo de Consciência Negra, em 01/08/1994, solicitou à Reitoria ajuda financeira emergencial para cobrir despesas com a folha de pagamento de professores que seriam

¹¹² As informações foram retiradas do processo n.º 93.1.471.51.2, com abertura em 19/05/1993. O mencionado processo foi consultado no Arquivo Geral da USP, em 23/05/2023.

¹¹³ O professor Jacques Marcovitch foi Pró-Reitor de Cultura e Extensão Universitária entre 1993 a 1997. Foi Reitor da Universidade de São Paulo entre o período de 1997 a 2001. Informação disponível em: <<https://www.fea.usp.br/fea/noticias/jacques-marcovitch-recebe-titulo-de-emérito-da-usp>>. Acesso em 02/10/2023.

¹¹⁴ O cursinho pré-vestibular do NCN será mais profundamente abordado no capítulo três.

contratados para lecionar no novo projeto, isto é, no cursinho pré-vestibular, o qual iniciou sua primeira turma em 06/08/1994. A mencionada solicitação foi direcionada para as seguintes autoridades: Prof. Dr. Flávio Fava de Moraes (Reitor da USP); Profa. Dra. Maria Adélia (Chefe de Gabinete da Reitoria da USP); Prof. Dr. Jacques Marcovitch (Pró-Reitor de Cultura e Extensão da USP); Prof. Dr. Carlos Alberto Dantas (Pró-Reitor de Graduação da USP) e Prof. Dr. Paulo Sérgio Pinheiro (Núcleo de Estudo da Violência da USP).

Magnífico Reitor: Vimos, através deste, oficializar o pedido de ajuda financeira emergencial, dessa Reitoria, para a cobertura exclusiva da folha de pagamento de pessoal do Cursinho pré-vestibular que o Núcleo de Consciência Negra na USP está implantando, cuja primeira turma começa a funcionar, em caráter experimental, a partir do próximo dia 6 de agosto.¹¹⁵ (NCN, 1994, p. 02)

É importante evidenciar que, inicialmente, o cursinho teria professores remunerados, pois estava convicto de que teria o apoio financeiro por parte da USP, uma vez que o Núcleo vinha se reunindo com autoridades da Universidade para discutir o projeto do cursinho, no âmbito das pró-reitorias de graduação e de cultura e extensão, com o intuito de informar sobre a natureza do projeto, solicitar apoio e financiamento.

Como é do conhecimento de V.M., em fevereiro iniciamos o processo de estruturação do nosso cursinho, que se insere dentre os diversos projetos de afirmação da identidade negra brasileira que o Núcleo de Consciência Negra na USP vem desenvolvendo desde a sua criação em 1987. O projeto do cursinho, a partir de fevereiro, veio sendo discutido no âmbito das pró-reitorias de Graduação e de Cultura e Extensão. Em maio, quando estivemos reunidos com V.M. e o então chefe de gabinete, já apontávamos algumas dificuldades de caráter material para operacionalização do referido cursinho. Como responsáveis pela implantação do projeto, naquele mês iniciamos a distribuição do manual dos candidatos e, em junho, começamos a realizar as inscrições para a prova de classificação às 67 vagas que oferecemos. (NCN, 1994, p. 02)

O Núcleo começa a estruturar o seu cursinho seis meses antes do início da primeira turma. Nesse interstício, seus membros se reuniram com a reitoria para discutir a importância do projeto e seus benefícios para a comunidade negra, bem como para apontar as dificuldades de caráter material, tanto em relação à estrutura do espaço físico, quanto à materiais imprescindíveis para o início das atividades do cursinho. Abaixo, segue um trecho do requerimento que foi protocolado junto à Reitoria, pelo NCN.

A partir de maio começamos a utilizar parte do espaço, limpando-o e requerendo da Prefeitura do Campus os serviços necessários para seu pleno funcionamento com segurança. Depois da greve, no final de junho/94, a PCO [Prefeitura da Cidade Universitária] iniciou os trabalhos de checagem da situação do prédio e serviços menos complicados. No período estivemos

¹¹⁵ As citações colocadas no corpo do texto para relatar o pedido de apoio pelo NCN à USP foram retiradas dos autos do processo n.º 94.1.30019.1.5.

reunidos com o prefeito Antônio Rodrigues Martins, que entendeu a grandeza da nossa iniciativa e, desde então, vem colaborando conosco. Esperamos que essa Reitoria possa estimular a PCO a prosseguir nos referidos serviços, visando sua complementação o mais breve possível, ainda mais que as aulas começarão. Mais ainda, para que de fato as aulas tenham um início pleno, solicitamos à V.M. a doação (ou empréstimo) de 80 carteiras para alunos, duas lousas (2,20m X 1,20m) e caixas de giz branco e colorido. (NCN, 1994, p. 03)

Destaca-se que, de fato, o Núcleo pensava na fundamental ajuda da Universidade para implantar seu projeto, entretanto, não ficou esperando o financiamento chegar para inaugurar o cursinho. Independentemente da resposta da Reitoria, em maio de 1994 o Núcleo já havia iniciado a distribuição do manual dos candidatos para instruir às inscrições, bem como solicitou à prefeitura reparos e limpeza no barracão onde seriam ministradas as aulas. Além disso, o Núcleo realizou diversos pedidos de financiamento, para entidades nacionais e internacionais, porém não logrou êxito.

Saiba V.M. que, desde abril [1994], vimos enviando o projeto do Cursinho para diversas instituições e entidades, nacionais e estrangeiras, de financiamento de atividades similares. Entretanto, as respostas que obtivemos apontam para a disponibilidade de apoio por parte dessas entidades, somente a partir de 1995. (NCN, 1994, p. 04)

Com apoio ou sem apoio da Universidade e de outras instituições, as/os membras/os do Núcleo estavam dispostos a correr riscos e inaugurar o cursinho pré-vestibular, por acreditarem ser um projeto de reparação e a prestação de um serviço para a comunidade negra, em primeiro lugar, e para os demais setores que também eram excluídos da sociedade e que não tinham condições financeiras para sustentar seus estudos pré-vestibulares.

É importante frisar que, nesse período, o Núcleo teve o apoio do prefeito do campus Antônio Rodrigues Martins, conforme mencionado em citação acima, bem como teve apoio do Pró-Reitor Prof. Dr. Jacques Marcovitch, que remeteu à Fundação Ford e a Fundação MacArthur o projeto do cursinho, com o intuito de alcançar financiamentos. Frisa-se que as respostas, por parte das fundações mencionadas, foram negativas.

Diante da petição, com as solicitações por parte do Núcleo, acima mencionadas, em resposta, no dia 25/08/1994 a Reitoria, por meio da sua consultoria jurídica informou que era preciso firmar um convênio para que o financiamento fosse possível. E, no dia 29/09/1994, o Pró-Reitor Prof. Dr. Jacques Marcovitch apresentou ao NCN três alternativas legais para a sua regularização junto à Universidade.

São apresentadas três opções de alternativas legais para tal regularização, a saber: a) inicialmente, regularização da permanência do NCN na Universidade, através da celebração de Termo de Permissão de Uso entre as partes; em seguida, procede-se à celebração de Protocolo de Intenções entre a USP e o NCN; b) regularização da permanência do NCN na Universidade, na forma indicada no item “a” acima, e posterior autorização para funcionamento

do curso pré-vestibular em área da Universidade; c) transformação do Núcleo em órgão estatutário, vinculado à PRCEU ou à Pró-Reitoria de Pesquisa, obedecidas as normas pertinentes. Peço-lhes que analisem e discutam as alternativas apresentadas, encaminhando a esta Pró-Reitoria, com a necessária brevidade, a posição do Núcleo com relação à matéria. (MARCOVITCH, Jacques, 1994, p.90)

Antes que o Núcleo se manifestasse, a Reitoria, por meio da sua assessoria jurídica peticionou em 20/09/1994, informando que no estatuto do Núcleo constava uma situação inócua, isto é, que seus membros não se responsabilizariam por obrigações assumidas pela sociedade civil. Além disso, a assessora jurídica que despachou a decisão, Nina Beatriz Stocco Ranieri, informou em 19/09/1994, que a utilização da sigla “USP” era altamente irregular, assim como a ocupação do próprio espaço físico da Universidade, necessitando, assim, de algumas medidas por parte do Núcleo para sua efetiva regularização dentro da USP.

O equivocado uso da sigla “USP” pelo “Núcleo”, entretanto, bem como a utilização informal de próprio da autarquia, poderão vir a provocar, ou induzir situações, em que a Universidade se veja envolvida com obrigações assumidas pela sociedade, ou por seus sócios com terceiros. Não nos parece possível, portanto, qualquer tentativa de regularização da situação do “Núcleo” na Universidade, sem a mudança da denominação da dita sociedade, e a formalização de sua instalação no “campus” (Nina Ranieri, 1994, p. 91-96).

O Núcleo de Consciência Negra não respondeu ao processo, no que tange à regularização. Entretanto, a referida entidade se manifestou em rede nacional sobre o descaso da Universidade com a população negra. Em 11/12/1994 foi veiculada uma matéria no programa “Fantástico”, da Rede Globo, com a seguinte entrada: “A maior universidade do país resolve comprar uma briga na justiça em nome de milhões de negros de todo o país. A União pode ser responsabilizada por prejuízos causados pela escravidão. A batalha judicial começa amanhã”. O assessor de imprensa da Reitoria informou ao professor Marcovitch que a reportagem não relacionava a USP com o processo movido pelo Núcleo, apenas a associava com o cursinho pré-vestibular para estudantes carentes. Entretanto, a própria assessoria de imprensa da Reitoria pediu que o programa Fantástico veiculasse uma nota retificando a entrada da matéria. Assim, na semana seguinte, isto é, em 18/12/1994, o referido programa de televisão informou, sobre as imagens da matéria veiculada na semana anterior, que “O Núcleo de Consciência Negra de São Paulo entra na justiça para responsabilizar a União pela situação dos negros no Brasil. Domingo passado o Fantástico disse que a Universidade de São Paulo é que moveria a ação. Errou. A USP não tem nada a ver com o movimento”.

“A USP não tem nada a ver com o movimento”. Essa frase é verdadeira. De fato, a Universidade desde a sua origem, fundada pela branquitude e voltada à branquitude, em momento algum teve a intenção incluir a população negra dentro da Universidade, a não ser

para prestação de serviços de menor prestígio social (ROCHA, 2016; 2023). A Universidade nunca quis o Núcleo de Consciência Negra dentro do seu território porque destoa do projeto que eles estabeleceram desde o início. Hoje a situação do NCN está mais estável, o que não quer dizer que ele não esteja mais correndo risco. Será que a USP entendeu que os projetos e as ações do Núcleo são importantes e que cumprem uma função social? Será que a Universidade está se transformando em um espaço mais diversificado? Ou será que se trata apenas de um processo histórico-social inevitável de reconhecimento das questões raciais, dado a partir de pressões efetuadas por movimentos da sociedade civil, tal qual o próprio NCN?

A Universidade de São Paulo é notória, isto é, os olhos da sociedade estão voltados para ela em face da sua amplitude e domínio. Acredito que diante de um processo social amplo em que um conjunto de pessoas negras ou indígenas conquistam posições de alunos e/ou professores a universidade muda, sua estrutura muda, as pessoas mudam. Se por um lado esses grupos passam a ter acesso ao tipo de saber veiculado nessa instituição, por outro, a instituição também aprende e se enriquece a partir das novas presenças. Trata-se de uma transformação. Romper os muros, diversificar a comunidade uspiana, construir novas formas de fazer ciência e de acessar o poder simbólico que ela representa em nossa sociedade. A Universidade não deve ser para poucos. Ela deve ser para todos porque todos contribuem para que ela exista e, conforme os critérios atualmente disponíveis, esteja entre as mais bem avaliadas da América Latina e do mundo.

No que se refere a resposta que estava sendo aguardada nos autos do processo, em 20/01/1995 foi expedido um ofício para que o Núcleo se manifestasse acerca da sua regularização e de um possível convênio. Diante da cobrança de resposta, o NCN permaneceu calado por alguns meses.

É possível que o Núcleo tenha permanecido calado para se resguardar de possíveis consequências negativas, isto é, se tivessem se manifestado nos autos do processo a sua intenção de não formalizar convênio com a USP, poderiam dar subsídios formais para a sua exclusão do campus universitário. O Núcleo sempre precisou ser estratégico e político para conseguir permanecer dentro da Universidade. O diálogo e a negociação sempre foram um meio que o NCN encontrou para permanecer dentro do território acadêmico, com seu trabalho em prol da comunidade negra (CASTRO, Jupiara, 2020).

No entanto, após insistência para formalização de um convênio, o Núcleo consentiu em regularizar sua ocupação e oficializar um ajuste com a Universidade. No dia 04/05/1995 o NCN se manifestou, por meio de petição, informando que, além da formalização de um convênio iria, também, retirar a sigla “USP” da sua denominação e alterar seu nome para “Núcleo de

Consciência Negra - Organização não governamental”. Assim sendo, os trâmites foram iniciados para a mencionada formalização e regularização. Entretanto, no dia 14/07/1995 o Pró-Reitor de Cultura e Extensão, Prof. Jacques Marcovitch, informou, por meio de ofício, que as tratativas para a realização de um convênio entre as partes interessadas estavam suspensas, tendo em vista a continuidade do uso da sigla “USP” pelo Núcleo em veículos de comunicação e informação. Na ocasião, a Reitoria juntou aos autos diversos recortes de jornais para comprovar o seu argumento.

Conforme os entendimentos havidos em nossa reunião do último dia 12, e em decorrência da identificação da sigla USP em matérias sobre o Núcleo de Consciência Negra publicadas nos Jornais “Folha de São Paulo”, de 7 de julho, e “Gazeta Mercantil”, de 3 de julho, informo-lhes que estão suspensos os entendimentos entre esta Pró-Reitoria e esse Núcleo, para viabilizar um convênio entre as partes. A identificação do Núcleo de Consciência Negra como sendo da Universidade de São Paulo, contraria a correspondência de V.Sas., datada de 4 de maio passado, na qual declaram que seria adotada a denominação “Núcleo de Consciência Negra - Organização Não Governamental”. Lamento que as tratativas para regularizar a situação do NCN nesta Universidade tenham chegado a este impasse.” (Jacques Marcovitch, 1995, p.124)

Diante da decisão tomada pelo Pró-Reitor, o Núcleo foi notificado para cessar o uso indevido da sigla “USP”, bem como para indicar as medidas tomadas para a sua regularização dentro da Universidade. Em 04/09/1995 o Núcleo informou que ainda tinha interesse no convênio e que as distorções publicadas pelos jornais não eram de sua responsabilidade, mas sim dos próprios veículos de imprensa. Na ocasião, o NCN juntou aos autos um plano de trabalho e o seu custo para os anos de 1995 a 1997, que foi exigido pela Reitoria para dar continuidade a formalização de um convênio. As atividades mencionadas no citado plano de trabalho foram: I) Atividades de pesquisa: 1) Enciclopédia Afro-Brasileira; 2) Pesquisa Étnica e 3) Participação em Congressos e II) Atividades Pedagógicas: 1) Curso Pré-vestibular e 2) Promoção de cursos. Destaca-se que o parecer, entregue em 11/01/1996, pelo Prof. Antônio Junqueira de Azevedo, da Faculdade de Direito da USP, foi favorável quanto ao orçamento para as Atividades Pedagógicas. No que tange às Atividades de Pesquisa, o mencionado professor indeferiu por estar fora da proposta preliminar que já tinha sido aprovada para a elaboração do convênio entre as partes. Dessa maneira, o apoio formal e financeiro da Universidade se restringia às propostas pedagógicas sem incluir a possibilidade de constituição do NCN como um espaço de produção de conhecimento financiado pela USP.

Importante destacar que o apoio financeiro para as atividades pedagógicas não se concretizou. Em 10/01/1996, o Núcleo informa ao Pró-Reitor Jacques Marcovitch a nova coordenação do NCN, bem como os novos coordenadores que iriam representá-lo na

formalização de um convênio com a Universidade. Após a citada data não houve mais movimentação nos autos por quase dois anos. Em 27/02/1998 o Núcleo informou uma nova composição para o biênio de 1998/2000, a qual foi parabenizada pelo Pró-Reitor de Cultura e Extensão, Prof. Adilson Avansi de Abreu, que substituiu o Prof. Jacques Marcovitch, que, por sua vez, assumiu a Reitoria em 1997, permanecendo até 2001.

Destaca-se que após esta data (27/02/1998) não houve mais movimentação no processo analisado¹¹⁶, acerca do estabelecimento de um convênio entre o Núcleo e a Universidade.

Esse e outros conflitos referentes ao NCN se estabeleceram em outras ações, isto é, as divergências entre o Núcleo de Consciência Negra e a Universidade de São Paulo se misturaram em todas as demais ações analisadas pelo fato de tudo girar em torno da não regularização do Núcleo na USP.

Em 14/01/2003 o Núcleo enviou um ofício para a Reitoria pedindo ajuda, em face do desabamento do telhado da sua sede, porém não conseguiu o respaldo que necessitava, em face da sua irregularidade no *Campus*.

Prezado Senhor, vimos através desta notificar que, em razão das chuvas ocorridas na primeira semana de janeiro do corrente ano, parte do telhado da sede do Núcleo de Consciência Negra na USP (NCN-USP) desabou, causando estragos em equipamentos eletrônicos e móveis, bem como alagamentos por toda a edificação [...] Com efeito, suas instalações civis e elétricas encontram-se em estado precário de conservação [...] Do exposto, solicitamos, com urgência, providências no sentido de sanar todos os problemas aqui listados. (NCN, 2003, p. 03)

Os problemas estruturais apresentados pelo Núcleo diziam respeito ao desgaste do espaço da sua sede. O “Barracão”, ocupado pelo NCN, estava deteriorado por pragas (cupins) e pelo esfacelamento natural, tendo em vista que os “Barracões” foram construídos na década de 60. As fiações elétricas estavam danificadas e com emendas, o teto da cobertura estava danificado, as paredes externas apresentavam rachaduras e as instalações hidráulicas apresentavam vazamentos e infiltrações (NCN, 2003, p. 03).

A Reitoria pediu à Coordenadoria do Espaço Físico da USP (COESF) que analisasse a situação. O coordenador da COESF, Prof. Dr. Antônio Marcos de Aguirra Massola, informou ao gabinete do Reitor Adolfo Melfi, em 05/02/2003, que estava providenciando alguns reparos emergenciais, mas que o espaço seria demolido entre o final de 2003 e o início de 2004. Na ocasião, o aludido coordenador informou que o Núcleo estava ocupando outros espaços,

¹¹⁶ O Processo analisado foi o 94.1.30019.1.5. Interessado: Núcleo de Consciência Negra. Assunto: Sociedade Civil que ocupa espaço físico da Universidade. Regularização. O processo foi analisado no Arquivo Geral da USP em 04/05/2023.

indevidamente, além da sua sede e que a regularização era necessária para o seu funcionamento dentro da Universidade.

Convém salientar que o NCN (cuja relação com a USP inexistente!) ocupa, portanto, dois barracões. Há necessidade de pronta regularização para o caso e a decisão se o NCN deve ou não ocupar os dois barracões. Acredito ser esta uma tarefa a ser encaminhada à Douta Consultoria Jurídica, pois trata-se de ocupação indevida de área por entidade à USP. (MASSOLA, Antônio, 2003, p. 55-56)

É possível verificar que desde 2003 a sede do Núcleo no Barracão estava ameaçada, tanto pela USP, quanto por fenômenos da natureza. Parte da estrutura do NCN foi demolida em 2013, ou seja, o Núcleo permaneceu ameaçado e acuado por uma década. Em 2014 mudou a gestão da Reitoria e, conseqüentemente, as ameaças foram minimizadas.

A relação da USP com o NCN não é das melhores: “a melhor interação que a gestão Rodas teve com o Núcleo foi mandar uma cartinha dizendo: ‘Saíam, porque esse lugar vai ser derrubado’ e aparecer com o trator no dia seguinte. Demoliram metade do barracão, e só não derrubaram o resto porque os alunos acamparam aqui”, diz Evandro [professor voluntário do NCN]. Ele acredita que, na atual gestão [Reitor Marco Antônio Zago], as coisas estão um pouco melhores, mas eles ainda têm que brigar para consertarem janelas, por exemplo, e, às vezes, esquecem de cortar a grama. “Mas só o fato de não ameaçarem acabar com o núcleo o tempo todo já é algo bom”, afirma. (JORNAL DO CAMPUS, 2015¹¹⁷)

Em março de 2004, com o intuito de formalizar um convênio para a sua regularização na Universidade, mais uma vez, o NCN disponibilizou, de forma detalhada, uma cartilha contendo todos os seus projetos sociais. Além da cartilha, juntou seu estatuto, a inscrição e situação cadastral na Receita Federal, a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), a certidão negativa de dívida ativa da União, a certidão negativa de débitos e tributos e contribuições federais, Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); Certidão Negativa de Débito junto a Previdência Social e a ata de posse da coordenação do Biênio 2002/2004.

Prezado Senhor, vimos através desta solicitar o estabelecimento de um convênio entre o Núcleo de Consciência Negra na Universidade de São Paulo e a Universidade de São Paulo [...] Ressaltamos que em 2004 o NCN-USP completa dezessete anos da fundação, sendo entidade referência tanto em políticas educacionais para a população negra e de baixa renda quanto na luta pela superação do racismo e pela justiça social. (Núcleo, 2004, p. 52)

O Núcleo juntou todos os documentos necessários para um convênio com a Universidade, como uma exigência dela, mas também não deixou de ressaltar o tempo em que

¹¹⁷ Núcleo de Consciência Negra sofre com degradação e falta de apoio. Artigo disponível em <<https://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2015/11/nucleo-de-consciencia-negra-sofre-com-degradacao-e-falta-de-apoio/>>. Acesso em 19/12/2023.

está instalada naquele território, bem como a sua importância, como referência, nas ações educacionais e sociais perante a comunidade negra e de baixa renda.

Em 11/05/2004 o Núcleo solicitou à COESF, com urgência, uma autorização de funcionamento emitida pela Universidade de São Paulo, tendo em vista sua seleção prévia para um financiamento, custeado pelo programa “Diversidade na Universidade”, do Ministério da Educação (MEC).

Prezado Senhor, informamos que o Núcleo de Consciência Negra na USP (NCN-USP) foi previamente selecionado no programa *Diversidade na Universidade*, conforme edital público nº 035/2004. No entanto, para que sejamos contemplados com o financiamento, necessita-se o envio de uma autorização de funcionamento emitida pela Universidade de São Paulo, conforme carta anexa emitida pelo Ministério da Educação em 30 de abril de 2004. Informamos ainda que sem autorização emitida pela USP, o NCN-USP será desclassificado do processo de seleção, e, conseqüentemente, não haverá possibilidade de supressão da cobrança de mensalidade, que é de extrema necessidade para a manutenção de todos os nossos projetos sociais. (Núcleo, 2004, p. 02)

Em resposta, a COESF informou em 12/05/2004 que não iria emitir nenhuma autorização. “Sem convênio com a USP não será possível ofertar nenhum documento de permissão de uso pois o NCN nada tem de oficial existente com a Universidade de São Paulo” (COESF, 2004, p. 04). A citada Coordenação informou, ainda, que o pedido de formalização de um convênio, solicitado pelo Núcleo em março de 2004, ainda estava sendo analisado pela consultoria jurídica da Reitoria, sem previsão de resposta.

O Núcleo, sendo uma entidade sem fins lucrativos com o intuito de prestação de serviço social perante a comunidade, não poderia cobrar mensalidades. O Núcleo informou à COESF que sem o financiamento do programa *Diversidade na Universidade*, não haveria a possibilidade de deixar de cobrar as mensalidades dos alunos do cursinho pré-vestibular. Ou seja, o financiamento previsto pelo edital do MEC contribuiria para que o NCN adequasse suas atividades às regras estabelecidas para a instituição, mantendo assim, o objetivo do NCN, que era manter sua sobrevivência e preservar ativos os serviços educacionais prestados à população negra e de baixa renda que frequentavam, principalmente, o cursinho.

Com a recusa da COESF o NCN foi desclassificado da seleção para receber o financiamento do MEC. Mais uma vez o Núcleo recebeu um “não”, com direito a ponto de exclamação¹¹⁸. A enfática negação da relação da USP com uma entidade de defesa do direito dos negros, neste momento, se fundamentou na burocracia, mas a partir de Rocha (2016; 2023)

¹¹⁸ “Convém salientar que o NCN (cuja relação com a USP inexistente!...)” Na citação feita acima, em relação a fala do Prof. Dr. Antonio Massola, coordenador da COESF, ao informar que a sede do Núcleo no Barracão seria demolida.

é possível pensar que esta recusa ao estabelecimento de uma relação com a comunidade negra esteve presente em diferentes momentos da história da USP, com distintas roupagens e justificativas.

O NCN se articulou, de diversas formas, para arrumar seu “barraco”, preparar seu espaço de existência e resistência para receber com a devida segurança e dignidade as pessoas que vinham, em boa parte, das periferias de São Paulo para estar lá, para estudar, conviver, se politizar e se preparar para disputar vagas em universidades públicas. Entretanto, sem apoio financeiro e com doações precárias, as instalações nunca foram adequadas, enquanto estiveram no “Barracão”. Na verdade, todas as vidas humanas que por ali passaram, correram perigo de acidente e, até mesmo de morte, em face da sua estrutura danificada e por mais que a Universidade tenha se valido de aspectos burocráticos para negar, havia uma relação direta estabelecida entre ela e a existência e permanência do Núcleo naquele espaço físico e simbólico de luta. As imagens abaixo, fotografadas pela Prefeitura do Campus USP da Capital (PUSP-C) e juntadas no processo nº 2003.1.521.1.3, mostram a situação de deterioração do espaço que estava sendo ocupado pelo NCN.

Imagens do local:



Impedimento de acesso e ausência de funcionários para acompanhamento da visita técnica



Vegetação alta e necessitando de cuidados



Telhas quebradas permitindo o livre acesso de animais



Janelas quebradas, permitindo o livre acesso de animais



Áreas internas desorganizadas e com acúmulo de materiais.

Figura 23
fotos que foram capturadas pela Prefeitura do Campus da USP da Capital, ilustrando a situação de deterioração do Barracão onde estava instalado o NCN.

O “Barracão do Núcleo de Consciência Negra” assim como o “Quarto de Despejo” de Carolina Maria de Jesus¹¹⁹, se mostrou um lugar com condições precárias e de estadia difícil. As lutas pelo mínimo necessário para a vida eram diárias e muito faltava na favela do Canindé, cenário principal do livro da escritora. “A fome, a falta d’água, as desavenças entre os vizinhos e o abandono por parte do poder público compõem algumas das cenas que nos são trazidas ao longo dos escritos” (MENEZES; PINANGÉ; SILVA; SILVA, 2020). Fazendo analogia com a citação acima, os alunos do cursinho, muitas vezes, tinham fome porque vinham de lugares periféricos ou direto do trabalho para estudarem em um espaço precário, em condições sanitárias problemáticas, e sem apoio do poder público [USP]. A comunidade do NCN estava bem servida de conflitos e ameaças. A USP não os queria lá. Ela não só não colaborou, como os perseguiu.

Quantas vezes o Núcleo teria que pedir permissão de uso do espaço público à Universidade? Nos processos analisados consta pedido de autorização por parte do Núcleo e juntada de diversos documentos, em mais de uma ocasião. Aliás, o processo todo¹²⁰, com suas 297 páginas, se trata de pedido de autorização de funcionamento por parte do Núcleo de Consciência Negra e cobrança e ameaças por parte da universidade, representada pela COESF. Esse processo teve início em 2003 e foi arquivado em 2016.

A leitura do processo sem uma análise mais profunda, sem relacionar com outras fontes, orais e escritas, pode sugerir que a Universidade de São Paulo queria, de fato, uma parceria com o Núcleo, porém, fica evidenciado que durante todos esses anos, em nenhum momento e em nenhuma gestão esse convênio se efetivou. Jupiara e os demais personagens que concederam entrevistas mencionaram que o Núcleo nunca quis se vincular à Universidade porque não queriam se submeter a um conjunto de regras estabelecidas por um espaço dominado pela hegemonia da branquitude representada por docentes brancos ocupando posições de poder. Queriam, ao invés disso, liberdade e autonomia para conduzir seu programa, de acordo com uma perspectiva própria. Mas, ao ser pressionado e ameaçado de ser removido do espaço da USP, o Núcleo aceitou realizar a parceria, e ainda assim, ela nunca aconteceu¹²¹.

As mudanças nas gestões da Reitoria pouco influenciaram para o sucesso da constituição, organização e funcionamento do Núcleo. Em algumas gestões o diálogo fluía mais

¹¹⁹ O sentido que Carolina Maria de Jesus atribui ao “Quarto de Despejo” é de denúncia em face das mazelas suportadas pela população preta marginalizada das favelas do Brasil. O livro dá visibilidade às desigualdades sociais e traz relatos sobre a vida da autora, a pobreza, a fome e o racismo presente no seu cotidiano.

¹²⁰ Processo nº 2003.1.521.1.3, conforme já informado.

¹²¹ Em 24/11/2023 entrei em contato com Ricardo de Oliveira Macegossa, atual coordenador executivo do Núcleo de Consciência Negra na USP e o mesmo informou que o NCN, até o presente momento, não firmou nenhum convênio com a Universidade de São Paulo.

e em outras, não. Jupiara conta que, em dois momentos, em 2015 e 2016, conseguiu um “sim” da Reitoria para a concessão de refeições no bandeirão para os alunos do cursinho pré-vestibular. Entretanto, segundo ela, quando acontecia uma mudança na administração da Universidade, tudo precisava ser novamente negociado.

A gente conseguiu, em dois momentos, que a USP garantisse a alimentação para os alunos do NCN. Na segunda vez era a Zezé que estava na direção. Nós fomos juntas e negociamos. Mas, então, acaba o ano e a negociação se perde. Eu fiquei brava porque duzentas refeições para a USP não são nada. Aí a negociação tem que recomeçar e nisso, eles sempre falavam que para dar continuidade precisava firmar um convênio. (CASTRO, Jupiara, 2020)

Estamos falando do mínimo para sobreviver, isto é, comida e água, porque o mais difícil é suportado todos os dias por aqueles que não são filhos do privilégio. “*Os jovens alunos saem de casa às quatro da manhã e vão para o trabalho. Depois eles vão para o cursinho no Núcleo e chegam em casa por volta da meia noite. Eles não conseguem ficar todo esse tempo sem alimentação*” (CASTRO, Jupiara, 2020).

Compreendo que essa postura da Universidade é um desserviço não só para a comunidade negra, mas para a sociedade, pois, enquanto houver racismo e exclusão de jovens negras e negros dentro das universidades públicas, não haverá mudanças e transformações das quais a sociedade tanto precisa, isto é, a estrutura social racista contribui para que o ser humano permaneça racista, cometendo atrocidades em nome do preconceito e da ignorância.

O contexto social atual não é um dos melhores. Por quatro anos (2018-2022) o Brasil foi presidido por um governante radical que, com seu discurso, despertou e incitou nas pessoas o ódio e, conseqüentemente, os casos de racismo aumentaram. Segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, os registros de racismo e homofobia cresceram mais de 50% no Brasil em 2022, na comparação com o ano de 2021¹²². Foi um processo rápido de escalada da violência que provocou crises político-sociais e um grande abalo na democracia brasileira. “Um período em que as sociedades são politicamente democráticas e socialmente fascistas” (SANTOS, 2007, p. 81).

É preciso tomar cuidado com as políticas que são colocadas em prática e com os discursos que são proferidos, pois eles têm o poder de influenciar as pessoas, ainda mais vindo de uma instituição pública notória como é a USP, que deveria ter como objetivo a educação e a ciência com a participação de todos os grupos que compõem a sociedade e pagam impostos que

¹²² Artigo “Brasil tem alta de mais de 50% nos registros de racismo e homofobia em 2022, mostra Anuário de Segurança Pública. Disponível na plataforma do G1 <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/07/20/brasil-tem-alta-de-mais-de-50percent-nos-registros-de-racismo-e-homofobia-em-2022-mostra-anuario-de-seguranca-publica.ghtml>>. Acesso em 17/10/2023.

possibilitam a existência e manutenção da Universidade, grupos dentre os quais, cabe ressaltar, no contexto nacional, os negros são maioria.

Entre idas e vindas para apreciações e pareceres, reunião de documentos e momentos estáticos dos processos analisados, nenhum convênio foi formalizado até o presente momento, conforme já mencionado acima. Todos os requerimentos, solicitações, pedidos de colaboração e apoio intentados pelo NCN, durante todos os longos anos de permanência na USP, foram barrados por ela e as respostas sempre foram as mesmas: o Núcleo precisa ser regularizado; o Núcleo precisa formalizar um convênio.

Pondero que tudo isso não é só burocracia da Administração Pública, é mais, são obstáculos gigantes para impedir a ocupação da população não branca e pobre. Além disso, a condição imposta pela USP representa a intenção de incorporação do Núcleo à estrutura de funcionamento de uma instituição cujo processo de definição de cargos de poder é constituído por um elevado caráter endógeno e pela marcada posição de domínio da branquitude (ROCHA, 2023). Tal regularização privaria o NCN de sua autonomia, a qual se mostra altamente importante, sobretudo nos momentos de embate direto com a universidade, como por exemplo as demandas por reservas de vagas e as denúncias de racismo que, conforme apresentado anteriormente, ao longo da história, incluíram situações altamente degradantes.

Além disso, a formalização de um convênio significa também o reconhecimento da existência de uma questão racial pulsante no interior de uma das mais respeitadas universidades do país. É possível pensar que faltou boa vontade, empatia, preocupação com um projeto de reparação histórica e, com isso, a USP mais ou menos indiretamente se opôs, por muitos anos, a oportunidade de fortalecer um grupo que tinha como objetivo incluir e diversificar a comunidade acadêmica. Ser a “maior” da América Latina e avaliada como uma das “melhores do mundo” não demonstra que os critérios de qualidade pouco ou nada consideram o aspecto do papel social universitário de contribuição para a promoção da equidade.

Inicialmente os fundadores do Núcleo de Consciência Negra na USP não queriam formalizar uma parceria com a Universidade para o financiamento dos seus projetos porque queriam liberdade para administrar seu espaço, livres de qualquer interferência por parte da Universidade, e autonomia para estruturar seus projetos educacionais. Entretanto, em dado momento as gerações seguintes de integrantes do Núcleo decidiram ceder às pressões da Universidade e aceitar a formalização de um convênio, ainda assim, ela nunca aconteceu.

Ao mesmo tempo que o Núcleo almejava tranquilidade para fluir com o seu trabalho, também precisava de financiamento, principalmente porque o cursinho pré-vestibular já estava em funcionamento.

Desde o início, o cursinho pré-vestibular do Núcleo foi muito procurado. Segundo Luiz Carlos (2016) o cursinho tinha um alto custo para seu funcionamento e, sem financiamento, sempre atuou de forma precária, “mesmo com pagamentos mensais por parte dos estudantes, que sempre foi um valor irrisório” (CASTRO, Jupiara, 2020).

O Núcleo não conseguia arcar com todos os materiais de que precisava para funcionar de forma plena. As doações e os esforços de seus membros e professores voluntários foram o combustível de que ele se alimentou para conseguir por anos permanecer e executar seu trabalho social. Entretanto, quando há perseguição de uma estrutura rica e forte a outra parte tende a ficar ameaçada.

Em 2002 a Reitoria da Universidade de São Paulo representou ao Ministério Público do Estado de São Paulo a irregularidade de diversos cursinhos pré-vestibulares que estavam em andamento dentro da Cidade Universitária, sendo um desses cursinhos o do Núcleo de Consciência Negra. Diante disso, o Procedimento 685/02 foi instaurado para averiguação da citada denúncia. A administração da Universidade, alegou que os cursinhos instalados dentro do *Campus* estavam cobrando mensalidades e taxas de inscrição, indevidamente. O Ministério Público e o procurador chefe da consultoria jurídica da Reitoria pediram que os representantes dos cursinhos se manifestassem sobre as argumentações da Reitoria. Em resposta, o NCN informou não ser verídica as alegações de cobranças aos alunos do cursinho, ressaltando que o que foi afirmado não correspondia com sua visão de responsabilidade social. Ainda, para corroborar com sua afirmação, o NCN juntou diversas declarações assinadas por seus alunos, sobre o não pagamento de mensalidades e taxas.

O Ministério Público, em seu parecer publicado em 30/06/2003, pediu esclarecimentos à Reitoria, no que tange ao enquadramento dos cursinhos na medida provisória nº 63 de 26/08/2002¹²³, bem como solicitou aos cursinhos, incluindo o NCN, informações acerca da manutenção dos seus programas.

É importante, mais uma vez, ressaltar que não houve um desfecho para quaisquer requerimentos acerca de regularização do Núcleo no espaço físico da Universidade, da regularização do nome do NCN, em seu estatuto, retirando o logotipo da USP, na formalização de um convênio. Sempre houve um “vai e vem” dos autos circulando por diversos órgãos da

¹²³ A Medida Provisória (MP) 63 de 26 de agosto de 2002 dispõe sobre a criação de programa de diversidade na Universidade. A MP foi convertida na Lei nº 10.558 de 13 de novembro de 2002. Informação disponível em: <[134](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas_2002/63.htm#:~:text=MEDIDA%20PROVIS%C3%93RIA%20No%2063%2C%20DE%2026%20DE%20AGOSTO%202002.&text=Cria%20o%20Programa%20Diversidade%20na%20Universidade%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs.>. Acesso em 19/12/2023.</p></div><div data-bbox=)

Universidade ou, em alguns momentos, os autos simplesmente ficavam sem andamento, voltando a ter seguimento um tempo depois. O último andamento acerca desse “cabo de guerra” foi em 2016, quando a Superintendência do Espaço Físico da Universidade de São Paulo (SEF) informou, no processo n.º 2006.1.29225.1.6, que o NCN havia se mudado para a sua nova sede, no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB).

Durante um longo período o Núcleo não podia ter financiamento da Universidade, não podia cobrar mensalidades para custear o mínimo para funcionamento do cursinho, não podia ter uma sede nova porque não estava regularizado. Eram muitas oposições de todos os lados. Sua permanência durante todos esses anos foi um desafio e, somente conseguiram chegar até os dias atuais, diante de muita luta.

2.2.5 A nova e atual sede do Núcleo de Consciência Negra na USP

O Núcleo de Consciência Negra venceu uma disputa de poder, referente a sua permanência dentro da Universidade de São Paulo. Essa conquista se deu após muitas ameaças de despejo e perseguição.

A nova sede do Núcleo foi conquistada por meio de lutas e enfrentamentos. Jupiara lembra que já havia alguns anos que a sede física então ocupada pelo Núcleo estava sendo ameaçado de demolição, mas que, em 2014, com a iminência de sua derrubada, o Reitor Marco Antônio Zago se comprometeu a encontrar e disponibilizar uma nova sede ao Núcleo.

“Estávamos com os tratores virados para o Barracão, porque naquele espaço eles diziam que seria um estacionamento” (CASTRO, Jupiara, 2020). Segundo Jupiara, em 2014 aconteceu uma aula inaugural com a calourada, onde houve diversos debates com participação de rodas representativas de alunos e professores.

O NCN tinha muito apoio por parte do movimento estudantil, por isso os estudantes convidaram o núcleo, que foi representado por sua figura máxima, Jupiara, que foi para a mesa e, no calor da discussão, faz a denúncia sobre a derrubada do “barracão” do núcleo (MENEZES, Maria José, 2016).

O Núcleo decidiu participar do evento porque o Reitor Marco Antônio Zago, que tinha acabado de tomar posse, estaria presente e iria palestrar em uma das mesas do evento. Seria uma oportunidade única de resolver, de uma vez por todas, a situação do Núcleo dentro da Universidade.

Quando chega a nossa vez de participar, a gente coloca todas as questões, tudo que o Núcleo estava passando, as ameaças e falta de apoio, a derrubada do barracão e a não disponibilização de outro espaço. A Zezé também faz provocações e a gente vai falando dos embates com a Universidade. O Reitor

Zago, que fingia que não sabia de nada, pergunta ao professor Souto Maior: “É isso mesmo o que ela está falando?” E o professor responde: "Sim, é isso mesmo". (CASTRO, Jupiara, 2020)

Jupiara conta que, nesse momento, uma aluna caloura se manifestou dizendo que estava envergonhada de estar em um espaço de educação que deveria ter a responsabilidade de garantir boas condições a todos. “A menina, branca, que era a cara da riqueza, fez um discurso arrasador”. (CASTRO, Jupiara, 2020)

Nesse momento, o Reitor Marco Antônio Zago presta o compromisso de disponibilizar um espaço igual ou melhor para o NCN (CASTRO, Jupiara, 2020). Ele se comprometeu não só com ela, mas com todos os alunos porque prometeu publicamente que encontraria um local para o Núcleo continuar realizando suas atividades e cumprindo com seu papel social dentro da maior Universidade da América Latina.

Segundo Maria José de Menezes, após o compromisso do Reitor Marco Antônio Zago, o Núcleo ainda teve que esperar por dois anos para se estabelecer no IEB definitivamente, isto é, houve a necessidade de muitas reuniões com a Reitoria, para conseguir esse espaço físico.

[...] toda essa negociação com os chefes de gabinete, para conseguir um espaço físico [...] vocês imaginam que não foi nada fácil né [...] duas mulheres negociando com o patriarcado [...] foi difícil, mas eles sempre cumpriram a agenda, muito difícil na discussão política, mas a Jupiara era muito respeitada, eles conheciam a Jupiara, a militância dela como ativista das causas do movimento social, como sindicalista e com o movimento negro [...] então ela chegou com muita coisa definida, a gente tinha que avançar, a gente tinha que conseguir de alguma forma garantir a nossa permanência aqui sem rebaixar a pauta... foram longas discussões, ouvimos muitas coisas, falamos várias coisas de uma forma muito respeitosa, mas muito firme também [...]. (MENEZES, Maria José, 2016)

Após dois anos de reunião, negociações, tratativas, o Núcleo, finalmente, conquistou um espaço físico oficialmente reconhecido e dotado de infraestrutura digna para ser a sua sede. Hoje, o Núcleo encontra-se estabelecido em uma nova sede, que conta com os recursos necessários para o trabalho político e educativo que eles realizam. A contribuição e compromisso com o trabalho emancipador junto à comunidade negra e outros segmentos sociais oprimidos são importantes e necessárias, isto é, o Núcleo existe e cumpre um papel relevante para completar as lacunas sociais deixadas pelo poder público e pela sociedade em função do racismo estrutural.

Importante mencionar que a conquista do espaço que foi oficialmente concedido ao NCN não se efetivou através de um convênio com a USP, mas pelo fato de o Reitor Marco Antônio Zago ter prestado compromisso, publicamente, de disponibilizar um espaço igual ou melhor para o Núcleo.

O Núcleo de Consciência Negra na USP conseguiu se manter “em pé” até hoje, isto é, por 36 anos após sua fundação, não pelo suporte da administração da Universidade, mas pelo esforço de seus colaboradores, amigos, doadores e alunos. Essas pessoas apoiaram e, algumas ainda apoiam, porque acreditam se tratar de um projeto político-educacional que tem como objetivo, além do protesto e da luta contra o racismo, a realização de conquistas coletivas por meio de atividades, principalmente, educacionais, pois, o conhecimento propicia um tipo de poder específico, altamente necessário para a luta pela equidade racial.

CAPÍTULO 3 - Redimindo o passado e projetando o futuro da população negra: “REPARAÇÕES JÁ” e o lançamento do cursinho pré-vestibular

3.1 A ação no Maksoud Plaza¹²⁴

19 de novembro de 1993, uma sexta-feira, não foi uma data qualquer no calendário do Brasil. Na véspera do Dia Nacional da Consciência Negra, 12 pessoas resolveram promover um protesto diferente para denunciar a situação de subalternidade da população afro-brasileira. Foram almoçar no Maksoud Plaza, um dos mais sumptuosos hotéis da cidade de São Paulo. Chegando ao restaurante do hotel, pediram pratos requintados (como camarão, lagosta etc.), champanhe francês, conversaram, comeram e beberam descontraidamente. No final, pediram a conta e está – como já esperavam – era de valor estratosférico [...] Então ocorreu algo inédito na história do país: as 12 pessoas disseram alto e em bom som ao gerente do estabelecimento que a conta deveria ser creditada na dívida secular que a sociedade brasileira tem com todos os afrodescendentes; logo, não seria paga. (DOMINGUES, 2018, p. 333)

Em 1993, o Núcleo Consciência Negra (NCN) iniciou um Movimento por Reparações (MPR), chamado “Reparações Já”, articulado através de discussões com os seus membros sobre a importância de se reivindicar uma compensação histórica aos descendentes dos escravizados no Brasil. A ideia era exigir do Estado e da sociedade uma indenização pecuniária pelo crime cometido contra seus ancestrais que foram, forçadamente, trazidos para o país e coagidos a trabalhar para a produção de riquezas que até hoje exercem papel fundamental na história da economia do país.

Segundo o Jornal das Reparações¹²⁵, a inspiração para a criação do MPR no Brasil surgiu a partir da primeira Conferência Pan-Africana sobre reparações para os descendentes dos escravos africanos, que ocorreu entre os dias 27 e 29 de abril de 1993 em Abuja, na Nigéria, reunindo cerca de quinhentas pessoas. O periódico noticiou que o Brasil não esteve representado no evento, o qual foi patrocinado pela Organização da Unidade Africana (OUA). Ainda, segundo a publicação, possivelmente, pelo fato de nenhum (a) afro-brasileiro (a) ter participado do citado evento, nenhuma menção foi feita ao país (Brasil), situado entre um dos que mais recebeu pessoas negras escravizadas nos seus quase 400 anos de regime escravocrata.

¹²⁴ Maksoud Plaza era um hotel tradicional da cidade de São Paulo. Está localizado na rua São Carlos do Pinhal, nº 424, a uma quadra da avenida Paulista. Está entre os hotéis mais emblemáticos do Brasil, tendo recebido vários governantes e celebridades do mundo inteiro. Informações disponíveis em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Maksoud_Plaza>. Acesso em 28/12/2023.

¹²⁵ Jornal das Reparações, veiculado em dezembro de 1993. O Jornal das reparações foi um periódico organizado e produzido pelo NCN a partir de dezembro de 1993, para registrar e informar a sociedade sobre as atividades do Movimento por Reparações (MPR).

Importante destacar que, apesar da inspiração ter vindo do evento realizado na Nigéria, as desigualdades raciais enfrentadas diariamente por negras e negros no país, com uma série de obstáculos para afirmação da cidadania, foi o estímulo para a criação do MPR. De acordo com Petrônio Domingues:

O Movimento Pelas Reparações não nasceu no vazio histórico. Na década de 1990, palavras e expressões do vocabulário da democracia – como direitos, cidadania e reparações pelos erros do passado – passaram a ser vergadas para o dever e o devir. (DOMINGUES, 2018, p. 335)

De acordo com Luiz Carlos dos Santos (2016), que foi o coordenador executivo do NCN no citado período (1993), o evento e a realidade dos negros no Brasil afloraram ideias que já estavam sendo discutidas desde a fundação do Núcleo de Consciência Negra na USP. Conforme já abordado no capítulo anterior, em 1989 houve um evento na Universidade de São Paulo (USP) organizado pelo Núcleo em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores da USP (SINTUSP) para discutir a luta por reparações e por emprego digno para a população preta. Segundo Jupiara (2020), esse evento teve a participação de centenas de pessoas e foi muito importante para a discussão sobre o racismo, o preconceito e as mazelas que a população preta enfrenta diariamente por terem sido colocadas, compulsoriamente, às margens da sociedade e não terem, até hoje, maiores possibilidades de mobilidade social.

Com inspiração nas discussões e reivindicações apresentadas pelo movimento por reparações durante a Conferência na Nigéria, bem como pela conjuntura de abandono da comunidade negra, os membros do NCN, entre eles Luiz Carlos dos Santos, Billy Malachias e Fernando Conceição¹²⁶, acordaram que deveriam, como ponto de partida, realizar um cálculo com a estimativa do valor que seria indenizado aos descendentes de seus antepassados escravizados.

Quando decidimos fazer esse projeto [Reparações Já] chamamos o Paul Regnier, que fazia pós-graduação em economia aqui [USP]. Ele e outro colega nosso realizaram um cálculo no valor de 102 mil dólares. Esse, então, seria o valor que cada um de nós, descendentes dos escravizados, deveria receber do Estado, da sociedade brasileira. (SANTOS, Luiz Carlos, 2016)

Billy Malachias participou da comissão que foi criada para pensar e calcular o valor da dívida do Estado brasileiro para com a população negra.

Eu fiz parte dessa comissão junto com o Paul Regnier, que hoje é professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Nós fomos os responsáveis por fazer

¹²⁶ Fernando Conceição foi coordenador executivo do Núcleo de Consciência Negra, ao lado de Luiz Carlos dos Santos, ambos atuando na mesma gestão. O citado membro do NCN tinha formação em jornalismo e era pós-graduando na ECA-USP onde pesquisou sobre imprensa e racismo no Brasil. Fernando Conceição é autor de “Negritude Favelada” (1988) e “Cala a Boca Calabar” (1984), ambos livros publicados pela Editora Vozes. Informações retiradas do Jornal das Reparações, cedido por Luiz Carlos dos Santos durante sua entrevista, em 2016.

um cálculo que pudesse estimar a dívida do Estado brasileiro para com os negros. Chegamos a quantia de 102 mil dólares. Isso passou a ser a nossa estratégia de mobilização. (MALACHIAS, Billy, 2016)

Paul Regnier¹²⁷ participou como membro do Núcleo e foi um dos responsáveis pela elaboração do cálculo que fazia a estimativa do valor da indenização para afrodescendentes no Brasil. *Ele era um francês branco e judeu que namorava uma coordenadora do NCN na época. Dissemos que não havia problema dele participar, porém, não podia abrir a boca em nome do Núcleo.* (SANTOS, Luiz Carlos, 2016).

Por ser branco e francês, isto é, “gringo”, sei que muitos olham com bastante desconfiança a minha participação na luta contra o racismo, ao lado do movimento negro. Gostaria de dizer que eu acho essa desconfiança natural. Ela simplesmente reflete a realidade gerada pela maioria absoluta dos brancos brasileiros. (REGNIER, Paul, *Jornal das Reparações*, 1993)

Segundo Luiz, Paul Regnier não tinha lugar de fala, porém contribuiu significativamente durante a sua participação. *Ele aceitou essa condição e fez o cálculo das reparações que deu 102 mil dólares por descendente de escravizado* (SANTOS, Luiz Carlos, 2016). Abaixo, um fragmento do *Jornal das Reparações* demonstra como o cálculo foi realizado.

Valor da indenização por descendente de escravo no Brasil (Estimativa)

- De acordo com João Fragoso e Manolo Florentino, e David Mills et.al. entram no Brasil e trabalharam como escravos 3.600.000 africanos - Considerando que cada escravo gerou, pelo menos, 3 filhos/escravos, se chega ao total de que nos quase 400 anos de escravidão, o Brasil teve aproximadamente 30.700.000 escravos - A vida de trabalho por escravo estima-se em 20 anos	- Deduz-se que o trabalho escravo representou 614.000.000 de anos de trabalho não remunerado - Pegando-se como referência o salário mínimo/ anual do trabalhador nos países “desenvolvidos”, que chega atualmente a US\$ 10.000 Conclui-se que: - os beneficiados da exploração dessa mão-de-obra gratuita são devedores de US\$ 6.140.000.000,00 (seis trilhões e cento e quarenta bilhões de dólares);	De forma alternativa, podemos dizer que: - Temos hoje, no Brasil, pelo menos 60.000.000 de descendentes de africanos escravizados; Isto significa que cada descendente é credor do equivalente a 10 anos de trabalho escravo do seu antepassado. - Dessa forma, conclui-se que: cada descendente tem direito a receber, individualmente, US\$ 102.000,00 (Cento e dois mil dólares), aproximadamente.
---	---	---

Observações: Os cálculos aqui elaborados partem dos estudos de Fragoso, Florentino (“O Arcaísmo como Projeto”) et. al.
O número de 60 milhões de descendentes de africanos escravizados representa em torno de 40% da população total do Brasil estimada pelo IBGE.
As cifras expressas neste estudo ainda não são conclusivas.

Figura 24

Fragmento do *Jornal das Reparações* (dez/93), mostrando o processo de realização do cálculo da estimativa da indenização que cada descendente deveria receber.

Após esse cálculo, fundamentado a partir de uma perspectiva histórica e econômica, conforme se verifica no fragmento acima, o Núcleo mobilizou entidades do movimento negro, que estavam assentadas em capitais que havia maior presença negra e que lutavam contra o

¹²⁷ Paul Regnier foi aluno de doutorado na Laboratoire de Météorologie Dynamique (LMD), em Paris, e fez pesquisa na USP no campo da Matemática. Paul Regnier é professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Informações disponíveis em <<https://academo.ufba.br/pesquisador.php?cod=1188>>. Acesso em 26/12/2023. Ele também participou do almoço no Maksoud Plaza, episódio que será abordado no decorrer deste capítulo.

racismo, para participarem do debate. O objetivo era discutir sobre o projeto por Reparações e lançar cotas raciais nas universidades brasileiras. *Queríamos realizar uma campanha nacional. O objetivo era mobilizar cinco ou seis capitais que tivessem forte presença negra para discutir e impulsionar o movimento por reparações* (SANTOS, Luiz Carlos, 2016). Essa mobilização resultou em reuniões com diversas lideranças que representavam suas entidades nas seguintes capitais: São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, São Luiz e Porto Alegre.

De acordo com Luiz Carlos houve um grande encontro por meio de teleconferência para discutir sobre reparações e as cotas raciais. A proposta do Núcleo era que todos aqueles que fizessem parte do movimento negro participassem de um almoço em um caro restaurante e não pagassem a conta. Tudo isso, como forma de reparação e como um marco para a reivindicação de cotas nas universidades.

Um rap foi criado como forma de contribuição para o movimento Reparações Já. Conforme noticiado no Jornal das Reparações em dezembro de 1993, Big Richard, um rapper carioca e militante do movimento negro, estava morando em São Paulo. Ele e sua banda, estavam gravando seu primeiro álbum pela gravadora Emi-Odeon e, em apoio ao MPR, decidiu colocar em uma das faixas do disco o rap “Reparações Já”. O rap foi publicado na íntegra, conforme se verifica da imagem abaixo.

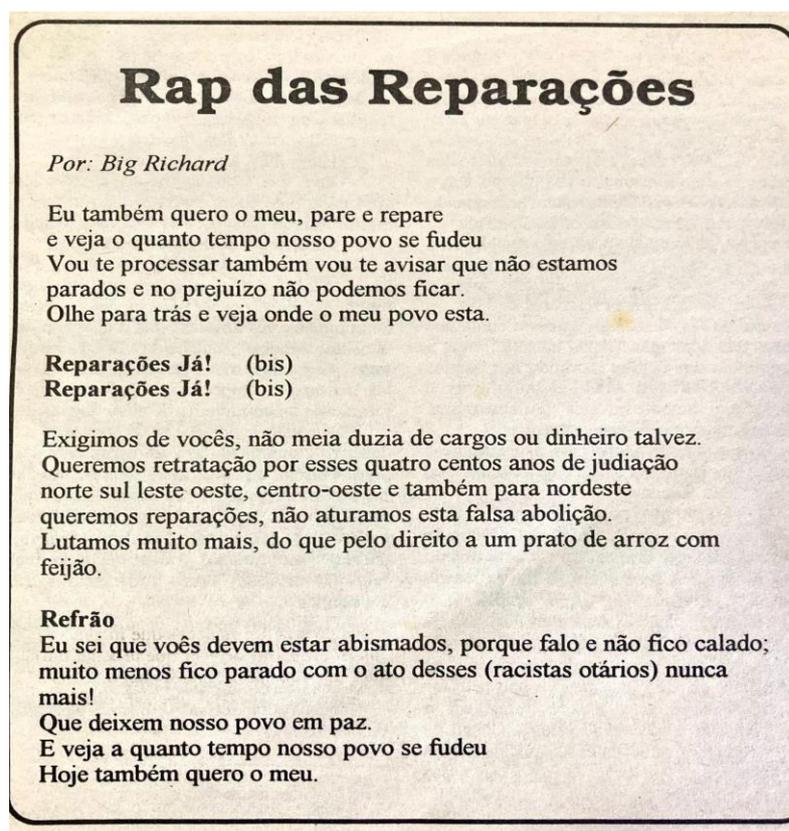


Figura 25
Rap das Reparações Já, publicado pelo Jornal das Reparações em dezembro de 1993.

Importante destacar que essas questões estavam ligadas ao contexto de luta e resistência dentro da Universidade, isto é, primeiramente, quase não havia alunas/os e professoras/es pretas/os dentro da USP e essa era uma questão que sempre esteve em pauta nas discussões e manifestações do NCN. Além disso, o Núcleo estava instalado dentro da Universidade de São Paulo, no *campus* do Butantã, ocupando de forma precária um “Barracão” e estando constantemente ameaçado e perseguido pela situação de irregularidade em relação às formalidades e regras da universidade. Ou seja, se encontrava sem um convênio firmado com a USP e sem recursos financeiros para seguir plenamente com seus projetos educacionais, e ainda, presenciando e sentindo todas as formas de racismo.

O Núcleo tem mérito em duas lutas: a luta por cotas na universidade e a luta por “Reparações Já”. Embora elas sejam semelhantes, tínhamos entendimento pleno daquilo que reivindicamos. O debate era sobre política reparatória e sobre política afirmativa. (MALACHIAS, Billy, 2016).

Destaca-se que o movimento de reparações e o lançamento de cotas estavam conectados por serem pensados como uma estratégia política. Assim, almoçar em um restaurante dispendioso e não pagar a conta era uma expressão simbólica do quanto a dívida dos colonizadores era grande e simbolicamente impagável. O estabelecimento de cotas seria uma medida efetiva, uma política afirmativa, para reduzir as desigualdades advindas da história de escravidão e do racismo. Ambos, o almoço em um restaurante caro e a proposta de reivindicação de cotas são formas de reparação, que foram discutidas e implementadas pelo NCN.

Grande parte do movimento negro mobilizado foi contra a proposta do NCN, tanto em relação ao almoço em um restaurante elitizado, quanto proposta à de cotas. Segundo Luiz Carlos, parte dos membros do Núcleo também não concordaram em participar do movimento. *A ideia era a de que todas as capitais estivessem articuladas para tudo acontecer no dia 19 de novembro de 1993. Resultado, todos os movimentos negros foram contra, exceto os do Espírito Santo* (SANTOS, Luiz Carlos, 2016).

O núcleo rachou. Uma parte foi favorável e outra não. A Isabel que era membra foi contra, ela disse: “Isso é suicídio político”. Nós respeitamos, mas seguimos e realizamos uma votação. Ganhamos a posição majoritária e, com isso, seguimos com a organização do almoço. (SANTOS, Luiz Carlos, 2016)

O debate e a votação eram ferramentas que o Núcleo utilizava para a decisão de ações a serem tomadas e colocadas em prática, um modelo de gestão democrática que foi instituído desde o início das atividades e registrado no Estatuto da instituição.

Segundo Luiz Carlos, a justificativa da não participação de parte do movimento negro foi que eram contra as cotas raciais por elas não serem uma medida de reparação, mas uma esmola. *Era para gerar um mal-estar nacional, mas o movimento “pulou”* (SANTOS, Luiz Carlos, 2016). Billy Malachias corrobora com o depoimento de Luiz Carlos.

O mais surpreendente é que o movimento negro com as organizações negras daquele período foi contrárias à maneira como a gente conduziu esse processo por reparações porque, nós, um grupo de participantes de um Núcleo de Consciência Negra dentro de uma universidade pública, decidimos dar visibilidade a esse pedido, almoçando no Maksoud Plaza e não pagando a conta. (MALACHIAS, Billy, 2016)

Mesmo sem o apoio de outras organizações negras, bem como de parte das/os membras/os do NCN, os militantes que articularam o projeto “Reparações Já”, assim como a proposta para o lançamento de cotas na universidade, não desistiram e se organizaram para o evento ocorrer no dia 19 de novembro de 1993.

Assim, tais membros¹²⁸, dentre eles Luiz Carlos, Fernando Conceição e Paul Regnier, convidaram diversas pessoas, principalmente os associados que frequentavam o Núcleo, para assistirem a uma palestra sobre a reivindicação de cotas raciais, a qual aconteceria na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Luiz conta que para a realização do evento na citada Faculdade teve o apoio do professor Antônio Junqueira de Azevedo¹²⁹, que na época era diretor da unidade. *Tivemos o apoio do professor Junqueira que estava lá no dia e cedeu a mesa para realizarmos a palestra* (SANTOS, Luiz Carlos, 2016).

O convite elaborado por parte dos membros do NCN mencionava um almoço, que aconteceria após a palestra, isto é, os participantes esperavam assistir as discussões e depois seguirem para um almoço no Maksoud Plaza, que foi o restaurante escolhido pelos aludidos membros por se tratar de um espaço luxuoso em um hotel tradicional da Cidade de São Paulo.

“Poucas pessoas sabiam que iríamos dar um calote. Não contamos nada para os associados que não pagaríamos a conta. Deixamos dois advogados de plantão para as prisões que poderiam ocorrer” (SANTOS, Luiz Carlos, 2016). Os convidados estavam convictos de que o almoço seria custeado pelo Núcleo de Consciência Negra. Entretanto, o NCN não pagaria nada porque acreditava que a conta já havia sido paga pelos seus ancestrais dos quais muitos,

¹²⁸ Billy Malachias não esteve presente no almoço no Maksoud Plaza.

¹²⁹ O professor Antonio Junqueira de Azevedo foi vice-diretor da Faculdade de Direito da USP de 1986 a 1990, sendo, a seguir, eleito para o cargo de diretor, com mandato até 1994. Artigo disponível em: <https://direito.usp.br/diretor/53e1892f002a-antonio-junqueira-de-azevedo#:~:text=Foi%20vice%2Ddiretor%20da%20SanFran,sido%20iniciada%20pelo%20diretor%20anterior>. Acesso em 02/12/2023.

certamente, passaram pela experiência do trabalho escravo no contexto do escravismo, sem nunca terem recebido qualquer tipo de indenização.

“Gente, é o seguinte: está na hora de seguir para o almoço, mas antes, precisamos fazer um comunicado. Esse é um almoço político. Ele é para lançar cotas porque os negros merecem uma compensação histórica. Por isso, ele [o almoço] não será pago” (SANTOS, Luiz Carlos, 2016).

Após a palestra, Luiz Carlos e os demais membros do Núcleo anunciaram para os convidados que o objetivo do almoço foi pensado pelo Movimento por Reparações, para reivindicar cotas raciais nas universidades públicas, como medida de compensação histórica e que, por isso, o almoço não seria pago.

Havia na reunião em torno de duzentos participantes. Diante de tal comunicado, a maioria dos presentes se evadiu e restaram apenas doze integrantes do grupo, os quais decidiram se envolver no protesto. A maior parte dos integrantes que aceitou participar do almoço eram associados do Núcleo.

O grupo insurgente era composto por 11 pessoas negras (cinco mulheres e seis homens) e uma branca. Cláudia Silvério (professora), Dilma Pereira (microempresária), Fernanda Lopes (estudante de mestrado em Biologia na USP), Jane Makebe (modelo), Suzana Santos (estudante de graduação em Ciências Sociais na USP), Luiz Carlos dos Santos (jornalista, professor e estudante de mestrado em Ciências Sociais na USP), Fernando Conceição (jornalista e estudante de mestrado em Ciências da Comunicação na USP), Arnaldo Lopes (funcionário da USP), Ederaldo Nascimento (estudante de graduação na FATEC), Milton Pereira (estudante de graduação na FATEC), Valdenir (estudante de Direito na PUC) e Paul Regnier (francês, estudante de pós-graduação no LMD/Paris vi e pesquisador na USP). (DOMINGUES, 2018, p. 338)

Todos os participantes seguiram para o restaurante. Lá chegaram, se sentaram, pediram suas refeições, comeram e brindaram com champagne francês. A imagem abaixo mostra Luiz Carlos dos Santos, no canto superior esquerdo, Fernando Conceição, no canto superior direito, Paulo Regnier, no canto inferior direito e os demais participantes do evento brindando com champagne francês.



Figura 26
Imagem mostra integrantes do Movimento por Reparções (MPR) no almoço no Maksoud Plaza.

Depois do almoço, quando anunciaram que não iriam pagar a conta, pelo fato de estar participando de um ato político, o funcionário responsável pelo restaurante no Maksoud Plaza decidiu comunicar o fato à polícia. A imagem abaixo mostra a confusão com os seguranças, durante a saída do Hotel.



Figura 27

Os participantes do almoço discutindo com os seguranças e gerente do Maksoud Plaza após informar que não iriam pagar a conta.

Luiz Carlos informou que os seguranças do Maksoud Plaza queriam conduzi-los a uma sala dentro do citado Hotel para conversar e resolver o problema. Entretanto os participantes contestaram porque notaram que todos eles estavam agindo com bastante agressividade.

[...] primeiro eles queriam nos levar para um quartinho dentro do Maksoud Plaza, mas a gente não aceitou. Tinha eu e mais uns dois negros de um metro e noventa. Nós falamos “acho que não vai ser legal para vocês colocarem as mãos na gente”. [...] disseram que queriam só conversar e a gente disse que já estava conversando [...] nisso as meninas iam saindo, saindo, depois todo mundo saiu [...] fomos para a Paulista e os seguranças do Maksoud atrás da gente para pagarmos a conta [...] era uma sexta-feira, seis da tarde e começamos a discursar no metrô, sobre como a polícia tratava os negros [...]. (SANTOS, Luiz Carlos, 2016)

De acordo com Luiz, o movimento negro que era contra o ato para lançamento de cotas raciais apostava que todos os participantes seriam presos. Entretanto, os demais membros já haviam pensado em estratégias. A primeira tática era sair do restaurante e se dispersar pela Avenida Paulista e a segunda era contatar os advogados que estavam de plantão, caso algum integrante do grupo fosse preso.

Billy Malachias (2016) lembrou que a participação da mídia também foi uma estratégia para dar segurança e visibilidade à manifestação do grupo. *Para tudo isso funcionar era preciso*

assegurar que o episódio “ganhasse” a mídia. Informamos aos grandes jornais da época¹³⁰ que aconteceria uma mobilização durante um almoço no Maksoud Plaza.

Após a confusão na saída do Maksoud Plaza os participantes conseguiram se desvencilhar dos seguranças e seguir para a Avenida Paulista, conforme haviam planejado. A polícia chegou ao local depois da saída do grupo. *Quando a Rota chegou ao Hotel nós já estávamos subindo para a Paulista e os seguranças atrás da gente, nos perseguindo para pagar a conta* (SANTOS, Luiz Carlos, 2016).



Figura 28
Os participantes caminhando pela Avenida Paulista, após saírem do Maksoud Plaza.

Chegando na Avenida Paulista os manifestantes se depararam com a polícia que passou a agir de forma truculenta. O grupo, então, não se intimidou e passou a protestar contra a ação da polícia e a discriminação racial no Brasil, conforme se verifica nas imagens abaixo.

¹³⁰ Foram realizadas pesquisas acerca do evento na internet e em sítios de jornais como o “Estadão” e a “Folha”, entretanto não se localizou imagens ou reportagens sobre o episódio. As imagens foram impressas no Jornal das Reparações e, alguns exemplares, foram cedidos por Luiz Carlos. Alguns fragmentos do Jornal das Reparações podem ser visualizados pelo sítio do Acervo de Cultura Contemporânea. Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=arq_cultura&pagfis=11885>. Acesso em 26/12/2023.



Figura 29
Luiz Carlos (a esquerda) e os manifestantes discutindo com a polícia.



Figura 30
Os manifestantes discutindo com a polícia.

De acordo com Luiz, durante a discussão uma das manifestantes, que era professora e associada do Núcleo, se dirigiu ao policial e disse que ele era um negro a serviço dos brancos. Ela disse assim: “Você é negro e olha em quem você quer bater” (Luiz Carlos, 2016). É possível verificar a cena na imagem abaixo.



Figura 31
Uma das participantes discutindo com um policial negro, o Tenente Moreira.

Quando a polícia deu bobeira, cada um de nós pegou um ônibus e foi para o Núcleo (Luiz Carlos, 2016).

O grupo lançou-se no meio da Paulista, parando o trânsito. O tenente Moreira resolveu então ordenar aos policiais que suspendessem a perseguição e depois prendessem o grupo “fora da avenida”. Em vão, pois os manifestantes escaparam. Depois de tanta celeuma – o que envolveu seguranças, policiais, e despertou a atenção da grande imprensa e de transeuntes –, a conta não foi paga. (DOMINGUES, 2018, p. 334)

Após a manifestação na Paulista e, conforme já haviam combinado anteriormente, os participantes seguiram para o NCN para avaliarem os resultados da ação. Em seguida, o grupo chegou à conclusão de que o protesto havia sido um sucesso.

No dia seguinte (20 de novembro de 1993) os jornais da grande imprensa, como o Diário Popular e a Folha de São Paulo, repercutiram o protesto, trazendo chamadas na primeira página. E aos poucos a campanha passou a ser difundida, comentada e debatida. O seu slogan (Reparações já!) era uma alusão aos quase 400 anos de cativo no Brasil, quando os africanos e seus descendentes escravizados não foram pagos pelo trabalho de construção de toda a riqueza material do país. (DOMINGUES, 2018, p. 339)

O Jornal das Reparações publicou, em dezembro de 1993, um artigo informando que o ato do MPR pelas Reparações Já, realizado no Maksoud Plaza, teve repercussão positiva na imprensa nacional e internacional. Conforme se verifica na imagem abaixo, o periódico informa em quais veículos de informação e comunicação o mencionado ato foi ressoado.

Repercussão positiva

O ato do Movimento pelas Reparções-já no Maksoud Plaza foi a única manifestação política do movimento negro brasileiro a ter repercussão na grande imprensa nacional, no Dia Nacional da Consciência Negra (20 de novembro) este ano.

Jornais, televisões e rádios noticiaram o fato. A “Folha de S. Paulo” e “Diário Popular”, também editado na capital paulista, deram chamadas com fotos na primeira página. Na Bahia o jornal A TARDE, edição de 1º de dezembro, também deu na primeira página matéria sobre os próximos passos do MPR.

O jornalista Alexander Busch, correspondente no Brasil de uma

revista e jornal de economia na Alemanha, fez uma matéria sobre o Movimento pelas Reparções-já. Em Lisboa (Portugal), uma revista semanal similar a “Veja” também noticiou o assunto.

A edição da noite de 29/11 do programa de debates da TV Gazeta, “Fogo Cruzado”, girou em torno das Reparções. No programa, comandado por Alexandre Machado, estiveram como convidados diversos integrantes do MPR.

Já na edição do dia 26 da “Folha de S. Paulo”, o articulista - e membro do conselho editorial daquele jornal -, fez um comentário atacando o movimento. Réplicas e cartas enviadas à redação da “Folha” não foram publicadas.

Organize você também o Movimento pelas Reparções, onde estiver. Contato em São Paulo: Tel. (011) 818-4381/4385

Figura 32

Notícia no Jornal das Reparções sobre a repercussão do ato do MPR no Maksoud Plaza.

Diante da repercussão positiva, os membros do Núcleo chegaram a conclusão de que poderiam organizar um próximo almoço no Maksoud Plaza para o dia 13 de maio do ano seguinte (1994), com o objetivo de reafirmar suas reivindicações.

O jornal das Reparções, conforme se verifica na imagem abaixo, destaca o retorno ao Maksoud Plaza no dia 13 de maio de 1994 e protesta sobre a forma que os negros são tratados em comparação aos estudantes de direito¹³¹, no que tange ao não pagamento da conta após uma refeição.

¹³¹ No dia 11 de agosto é comemorado o dia do advogado e, também, o dia do “Pendura”, data em que estudantes de direito comem em restaurantes e saem sem pagar. A data remete ao ano de 1827, quando D. Pedro I instituiu

Militantes retornam ao Maksoud no 13 de maio

Transpostos 106 anos desde a “suposta” abolição, os meios de comunicação ainda têm coragem de se referir ao dia 13 de maio como sendo passível de comemorações.

Com o intuito muito distante daquele que move pessoas a festejarem atos que, em algum momento de suas vidas, tenha-lhes trazido algum tipo de privilégio, representantes do MPR escolheram o restaurante Bela Vista do hotel Maksoud Plaza, cinco estrelas de São Paulo para, num ato público similar àquele realizado, no mesmo hotel, em 20 de novembro, anunciar a entrada na Justiça com uma ação declaratória contra a União.

A ação tem por objetivo que o Estado brasileiro declare-se culpado pelos prejuízos causados pela omissão, dos então representantes do Estado, no cumprimento daquilo que estava definido em lei e que teve por consequência a manutenção do contingente negro num

estado de marginalização espacial, política e econômica.

O almoço, o local e as condições de sua realização, salientam as restrições às quais os negros estão submetidos num país regido por um regime racista hipócrita: fomos atendidos 45 minutos após nossa chegada e nossa refeição foi condicionada ao pagamento adiantado; metodologia bem distinta daquela aplicada aos estudantes de Direito que, durante a primeira quinzena do mês de agosto, almoçam em vários restaurantes cuja qualidade é igual ou superior à do Maksoud e daquela aplicada ao grupo teatral que “assalta” os pratos dos clientes em prol da transmissão da mensagem da peça.

Fernanda Lopes, estudante de Biologia, coordenadora técnica do Núcleo de Consciência Negra na USP.

Figura 33

Artigo escrito por Fernanda Lopez, coordenadora técnica do NCN, e publicado no Jornal das Reparações em outubro de 1994.

No dia marcado (13 de maio) seguiram vinte militantes, participantes do Núcleo, ao citado restaurante. Entretanto, os responsáveis pelo lugar não aceitaram receber e servir os participantes que, por se sentirem discriminados, chamaram um advogado.

No dia 13 de maio fomos novamente ao Maksoud Plaza, mas eles guardaram na memória quem nós éramos e o que tínhamos feito no ano anterior. Por isso, eles não quiseram servir a gente. Chamamos o nosso advogado e falamos que

no Brasil os dois primeiros cursos de ciências jurídicas e sociais. Nesta época, os comerciantes costumavam homenagear os estudantes de Direito deixando-os comer de graça. Essa era uma forma de atrair mais fregueses, pois, naquela época, os estudantes eram quase todos de famílias ricas. Com o tempo, o número de alunos cresceu muito e os restaurantes não queriam mais aceitar que eles não pagassem pelo que comessem. Contrariando a decisão dos proprietários, na década de 30, os estudantes da Faculdade de Direito do Largo São Francisco oficializaram o Dia da Pendura (ou o Pindura), como dia em que estudantes de direito não pagam por suas refeições. Informações disponíveis em: < <https://www.migalhas.com.br/quentes/6155/dia-do-pendura>>. Acesso em 26/12/2023.

estávamos sendo discriminados. Eles queriam que nós pagássemos o almoço antes de comer. (SANTOS, Luiz Carlos, 2016)

Luiz Carlos assinou um cheque antes do almoço e o entregou para o gerente, para que o grupo pudesse comer. Entretanto, no mesmo dia, logo após o almoço, Luiz sustou o aludido cheque e, novamente, a conta não foi paga.

Já o advogado do grupo, após constatar a discriminação informada por Luiz, se dirigiu à mesma delegacia que o Maksoud Plaza havia realizado um boletim de ocorrência no ano anterior, pelo “calote” que os manifestantes haviam dado, e acusou o restaurante de praticar racismo e discriminação pela cor da pele. O restaurante se defendeu afirmando que não se tratava de racismo, mas do não pagamento do almoço ocorrido no ano anterior.

Eu sustei o cheque e ele não foi pago. No total, em relação aos dois almoços (1993 e 1994) ficamos devendo o valor de novecentos e oitenta dólares, mas nós pagamos apenas duzentos dólares porque fizemos um acordo, três anos depois. (SANTOS, Luiz Carlos, 2016)

Após o episódio, o Núcleo foi processado e, após três anos de litúgio, formalizou um acordo com o Maksoud Plaza para o pagamento de duzentos dólares, por conta dos almoços. Luiz Carlos conta que a quantia acordada era bem inferior à que eles deviam e que, por isso, fizeram o acordo.

É importante destacar que, antes da quantia de 200 dólares ser paga pelos manifestantes do Núcleo, o Maksoud Plaza pretendia que todos fossem criminalizados. De acordo com o *Jornal das Reparações*¹³², a intenção do Maksoud Plaza era condenar os participantes como estelionatários. O citado artigo destaca, conforme se verifica na imagem abaixo, que o MPR, por meio de sua advogada Maria da Penha Guimarães, ingressou com uma ação de Consignação em Pagamento contra o Maksoud Plaza - HM Hotéis e Turismo S/A para pagamento, em juízo, de 700 dólares. A ação foi protocolada na 4ª Vara Cível da Capital - processo nº1389/94. Com o pagamento em juízo, os participantes esperavam o arquivamento do inquérito policial registrado pelo Maksoud Plaza na 5ª Delegacia de Polícia de São Paulo.

¹³² *Jornal das Reparações* - Outubro/1994, nº 2.

Proposto pagamento em juízo do consumo realizado no hotel; Intenção do Maksoud é condenar negros como estelionatários

Participantes do famoso almoço no Maksoud Plaza, posando para a foto do histórico ato que marcou o lançamento das Reparções no Brasil em 19 de novembro de 1993



O Movimento pelas Reparções, através da advogada Maria da Penha Guimarães, integrante da Secretaria do Negro da Ordem de Advogados do Brasil/SP, ingressou na Justiça, no dia 23 de setembro/94, com uma Ação de Consignação em Pagamento contra o Maksoud Plaza - HM Hotéis e Turismo S/A. A ação foi protocolada na 4ª Vara Cível da capital, Processo número 1389/94.

Através da medida, o MPR pretende entregar ao Maksoud, em juízo, os cerca de US\$ 700 resultantes do consumo realizado durante o famoso almoço do dia 19 de novembro/93. Esta foi a fórmula encontrada pelos advogados do MPR para solicitar o arquivamento do inquérito policial movido pelo Maksoud contra as 12 pessoas que participaram daquele ato.

Desde aquele almoço o Maksoud registrou queixa na 5ª Delegacia de Polícia de São Paulo. Os manifestantes do MPR são acusados de darem calote contra o hotel. Isto não é verdade. Em sua ação, a advogada Maria da Penha explica que "o movimento tem por finalidade conscientizar a sociedade brasileira do preconceito racial ainda existente, assim como demonstrar que a situação de subcidadania vivenciada pelos negros preci-

sa ser eliminada com reparações de ordem econômica, social e cultural".

Maria da Penha argumenta ainda, na ação proposta à Justiça, que os participantes daquele almoço "buscavam e buscam chamar a atenção da sociedade para o fato de que a população negra brasileira continua sendo excluída da riqueza que ajudou a produzir".

O processo judicial depende agora do juiz sorteado para o caso. Enquanto isto, estão sendo feitas gestões para o delegado titular da 5ª DP acomodar o inquérito que dirige contra o MPR, evitando uma condenação mais dura contra os 12 participantes do almoço. Eles poderiam ser apontados como "estelionatários", diante da queixa registrada pelo Maksoud naquela delegacia.

Universitários negros fazem II encontro em São Paulo

A Comissão Estadual de Universitários Negros de São Paulo realizará, nos dias 28, 29 e 30 de outubro de 1994, o II ENCONTRO ESTADUAL DE UNIVERSITÁRIOS NEGROS, onde será abordado como tema central "Universidade e Sociedade". Este evento visa organizar a sociedade para o I SENUN, como também questionar a Universidade no papel que tem desempenhado na sociedade, refletindo a direção ideológica determinada pelo Estado, onde o planejamento e implantação das políticas governamentais não discutem e nem priorizam o fator determinante na compreensão da sociedade brasileira: "a questão racial".

Haverão palestras específicas das áreas de Biomédicas, Exatas e Humanas, nas quais os palestrantes serão os Professores Milton Santos (USP), José Carlos da Silva (FATEC-

SP), José Carlos da Silva (UNIMEP), Muhamed E. N. Habib e Lucila Beato Bandeira (UNICAMP), Maria Valéria Barbosa e Irene Maria F. Barbosa (UNESP-Marília).

Na Programação Cultural do Encontro será realizado o "Sarau pela Arte Afro-Brasileira", com música, teatro, dança, poesia, canto e exposição. E, entre as atrações o Coral Resistência de Negros, o Poeta Dagoberto Fonseca e o Rapper Big Richard.

O Encontro acontecerá na Faculdade de Tecnologia de São Paulo, à Pça. Cel. Fernando Prestes, 30 - Bom Retiro.

Comissão Estadual de Universitários Negros de São Paulo
Praça Coronel Fernando Prestes,
30 - Bom Retiro - Metrô Tiradentes
Telefone: (011) 228-8762
(c/ Milton)



**BRINQUEDOS
& BONECAS
DUM JEITO
BEM BRASILEIRO**

- pioneira na linha de bonecas negras, mestiças, índias, orientais - artesanato e industriais
- Toys and dolls jnd maid & ma produced in a manner very brazilian. Specilizing in line pioneered fron negro, mestigo and oriental influences

1995 - 300 anos da morte de Zumbi
300 years since Zumbi's death

• Venha nos visitar em Pinheiros - Rua Eugênio de Medeiros, 224
Cep 05425-000 - São Paulo - SP -
de 2ª a 6ª da 9 às 18 horas - sábados das 9 às 14 horas

Jornal das
REPARAÇÕES

Correspondência: Núcleo de Consciência Negra da USP
Av. Prof. Lúcio Mantis Rodrigues, travessa 4 - bloco 3
Telefone 818-4291/4379 - Fax (011) 2114750 - São Paulo/SP-Brasil

Figura 34

Notícia no Jornal das Reparções sobre a ação proposta pelo NCN para pagamento em juízo do valor resultante do consumo realizado durante o almoço realizado em 19/11/1993.

O assunto não se esgota aqui. O Movimento por Reparções teve grande repercussão nos anos seguintes, tendo em vista que seus articuladores se dedicaram em desvelar os problemas originados com a marginalização daqueles que foram escravizados e, posteriormente, dos seus descendentes e as consequências desse abandono até hoje. Portanto, este subtítulo teve como objetivo fazer alguns apontamentos acerca do evento que culminou na

reivindicação de cotas raciais na Universidade de São Paulo, lançando o cursinho pré-vestibular do NCN, sustentando, assim, uma modalidade de ação afirmativa. *Esse movimento [MPR], além de expressar como os afro-brasileiros estavam (e estão) conectados aos anseios [...] da diáspora negra, preparou o terreno para as atuais políticas de ações afirmativas no país.* (DOMINGUES, 2018, p. 335)

Passados 30 anos do evento no Maksoud Plaza, Luiz Carlos, em um artigo denominado “Nós já sabíamos” escrito para site do NCN¹³³, relembra o acontecimento e agradece a participação dos membros do núcleo na luta pelas reparações, que resultou no lançamento de um movimento por cotas raciais encampado pelo Núcleo de Consciência Negra.

Desde 1993 que as cotas para negros nas universidades públicas brasileiras eram legítimas. Agora, são legais. Foi por isso e para isso que fizemos o memorável almoço no Maksoud Plaza, em São Paulo, para lançarmos a proposta nacionalmente, numa sexta-feira, 19 de novembro de 1993 e não pagamos a conta. [...] Apesar de todas as dificuldades e críticas que se interpuseram em nosso caminho, aquelas/es 12 militantes negras/os (as) [...] acreditaram e agiram para mudar o quadro político e sócio-racial brasileiro e indicaram qual o caminho a seguir para se alcançar a efetiva equidade: A luta. (SANTOS, Luiz Carlos, 2017)

Após o episódio no Maksoud Plaza, Luiz Carlos e outros membros do Núcleo anunciaram que a próxima estratégia contra o racismo e o preconceito racial seria um cursinho pré-vestibular voltado a capacitar jovens pretas e pretos para acessarem aos cursos superiores das universidades públicas, sobretudo, na Universidade de São Paulo. “*O cursinho surgiu na sequência do almoço, em 1994*” (SANTOS, Luiz Carlos, 2016).

O Núcleo de Consciência Negra na USP idealizou e lançou o seu cursinho pré-vestibular como uma forma de protesto, mas, também, como estratégia política. O objetivo era empreender ações e unir forças para reivindicar cotas na universidade e, além disso, evidenciar que a comunidade negra também é discriminada nesse segmento e, portanto, seria imprescindível a instalação de cursinhos voltados para jovens pretas e pretos para oportunizar a ascensão a esse espaço de poder.

3.2 Cursinho Pré-vestibular do NCN

Depois de sete meses de discussões e estruturação, finalmente agora começa a funcionar a primeira turma de 60 estudantes de baixa renda, prioritariamente negros, que será preparada a fim de prestar o vestibular para ingresso na USP, UNICAMP e UNESP (Boletim Informativo NCN, 1994)¹³⁴

133 O sítio do Núcleo de Consciência Negra encontra-se, atualmente, fora do ar. O artigo foi citado na minha Iniciação Científica em 2017.

134 Cópia do Boletim Informativo cedido pelo entrevistado Luiz Carlos Santos em 16/10/2016.

Luiz Carlos dos Santos informou que escreveu o projeto do cursinho e coordenou sua experiência inicial porque já tinha prática adquirida através do seu envolvimento em um cursinho popular no Rio de Janeiro, do qual participou da organização e ministrou aulas¹³⁵.

Eu escrevi o projeto inicial e a Fernanda Lopes foi a coordenadora pedagógica e “tocamos” o cursinho com outros professores. No início, todos nós assumimos a sala de aula. Eu ministrava três matérias: português, literatura e redação. A Fernanda ministrava redação e biologia, porque ela era bióloga. (SANTOS, Luiz Carlos, 2016)

Os membros do Núcleo, mais precisamente os coordenadores, que eram professores e possuíam experiência no campo da educação, além de projetarem o cursinho e ministrarem aulas, também produziram o material, o qual era vendido ao aluno por R\$ 1 (um) real. Todos os membros envolvidos esperavam que o cursinho se auto gestasse, tendo em vista sua gratuidade. Entretanto, o projeto iniciou com déficit por falta de apoio da Universidade de São Paulo.

Embora o anúncio sobre a aula inaugural do cursinho pré-vestibular do Núcleo de Consciência Negra tenha informado que o projeto tinha o apoio da USP, que os professores seriam contratados e que os materiais seriam produzidos por uma empresa parceira, conforme se verifica da imagem abaixo, o Núcleo, na verdade, não teve financiamento por parte da universidade por falta de convênio, conforme abordado no capítulo anterior.

135 Luiz Carlos não esclareceu o ano em que esteve envolvido com cursinho popular no Rio de Janeiro.

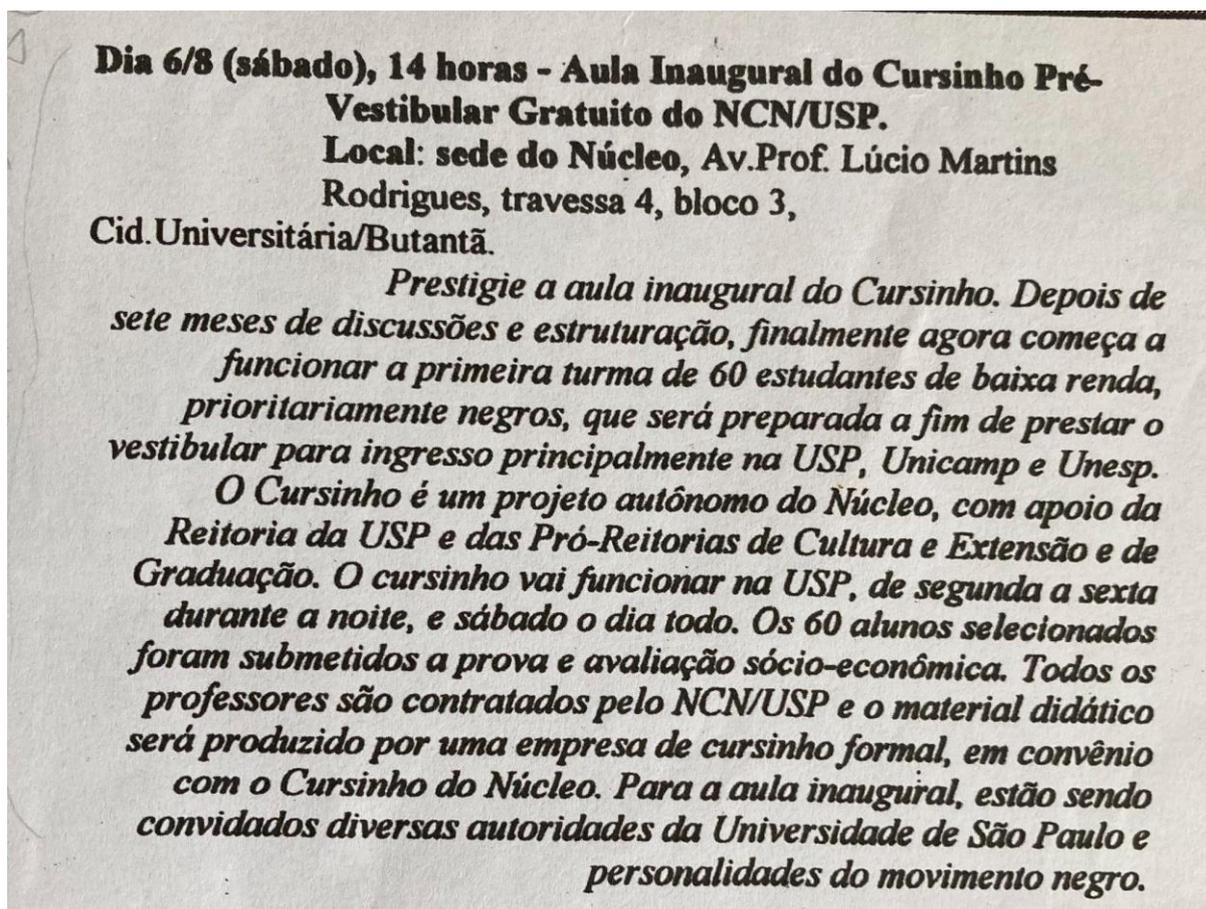


Figura 35

Boletim informativo do NCN - informação sobre a programação do mês de agosto, com a inauguração do cursinho pré-vestibular.

Em agosto de 1994, o boletim também publicou que a primeira turma foi composta por 60 alunos de baixa renda e que o início das atividades do cursinho pré-vestibular contaria com a presença de professores da USP e de personalidades do movimento negro.

De acordo com Luiz Carlos, a USP era a Universidade com mais visibilidade no país, portanto, ao convidar os professores que de alguma forma eram aliados do Núcleo para participarem da aula inaugural e de atividades oferecidas aos sábados, ministrando uma aula sobre sua matéria, havia a intenção de contribuir para a motivação, foco e empenho dos estudantes. Além disso, com a participação de professores renomados, o Núcleo obteria visibilidade para o seu trabalho e para o cursinho. “*Essa proposta levou muitos professores renomados às salas de aula do cursinho pré-vestibular do Núcleo*”. (SANTOS, Luiz Carlos, 2016)

No que tange aos alunos de baixa renda, Luiz Carlos informou que eles foram selecionados e que eram moradores das comunidades carentes.

Eles [alunos] não tinham frequentado um curso regular culturalmente rico em termos de escolarização e tiveram aulas com os professores Milton Santos, Paulo Sérgio Pinheiro, Fábio Leite, Paul Singer, Caco Barcellos, Petronilha

Beatriz Gonçalves e Silva, entre outros nomes, sobre Cidadania e Consciência Negra (CCN), que tinha como foco informar sobre direitos, educação, cultura e conteúdo das matérias para formar uma consciência crítica reflexiva sobre a questão racial e a posição de inferiorização do negro na sociedade. (SANTOS, Luiz Carlos, 2016)

Dentre os estudantes do cursinho havia funcionários terceirizados da USP, jovens e adultos do entorno da universidade, moradores da periferia de diversos bairros. É importante destacar que a prioridade na inscrição era para negros, mas também havia estudantes brancos pobres, conforme destacado no fragmento abaixo, onde se lê que a turma era constituída por 70% de alunas/os negras/os e mestiças/os e 30% de alunas/os brancas/os.



Figura 36

Fragmento do Jornal das Reparções de 10/1994, abordando a abertura do cursinho pré-vestibular do NCCN.

De acordo com Luiz Carlos a porcentagem visava garantir a possibilidade de se ter, realmente, uma maioria negra entrando na universidade, bem como para engrossar a discussão racial dentro e fora da universidade. Entretanto, por ter decidido selecionar estudantes negros em sua maioria, os membros do NCCN foram acusados de serem racistas às avessas. “*Alguns fascistóides que não se identificavam ficavam dando telefonemas e ameaçando a gente de morte*” (SANTOS, Luiz Carlos, 2016). Segundo informou Luiz, as ameaças nunca chegaram às vias de fato e, por nenhum momento, o núcleo interrompeu suas ações junto ao cursinho por conta delas.

Apesar da maioria dos alunos serem provenientes da periferia, com defasagens em seu processo de escolarização, o índice de aprovação no primeiro ano do cursinho pré-vestibular do Núcleo foi de 36%. *Foi o maior índice do cursinho em sua história* (SANTOS, Luiz Carlos, 2016). O fragmento abaixo, retirado do Jornal das Reparções, publicado em junho de 1995,

destaca que 13 alunas/os da primeira turma do cursinho pré-vestibular do NCN, foram aprovadas/os em universidades públicas.



Figura 37
Fragmento do Jornal das Reparações de 10/1994, abordando a abertura do cursinho pré-vestibular do NCN.

O fragmento acima também destaca o aumento do contingente de alunas/os devido à procura pelo cursinho pré-vestibular do Núcleo e, em 1997, o cursinho já contava com 140 alunas/os, conforme se visualiza no fragmento abaixo, retirado da revista “Raça Brasil”, que afirma que o cursinho do NCN não pertence à USP e nem recebe qualquer verba para a sua realização.

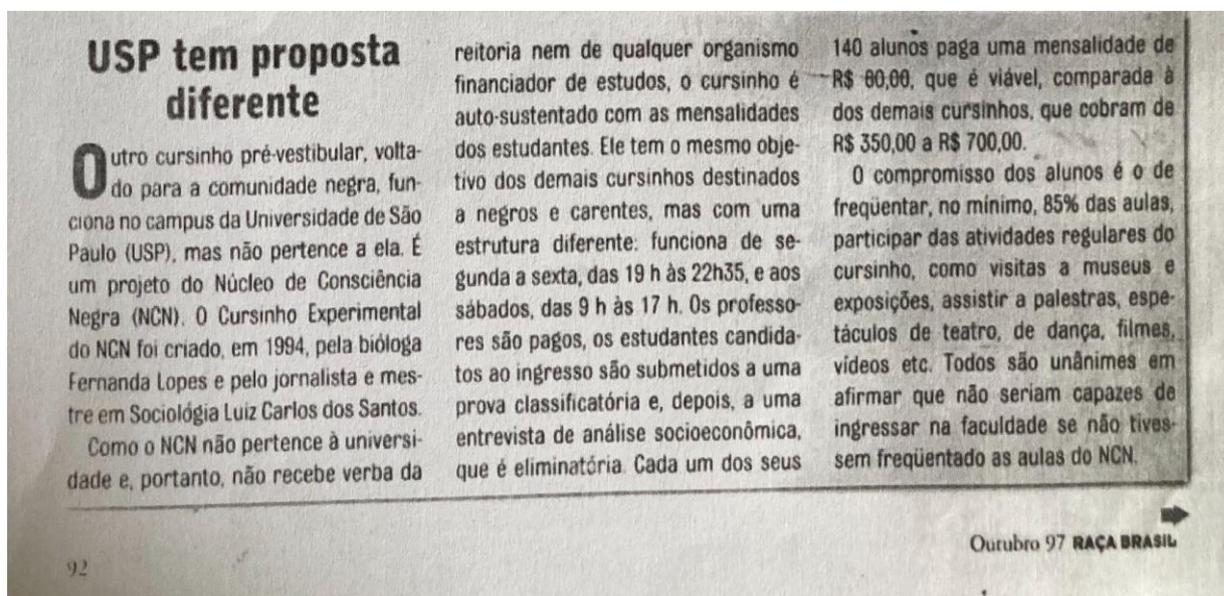


Figura 38
Fragmento da Revista Raça Brasil de 10/1997, abordando a proposta do cursinho pré-vestibular do NCN.

Em outubro de 1997 a revista “Raça Brasil”¹³⁶ publicou um artigo sobre os principais cursinhos pré-vestibulares para negros/os do país. Além do Núcleo de Consciência Negra na USP, o artigo citou o cursinho “Pré-Vestibular para Negros e Carentes” (PVNC)¹³⁷ criado por Frei David e o cursinho pré-vestibular da Cooperativa Educacional “Steve Biko”, hoje conhecido como “cursinho pré-vestibular do Instituto Cultural e Beneficente Steve Biko”.

Importante mencionar que os cursinhos pré-vestibulares têm origem na década de 50¹³⁸, porém foi no início da década de 90 que eles ganharam dimensão (CAMARGO, 2009). O intuito da criação de cursinhos populares é contribuir para o ensino de conteúdos para o vestibular, reduzindo os efeitos da desigualdade na qualidade educacional e contribuir, assim, para o acesso de jovens - sobretudo oriundos de escolas públicas - ao ensino superior público e gratuito. A criação dos cursinhos populares acontece por meio da mobilização da sociedade civil, que compreende essa ação como uma forma de inclusão social de jovens negros/os e carentes.

Para Wilson Honório da Silva (2002, p. 55) a existência dos cursinhos pré-vestibulares configura uma necessidade. *Uma necessidade porque, como nossa própria experiência tem demonstrado, essa é, em muitíssimos casos, a única porta de acesso que jovens negros e negros encontram para a universidade.*

Conforme se verifica nos fragmentos abaixo, o citado o artigo, publicado pela revista “Raça Brasil” destacou que o sonho de cursar uma faculdade estava mais próximo, tendo em vista a possibilidade de realizar um cursinho pré-vestibular destinado à população negra.

136 O artigo publicado pela revista “Raça Brasil” foi retirado do sítio do Acervo de Cultura Contemporânea. Disponível em:

<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=arq_cultura&Pesq=cursinho%20do%20N%c3%bacleo%20de%20Consci%c3%ancia%20Negra&id=2871802068858&pagfis=27275>. Acesso em 27/12/2023.

137 O PVNC é uma rede de pré-vestibulares populares surgida na Baixada Fluminense, nos anos 90, que chegou a congregar, no final daquela década, quase 90 núcleos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O movimento de pré-vestibulares populares, que surgiu como desdobramento do trabalho do PVNC, atualmente comporta milhares de cursos em todo o Brasil. Outras redes foram criadas e se nacionalizaram, como a Educafro (Educação e Cidadania para os Afrodescendentes e Carentes, que atua nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, com mais de 190 núcleos e quase 10.000 alunos). Informações retiradas do artigo “A Difusão do Ideário Anti-Racista nos Pré-Vestibulares para Negros e Carentes”, de Renato Emerson dos Santos. Disponível em <https://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/acoes_afirm_combate_racismo_americas.pdf>. Acesso em 27/12/2023.

138 De acordo com a pesquisa de Fernanda Camargo (2009, p.19), no estado de São Paulo, os cursinhos populares surgiram na década de 1950, por iniciativa de alunos da Faculdade Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), e tiveram sua grande expansão nos anos de 1990. Atualmente, os cursinhos populares são encontrados em grande parte dos municípios do estado, sendo oferecidos por diferentes instituições, direta ou indiretamente – através de sua execução ou da destinação de recursos financeiros. Disponível em: <https://agendapos.fclar.unesp.br/agenda-pos/educacao_escolar/1827.pdf>. Acesso em 27/12/2023.



Figura 39
Fragmento da Revista Raça Brasil de 10/1997, que traz a matéria dos principais cursinhos pré-vestibulares para a população negra.

A matéria questiona a quantidade de negros e negras fora da universidade e apresenta dados do IBGE que demonstram que no início dos anos 90 essa população ocupava menos de 5% das vagas nas universidades, haja vista o racismo e a discriminação pela cor da pele. Conforme se verifica nos fragmentos abaixo, o artigo também destaca o inconformismo e a atuação de pessoas, como o Frei David Raimundo dos Santos, que se inspirou no cursinho pré-vestibular da Cooperativa Educacional “Steve Biko”, situado em Salvador na Bahia, para implantar em São João do Meriti, na baixada fluminense, um projeto semelhante, isto é, um cursinho pré-vestibular com corte racial. Destaca-se que o cursinho “Steve Biko” foi pioneiro, isto é, ele foi o primeiro cursinho pré-vestibular a priorizar negros, para ajudá-los a conquistar bancos como alunos na universidade.



Figura 40
Fragmento da Revista Raça Brasil de 10/1997, que traz a matéria dos principais cursinhos pré-vestibulares para a população negra.



O professor Zena dá aula no salão anexo à Igreja de São João Batista, em São João de Meriti, na Baixada Fluminense

ção dificuldade de passar no vestibular?". Foi aí que David soube que, em Salvador, na Bahia, havia uma cooperativa, a Seve Biko, que tinha um curso pré-vestibular voltado especificamente para negros. "Pensamos em fazer a mesma coisa em São João de Meriti, na Baixada Fluminense", conta David.

Aulas aos sábados

Ele e seu grupo concluíam que a única forma de levar o projeto adiante seria contar com professores voluntários e não-remunerados, de preferência, pessoas comprometidas com o movimento negro. Então, começaram a buscar novos professores na própria comunidade, independentemente de terem qualquer ligação com o movimento negro. E os cursos acabaram se tornando militâncias dedicadas à causa do negro e da cidadania", explica David.

USP tem proposta diferente

Outro curso pré-vestibular, voltado para a comunidade negra, funciona no campus da Universidade de São Paulo (USP), mas não pertence a ela. É um projeto do Núcleo de Consciência Negra (NCN). O Curso Experimental do NCN foi criado, em 1994, pela bióloga Fernanda Lopes e pelo jornalista e mestre em Sociologia Luiz Carlos dos Santos.

Como o NCN não pertence à universidade e, portanto, não recebe verba da

Como a maioria dos alunos seria de jovens que trabalham no Rio de Janeiro e enfrentam horas de ônibus em condições precárias, decidiu-se que o curso seria um "intercívico".

Grupos de 100 estudantes do Instituto Cultural e Beneficente Steve Biko já ingressaram em faculdades baianas públicas e particulares

uma vez por semana, no sábado. Seriam dez horas de aula, uma hora para cada matéria. Para custear os gastos com fotocópias de apostilas, giz, apagador, outros materiais escolares necessários e, ainda, um lanche para o professor voluntário e sua

reitoria nem de qualquer organismo financiador de estudos, o curso é auto-sustentado com as mensalidades dos estudantes. Ele tem o mesmo objetivo dos demais cursos destinados a negros e carentes, mas com uma estrutura diferente: funciona de segunda à sexta, das 19 h às 22h30, e aos sábados, das 9 h às 17 h. Os professores não pagos, os estudantes candidatos ao ingresso são submetidos a uma prova classificatória e, depois, a uma entrevista de análise socioeconômica, que é eliminatória. Cada um dos seus

Primeira Turma

Gratuito ao curso Pré-Vestibular para Negros e Carentes, Geane Pereira Campos, 22 anos, e Simone Baptista Segura, 23 anos, estão concluído este ano o curso de letras com habilitação em secretariado, na PUC-RJ. Elas foram alunas da primeira turma do curso, que começou em 1993. "Nós vamos tentar nos preparar estudando em casa. Sonhos", lembra Geane. "Mas uma das irmãs da igreja de Nova Campina, em Santa Cruz da Serra, onde moramos, nos avisou do curso do frei David." Além das aulas, que possibilitaram a aprovação de ambas no vestibular, o curso ainda conseguiu que a PUC cedesse uma bolsa de estudos integral para Geane e Simone. "Assim que entrei na faculdade, levei a proposta do frei David para Santa Cruz da Serra e organizei o curso lá. Hoje, Simone e eu somos as coordenadoras e também damos aulas: de redação, e eu, de espanhol", conta Geane, que também inaugurou na PUC a Semana da Consciência Negra, que acontece anualmente.

condição, estabeleceu-se que cada aluno pagaria uma mensalidade de 5% do salário mínimo da época, R\$ 3,00, e hoje, R\$ 6,00.

Depois de muitas reuniões e empenho, só em maio de 1993 o projeto tornou-se realidade. Com 98 alunos inscritos e dez professores voluntários, o primeiro curso pré-vestibular do Rio de Janeiro começou a funcionar no Salão

140 alunos paga uma mensalidade de R\$ 60,00, que éável, comparado à dos demais cursos, que cobram de R\$ 250,00 a R\$ 700,00.

O compromisso dos alunos é o de frequentar, no mínimo, 85% das aulas, participar das atividades regulares do curso, como visitas a museus e exposições, assistir a palestras, espetáculos de teatro, de dança, filmes, vídeos etc. Todos são unânimes em afirmar que não seriam capazes de ingressar na faculdade se não fossem frequentados as aulas do NCN.

Figura 41
Fragmento da Revista Raça Brasil de 10/1997, que traz a matéria dos principais cursos pré-vestibulares para a população negra.

O sonho da faculdade cada vez mais perto



Frei David, criador do Pré-Vestibular para Negros e Carentes.

Frei David conseguiu bolsas de estudo para os alunos do seu curso em três universidades e duas faculdades cariocas

Quilombo, anexo à Igreja de São João Batista, em São João de Meriti. Além das matérias básicas exigidas nos vestibulares, também foi introduzida a disciplina Cultura e Cidadania, que ensina cultura e história afro-brasileira e todos os princípios da questão da cidadania.

A primeira conquista veio logo no ano seguinte, com 54% dos alunos aprovados em faculdades federais do Rio. Como consequência, 716 estudantes procuraram o cursinho desde a abertura das inscrições, no dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, até fevereiro daquele ano. Como só haviam 100 vagas, foi criado um sistema de seleção, cujo critério principal é a condição financeira dos alunos, dos quais muitos também eram brancos pobres. Tanto que o nome do projeto foi modificado para Pré-Vestibular para Negros e Carentes.

Steve Biko inspirou cursinho pioneiro

O primeiro cursinho pré-vestibular a priorizar os estudantes negros nasceu na Bahia, na Cooperativa Steve Biko, uma entidade formada por estudantes e professores afro-descendentes, no mesmo período em que se organizava, em 1992, em Salvador, o I Seminário Nacional de Universitários Negros. A escolha do nome foi uma homenagem ao herói que lutou contra o apartheid, na África do Sul, e acabou assassinado pelo sistema.

O grupo se reuniu na DCI da Universidade Federal da Bahia, e lá se organizou o cursinho, com 30 alunos. O critério principal para poder ingressar no cursinho é que o candidato seja afro-descendente e tenha renda familiar

inferior a três salários mínimos. Uma vez aprovado, o aluno paga uma mensalidade de 40% do salário mínimo. De lá para cá, cerca de 100 estudantes já ingressaram em faculdades baianas públicas e particulares.

Hoje, denominada Instituto Cultural e Beneficente Steve Biko, a entidade oferece aulas de segunda a sexta-feira, à noite, e nos sábados e domingos, durante o dia todo. Também tem a disciplina Cidadania e Consciência Negra. Desde o início do projeto, a instituição, sem sobressair o problema crônico de ausência de um espaço definitivo, devido a dificuldades financeiras. Como saída, sua coordenação pretende transformar o Instituto Steve Biko numa ONG (Organização Não-Governamental), para poder receber verbas do exterior para financiamento do projeto.

Bolsas de estudo

Hoje, quatro anos depois do início do projeto, existem no Rio de Janeiro 54 núcleos semelhantes. Eles funcionam em sedes de sindicatos, escolas de samba, terreiros de umbanda e candomblé e igrejas evangélicas.

O sucesso do movimento está, principalmente, nas conquistas obtidas nas universidades. Além de um grande número de negros e carentes que ingressaram nas federais, que são gratuitas, foram conquistadas bolsas de estudo em boas faculdades particulares. Na Universidade Estácio de Sá, foram conquistadas 69 bolsas de 80%; nas Faculdades Cândido Mendes, duas de 100%; na Universidade Grande Rio, onde há a segunda melhor faculdade de Odontologia do Brasil, 20 bolsas de 30%; na Faculdade de Educação Duque de Caxias, 40 bolsas de 50%. A maior conquista até o momento, porém, foi na PUC do Rio de Janeiro: todo aluno que ingressar, vindo do Pré-Vestibular para Negros e Carentes, tem 100% de bolsa. Graças a isso, já há 150 alunos estudando gratui-

tamente naquela universidade.

Hoje o Pré-Vestibular para Negros e Carentes não funciona apenas nos limites da Baixada Fluminense: tomou todo o Rio de Janeiro, até Petrópolis, onde é dirigido por um professor branco, e já há quatro núcleos no Rio Grande do Sul, seis em Belo Horizonte, um no Maranhão, três em Vitória e três em São Paulo.

Onde encontrar

Pré-Vestibular para Negros e Carentes

Mensalidade: R\$ 6,00.

Aulas: o horário varia de acordo com o núcleo.

Núcleo: tel. (021) 791-3303.

São João de Meriti: (021) 756-2558.

Petrópolis: (0242) 45-7791.

Instituto Cultural e Beneficente Steve Biko

Mensalidade: R\$ 48,80

Aulas: de segunda a sexta, das 19 h às 22h30, sábados, das 14 h às 16 h. Tel. (071) 321-6323.

Núcleo de Consciência Negra

Mensalidade: R\$ 60,00

Aulas: de segunda a sexta, das 19 h às 22h35, sábados, das 9 h às 17 h. Tels. (011) 818-4291/818-4579

Figura 42

Fragmento da Revista Raça Brasil de 10/1997, que traz a matéria dos principais cursinhos pré-vestibulares para a população negra.

Interessante notar que os três cursinhos têm elementos em comum. Eles se originaram na década de 90, isto é, o cursinho pré-vestibular da Cooperativa Educacional “Steve Biko” foi fundado em 1992, o cursinho “Pré-Vestibular para Negros e Carentes” (PVNC) foi criado por Frei David em 1993 e o cursinho pré-vestibular do Núcleo de Consciência Negra foi fundado em 1994. Eles tinham como pressupostos selecionar pessoas negras (de preferência) e de baixa renda. Além disso, todos colocaram na grade curricular, aulas de Cultura e Cidadania (PVNC) e Cidadania e Consciência Negra (NCN e Steve Biko), com o intuito de assegurar a formação

de uma consciência crítica e reflexiva acerca de história, política, direitos, educação, cultura e sobre a questão racial no Brasil, as desigualdades e a história de lutas dela decorrentes. A disciplina “Cultura e Cidadania é, portanto, o momento privilegiado de emergência da discussão sobre a questão racial, em todos os cursos pré-vestibulares populares.” (SANTOS, 2005, p. 237). Os mencionados cursinhos recebiam alunos, também, aos sábados e, por vezes, até mesmo aos domingos. Todos eles nasceram como forma de resistência e da necessidade de incluir a população negra nos espaços universitários, que são espaços de poder.

Cunha Júnior (2002), discutindo as necessidade e urgências da população negra, sob o prisma da Educação, nos remete à reflexão, ao colocar que:

A Educação foi uma constante e persistente reivindicação, desde o escravismo até os dias de hoje. É preciso apontar que se faz necessária não apenas a solicitação de políticas públicas, mas a tomada em mãos, pela comunidade negra organizada, com iniciativas que realizem o possível na superação das exclusões. (CUNHA JÚNIOR, 2002, p. 18)

No que tange ao cursinho pré-vestibular do Núcleo de Consciência Negra, de acordo com o citado autor, que foi um dos fundadores, a inspiração para a sua criação veio da experiência do cursinho da Cooperativa Educacional “Steve Biko”, na Bahia, criado por um grupo de estudantes e professores.

Cunha Júnior também acentua a dimensão da ação direta da população negra por reparações, não apenas solicitando políticas públicas. Reivindicavam as cotas, mas não esperavam, parados, que o Estado as instituísse, trabalhavam para impulsionar o ingresso de estudantes negras (os) nas universidades por meio dos cursinhos. Este modo de agir promovendo seus próprios projetos educacionais como instrumentos de uma luta mais ampla por direitos, equidade e justiça remonta a história das diversas organizações do movimento negro, ao longo do século XX, apresentadas no primeiro capítulo desta dissertação.

O cursinho pré-vestibular do NCN, inicialmente, se tratava de um projeto experimental, com um viés político que contribuísse para o debate sobre cotas e sobre as políticas afirmativas na universidade e na sociedade.

A organização e o planejamento do cursinho contemplaram princípios pedagógicos e metodológicos essenciais para o seu funcionamento. Segundo documento apresentado em um dos processos analisados no Arquivo Geral da USP¹³⁹, foi fundado em 1994 com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais com a inclusão de jovens negros e afrodescendente nos espaços de poder, como a universidade e o mundo do trabalho. Assim sendo, ao pensar na concretização

¹³⁹ Os processos analisados no Arquivo Geral da USP para a averiguação do funcionamento do cursinho pré-vestibular do NCN foram: 2003.1.521.1.3 e 94.1.30019.1.5.

desse sonho, isto é, de reparar ou minimizar as diferenças raciais a tornar a sociedade um lugar mais justo e igualitário, o Núcleo listou princípios norteadores do seu fazer pedagógico, são eles:

- Incitar ativamente os alunos colocando questões, esclarecendo dúvidas e resolvendo problemas;

- Incitá-los a assumirem responsabilidades, ter voz ativa e a não exercer seu papel tradicionalmente passivo de aluno;

- Incitá-los a desenvolverem habilidades de gestão e princípios de cidadania ao longo do curso;

- Buscar para que a conscientização seja despertada em cada indivíduo se valendo do diálogo, da convivência e do pensamento crítico;

Buscar uma educação no processo de humanização para ultrapassar os conceitos de sala de aula;

- Pactuar com os alunos um sistema de valor centrado na busca por novos conhecimentos para que a experiência da aprendizagem e revisão da prática não se esgote com o término dos cursos.

Ao estipular seus princípios pedagógicos, o Núcleo visava preparar seus alunos para o ingresso nas universidades públicas, apoiando assim, por meio da promoção educacional, o desenvolvimento integral de jovens negras e negros, estudantes e trabalhadoras/es, pertencentes aos setores excluídos da sociedade envolvendo-os com as prerrogativas da cidadania em construção. Seus princípios iam além, porém, do sucesso imediato no vestibular. Os tópicos nos levam a pensar em um efetivo projeto de mobilização da juventude negra a uma postura crítica e de transformação da sociedade vigente, notório no uso do termo “incitar”, a começar pela ruptura com a pressuposta passividade do lugar de aluno.

No que se refere à metodologia, o Núcleo elegeu àquela pertinente às características de um curso preparatório, isto é, para ser cumprida, em prazos mínimos de 4 a 8 meses. Assim sendo, para o cumprimento da abordagem de conteúdos programáticos, decidiu-se:

- trabalhar, prioritariamente, com aulas expositivas;
- realização de seminários temáticos quinzenais;
- trabalhos em grupos, sempre que necessário;
- aplicação de avaliações periódicas de conteúdo sob a forma de questões dissertativas e de múltipla escolha;

- utilização de material pedagógico adequado à situação de aula (projektor de slides, vídeos, etc.);

- utilização de apostilas específicas.

É imprescindível destacar que a metodologia de trabalho desenhada pelo Núcleo estava centrada na relação entre professor e aluno para ampliar e superar a memorização mecânica, estabelecendo aprendizado crítico e reflexivo.

A ideia inicial era que o cursinho pré-vestibular do NCN se encerrasse após 2 (dois) anos da data de seu início, entretanto, ele permanece ativo até hoje. De acordo com Maria José Menezes (2016) e Luiz Carlos Santos (2016), é preocupante porque o cursinho não deve ser a razão da existência do núcleo que tem como objetivo a politização da sociedade por meio de atividades sociais, culturais e educacionais.

Billy Malachias informou que em determinado momento o cursinho se tornou maior do que o próprio Núcleo, o que, na opinião dele, enfraqueceu a participação política no cenário de lutas e reivindicações, em face da dedicação que precisavam dispensar para o seu funcionamento. *“O papel do Núcleo era político. Brigávamos por eventos culturais para afirmar a presença negra na USP. À medida que o Núcleo fortaleceu o cursinho pré-vestibular, enfraquecemos a atuação política.”* (MALACHIAS, Billy, 2016)

Olhando por outro prisma, Alexandre do Nascimento (2010) destaca que um projeto político-social-educacional, como um cursinho pré-vestibular para negros, ao mesmo tempo que promove acesso desse grupo discriminado à espaços de poder, como a universidade, também coloca em foco a importância e a urgência de políticas afirmativas como vetor da democratização de direitos, da valorização da multiplicidade de diferenças, da inclusão e do combate ao racismo.

Os cursos pré-vestibulares para negros, além de se organizarem para trabalhar no sentido de ajudar os estudantes negros e de origem popular a romper as barreiras sociais e raciais que dificultam o acesso de determinados grupos sociais ao ensino superior público, contribuem decisivamente para colocar em ação e como pauta na agenda política do Estado Brasileiro o conceito de ação afirmativa e, dentro deste marco, as propostas de políticas de cotas raciais e sociais como reivindicação geral de inclusão, combate aos efeitos do racismo e redução das desigualdades observadas na composição do ensino superior. (NASCIMENTO, 2010, p. 95-97)

Fernanda Furtado Camargo (2009), em sua dissertação de mestrado, defende que os cursinhos pré-vestibulares populares foram a tendência para o debate e a implantação de ação afirmativa por parte do governo, no âmbito nacional.

Renato Emerson dos Santos (2005) destaca que os cursinhos populares são, atualmente, um canal privilegiado de instauração da discussão racial.

Henrique Cunha Júnior (2002) frisa a importância de ações sociais e educacionais, como o cursinho pré-vestibular para negros. Porém, o autor afirma que a inclusão completa e sem

restrições não passa de uma utopia. Ele fundamenta sua afirmação na observação das relações sociais brasileiras as quais, muitas vezes, produzem uma forma de inclusão apoiada na submissão e na inferiorização de tudo o que tem relação com as africanidades e afrodescendências.

No que tange ao cursinho pré-vestibular do NCN, o autor declara que embora a iniciativa tenha sido um avanço nas propostas de intervenção social na universidade, sua posição esteve marcada pela necessidade de estar sempre se equilibrando “no fio da navalha”, pois a universidade não se orgulhava da proposta de um cursinho negro com ideais socialistas no seu território brancocêntrico conservador. Entretanto, segundo ele, o cursinho “passa a representar uma forma efetiva de política de ações afirmativas na ocupação daquele espaço” (CUNHA JR, 2002).

Importante lembrar que políticas afirmativas são:

[...] políticas e mecanismos de inclusão concebidos por entidades públicas, privadas e por órgãos dotados de competência jurisdicional, com vistas à concretização de um objetivo constitucional universalmente reconhecido – o da efetiva igualdade de oportunidades a que todos os seres humanos têm direito. (SALVADOR apud GOMES, 2011, p.38)

Mas como dito por Cunha Júnior (2002, p. 18), “É preciso apontar que se faz necessária não apenas a solicitação de políticas públicas, mas a tomada em mãos, pela comunidade negra organizada, com iniciativas que realizem o possível na superação das exclusões”. Nesse sentido, um cursinho pré-vestibular elaborado e colocado em prática pelo Núcleo de Consciência Negra na USP, tinha por objetivo, mais do que incluir, pontualmente, jovens negras e negros nas universidades públicas, dar visibilidade à reivindicação de cotas raciais nesses espaços de poder.

Portanto, segundo Luiz Carlos, a ideia inicial da criação do cursinho era experimental para trabalhar, principalmente, a politização das pessoas. Entretanto, após discussões, os membros que estavam na coordenação do Núcleo, decidiram que o cursinho continuaria ativo.

O cursinho foi projetado para funcionar por dois anos porque ele era uma das atividades políticas no Núcleo. No entanto, quando ele completou dois anos, nós avaliamos e, após muita discussão, decidimos continuar porque a educação no Brasil é muito problemática e qualquer coisa que se faça para estimular processos educacionais, essa coisa pega, e o cursinho da Núcleo pegou. Tinha muitos negros pobres e brancos pobres entrando na universidade (SANTOS, Luiz Carlos, 2016).

Os membros do Núcleo avaliaram que mesmo funcionando de uma forma precária pela falta de estrutura e de apoio financeiro da USP, o cursinho pré-vestibular estava cumprindo dois papéis importantes: contribuindo para a aprovação de jovens negras/os nas universidades e pautando o debate sobre cotas raciais. Consideramos que, para além desses dois grandes

objetivos, o cursinho também funcionou e funciona como um importante espaço de sociabilidade e acolhimento numa verdadeira forma de aquilombar a juventude negra e periférica dentro da universidade.

Jupiara corrobora com a mesma opinião ao destacar que o Núcleo realizou (ainda realiza) um papel que deveria ser do Estado.

A gente busca qualificar os alunos não só para a vida acadêmica, mas também para o mercado de trabalho. Então, a importância de você hoje ter o Núcleo fazendo um papel que deveria ser desempenhado pelo Estado é para minimizar as desigualdades que tem de acesso à faculdade brasileira. Entendemos que não estamos resolvendo o problema do mundo, mas temos esse pedaço, esse espaço em que trabalhamos para propiciar a dimensão da qualificação do sujeito para que ele possa ter alternativas tanto para a educação quanto para o mercado de trabalho. (CASTRO, Jupiara, 2020).

O Núcleo de Consciência Negra tinha a percepção de que os aprovados carregavam consigo a formação política que lhes foi engendrada.

Cursos voltados para negros, como o do NCN - pelo espaço de sociabilidade que criam e pelo tipo de discussões que mantêm - ainda cumprem (ou tentam cumprir) o papel de fomentar a consciência racial de seus alunos, o que pode repercutir de forma bastante positiva na universidades que eles venham a frequentar (SILVA, 2002, p. 55).

Dessa forma, o NCN continuou “aos trancos e barrancos” com o cursinho pré-vestibular e, atualmente, apesar da instituição de cotas na USP¹⁴⁰ e nas demais universidades, estaduais e federais, ele segue com o cursinho, porque, segundo Jupiara, a luta continua.

Um momento importante e alegre para mim, durante esse processo, foi ter o conhecimento de encontrar ex-alunos do Núcleo e saber que temos dezesseis doutores que passaram pelo Núcleo de Consciência Negra que são docentes em diversas instituições superiores federal. Isso pode parecer pouco, mas não é qualquer coisa. Então eu acho que parte da tarefa está sendo cumprida, mas ainda há muito o que fazer. (CASTRO, Jupiara, 2020)

Mesmo diante de tantos obstáculos, seja pela falta de apoio financeiro, seja pela falta de visibilidade, seja pela discriminação racial, o Núcleo de Consciência Negra seguiu e segue com sua finalidade, que é a conscientização política da população negra, por meio da educação, através da realização de aulas, palestras e reuniões e de atividades de valorização da cultura negra, de cursos de alfabetização e cursinho pré-vestibular para jovens e adultos.

Desde sua fundação o Núcleo de Consciência Negra luta contra a discriminação racial que leva à desigualdades nos campos do trabalho e educação. O núcleo combate qualquer tipo de preconceito, principalmente a racial dentro da Universidade de São Paulo. Sendo assim, a

¹⁴⁰ Destaca-se que o estabelecimento de cotas na Universidade de São Paulo foi uma medida recente, porém a discussão é antiga. O Núcleo de Consciência Negra foi um grande articulador e o grande responsável pela reivindicação e luta dessa política afirmativa. O papel do Núcleo para o estabelecimento de cotas na Universidade de São Paulo é um tema que eu gostaria de pesquisar em um doutorado.

referida instituição é considerada de grande relevância na luta de direitos, reconhecimento, espaço, trabalho, educação, valorização da cultura e afirmação da identidade. E, situada dentro da Cidade Universitária, propõe e executa ações educacionais que visam tornar mais iguais as oportunidades de acesso dos jovens negros e negras ao ensino superior. O empenho e a perseverança durante esses trinta anos de existência transformaram o NCN em uma instituição forte, reconhecida e respeitada.

Considerações Finais

Esta dissertação fala sobre a fundação do Núcleo de Consciência Negra (NCN) na Universidade de São Paulo (USP), bem como sobre a sua trajetória de resistência, luta, reivindicações, propostas e ações educacionais dentro de um espaço que, desde a sua origem, foi criado pela branquitude para a branquitude (ROCHA, 2023), isto é, privilegiando e beneficiando pessoas brancas e excluindo de forma desumana os grupos não brancos, sobretudo mulheres negras e homens negros. Para estes, a universidade reservou posições de menor prestígio social, como serviços gerais de manutenção e limpeza e, a cada denúncia de racismo, ela fez uso do silêncio como forma de manutenção do poder e dos privilégios dos brancos.

A pesquisa procurou compreender as razões do estabelecimento de um Núcleo de Consciência Negra dentro de uma das universidades mais reconhecidas e bem avaliadas da América Latina e do mundo e chegou à conclusão de que o Núcleo, sem dúvidas, erigiu um quilombo dentro da USP, não só para congregar um espaço de resistência, lutas, acolhimento, sociabilidade e identidade, mas para estabelecer um debate étnico-racial a partir do olhar da mulher negra e do homem negro, denunciando o racismo estrutural e a ausência de negros no espaço acadêmico.

O trabalho demonstrou, por meio de fontes orais e documentais, que o estabelecimento e a jornada do Núcleo se deram em meio a desafios, tanto pela falta de aceitação e de apoio financeiro por parte da universidade, quanto pela ameaça e perseguição constantes, com a justificativa de estarem irregulares em relação às formalidades e regras naquele espaço acadêmico. O Núcleo seguiu com o seu trabalho, entretanto, sempre precisando lançar mão de seus próprios recursos e estratégias para lidar com a precariedade que lhe foi imposta, e assim existindo e resistindo às formas de opressões, maquiadas e revestidas de aspectos burocráticos colocados pela universidade para sua permanência naquele espaço de poder.

Durante sua trajetória o Núcleo planejou e realizou diversas ações políticas, educacionais, com o intuito de contribuir para o processo educativo da comunidade negra, bem como para a ampliação da consciência racial oriunda desse processo, o que fortaleceu a luta contra o racismo e o preconceito racial. Uma das primeiras ações com recorte de caráter político-educacional foi o curso de alfabetização lançado pelo Núcleo em 1989. Com esse projeto o NCN se recusou a realizar uma mera transmissão de conhecimento formal, mas se propôs a desenvolver uma formação de sujeitos para a vida, com ênfase na instrumentalização dos trabalhadores para se posicionarem diante das relações de trabalho com suas chefias. Para tanto, a ação educativa proposta se baseou nas práticas e escritos de Paulo Freire, isto é, foi

proposto aos estudantes, jovens e adultos, como forma de aprendizado, temas sobre situações concretas e presentes nas suas vidas, que os desafiavam e que lhes exigiam respostas políticas e intelectuais, isto é, a proposta do Núcleo foi por um ensino libertador, e não bancário. Ademais, foi proposto e coordenado por Jupiara, um conjunto de rodas de conversa com o intuito de discorrer sobre as lutas históricas da população negra e sobre a guerra que, cotidianamente foi travada contra os privilégios da branquitude. O resultado desse projeto foi a desconstrução e a ressignificação de seus conhecimentos e saberes, isto é, uma alfabetização emancipadora.

Outra ação de cunho político e educacional foi a criação do cursinho pré-vestibular. O Núcleo idealizou e o colocou em prática como uma forma de protesto, isto é, para evidenciar a exclusão de jovens negras e negros dos bancos das universidades públicas e, ao mesmo tempo, contribuir para a inserção deles nos espaços acadêmicos. Como estratégia política, o Núcleo instalou um debate sobre a urgência e necessidade de cotas na universidade, forçando a sociedade a ter um olhar para as políticas afirmativas, não só por uma questão de democratização de direitos, mas como reparação histórica com a valorização da multiplicidade de diferenças, da inclusão e do combate ao racismo. Nesse sentido, o próprio lançamento do movimento pelas cotas e do cursinho foi simbólico, associado ao movimento “Reparações Já” que chegou a calcular em valores monetários a dívida histórica do Estado brasileiro para com a população afrodescendente.

A pesquisa contribui para a compreensão e o registro historiográfico da formação do Núcleo de Consciência Negra, entendendo-o em continuidade com a luta histórica e as organizações de mulheres e homens negras/os historicamente marcadas pela ênfase na educação. Contribui ainda para dar visibilidade ao trabalho de associações, como o NCN, que existem e resistem promovendo o debate sobre as questões étnico-raciais e, ao mesmo tempo, contribuindo para a diminuição das desigualdades raciais tão presentes na sociedade e no mundo acadêmico.

No que tange a contribuição no campo da educação, esse trabalho tentou demonstrar como instituições, como o NCN, que nascem da resistência podem ser espaços de educação informal, quilombos, que implantam ações educativas com o objetivo libertar, emancipar, politizando suas/seus membras/os não só formando para o mercado de trabalho, ou o sucesso no vestibular, mas também para a para a vida, a cidadania e para uma presença consciente de sua negritude no meio acadêmico.

O Núcleo de Consciência Negra existe e resiste dentro da Universidade há 36 anos, ou seja, é muita história que não cabe em um único trabalho e não deve ser contada apenas através

de um olhar, de uma análise, de uma perspectiva. Diante de tantos documentos e informações levantados no decorrer desta pesquisa, que ensejam mais e mais questionamentos, cujas respostas são limitadas pelo recorte selecionado e pelo prazo institucional, posso concluir que, além do que foi produzido neste trabalho, é importante que haja mais pesquisas, principalmente no que tange às demais ações educacionais colocadas em prática no decorrer da trajetória do NCN. O Núcleo promoveu cursos de redação, de línguas como o Yoruba, o Inglês e o Francês, cursos de teatro, de dança afro-brasileira, de capoeira, todas ações sociais que valem a pena serem pesquisadas mais profundamente. Além disso, outra questão que merece pesquisa é a participação do Núcleo de Consciência Negra no debate sobre cotas na Universidade de São Paulo e seu papel para o estabelecimento de cotas raciais no vestibular dessa universidade, em 2017.

Referências

ACERVO DE CULTURA CONTEMPORÂNEA. **Mulher negra discriminada tem Seminários**. [s.l.: s.n.]. v. 8. Disponível em: <http://docvirt.no-ip.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=arq_cultura&Pesq=Centen%c3%a1rio%20da%20aboli%c3%a7%c3%a3o%20na%20UNICAMP&id=90007431537&pagfis=6862>. Acesso em 11/01/2024

ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. Disponível em: <https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/enfrentamento-ao-racismo/obras_digitalizadas/chimamanda_ngozi_adichie_-_2019_-_o_perigo_de_uma_historia_unica.pdf>.

ADUSP. **Ao receber título de Emérito, Kabengele diz que USP dobrou-se ao darwinismo social**; em agressiva “fala do trono”, Maria Arminda polemiza com o homenageado. 2023. Disponível em: <<https://adusp.org.br/universidade/kabengele-emerito/>>. Acesso em: 19/10/2023.

AFROPRESS. **SP perde Henrique Cunha**. *Agência de Notícias*. 2006. Disponível em: <https://www.afropress.com/sp-perde-henrique-cunha/>. Acesso em: 23/12/2021.

AGUIAR, M. M. **A construção das hierarquias sociais: classe, raça, gênero e etnicidade**”. Cadernos de Pesquisa do CDHIS - n. 36/37 - ano 20 - p. 83-88 - 2007. Disponível em: <<https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/NEAB/AGUIAR-%20MARCIO.%20A%20construcao%20das%20hierarquias%20sociais%20classe-%20raca-%20genero%20e%20eticidade.pdf>>.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araújo. A defesa das cotas como estratégia política do movimento negro contemporâneo. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n° 37, janeiro-junho de 2006. p. 143-166.

ALMEIDA, M. RACISMO ACADÊMICO E SEUS AFETOS. **História: Questões & Debates**, v. 69, n. 2, p. 96–109, 2021. Disponível em: <<file:///C:/Users/Juh/Downloads/80267-326643-1-PB.pdf>>. Acesso em 17/12/2023.

ANDRADE, Rosa Maria Tavares; FONSECA, Eduardo de Freitas. **Aprovados!**: cursinho pré-vestibular e população negra. 1 ed. São Paulo-SP: Selo Negro, v. 1, f. 112, 2001. 224 p. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=q4Lzah1KsVUC&pg=PA17&lpg=PA17&dq=Contexto,+antecedente+e+precedente,+o+curso+pr%C3%A9-vestibular+do+N%C3%BAcleo+de+Consci%C3%A4ncia+Negra+na+USP,+Henrique+Cunha+Junior&source=bl&ots=9QyqvPZEC-&sig=ACfU3U2UT9hg12n_BrVs7DkOICQX7kgo5Q&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwicsefNt6nyAhUIHLkGHbv5CBQQ6AF6BAGMEAM#v=onepage&q=Contexto%2C%20antecedente%20e%20precedente%2C%20o%20curso%20pr%C3%A9-vestibular%20do%20N%C3%BAcleo%20de%20Consci%C3%A4ncia%20Negra%20na%20USP%2C%20Henrique%20Cunha%20Junior&f=false. Acesso em: 10 ago. 2021.

ARROYO, M. G. **Vidas Ameaçadas**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2019.

ARRUDA, C. **A questão negra ou histórias de liberdade**. Centro disciplinar de estudos contemporâneos. 22/05/1988. Disponível em: <http://docvirt.no-ip.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=arq_cultura&Pesq=Centen%c3%a1rio%20da%20aboli%c3%a7%c3%a3o%20na%20UNICAMP&id=90007431537&pagfis=4927>. Acesso em 13/09/2023.

AYRES, S. Corpos marcados para morrer. **Revista Cult**, n. 240, 2018, p. 29-32. São Paulo.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. História da Educação da População Negra: entre silenciamento e resistência. **Pensar a Educação em revista**. Ano 3, vol. 4, no. 1, São Paulo, Jan-Mar/2018. Disponível em: <<http://pensaraeducacaoemrevista.com.br/wp-content/uploads/sites/4/2018/04/Hist%C3%B3ria-da-Educa%C3%A7%C3%A3o-e-da-Popula%C3%A7%C3%A3o-Negra-Surya-Pombo-de-Barros.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2019.

BATALHA, C.H.M. **Cem anos da abolição**. Livre para vegetar. Centro disciplinar de estudos contemporâneos. 13/06/1988. Disponível em: <http://docvirt.no-ip.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=arq_cultura&Pesq=Centen%c3%a1rio%20da%20aboli%c3%a7%c3%a3o%20na%20UNICAMP&id=90007431537&pagfis=4697>. Acesso em 13/09/2023.

BIKO, B. S. **A definição da Consciência Negra**. p. 1–5, 1971. Disponível em: <<https://afrocentricidade.files.wordpress.com/2010/01/a-definic3a7c3a3o-da-conscic3aancia-negra-steve-biko.pdf>>. Acesso em 11/01/2024.

CAMARGO, Fernanda. **Cursinhos pré-vestibulares populares e o caso da UNESP**: alguns condicionantes à sua criação e transformação. 2009. 118f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2009. Disponível em <https://agendapos.fclar.unesp.br/agenda-pos/educacao_escolar/1827.pdf>. Acesso em 27/12/2023.

CANTALICE, Tiago. **Teatro Experimental do Negro (TEN)**. Fundação Cultural Palmares. Brasília - DF, 2016. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=40416#:~:text=O%20Teatro%20Experimental%20do%20Negro,estilo%20dramat%C3%B3gico%2C%20com%20uma%20est%C3%A9tica>. Acesso em: 20 mai. 2021.

CARVALHO, José Jorge de. **Inclusão Étnica e Racial no Ensino Superior: um desafio para as universidades brasileiras**. In: CONFERÊNCIA DA II SEMANA DE CONSCIÊNCIA NEGRA. 2004, Novo Hamburgo- RS: Universidade Feevale, 2004. 01 a 14 p. Disponível em: <http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie382empdf.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2021.

CEP - CENTRO DE ESTUDOS PERIFÉRICOS. **Antônio Carlos Billy Malachias**. Centro de Estudos Periféricos. São Paulo. Disponível em: <https://centrodeestudosperifericos.org/pesquisadorx/antonio-carlos-billy-malachias/>. Acesso em: 7 ago. 2021.

CJE JORNALISMO E EDITORAÇÃO. **Farofa Crítica: Maria José de Menezes critica banco de dados genéticos para detentos**. Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo - SP, 2019. Disponível em:

<http://www.usp.br/cje/index.php/2019/10/31/farofa-critica-maria-jose-de-menezes-critica-banco-de-dados-genetico-para-dententos/>. Acesso em: 7 ago. 2021.

COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99–127, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/se/a/MZ8tzzsGrvmFTKFqr6GLVMn/?format=pdf&lang=pt>>

CRENSHAW, K. **A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero**. Cruzamento: raça e gênero, p. 7–16, 2022. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4253342/mod_resource/content/1/InterseccionalidadeNaDiscriminacaoDeRacaEGenero_KimberleCrenshaw.pdf>. Acesso em 11/01/2024.

CRUZ, Mariléia dos Santos. **Uma abordagem sobre a história da educação dos negros**. In: História da Educação do Negro e outras histórias (págs 21/34). Brasília: MEC, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=649-vol6histneg-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 11 ago. 2019.

CUNHA JÚNIOR, H. **Live para acolhimento da calourada ingressante no cursinho do Núcleo de Consciência Negra**, 2021.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. Artigo “Movimento de consciência negra na década de 70. **Educação em Debate**. FACED/UFC - Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará), Fortaleza - CE, v. 2, n. 46. 47 a 54 p, 2003. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:qCi9rD1zRHoJ:www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/15183/3/2003_art_hcunhajunior.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 20 mai. 2021.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. **Nós, afro-descendentes: história africana e afro-descendente na cultura brasileira**. In: História da Educação do Negro e outras histórias (págs 249/274). Brasília: MEC, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=649-vol6histneg-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 11 ago. 2019.

CUNHA JÚNIOR, Henrique Antunes; NUNES, Cícera. **Reivindicações Educacionais e Propostas Educativas da População Negra no Século XX: uma revisão histórica**. In: VIII CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. 2010, Fortaleza - CE: UFC (Universidade Federal do Ceará), 2010. 12 p. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/38976/1/2010_eve_cnunes.pdf. Acesso em: 20 mai. 2021.

DAVIS, A. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOMINGUES, Petrônio. **Agenciar raça, reinventar a nação: o Movimento Pelas Reparações no Brasil**. *Análise Social*, liii (2.º), 2018 (n.º 227), pp. 332-361 <https://doi.org/10.31447/as00032573.2018227.04> issn online 2182-2999. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/n227a04.pdf>>. Acesso em 03/01/2024.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Tempo (Editora UFF) - Universidade Federal Fluminense, Niterói - RJ. 100 a 122 p, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/yCLBRQ5s6VTN6ngRXQy4Hqn/?lang=pt>. Acesso em: 25 mai. 2021.

ECO.A. **Por um bom combate.** UOL. 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/milton-barbosa-por-um-bom-combate/#cover>. Acesso em: 25/02/2022.

ENTREVISTA WILSON HONÓRIO DA SILVA. YouTube. São Paulo: Editora Sundermann, 2016. Vídeo (25:33). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SzhcrRC7gco>. Acesso em: 10 ago. 2021.

ESCAVADOR. **Henrique Antunes Cunha Júnior.** Escavador. 2020. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/2407577/henrique-antunes-cunha-junior>. Acesso em: 9 ago. 2021.

ESQUERDA DIÁRIO. **Entrevistamos Wilson, Quilombo Raça e Classe e Regina, Movimento Negro Unificado.** Esquerda Diário. 2015. Disponível em: <https://esquerdadiario.com.br/Entrevistamos-Wilson-Quilombo-Raca-e-Classe-e-Regina-Movimento-Negro-Unificado>. Acesso em: 7 ago. 2021.

FACHIN, Zulmar Antônio; PAGLIARINI, Alexandre Coutinho. **Movimentos sociais na Constituição Brasileira de 1988 - A construção da democracia e dos direitos humanos.** Revista Direitos Humanos e Democracia. Editora Unijuí. Ano 6, nº 12, Jul/Dez 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/Juh/Downloads/8267-Texto%20do%20artigo-37029-2-10-20201217.pdf>. Acesso em: 15/02/2022.

FAERMAN, M. A USP discute os escravos que o Brasil teve. Negros e Chineses. Lux Jornal. Centro disciplinar de estudos contemporâneos. 09/07/1988. Disponível em: http://docvirt.no-ip.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=arq_cultura&Pesq=N%c3%bacleo%20de%20Consci%c3%aancia%20Negra&id=3140206661798&pagfis=4634> Acesso em 13/09/2023.

FAPESP. **Henrique Antunes Cunha Júnior.** Biblioteca Virtual da FAPESP. São Paulo - SP. Disponível em: <https://bv.fapesp.br/pt/pesquisador/4997/henrique-antunes-cunha-junior/>. Acesso em: 9 ago. 2021.

FEUSP. **Memória do Corpo Docente** – Myriam Krasilchik. São Paulo, 2021. Disponível em <https://www4.fe.usp.br/memoria-do-corpo-docente-myriam-krasilchik>>. Acesso em 25/10/2023.

FILICE, R. C. G.; FILHO, E. L. L. Por que não comemorar o dia 13 de maio?. **UNB Notícias, 2023.** Disponível em: <https://noticias.unb.br/artigos-main/6537-por-que-nao-comemorar-o-dia-13-de-maio>>. Acesso em 18/12/2023.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra, 2022.

GELEDÉS. A Frente Negra Brasileira. **Portal Geledés.** 2011. Disponível em: https://www.geledes.org.br/frente-negra-brasileira/?gclid=CjwKCAiAtouOBhA6EiwA2nLKH700Bf7pN3uy_Msuy_2mw5Ac6ae7u8udeztZSmbnN8fKL1KUT5igFRoCKgkQAvD_BwE. Acesso em: 22/12/2021.

GELEDÉS. **Caminho para o pleno exercício da cidadania.** Portal Geledés. 2020. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/caminho-para-o-pleno-exercicio-da-cidadania/>. Acesso em: 7 ago. 2021.

GIRÃO, Roberto Henrique. **O princípio da igualdade e as cotas raciais em universidades e concursos públicos federais: uma análise constitucional acerca do tema.** Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=f861a1acaebb1618>. Acesso em 11/02/2022.

GONÇALVES, Gabriela da Costa. **O Clarim da Alvorada: O jornal da resistência.** Fundação Cultural Palmares. Brasília - DF, 2019. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=52932>. Acesso em: 10 ago. 2021.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Movimento Negro e Educação. **Revista Brasileira de Educação.** Rio de Janeiro/ RJ. Edição: Set/Out/Nov/Dez 2000, No 15. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/8rz8S3Dxm9ZLBghPZGktPjv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22/10/21.

GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. **Lugar de Negro.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2022.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro.** Editora Marco Zero Ltda. Rio de Janeiro. 1982. Coleção 2 pontos, volume 3.

GOMES, Nilma Lino. Movimento Negro e Educação: Ressignificando e Politizando a raça. **Educ. Soc., Campinas**, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul.-set. 2012. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 21/03/2022.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade.** São Paulo: Editora Martins Fontes, 2017.

JORNAL DA USP. **O sistema de cotas étnico-raciais adotado pela USP.** Portal da USP. São Paulo - SP, 2018. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/o-sistema-de-cotas-etno-raciais-adotado-pela-usp/>. Acesso em: 21 jul. 2021.

JORNAL DA USP. **Esclarecimento sobre a mudança dos setores no campus de São Paulo.** São Paulo, 14/04/2011. Disponível em <<https://jornal.usp.br/institucional/press-release/esclarecimento-sobre-a-mudanca-dos-setores-da-universidade/>>. Acesso em 27/09/2023.

JORNAL DO CAMPUS. **Desculpem-nos o transtorno: USP em obras.** São Paulo, 19/08/2011. Disponível em <<https://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2011/08/desculpem-nos-o-transtorno-usp-em-obras/>>. Acesso em 26/09/2023.

JORNAL DO CAMPUS. **Núcleo de Consciência Negra sofre com degradação e falta de apoio.** São Paulo, 19/11/2015. Disponível em <<https://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2015/11/nucleo-de-consciencia-negra-sofre-com-degradacao-e-falta-de-apoio/>>. Acesso em 19/12/2023.

JORNAL ESTADO DE MINAS. **Frente Negra Brasileira tem ideais sufocados.** Estado de Minas - Política. 2013. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2013/09/01/interna_politica,442856/frente-negra-brasileira-tem-ideais-sufocados.shtml. Acesso em: 10 ago. 2021.

KENZO, A.; FRANÇA, A.; CHAGAS L., SOARES, M.; BAPTISTA, R. **Quantos funcionários negros tem na USP?** Disponível em: <<https://juntos.org.br/2023/03/quantos-funcionarios-negros-tem-na-usp/>>. Acesso em: 17 mar. 2023.

LITERAFRO. **Henrique Cunha Jr.** Portal da Literatura Afro Brasileira. Belo Horizonte - MG, 2018. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/276-henrique-cunha-jr#:~:text=%C3%89%20Livre%20docente%20pela%20Universidade,na%20milit%C3%A2ncia%20dos%20movimentos%20negros>. Acesso em: 9 ago. 2021.

LIMA, Ivan Costa. **História da Educação do Negro (a) no Brasil**. Curitiba/PR: APPRIS, 2017.

MAIA, F. J. F.; DE FARIAS, M. H. V. Colonialidade do poder: a formação do eurocentrismo como padrão de poder mundial por meio da colonização da América. [s.l.] **INTERAÇÕES**, Campo Grande, MS, v. 21, n. 3, p. 577-596, jul./set. 2020, [s.d.]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/wbtt55LdndtrwfkvRN5vqb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 18/12/2023.

MATEUS, Felipe. **Racismo no mundo acadêmico**: um tema para se discutir na universidade. *Jornal da Unicamp*. Disponível em <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2019/11/19/racismo-no-mundo-academico-um-tema-para-se-discutir-na-universidade>. Acesso em: 30/10/2023.

MENEZES NETO, Hélio S.. **Entre o visível e o oculto**: a construção do conceito de arte afro-brasileira. 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

MERCIER, Daniela. **O papel da extrema direita é fazer a população oprimida se reestruturar. Nós temos que derrotá-la**. *El País*. Brasil, 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-07/o-papel-da-extrema-direita-e-fazer-a-populacao-oprimida-se-reestruturar-nos-temos-que-derrota-la.html>. Acesso em: 24 jul. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Em três anos, Lei de Cotas tem metas atingidas antes do prazo**. Portal do Mec. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35544-lei-de-cotas>. Acesso em: 21 jul. 2021.

MUNANGA, K. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. **Estudos Avançados**, 18 ed. p. 51-56. ano 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/MnRkNKRH7Vb8HKWTVtNBFDP/?format=pdf&lang=p>

MUNANGA, K. Superando o racismo na escola. **Ministério da Educação**, 2 ed. Brasília, 2005. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7950896/mod_resource/content/2/Superando%20o%20racismo%20na%20escola.%20Apresenta%C3%A7%C3%A3o..pdf.

MUSEU AFRO BRASIL. **SOLANO TRINDADE**. Secretaria de Cultura e Economia Criativa. São Paulo - SP. Disponível em: <http://www.museuafrobrasil.org.br/pesquisa/hist%C3%B3ria-e-mem%C3%B3ria/historia-e-memoria/2014/12/30/solano-trindade>. Acesso em: 20 mai. 2021.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo**: Documentos de uma Militância Pan-Africanista. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.

NASCIMENTO, Alexandre do. **Negritude e cidadania: o movimento dos cursos pré-vestibulares populares**. In: *História da Educação do Negro e outras histórias* (págs 139/156). Brasília: MEC, 2005. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=649-vol6histneg-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 11 ago. 2019.

NASCIMENTO, Alexandre. Os cursos pré-vestibulares para negros e as políticas de cotas nas instituições de ensino superior no Brasil. **Lugar Comum**, Rio de Janeiro, v. 30, p. 95-100, 2010. Disponível em <<https://revistas.ufrj.br/index.php/lc/article/view/54165/29592>>. Acesso em 27/12/2023.

NÚCLEO DE CONSCIÊNCIA NEGRA. **Curso de Férias 2020: Bairros Negros**. São Paulo/SP, 21/01/2020. Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/nucleodeconsciencianegra/photos/pb.100071827135489.-2207520000/1661980400611316/?type=3>>. Acesso em 26/09/2023.

NÚCLEO DE CONSCIÊNCIA NEGRA NA USP. **Mês da abolição interrogada II: 125 anos depois**. São Paulo, 5 mai. 2013. Facebook: https://www.facebook.com/N%C3%BAcleo-de-Consci%C3%Aancia-Negra-na-USP-434728019932168/?_rdc=2&_rdr. São Paulo, 2013. Disponível em: <https://www.facebook.com/434728019932168/photos/a.434744863263817/487022618036041/?type=3&theater>. Acesso em: 9 ago. 2021.

NÚCLEO DE CONSCIÊNCIA NEGRA. Tercaafro. São Paulo/SP, 10/08/2018. Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/nucleodeconsciencianegra/photos/pb.100071827135489.-2207520000/1223705964438764/?type=3>>. Acesso em 26/09/2023.

PEREIRA, Simone dos S. **Plantando sementes para a superação das desigualdades: Uma etnografia na Educação Infantil**. 2023. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. (no prelo)

PINANGÉ, D. S de B.; SILVA D.M.O.F.; SILVA R. A.; MENEZES J.A. Quarto de despejo: relato de uma vivência dialogada. São João del Rei/ MG: **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, 2020. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v15n2/04.pdf>>. Acesso em 01/11/2023.

PINHEIRO, Ana Carolina. **A geógrafa Regina Lucia relembra conquistas do Movimento Negro Unificado Leia mais em: <https://claudia.abril.com.br/politica-poder/a-geografa-regina-lucia-dos-santos-relembra-conquistas-do-movimento-negro-unificado/>**. Claudia - Grupo Abril. 2020. Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/politica-poder/a-geografa-regina-lucia-dos-santos-relembra-conquistas-do-movimento-negro-unificado/>. Acesso em: 11 jul. 2021.

PINHONI, M. **Brasil tem alta de mais de 50% nos registros de racismo e homofobia em 2022**, mostra Anuário de Segurança Pública. G1. São Paulo, 27/07/2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/07/20/brasil-tem-alta-de-mais-de-50percent-nos-registros-de-racismo-e-homofobia-em-2022-mostra-anuario-de-seguranca-publica.ghtml>> Acesso em 17/10/2023.

PORTAL ESTUDOS DO BRASIL REPUBLICANO. **Movimento Negro no Brasil: resistências e lutas**. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro - RJ, 2019. Disponível em:

<http://querepublicaessa.an.gov.br/temas/186-movimento-negro-no-brasil-resistencia-e-lutas.html>. Acesso em: 29 jun. 2021.

POLITIZE! O que é interseccionalidade? 2020. Disponível em: https://www.politize.com.br/interseccionalidade-o-que-e/?https://www.politize.com.br/&gclid=CjwKCAiA4KaRBhBdEiwAZi1zzi-jI6zTD5M7hi5vKb84jfJHvgQF7eErIsHKwEdxwfs07VgOxG2EuxoC7VgQAvD_BwE. Acesso em: 11/03/2022.

RATTS, Alex. **A mulher negra no mercado de trabalho**. In: Eu sou Atlântica: Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo, 2006. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5775743/mod_resource/content/1/A%20mulher%20Onegra%20no%20mercado%20de%20trabalho%2C%20Beatriz%20Nascimento.pdf. Acesso em 17/12/2023.

RATTS, Alex. **Corpos negros educados: notas acerca do movimento negro de base acadêmica**. NGUZU: **Revista do Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos**, Londrina, v. 1, p. 28-39, 2011. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/18352/5/Artigo%20-%20Alecsandro%20Jos%20C3%A9%20Prud%20C3%A9%20Ratts%20-%20202011.pdf>. Acesso em: 23/02/2022.

ROCHA, Mariana Machado. **Quando a favela é extensão da universidade: o Programa Avizinhar em meio às relações entre a USP e a São Remo**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. doi:10.11606/D.48.2016.tde-01112016-105256. Acesso em: 2023-12-24.

_____. **Uma luta científico-social desproporcional: colonialidade e branquitude na fundação da USP e ensino superior na Imprensa Negra Paulista (1924-1937)**. Tese de doutorado defendida em 31/7/ 2023, na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP).

ROMÃO, Jeruse. **Educação, instrução e alfabetização no Teatro Experimental do Negro**. In: História da Educação do Negro e outras histórias (págs 117/138). Brasília: MEC, 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=649-vol6histneg-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 11 ago. 2019.

ROSA, Thaís. **Dia da Consciência Negra: o que representa o dia 20 de novembro?**. Politize. 2020. Disponível em: <https://www.politize.com.br/dia-da-consciencia-negra/>. Acesso em: 6 ago. 2021.

SALVADOR. Andréia Clapp. **Ação afirmativa na PUC-Rio: a inserção de alunos pobres e negros**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2011. 200 p. Disponível em <http://www.editora.puc-rio.br/media/ebook%20acao%20afirmativa%20puc%20rio.pdf>. Acesso em 28/12/2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos**, nov. 2007; p.71-94. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/ytPjkXXYbTRxnJ7THFDBrge/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 19/12/2023.

SANTOS, I. A. A. **Direitos humanos e as práticas do racismo**. Centro de Documentação e Informação - Câmara dos Deputados, Brasília, 2013.

SANTOS, Natália Neris da Silva. **A voz e a Palavra do Movimento Negro na Assembleia Nacional Constituinte (1987/1988): um estudo das demandas por direitos**. São Paulo, 2015. 205 p Tese (Direito) - Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/13699>. Acesso em: 24 jul. 2021.

SANTOS, R. **A Difusão do Ideário Antirracista nos Pré-Vestibulares para Negros e Carentes**. In: SANTOS, S. (Org.). *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: Ministério da Educação; UNESCO, 2005. p. 225-244. Disponível em <https://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/acoes_afirm_combate_racismo_americanas.pdf>. Acesso em 27/12/2023.

SESC. **Pesquisador joga luz sobre contribuições tecnológicas africanas**. Sesc. São Carlos - SP, 2019. Disponível em: https://www.sescsp.org.br/online/artigo/13719_PESQUISADOR+JOGA+LUZ+SOBRE+CONTRIBUICOES+TECNOLOGICAS+AFRICANAS. Acesso em: 7 ago. 2021.

SILVA, Wilson Honório da. São Paulo - SP, 10 ago. 2021. Facebook: <https://www.facebook.com/wilson.h.dasilva.5>. São Paulo - SP. Disponível em: https://www.facebook.com/wilson.h.dasilva.5/about_work_and_education. Acesso em: 9 ago. 2021.

SISTA (SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL E INSTITUTOS FEDERAIS DE ENSINO DE MATO GROSSO DO SUL). **Semana da Consciência Negra – técnicos administrativos que se destacaram na FASUBRA**. Sista-MS. Campo Grande - MS, 2016. Disponível em: <http://www.sistams.org.br/2016/11/semana-da-consciencia-negra-tecnicos-administrativos-que-se-destacaram-na-fasubra.html>. Acesso em: 9 ago. 2021.

SOUSA, R. **País ainda precisa avançar no combate ao racismo**. 2017. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/pais-ainda-precisa-avancar-no-combate-ao-racismo>>. Acesso em 18/12/2023.

WEFFORT, F. C. **Educação e Política: Reflexões Sociológicas sobre uma Pedagogia da Liberdade**. in: *Educação como prática da Liberdade*. Rio de Janeiro/RJ: Editora Paz e Terra, 2022.

WIKIPEDIA. **João Baptista Borges Pereira**. Wikipedia. Disponível em: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_Baptista_Borges_Pereira. Acesso em: 6 ago. 2021.

WIKIPEDIA. **Thomas Skidmore**. Wikipedia. Disponível em: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Thomas_Skidmore. Acesso em: 5 ago. 2021.

WILSON HONÓRIO CELEBRANDO 39 ANOS MNU - BANDEIRAS PISADAS. YouTube. São Paulo: Canal Catorze de Maio, 2017. Vídeo (3:26). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-lw1hPnVcog>. Acesso em: 10 ago. 2021.

Fontes orais

CASTRO, Jupiara Gonçalves de. **Entrevista** [outubro 2020]. Entrevistadora: Juliana da Silva Siqueira. São Paulo, 2020, 1 arquivo .mp3 (03:41:10).

MALACHIAS, Antônio Carlos. **Entrevista** [maio 2016]. Entrevistadora: Juliana da Silva Siqueira. São Paulo, 2016, 1 arquivo .mp3 (01:24:07).

MENEZES, Maria José. **Entrevista** [novembro 2016]. Entrevistadoras: Ana Luíza Jesus da Costa e Juliana da Silva Siqueira. São Paulo, 2016, 2 arquivos .mp3 (02:44:45) e MPEG-TS (02:44:45).

SANTOS, Luiz Carlos. **Entrevista** [outubro 2016]. Entrevistadoras: Ana Luíza Jesus da Costa e Juliana da Silva Siqueira. São Paulo, 2016, 2 arquivos .mp3 (03:35:59) e MPEG-TS (03:35:59).

Fontes documentais

Estado de Minas

Figura 1: Escola mantida pela FNB para a educação e profissionalização de negros e negras.

Fundação Cultural Palmares

Figura 2: Integrantes do jornal “Clarim da Alvorada”, com o filho de José Correia Leite.

Revista Claudia

Figura 3: Foto do ato inaugural do Movimento Negro Unificado nas escadarias do Teatro Municipal, no centro de São Paulo, em 07/07/1978.

Ecoa, do sítio UOL

Imagem 4: Foto do ato inaugural do Movimento Negro Unificado nas escadarias do Teatro Municipal, no centro de São Paulo, em 07/07/1978.

PACC (Programa Avançado de Cultura Contemporânea

Imagem 5: Fragmento do jornal “O Dia”, de 30/01/1989, com o artigo “Os saldos da Abolição”, retratando o ano do centenário da abolição da escravidão no Brasil.

Facebook (Página do NCN)

Figura 6: Publicação de evento, com atividades do NCN.

Sista (Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e Institutos Federais de Ensino de Mato Grosso do Sul)

Figura 7: Imagem de Jupiara Castro, fundadora do NCN.

Sesc (Serviço Social do Comércio)

Figura 8: Imagem de Henrique Cunha Júnior, fundador do NCN.

Esquerda Diário

Figura 9: Imagem de Wilson Honório, fundador do NCN.

Entrevista

Figura 10: Imagem de Luiz Carlos Santos, fundador do NCN

CJE (Departamento de Jornalismo e Editoração)

Figura 11: Imagem da Maria José Menezes, atual integrante do NCN

Geledés

Figura 12: Imagem do professor Billy Malachias, integrante do NCN